

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

JORGEMAR SOARES FELIX

BATALHADORES DEPOIS DOS 60

Uma crítica aos tipos de integração do idoso
no mercado urbano de trabalho

DOCTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

São Paulo

2018

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

JORGEMAR SOARES FELIX

BATALHADORES DEPOIS DOS 60

Uma crítica aos tipos de integração do idoso
no mercado urbano de trabalho

Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de DOUTOR em Ciências Sociais, área de concentração SOCIOLOGIA, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maura Pardini Bicudo Vêras.

São Paulo

2018

BANCA

Esta pesquisa foi realizada com financiamento, por meio de bolsa integral, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Agradecimentos

Toda aventura científica é coletiva. Este trabalho, portanto, tem múltiplas assinaturas. Desde já, no entanto, absolvo todos os nomes a dividirem comigo a empreitada e qualquer eventual deslize é apenas de minha inteira responsabilidade.

Começo pelo Prof. Dr. Bruno Daniel Filho, que me apresentou aos dois autores básicos para minha pesquisa, Serge Paugam e Jessé Souza, durante as reuniões do Grupo de Pesquisa Políticas para o Desenvolvimento Humano (PDH), do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC-SP. Todos os integrantes do nosso PDH também merecem o meu “muito obrigado”. Durante dez anos de encontros mensais, o intercâmbio acadêmico com todos foi fundamental para o amadurecimento de minhas ideias. Em especial, agradeço à líder do PDH, a Prof^ª Dr^ª Rosa Maria Marques, uma pesquisadora preocupada em sempre nos incentivar para avançarmos sobre o desconhecido, sobretudo, quando os temas se insinuam dominados. Sem a sua disciplina, rara em um grupo de pesquisa no Brasil, nada teria sido possível. Fico feliz em constatar que, depois de uma década, a orientadora no mestrado em Economia Política é hoje uma grande amiga.

A Sedi Hirano, professor emérito da Universidade de São Paulo, apresentei a primeira versão de meu projeto. Agradeço sua generosidade, carinho e acolhimento, em sua pequena sala da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), onde uma placa na porta nos informa que ali trabalhara Octavio Ianni. Foi ali, entre maçãs e livros, que Sedi, pacientemente, rabiscou à caneta as primeiras orientações, sugestões e alterações, sempre entusiasmado com minha proposta.

Mais tarde, minha orientadora, Prof^ª Dr^ª Maura Pardini Bicudo Vêras, me mostrou como a proposta de pesquisa estaria incompleta sem a inclusão do território em seu escopo. Sua paixão pela Sociologia Urbana agora é também a minha. Maura, em dias difíceis para ela, garantiu a segurança indispensável a todo pesquisador e em nenhum momento permitiu que sua vida pessoal ou sua saúde pudessem ser motivo de ausência ou ameaça à produtividade acadêmica. Meu maior agradecimento a ela é uma condenação: será minha orientadora para sempre.

A todos os professores do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, o pioneiro no Brasil, agradeço com a promessa de registrar, onde eu

puder, a excelência acadêmica de cada um. A burocracia dos critérios oficiais de avaliação acadêmica é incapaz de captar o impacto das várias vias de transmissão do conhecimento. A inteligência artificial é eficiente para medir a ressonância mecânica de um artigo acadêmico. No entanto, muitas vezes, na construção desse conhecimento, vale mais uma orientação, uma aula ou a singeleza de uma simples palavra. Este trabalho, tenham certeza, está repleto desses momentos.

Devo muito nessa trajetória ao professor emérito Luiz Carlos Bresser-Pereira, da Fundação Getúlio Vargas, por me convidar, em 2013, para integrar seu Grupo de Pesquisa do Novo Desenvolvimentismo. Suas observações, verdadeiras aulas, suas indicações bibliográficas, seus seminários e nossas muitas conversas me guiaram na elaboração teórica para esta pesquisa no campo da Sociologia Econômica. O debate com todos os integrantes de seu grupo, professores de várias instituições, enriqueceram este trabalho.

Pelo mesmo motivo, agradeço à Prof^ª Dr^ª Marisa Accioly e à Prof^ª Dr^ª Bibiana Graeff, por me convidarem, em 2016, para dividir com elas, como professor convidado, a disciplina *Direitos, Rede de Proteção Social e Parcerias na Atenção à Pessoa Idosa* no mestrado (stricto sensu) em Gerontologia da Universidade de São Paulo (Escola de Artes, Ciências e Humanidades). Nossas aulas e debates com os alunos, em 2016 e 2017, me fizeram rever trechos já escritos, acrescentar observações e me empurraram para inúmeras reflexões sobre o envelhecimento humano e populacional.

Aos entrevistados e às entrevistadas da minha pesquisa mais do que um agradecimento, uma homenagem e a esperança de que este trabalho seja uma contribuição, por mais humilde que seja, para alertar sobre a condição social dos *batalhadores depois dos 60* no Brasil.

Agradeço a Wili e Zely, meu sogro e minha sogra, pelo apoio e compreensão indispensáveis nessa trajetória. Sem eles, seria impossível. À minha mãe, Arlette, por seu amor, esforço e entusiasmo de toda a vida para construir minha formação acadêmica.

À minha mulher, Angela, e ao meu filho, João, pelo sacrifício e pela paciência de me ouvirem relatar cada página dessa aventura. Somos os três autores.

“O que não pude deixar de sentir é que me tenha notado velho e de maneta, como se estivesse em minha mão deter o tempo”

Miguel de Cervantes Saavedra, prólogo a “O engenhoso cavaleiro D. Quixote de La Mancha – Segundo livro” (2007, p. 37) trad. Sérgio Molina

“I don't care

I don't care

I don't care

I don't care

I don't care

Care if I'm old”

Curt Kobain, na música Breed, do Nirvana.

“Willy Loman jamais ganhou muito dinheiro. Seu nome nunca saiu nos jornais. Não é o melhor caráter que já viveu. Mas é um ser humano, e uma coisa terrível está acontecendo com ele. É preciso prestar atenção nele. Não se pode permitir que ele baixe à sepultura como um cachorro velho. É preciso, é necessário prestar atenção a uma pessoa assim.”

Personagem Linda, na peça “A morte de um caixeiro viajante”, de Arthur Miller (1915-2005)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo responder à seguinte questão: Até que ponto o trabalhador de baixa renda com mais de 60 anos tem condições sociais e econômicas para se manter no mercado de trabalho ou adquirir novas qualificações para se reinventar profissionalmente? Como objetivos secundários as questões foram: qual o impacto do espaço urbano na decisão de se manter no mercado de trabalho e, em permanecendo na ativa, como esse segmento populacional lida com as limitações impostas pelas transformações da cidade e sofre suas consequências? A metodologia utilizada teve como matriz a pesquisa realizada por Serge Paugam para a França, denominada “*Salarié de la precarité*”, na qual estabelece tipos de integração de acordo com dois critérios básicos: satisfação e estabilidade. Os critérios levam em conta a relação de trabalho e a relação de emprego para criar o “tipo ideal” (weberiano) *integração assegurada*, no qual o entrevistado atende aos dois critérios, e os tipos desvios, *integração incerta* (com satisfação e sem estabilidade), *integração laboriosa* (sem satisfação e com estabilidade) e *integração desqualificada* (sem os dois critérios). Limitou-se a amostra dessa pesquisa à categoria *batalhadores* de Jessé de Souza, isto é, uma “nova classe trabalhadora brasileira” que emerge nos anos 2000, mas com uma “trajetória pessoal” marcada por um histórico de vulnerabilidade seja por uma condição desfavorável na sociedade desigual e/ou por ser de pele negra. Assume-se que esse segmento carece de capitais cultural, social e imaterial. A pesquisa é qualitativa, com técnicas de observação direta e entrevistas aprofundadas a partir de questionário semi-estruturado. Nos três capítulos iniciais, apresenta-se um referencial teórico no âmbito da sociologia econômica, da sociologia do trabalho e da sociologia urbana com o objetivo de oferecer informações da realidade para um confronto do relato dos *batalhadores* e *batalhadoras* entrevistados no quarto e último capítulo, quando são apresentados os resultados da pesquisa empírica. A conclusão principal é a impossibilidade de a amostra apresentar condições de garantir uma *integração assegurada* sobretudo devido ao fator idade. Defende-se, assim, que os tipos de integração devem ser levados em conta nas decisões de políticas públicas para os idosos e para a construção da estrutura de proteção social.

ABSTRACT

This research aims to answer the following question: To what extent does the low-income worker 60 years and over have the social and economic conditions to stay in the labor market or acquire new skills to reinvent himself professionally? As secondary objectives the questions were: what is the impact of urban space on the decision to remain in the labor market and, while remaining active, how does this population segment deal with the limitations imposed by the transformations of the city and suffer its consequences? The methodology used was based on the research carried out by Serge Paugam for France, called “*Salarié de la precarité*”, which establishes types of

integration according to two basic criteria: satisfaction and stability. The criteria take into account the labor conditions and the employment relationship to create the *ideal type* (Weberian) *assured integration*, in which the interviewee meets the two criteria, and types deviations, *uncertain integration* (satisfaction but no stability), *laborious integration* (no satisfaction but with stability) and *disqualified integration* (without the both). The sample of this research was restricted to the Jessé de Souza's social category *batalhadores* (battlers), that is to say, a "new Brazilian working class" that emerged in the years 2000, but with a "personal trajectory" marked by a history of vulnerability or by an unfavorable condition in the society and / or being black-skinned. It is assumed that this segment lacks cultural, social and immaterial capital. The research is qualitative, with techniques of direct observation and in-depth interviews from a semi-structured questionnaire. In the first three chapters, a theoretical reference is presented in the field of economic sociology, sociology of work and urban sociology with the objective of offering information of the reality for a confrontation of the report of the *batalhadores* and *batalhadoras* interviewed in the fourth and last chapter, when the results of empirical research are presented. The main conclusion is that it is impossible for the sample to be able to *assured integration*, mainly due to age. It is argued, therefore, that the types of integration must be taken into account in the public policy decisions for the elderly and the construction of the social protection structure.

RÉSUMÉ

Cette recherche vise à répondre à la question suivante: Dans quelle mesure le travailleur à faible revenu de plus de 60 ans a-t-il les conditions sociales et économiques pour rester sur le marché du travail ou acquérir de nouvelles compétences pour se réinventer professionnellement? Les objectifs secondaires étaient les suivants: quel est l'impact de l'espace urbain sur la décision de rester sur le marché du travail et, tout en restant actif, comment ce segment de la population gère-t-il les limites imposées par les transformations de la ville? La méthodologie utilisée était basée sur la recherche menée par Serge Paugam pour la France, appelée «Salarié de la précarité», qui établit des types d'intégration selon deux critères de base: la satisfaction et la stabilité. Les critères prennent en compte le rapport au travail et le rapport à l'emploi pour créer le «type idéal» (Weberian) l'intégration assurée, dans laquelle le répondant répond aux deux critères, et types déviations, *l'intégration incertaine* (avec satisfaction et pas de stabilité), *l'intégration laborieuse* (sans satisfaction et avec stabilité) et *l'intégration disqualifiante* (sans les deux critères). L'échantillon de cette recherche se limitait à la catégorie de *batalhadores* (combattants) de Jessé de Souza, c'est-à-dire une "nouvelle classe ouvrière brésilienne" apparue dans les années 2000, mais avec une "trajectoire personnelle" marquée par une histoire de vulnérabilité ou par une condition défavorable dans le société et/ou être à la peau noire. On suppose que ce segment manque de capitaux culturels, sociaux et immatériels. La recherche est qualitative, avec des techniques

d'observation directe et des interviews en profondeur à partir d'un questionnaire semi-structuré. Dans les trois premiers chapitres, une référence théorique est présentée dans le domaine de la sociologie économique, sociologie du travail et sociologie urbaine dans le but d'offrir une information de réalité pour une confrontation du rapport des *batalhadores* interrogés dans le quatrième et dernier chapitre, dans lequel les résultats de la recherche empirique sont présentés. La conclusion principale est qu'il est impossible que l'échantillon puisse garantir l'intégration en raison du facteur d'âge. Il est donc soutenu que les types d'intégration doivent être pris en compte dans les décisions de politique publique pour les personnes âgées et dans la construction de la structure de protection sociale.

SUMÁRIO

Apresentação	XIII
---------------------------	------

Capítulo 1

<i>O envelhecimento populacional no capitalismo de desconstrução</i>	01
<i>Sob qual economia os países pobres estão envelhecendo?</i>	05
<i>Uma ampla rede de “seguro coletivo”</i>	08
<i>Investimentos em tempos de escassez</i>	12
<i>O estigma da dependência do Estado</i>	16
<i>Envelhecer num interstício do capitalismo</i>	20
<i>Depois da bonança, a tempestade</i>	26
<i>Todo poder aos “campeões nacionais”</i>	30
<i>A austeridade fiscal entra em cena</i>	32
<i>Envelhecer sob a hegemonia do capital financeiro</i>	33
<i>Um “entesouramento estéril” para a velhice</i>	39
<i>A longevidade como fator perturbador no capitalismo</i>	45
<i>O retrocesso à estigmatização da dependência</i>	46
<i>Por que os países pobres envelhecerão pobres</i>	51
<i>Brasil: envelhecendo no capitalismo de desconstrução</i>	54

Capítulo 2

<i>O desafio do trabalho no capitalismo de desconstrução</i>	64
<i>As teses de Castells sobre emprego e trabalho: uma revisão teórica</i>	65
<i>O homem como obstáculo ou a desconstrução do humano</i>	73
<i>Empreendedorismo improvisado: a nova classe perigosa?</i>	78
<i>Tecnologia e idosismo: “Os jovens são mais espertos”</i>	88
<i>O fenômeno da “fragilização da segunda metade da carreira”</i>	98
<i>Envelhecimento ativo vs. Envelhecimento digno</i>	110
<i>A “Sociedade do cansaço” e as consequências da volatilidade social</i>	114
<i>O desafio do trabalhador idoso brasileiro</i>	125

<i>A “revolução incompleta”: a questão de gênero.....</i>	133
<i>Considerações parciais.....</i>	136

Capítulo 3

O impacto do espaço urbano na integração do trabalhador idoso	139
<i>Cidade global: o lugar onde a mundialização acontece de fato.....</i>	142
<i>A financeirização da cidade e o envelhecimento populacional.....</i>	147
<i>Rodoviarismo e a construção do “longe”.....</i>	152
<i>Tempo e insegurança: uma mobilidade laboriosa.....</i>	157
<i>Habitação e trabalho: breves relações entre morar bem e envelhecer bem.....</i>	163
<i>Cidade Amiga do Idoso: possibilidades e limitações impostas pela mundialização.....</i>	170
<i>Autoconstrução em São Paulo: envelhecer onde é possível.....</i>	172
<i>Perfil do Idoso ocupado no mercado de trabalho na cidade de São Paulo.....</i>	175

Capítulo 4

Batalhadores depois dos 60: os tipos de integração dos idosos no mercado de trabalho.....	180
<i>Adaptações metodológicas: pontos de intersecção entre Paugam e Souza.....</i>	189
<i>Amostra por segmentos a partir do espaço urbano.....</i>	191
<i>A seleção dos entrevistados pela metodologia da bola de neve: justificativa.....</i>	193
<i>Integração incerta: a interiorização da fragilidade.....</i>	195
<i>Integração laboriosa: o fardo cotidiano dissimulado de “distração”.....</i>	203
<i>Integração desqualificante: resiliência diante da identidade ameaçada:.....</i>	209
<i>Integração assegurada: o tipo ausente para os batalhadores depois dos 60.....</i>	215
<i>Considerações finais.....</i>	217
<i>Bibliografia.....</i>	221
<i>Apêndice</i>	242

Apresentação

Faxineiras, faxineiros, cobradoras e cobradores de ônibus, feirantes, porteiros, motoristas particulares são as vozes desta pesquisa. Elas constituem algumas das profissões enquadradas na categoria *batalhadores*, criada pelo sociólogo Jessé Souza ao discutir a metamorfose, verificada no Brasil dos anos 2000, da *classe-que-vive-do-trabalho*. Apesar do crescimento econômico e a política de aumento real do salário mínimo por mais de uma década (2003-2016) provocar transformações positivas na vida dos trabalhadores de baixa renda, os *batalhadores* mantêm em suas trajetórias pessoais a marca de um país desigual. A principal delas é a cultura escravagista a contaminar todas as suas relações de trabalho. Outra é o fato de a esse segmento ser negado o acúmulo de capitais indispensáveis para a ascensão social, quais sejam, os capitais cultural e imaterial, tão bem tomados emprestados de Pierre Bourdieu.

Quando tomei conhecimento desta classificação proposta por Souza, em 2012, no seu livro “*Os batalhadores brasileiros – Nova classe média ou nova classe trabalhadora?*”, logo, me questionei, obviamente, sobre a velhice desse segmento da população, uma vez que minha linha de pesquisa sempre foi o envelhecimento. Estava em busca de meu tema de doutoramento e uma das assertivas, muito presente no debate público, que mais me incomodava era a “reinvenção profissional” depois dos 60 anos. Esse tema, trabalhado de forma inequívoca por Guita G. Debert, em 1999, me parecia ainda propício a uma revisita ou nova exploração. Afinal, essa percepção havia invadido a esfera pública, isto é, a mídia – meu *habitat* profissional em três décadas de Jornalismo, minha formação original.

A universalidade da assertiva, como se todos num país como o Brasil pudessem envelhecer do mesmo jeito e com as mesmas possibilidades no mercado de trabalho e, portanto, com idênticas chances de protelar a idade de aposentadoria me causava inquietação e indignação. Como destacou Debert, a transferência da responsabilidade pela condição de cada envelhecer das mãos da coletividade para o indivíduo também era um motivo de incômodo intelectual, sobretudo pela quase ausência dessa perspectiva no debate público. Dar voz aos *batalhadores* passou a ser uma motivação para o doutorado em Ciências Sociais. Apenas as metodologias sociológicas me pareceram possíveis de alcançar a minha pretensão de, nas palavras de Jessé Souza, “penetrar no drama humano

e cotidiano, que produz sofrimento, dores, alegrias e esperança”. Com origem no subúrbio pobre do Rio de Janeiro, onde ainda está a maioria de minha família, eu sabia que na realidade de muitos idosos brasileiros a tal “reinvenção” é impossível.

Era preciso, porém, descobrir como mostrar isso academicamente. O contato com a pesquisa de Serge Paugam me deu certeza da possibilidade científica de alcançar meus propósitos. Essa parte, no entanto, é desdobramento de uma longa jornada, que gostaria de relatar aqui. Esta pesquisa é, de certa maneira, uma continuidade da investigação sobre o tema iniciado no mestrado em Economia Política, concluído em 2008. No entanto, a minha proximidade com o tema do envelhecimento populacional inicia-se ainda na atividade profissional, como jornalista, em 1995, quando era responsável pela cobertura da reforma da Previdência Social no Congresso Nacional. Desde então, construí uma perene relação com o assunto sempre com uma perspectiva interdisciplinar – embora não tivesse essa consciência à época. Todo o meu empreendimento sempre foi o de problematizar o discurso público dominante, sobretudo, com a intenção de ampliar a visão para além da questão previdenciária.

Minha interpretação sempre foi a de que o confinamento da discussão do envelhecimento da população brasileira apenas no âmbito da solvência da previdência social, sob uma visão meramente fiscalista, condenaria o tema a uma imagem de catástrofe determinista com resultados perversos para toda a seguridade social e, conseqüentemente, para a sociedade brasileira. Infelizmente, essa ainda é a acepção hegemônica na esfera pública. Com a intenção de apresentar outra perspectiva econômica sobre o processo demográfico, dissertei sobre o conceito da *Economia da Longevidade*.

Ainda insipiente no Brasil, a chamada *silver economy* ou *longevity economy* baseia-se na mudança da estrutura de consumo das famílias (com mais idosos e menos crianças) para fazer emergir uma visão econômica repleta de possibilidades para os países na área industrial – seguindo uma visão schumpeteriana e marxiana de defesa da industrialização como condição indispensável para o desenvolvimento econômico. Em resumo, o envelhecimento jamais poderia ser visto como custo, como tem sido pelas políticas públicas no âmbito da Seguridade Social, mas como fonte de recursos se adotada uma estratégia mais produtiva e menos financista na economia.

Na oportunidade deste doutoramento, minha decisão foi a de manter a linha de problematização do discurso público dominante sobre o envelhecimento populacional em outros campos. Desta vez, com o foco no mercado de trabalho para aqueles com mais de 60 anos, tendo em vista que a solução apontada pela economia *mainstream* para o desafio do envelhecimento das populações é a reforma dos sistemas de previdência social por repartição com o objetivo de postergação da aposentadoria (embora o objetivo mesmo, na minha visão, seja a privatização do sistema ou sua mutação em contas individuais de capitalização em benefício do sistema bancário). A sustentação dessa política pública está baseada, sobretudo, na propagação de um resignificado da velhice, com ênfase em um “novo velho”. Dito de outra forma, essa justificativa defende quase um apagamento da velhice, portanto, seria possível, *para todos*, um maior tempo de trabalho ou, principalmente, uma “reinvenção” profissional depois dos 60 anos, uma vez que todos envelhecem bem e em condições de trabalhar com satisfação e estabilidade.

Esse discurso, ao longo das últimas décadas, coincidindo com o debate sobre diversas reformas da Previdência promovidas depois de 1995, ganhou uma onipresença esmagadora no debate público e ampliou admiravelmente sua potência de construção da opinião pública. Como já disse em outro texto (FELIX, 2010), da mesma forma que se cristalizou a assertiva de que “só é gordo quem quer”, passou-se a acreditar que só é idoso quem quer ou, no dizer de Debert (1999), “quem foi relapso”. Se essa interpretação pós-moderna já tem um peso social de grande dimensão em relação à existência humana, para o mundo do trabalho ela ganha uma impulsão infinita.

De modos que procurei empreender uma pesquisa com o intuito de, ao menos, iniciar o debate sobre essa percepção. Mais uma vez minha orientação foi libertar o tema do confinamento das fronteiras fiscalistas da Previdência Social. De novo o plano de vôo precisaria incluir a riqueza de outras perspectivas disciplinares. Esse foi o principal motivador para embrenhar pelas Ciências Sociais e, uma vez abrigado em suas inúmeras vertentes, descobrir uma trilha de pesquisa promissora para emprestar sustentação científica ao meu argumento, até então, apenas convencional.

Os tipos de integração do trabalhador ao mercado de trabalho estabelecidos pela pesquisa “Le salarié de la précarité”, de Serge Paugam, me pareceram um caminho possível e adequado para sobressaltar essas desigualdades. O autor, como será

detalhadamente explicado no capítulo 4, parte de um tipo ideal weberiano de *integração assegurada* (aquela com estabilidade no emprego e satisfação com o trabalho) para definir os “tipos desvios”, as integrações *incerta* (sem estabilidade e com satisfação), *laboriosa* (com estabilidade e sem satisfação) e a *desqualificante* (negativo para os dois critérios). Essa tipologia me pareceu apropriada para revelar a assimetria de integração do trabalhador idoso no mercado de trabalho. É preciso destacar, no entanto, que se reconhece aqui a raiz durkheimiana desse modelo de sociedade estabelecido no conceito de “integração”, isto é, uma sociedade funcional, que tende à harmonia como um organismo vivo. O uso aqui da categoria “integração”, necessário esclarecer, refere-se exclusivamente ao mercado de trabalho sem abranger o social em sua totalidade, logo, sem assumir ou menos ainda endossar a visão de Durkheim.

Foi preciso delimitar, desta forma, para a efetividade desta pesquisa, qual trabalhador idoso, em face da heterogeneidade deste segmento populacional. Com base na estatística oficial de que o idoso brasileiro tem 5,7 anos de estudo, em média, a categoria *batalhadores* encaixou-se com perfeição para definir a amostra. Não apenas pelo já relatado acima. Mas porque a outra opção seria ser seduzido pela força no debate público que tem a categoria “precariado” (STANDING, 2015). Todavia, defendo aqui, que, enquanto o precariado nos explica mais daquilo que já sabemos, a categoria *batalhadores* nos retira da apatia sociológica.

A junção da matriz de Paugam com a categoria de Souza, defende-se aqui, é perfeitamente aceitável metodologicamente, uma vez que os dois querem contestar a interpretação vigente, respectivamente, para as categorias profissionais francesas e para a classe trabalhadora brasileira. Dito de outro modo, o objetivo de ambos é esmiuçar e revelar a complexidade da situação social interpretada de forma considerada simplista no debate público, aí incluída a categoria de “trabalhador precário”.

As duas metodologias de pesquisas qualitativas, de Paugam e de Souza, encontram vários pontos de intersecção: a valorização da trajetória de vida dos entrevistados e seu peso no presente, a influência do ambiente nas condições de trabalho, seja quanto ao espaço físico ou espaço urbano, as perspectivas de futuro ou de carreira ou, importante para esta pesquisa, de “reinvenção”, e, sobretudo, até que ponto o trabalho permite uma atividade cidadã e significativa, isto é, a emancipação valorosa para Marx e o controle sobre o seu próprio destino.

Construiu-se, assim, nossa pergunta principal: *Como os tipos de integração ao mercado de trabalho dos batalhadores depois dos 60 anos interferem nas possibilidades de reinvenção profissional e na emancipação na velhice?* Os objetivos secundários estão relacionados com os de Paugam e de Souza, isto é, demonstrar i) como a trajetória da vida influencia no tipo de integração ao mercado de trabalho depois dos 60 anos; ii) como o modelo econômico e as metamorfoses no mundo do trabalho determinam esse tipo de integração; iii) como o tipo de integração impacta a possibilidade de o indivíduo ser o sujeito de transformações futuras por meio de uma atuação cidadã; v) como o espaço urbano influencia no tipo de integração. Considera-se que a construção desse arcabouço metodológico permitiu revelar muito do oculto nas relações de trabalho e no cotidiano dos tipos de integração.

Um ponto importante a se destacar é justamente deixar claro o que essa investigação não é ou o que ela não pretende. Em primeiro lugar, está fora do objetivo traçar um mapa da cidade de São Paulo em relação à localização dos tipos de integração no território. Esse mapeamento é impossível uma vez que os tipos de integração não se orientam por critério de territorialidade. Em segundo lugar, descarta-se qualquer “fetiche por números”, como diz Souza. Não se pretende quantificar a composição de cada tipo de integração. Em terceiro lugar, também se descartou, embora seja uma possibilidade para pesquisas futuras, qualquer correlação dos tipos de integração com a questão de gênero. Defende-se que esses desdobramentos, amplamente necessários, dependem de pesquisa específica a partir desta.

Antes de expor a pesquisa, no entanto, assim como fizeram Paugam e Souza, foi preciso aprofundar a análise da sociedade contemporânea oferecendo informações teóricas, históricas, reflexivas e quantitativas capazes de propiciar uma melhor compreensão dos resultados da pesquisa empírica. Desta forma, dividiu-se essa tese em 4 capítulos. O objetivo nos capítulos 1, 2 e 3 foi analisar, do ponto de vista da sociologia econômica, do trabalho e urbana, respectivamente, as possibilidades que o capitalismo contemporâneo oferece para a “reinvenção” ou integração do *batalhador depois dos 60*. No quarto e último capítulo, apresenta-se a pesquisa empírica, com ênfase nas vozes dos entrevistados, neste caso, seguindo mais o formato de Paugam.

Os *batalhadores* foram ouvidos em seus locais de trabalho, como fez Paugam e, muitas vezes Souza e sua equipe, mas sem nenhuma interferência de chefes, superiores

hierárquicos ou supervisores. Nem mesmo quando houve necessidade de esses autorizarem a entrevista. Em alguns casos, voltei mais de uma vez ao local de trabalho dos entrevistados, os segui por algumas horas nos ônibus onde trabalhavam, os acompanhei na montagem ou desmontagem de barracas de feiras e etc. Tudo isso possibilitou uma observação direta de suas realidades, procurando quebrar o sofrimento silenciado, evitar comprar, ingenuamente, como alerta Souza, a versão do agente social sobre si mesmo e/ou detectar – infelizmente – a condição de subcidadania inerente à existência e à integração de todos os *batalhadores*, mas agravada pelo fator idade, depois dos 60.

Capítulo 1 – O envelhecimento populacional no capitalismo de desconstrução

“A maioria dos seres humanos atua como os historiadores: só em retrospecto reconhece a natureza de sua experiência”

Eric Hobsbawm (1995, p. 253)

“Meu pai sempre dizia/ Meu filho tome cuidado/ Quando eu penso no futuro/ Não esqueço meu passado”

Paulinho da Viola (Dança da Solidão)

Uma das frases mais ouvidas em seminários, congressos, debates e reproduzidas pela imprensa sobre o envelhecimento populacional é: *“Os países ricos ficaram ricos antes de envelhecer e os países pobres – Brasil incluído – envelhecerão antes de ficarem ricos”*. Essa sentença, originada em publicações de organismos multilaterais, por exemplo, o Banco Mundial (2011, p. 19), mas não só, sustenta toda uma narrativa socioeconômica sobre o fenômeno demográfico. É fácil verificar como plateias numerosas aquiescem com meneios de cabeça quando ouvem tal assertiva. Ao convencer uma grande audiência, esse raciocínio constituiu-se explicativo *per se* tanto para a visão corrente entre leigos, para o senso comum, ou para a sabedoria convencional, como até mesmo para uma certa literatura econômica.

Antes de avançar na investigação fundamental a qual pretende este trabalho, julga-se que se faz necessário para o bem dessa pesquisa “enigmatizar tudo aquilo que parece evidente”, como nos aconselha Paugam (2015, p.17) ao abordar a postura sociológica. A intenção é demonstrar que a frase citada é a menos esclarecedora a respeito de como as sociedades desenvolvidas do hemisfério norte (ou do chamado “Ocidente” ou, como serão chamados aqui, simplesmente os países ricos) enfrentaram o desafio da dinâmica demográfica no século XX. Menos clara é ainda essa frase para dizer como os países do hemisfério sul (ou de *industrialização tardia*, em desenvolvimento ou, simplesmente, pobres) estariam impossibilitados de alcançar alguma chance de sucesso como sociedades envelhecidas.

A afirmativa pode até ser uma boa introdução para discorrer sobre o tema, mas ela esconde os pontos socioeconômicos mais relevantes da questão e ignora completamente fatores indispensáveis para a honestidade da análise. Ela serve apenas

(ou com eficiência) para lobrigar o objeto desta pesquisa: os tipos de integração profissional e como o trabalhador idoso adequa-se a esta desigualdade nas relações laborais. Em primeiro lugar, ao tomá-la como uma verdade diante dos desafios que estão se colocando às nações mais pobres à medida que envelhecem ao longo do século XXI, apaga-se todo e qualquer efeito histórico, como será mostrado a seguir, sobre os fenômenos econômicos que constroem essa desigualdade social.

Isso parecia razoável para William Jevons (1835-1882) ao construir os alicerces de sua escola marginalista no século XIX, mas hoje sabemos absolutamente impossível desvincular Economia e História. Como afirmam alguns autores críticos à linha anti-histórica, é preciso resistir ao fatalismo sem cair em um passadismo saudoso para ajudar o leitor a considerar de outro modo os problemas de nosso tempo, isto é, vê-los como *processos*, sobre os quais é possível ter controle. O que se pretende aqui é confrontar esses processos de envelhecimento – dos países ricos e dos pobres – sem nenhuma idealização das sociedades do passado recente, subtração de dificuldades que hoje passam os países do hemisfério norte ou, muito menos, saudosismo de um determinado modelo econômico por considerá-lo estruturalmente ideal, como bem nos alertou Oliveira (2013) em relação às limitações do Estado de Bem-Estar Social.

O objetivo é emprestar contexto à assertiva citada acima. Segundo Reinert (2016, p. 61), “a ausência de contexto” impede qualquer grau de compreensão qualitativa. Para tanto, é sempre necessário “abrir a caixa preta” dos últimos trinta, quarenta, cinquenta anos e verificar como a Humanidade construiu sua História (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 29)¹, quais intervenções são necessárias e sua relação de dependência com outros fatores sociais, no caso, o envelhecimento populacional.

Do ponto de vista sociológico, portanto, considera-se essencial adotar perspectiva mais sofisticada, qual seja a análise do fenômeno na ligação “tempo e espaço” (GIDDENS, 1991, p. 22; HARVEY, 2013, p.187). Diz C. Wright Mills: “Jamais deveríamos pensar em descrever uma instituição na América do século XX, sem ter em mente instituições semelhantes em outros tipos de estruturas e períodos” (1969, p. 232). Para Bresser-Pereira (2015, p. 13), ao estudarmos determinada sociedade

¹ Os últimos trinta anos, no referencial dos autores, de acordo com a data da primeira edição do livro na França, seria de 1970 a 2000.

temos de pensá-la historicamente, o que significa que devemos pensá-la em termos de fases ou estágios de desenvolvimento por meio do qual a divisão do trabalho aumenta e essa sociedade torna-se mais complexa.²

Chang (2004, p. 21) destaca que mesmo a economia do desenvolvimento e a história econômica – dois campos da economia que dão grande relevância à abordagem histórica – foram abafados pela predominância da economia neoclássica, que adota o método hipotético-dedutivo, matematizado, racional e rejeita categoricamente o método histórico-dedutivo. De acordo com o autor, a “consequência funesta” dessa opção foi tornar particularmente *aistóricas* as discussões contemporâneas sobre a política de desenvolvimento econômico.

Em segundo lugar, o “ficar rico” tão citado, no caso, é o que menos importa porque menos eficaz – ou até mesmo menos factível. A frase, assim, alimenta a ilusão de que os países devem perseguir o *crescimento econômico* e, em consequência, atingiriam o enriquecimento para, enfim, estarem aptos a enfrentar os desafios demográficos – e, automaticamente, serem bem sucedidos na empreitada. Como nos alertou Oliveira (2013, p. 29), essa perspectiva, a chamada “teoria do crescimento do bolo” é uma “dialética vulgar”. Ampla literatura sustenta que nem os países pobres ficarão ricos³ nem essa riqueza atenderia, obrigatoriamente, a necessidade de oferecer bem-estar a uma população mais envelhecida.

A identificação mecânica do crescimento econômico com o bem-estar da população já está suficientemente questionada na literatura socioeconômica (PIKETTY, 2014; SOUZA SANTOS, 2000, SEN, 2000). Alguns autores acrescentam a essa complexidade – muitas vezes intimidante para a ciência - o fator da degradação ambiental (SACHS, 2009) e outros a desigualdade social (PIKETTY, 2014; STIGLITZ,

² De acordo com Bresser-Pereira et al (2016, pp. 5-7), há duas principais correntes metodológicas ou tradições de pensamento econômico: a tradição histórica e a tradição hipotético-dedutiva. Esta segunda, adotada pela teoria neoclássica e pela escola austríaca, parte de axiomas, como o *homo economicus* e a lei dos rendimentos decrescentes e deduz tudo o mais a partir deles. Por isso, seus modelos são matemáticos. Mas, segundo o autor, é um método impróprio para as ciências sociais. A tradição histórica observa o comportamento dos agregados econômicos, busca possíveis regularidades e tendências e formula a partir delas modelos econômicos simples. Os economistas históricos “sabem, desde o começo, que os agentes econômicos sempre tomam decisões em condições de incerteza”. O mesmo diz Chang (2004, p. 18).

³ Sobre essa afirmativa, ver ampla literatura econômica a respeito do “*catching up*” (ou alcançamento), que será explorado aqui mais tarde, e o ceticismo de diversos autores (de variadas escolas econômicas) a respeito dessa possibilidade em relação ao Brasil e outros países “emergentes” face à atual divisão internacional do trabalho, como Piketty (2015), Stiglitz (2012), Lara Resende (2013), O’Neil (2012), Attali (2008), Chang (2004).

2012; GORDON, 2016). O sonho do progresso seduziu os entusiastas da modernidade no século XIX e sustentou previsões econômicas otimistas no século XX, como as curvas em U invertido de Simon Kuznets (1955, p. 18), segundo a qual o avanço tecnológico distribuiria riqueza. No século XXI, a *riqueza* (crescimento) perde a centralidade do debate e é substituída pelo desafio de sua distribuição tão irregular ao longo da biografia capitalista.

A análise da relação entre crescimento econômico em ambiente democrático e trajetória das distâncias sociais no Brasil entre 1960 e 2010 mostrou um efeito limitado, apesar de avanços na redução da desigualdade social, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, com a universalização de serviços como a saúde – no caso da pessoa idosa, com seu reconhecimento inédito como um *sujeito de direitos* - e a partir de 2003 com uma política de aumento real do salário mínimo. Em outras palavras, apenas crescer e “ficar rico” significaria pouco para enfrentar os desafios do envelhecimento populacional, pois os resultados positivos em metade de um século têm origem em uma “*combinação*” (grifo da autora) de políticas distintas (ARRETCHE, 2015, p. 426), isto é, *escolhas* por parte das políticas públicas.

As condições para o bem-estar da população idosa nos países ricos são, obviamente, muito melhores do que nos países pobres em termos absolutos. No entanto, as questões inerentes à longevidade humana estão presentes no rol dos desafios sociais e econômicos independentemente do tamanho do produto interno bruto de cada um. Em resumo, o fato de serem países ricos pode até ter mitigado alguns dos efeitos do envelhecimento da população por alguns anos, mas, de forma alguma, a riqueza os solucionou por completo ou assegura perspectivas de manutenção do mesmo nível de bem-estar no futuro (OCDE, 2017).

Pelo contrário, o abismo social nos países do hemisfério norte cresceu junto com a riqueza, principalmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha (PIKETTY, 2015, 2015b, STIGLITZ, 2012, p. 04). No primeiro, 60% do crescimento foi absorvido pelo 1% mais rico entre os anos de 1977 e 2007 (PIKETTY, 2015b, p. 15). Em 2014, o Census Bureau ainda encontrava 33 milhões de norte-americanos sem nenhuma cobertura de saúde, o equivalente a 10% da população. Equacionar os sistemas de saúde, previdência social, educação, moradia, cuidados de longa duração e trabalho

depois dos 45, 50, 60 anos são hoje desafios para ricos e pobres como mostram estudos sociológicos comparativos (GUILLEMARD, 2010, pp. 126-188).

Sob qual economia os países pobres estão envelhecendo?

Até a crise financeira de 2008, os países ricos tiveram maior capacidade orçamentária para enfrentar a dinâmica demográfica (STIGLITZ, 2012). Esse potencial tem menos a ver com o fato de serem ricos ou mesmo com o ritmo atual do crescimento econômico. O determinante é o fator histórico (HOBSBAWM, 1982; JUDT, 2008; SENNETT, 2006). Ele altera completamente a frase usual na discussão, citada acima, e a transforma em uma questão: *Sob qual economia as populações dos países ricos envelheceram e sob qual economia as dos países pobres estão envelhecendo?* A resposta é bastante conhecida, ao menos para os economistas e sociólogos, porém, é preciso esmiuçá-la.

A pujança, obviamente, apoiou-se no “processo de expansão indefinida do papel do Estado e das arrecadações obrigatórias que esteve em curso nos anos 1950-1960” (PIKETTY, 2015b, p. 12). Os países ricos envelheceram sob o chamado Estado do Bem-Estar Social. Quase todos atingiram índices de 14% da população com mais de 65 anos⁴ durante a segunda metade dos anos 1980 e a primeira década dos anos 2000, portanto, depois de 40 a 70 anos de vigência da economia desenvolvimentista keynesiana do pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Esse arcabouço do conhecido Estado Previdenciário (ou Providência), desenhado na Conferência de Bretton-Woods, em última análise, só começa a ser desmoronado efetivamente no fim do século XX e início do século XXI.⁵ O rompimento ocorre a partir da desvinculação unilateral dos Estados Unidos com esse sistema monetário internacional, em 1971, e acentua-se depois dos choques do petróleo de 1973 e 1979, como será visto mais adiante.

Até então, o “capitalismo de reconstrução”, como o define Piketty (2015b, p. 13), nos chamados *Trinta Anos Gloriosos* (1945-1975) ofereceu, de novo no dizer do autor, “anos mágicos” para a população dos países do hemisfério norte. A maior característica desse período, do ponto de vista econômico, foi a aposta em uma

⁴ Nos países ricos, o parâmetro cronológico para a definição de idoso usado pela ONU é de 65 anos, enquanto para os países pobres é de 60 anos. O percentual de 14% de idosos na população é o referencial usado pela ONU para definir uma sociedade como envelhecida.

⁵ Sobre a Conferência de Bretton Woods e o embate de John Maynard Keynes para fazer valer suas ideias, ver Eichengreen, 2000, p.p. 131-182.

“sociedade mais bem regulamentada” (JUDT, 2008, p. 83), principalmente, a regulamentação financeira, que será explorada melhor mais tarde. Por enquanto, é fundamental destacar que, nas palavras do historiador Tony Judt, “qualquer pessoa (...) que tenha crescido (...) durante o pós-guerra tem bons motivos para ser grato ao Estado previdenciário” (2008, p. 90).

Embora uma vasta literatura reporte a construção do chamado Estado Previdenciário, é preciso aqui explorá-lo mais uma vez, usando principalmente o relato de Judt, para destacar sua relação com o envelhecimento populacional. A Alemanha no período bismarckiano (1871-1890) inaugurou as bases de um Estado Previdenciário com a criação de um sistema nacional de pensão, assistência médica, seguro contra acidentes no trabalho. Outros países, como a Grã-Bretanha e França seguiram essa tendência e instituíram Ministérios da Saúde em 1919 e 1920, respectivamente (PALIER, 2002 e 2003).

O alcance e a qualidade desses sistemas, porém, era limitado. Um dos motivos apontados pelos historiadores é o fato de todo esse aparato social ter sido implantado por governos liberais, logo, com caráter de *benefício* concedido e jamais de *direito*. Otto Von Bismarck (1815-1898), o “mais rude conservador disponível” da época, nas palavras de Hobsbawm (1982, p. 84), estava muito mais preocupado em impedir o avanço das ideias socialistas na Europa do que com o bem-estar dos trabalhadores (ESPING-ANDERSEN, 2007) e dos idosos. Ao lado dos sistemas nacionais de pensão, implantados em todos os países da Europa (inicialmente na Ocidental e depois na Oriental) entre as duas guerras, o seguro-desemprego obrigatório era o segundo pilar mais importante desse rascunho de uma arquitetura social.⁶

A preocupação maior a justificar essa rede de segurança, sem excluir a transferência direta de renda às famílias⁷, estava relacionada à política de estímulo à fecundidade, segundo Judt, “uma obsessão depois de 1918 devido ao elevado número de baixas populacionais nos combates” (2008, p.87). Esses sistemas, porém, guardavam particularidades que, como dito, os afastavam da condição de direito constitucional como são vistos hoje nas democracias ocidentais. Até então, esse esboço de sistema de

⁶ O seguro-desemprego surgiu na Grã-Bretanha, em 1911, depois avançou para a Itália (1919), Áustria (1920), Irlanda (1923), Polônia (1924), Bulgária (1925), Alemanha (1926), Iugoslávia (1926) e Noruega (1938). Ver Judt, 2008, p. 87.

⁷ Inicialmente instituída pela Bélgica em 1930 e logo depois pela França, Hungria e Holanda. Ver Judt, Op. cit.

seguridade social era, na verdade, uma colcha de retalhos na qual cada bloco era colado a partir de necessidades detectadas cujo atendimento estava sujeito à avaliação de *risco político*.

Os programas eram focados, sobretudo, para a mão-de-obra ativa, excluindo dessa rede de proteção, por exemplo, as mulheres, pois a participação delas no mercado de trabalho ainda era insignificante. Judt nos lembra que, na Grã-Bretanha, entre as guerras, a elegibilidade para o seguro-desemprego dependia de “Teste de Meios”, ou seja, comprovação de “pobreza absoluta” (Lei dos Desvalidos) que remetia a Lei dos Pobres do século XIX⁸ (2008, p. 87). A mesma herança de seletividade era observada nos sistemas de aposentadoria estruturados para atender a interesses do Estado sob determinadas categorias profissionais, como os militares, ou da iniciativa privada com os gestores do chão de fábrica ou ainda classes sociais com acessos a benesses estatais (PALIER, 2003, p. 12).

No romance *Os Demônios*, a única obra concebida por Dostoiévski com fins assumidamente panfletários, o autor russo ilustra bem essa realidade no fim do século XIX - e que invade o início do século XX. O personagem Piotr Stiepánovitch usa o “demônio da ironia” para referir-se à condição do “vigarista” Lebiádkin quando, diante de um grupo, para desmoralizá-lo faz escárnio com sua condição de aposentado. “Senhor funcionário aposentado do antigo serviço de provisões”, diz Stiepánovitch, para, em seguida contar que a sinecura foi obtida embora o beneficiário tivesse conhecida vida “*burlesque*” e “torrava na bebida” o pouco que ganhava, pois sempre “desdenhava de qualquer ocupação” (DOSTOIÉVSKI, 2004, p. 190).

O autor ilustra como o sistema, portanto, privilegiava aqueles com acesso à burocracia estatal por canais ilegais ou por apanágio. O uso da ironia para referir-se à aposentadoria nessas condições está longe de ser gratuito. Berman (1986, p. 13) nos lembra que Kierkegaard – segundo ele um grande modernista e antimodernista - afirmou que a mais profunda seriedade moderna deva expressar-se através da ironia. A ironia moderna se insinua em muitas das grandes obras de arte e pensamento do século

⁸ A Lei dos Pobres surgiu em 1601, em 19 de dezembro, pelas mãos da rainha Elizabeth I (1533-1603) com quatro princípios: a) obrigação de socorro aos necessitados; b) a assistência pelo trabalho; c) o imposto cobrado para o socorro aos pobres; d) a responsabilidade das paróquias pela assistência de socorros e de trabalho. Em 1834, a lei passou por reformulação, adequando-a a exigências da burguesia, com forte repressão sobre os pobres considerados aptos para o trabalho pela Comissão Real para a Lei dos Pobres (ENGELS, 2010, p. 61).

XIX; ao mesmo tempo ela se dissemina por milhões de pessoas comuns, em suas existências cotidianas. Em outras palavras, a ironia está a serviço da verdade que deve ser dita.

A consciência de o Estado ser o responsável por - e ter a obrigação de - oferecer um conjunto de serviços a *todos* os cidadãos, isto é, o sentido de *universalidade*, surgiu com a Segunda Guerra (SG). Inválidos, viúvas, órfãos, desempregados e a certeza keynesiana de que somente o socorro estatal seria capaz de devolver o mundo ao caminho da retomada econômica, em meio a uma Europa completamente destruída, transformaram o papel do Estado⁹ no pós SG. No início dos anos 1950, quase todos os países europeus já haviam construído um modelo próprio de Estado Previdenciário ou *Welfare State*. O que significava isso, afinal? Dito de outro modo, o que era, naquele momento da história, “ficar rico”? Considera-se que, ao propagar sentença tão taxativa, como a que se quer contestar aqui, é necessário esclarecer os detalhes do impacto desse conceito na vida das pessoas.

Uma ampla rede de “seguro coletivo”

Uma resposta bastante resumida poderia ser a garantia, pelo Estado, de provisão de *serviços sociais*. A resposta suscita uma nova pergunta: *Em quais serviços consistiria um Estado de Bem-estar Social ou justificaria esse modelo ser chamado assim?* A princípio, Saúde, Educação e Moradia, além dos sistemas de aposentadoria e seguro desemprego pré-existentes ou ampliados. O sistema *universal* de previdência assume o protagonismo por seu caráter inerente de “distribuidor de renda” (JUDT, 2008, p. 88). Aos poucos, em grande variação de intensidade, cada estado modulou a oferta desses serviços. Portanto, o Estado Previdenciário, importante que se diga, ao contrário de como costuma ser compreendido pelo senso comum, foi muito além da previdência.

⁹ Um rápido resumo dessa destruição pode ser lembrado com alguns dados do livro de Judt. Em fevereiro de 1946, por exemplo, no subúrbio de Treptow, em Berlim, entre os habitantes de 19 a 21 anos, havia 181 homens para 1.105 mulheres (Judt, 2008, p. 33). Estima-se que cerca de 36,5 milhões (o equivalente a toda a população da França na época) de europeus morreram entre 1939 e 1945 de causas diretamente relacionadas com a guerra (p.31). Em Viena, no ano de 1945, a mortalidade infantil foi quatro vezes maior que em 1938 (p. 36). A infraestrutura no Oeste Europeu estava seriamente avariada, das 12 mil locomotivas francesas restaram apenas 2.800 e somente em 1944 e 1945, a França perdeu 500 mil residências (p. 30 e 31). Havia ainda a crise dos refugiados. Se na I GM, lembra Judt, o deslocamento foi de fronteiras, na II GM, foi de pessoas. Em 1951, ainda restavam 177 mil pessoas em acampamentos de deslocados da guerra na Europa, a maioria idosos e doentes, “porque ninguém queria aceitá-los” (p.46). Nenhum país aceitava idosos, órfãos ou mães solteiras como imigrantes no pós-guerra (p.45).

Por meio de subsídios estatais, ele abarcou o transporte coletivo, as áreas de recreação públicas situadas principalmente nos subúrbios para garantir lazer aos mais necessitados e a arte e a cultura fomentadas com recursos públicos. Na Europa, principalmente, o Estado do Bem-estar disfarçou-se em toda uma política distributiva por meio de “robustos subsídios agrícolas” (JUDT, 2008, p. 87). Além de uma graduação, o que diferenciava esses sistemas em cada país era a forma de custeio dos serviços, como será visto. Esses modelos variados foram consequência da tradição política e ideológica nas sociedades europeias. O novo papel do Estado resultou da formação de um consenso na Europa em torno da substituição do “Estado guardião”, excessivamente restrito às atribuições de segurança, por um “Estado interventor”, capaz de impedir o autoritarismo por meio de políticas de *planejamento*. Esse planejamento, porém, é totalmente distinto do modelo soviético. Tratar-se-ia, agora, de ajustar desequilíbrios, eliminar ineficiências, compensar a desigualdade social e injustiças - ou “falhas de mercado”.

O consenso implicava no diagnóstico segundo o qual o capitalismo *laissez-faire* mantido mesmo depois da Primeira Guerra Mundial, debaixo de críticas do jovem economista John Maynard Keynes¹⁰, levava o mundo à Grande Depressão depois do *crash* da Bolsa de Nova Iorque em 1929, ao desemprego, ao autoritarismo e à nova guerra. Durante esse período, os economistas planejadores (mais tarde seriam chamados de keynesianos) amargaram uma frustração e tanto. No pós SG, porém, o *planejamento* tornou-se “a religião política da Europa” e a intervenção na economia já não era mais vista como algo detestável, pois “se a democracia haveria de funcionar, se a democracia haveria de recuperar o seu apelo, precisava ser *planejada*” (JUDT, 2008, p. 81).

¹⁰ Logo após a Primeira Guerra Mundial, o jovem economista Keynes tentou impor suas políticas desenvolvimentistas e foi ignorado pelo *mainstream* econômico. Suas ideias só se estabeleceram em Bretton Woods em 1944. Keynes, como se sabe, resumiu essas ideias rechaçadas em 1919 no livro “*As consequências econômicas da paz*”. A explicação de Judt (2008, p. 79-80) pode ser útil para entender o momento: “Durante a maioria dos anos do período entre as guerras, indivíduos que aspiravam à condição de planejadores (e os apoiavam) padeceram de frustração à margem da política. A geração de políticos mais velhos não lhes dava ouvidos: para muitos integrantes da direita conservadora e do centro, intervenção na economia era algo detestável, ao passo que na esquerda socialista prevalecia a crença de que somente uma sociedade pós-revolucionária poderia planejar racionalmente seus interesses econômicos. Enquanto isso não ocorresse, o capitalismo estaria condenado a sofrer e, finalmente, ruir, em consequência de suas próprias contradições. A ideia de que alguém pudesse “planejar” uma economia capitalista parecia, para ambos os lados, uma insensatez. Os frustrados defensores do planejamento econômico, por conseguinte; viam-se frequentemente atraídos por partidos autoritários da extrema direita, nitidamente mais favoráveis à abordagem dos planejadores”.

O *planejamento* transformou-se em *confiança* no Estado. Nas palavras de Judt, formara-se o consenso de que “somente o Estado impediria o indivíduo de cair na miséria” (Op.cit., p. 83).¹¹ Era o momento de cidades bem construídas, bem planejadas, incluindo parques, campos para práticas esportivas, moradias, escolas, fábricas e lojas. Havia uma crença de que “o governo” reunia capacidade para resolver problemas complexos mobilizando e direcionando pessoas e recursos para empreendimentos de proveito *universal*. Bauman lembra que o Estado do Bem-Estar foi concebido a fim de reabilitar os temporariamente inaptos e estimular os que estavam aptos a se empenharem ainda mais e destaca que longe de ser caridade era uma forma de “seguro coletivo” em nome da paz (1998, p. 51).

Judt destaca que esta era a visão até mesmo de democratas cristãos então emergentes em todo o Oeste Europeu e de outras correntes muito além da socialista. Harvey (2013, p. 123) explica que

“era difícil para capitalistas e trabalhadores recusarem racionalizações que melhorassem a eficiência numa época de total esforço de guerra. Além disso, as confusões entre práticas ideológicas e intelectuais complicavam as coisas. A direita e a esquerda desenvolveram sua própria versão de planejamento estatal racionalizado (...) como solução para os males a que o capitalismo estava tão claramente exposto, em particular na situação dos anos 1930.”

Esse ambiente facilitou a tomada do “alto comando” da Economia, mesmo na Grã-Bretanha, berço do Liberalismo, ou na Itália, onde o fascismo fora derrotado mas sua herança estatal permaneceu intacta, e na Alemanha e na Holanda, onde a iniciativa privada estava rigidamente regulada por normas preditivas e prescritivas das condições de trabalho e distribuição do excedente. O setor público, assim, cresceu rapidamente na Europa Ocidental tanto em número de funcionários como em gastos do governo. Um ano depois do fim da guerra, em maio de 1946, um quinto de toda a capacidade industrial da França pertencia ao Estado (Op. cit., p. 84), colocando o país como o único exemplo de resultados concretos do *planejamento*, consequência do *Plan de*

¹¹ A título de ilustração, Judt cita o que o historiador inglês A. J. P. Taylor disse a ouvintes da BBC em novembro de 1945: “Ninguém na Europa acredita no estilo de vida norte-americano, isto é, na iniciativa privada, ou melhor, os que acreditam formam um partido derrotado que parece não ter mais futuro na Inglaterra do que os jacobitas depois de 1688.”

Modernisation et d'Équipement de Jean Monnet, ministro da Economia de Charles De Gaulle.

O Plano Monnet, como entrou para a história, nacionalizou (ou estatizou) o transporte aéreo, bancos, 32 companhias seguradoras, serviços públicos essenciais, minas, fábricas de munição, o grande complexo industrial da Renault (por seu proprietário ter sido condenado por colaborar financeiramente com o governo nazista alemão) e, segundo Judt, construiu consenso por meio de sanções governamentais favorecidas por uma certa cultura política inclinada a decisões autoritárias (Op.cit., 84). Sob a chancela do Plano Monnet, semente do Plano Marshall – a ajuda norte-americana, que veremos adiante -, a França foi o primeiro país ocidental a se comprometer inteiramente com o crescimento econômico.¹²

Em síntese, o *planejamento* governamental consistia em escolhas difíceis de alocação de recursos escassos pelo setor público e, acima de tudo, de quem seriam os beneficiários desses investimentos em todos os setores. No Leste Europeu, esses recursos foram destinados à infraestrutura básica (rodovias, ferrovias, fábricas, serviços públicos essenciais, como saneamento), sacrificando, por outro lado, pelo menos inicialmente, moradia, saúde, educação, assistência social e, principalmente, bens de consumo considerados supérfluos. Não surpreende, portanto, sublinha Judt, o fato de a privação material e pavorosa carência ter servido de tapete vermelho para a marcha de governos autoritários e Estados opressores naquela região (Op. cit, p. 85).

Na Europa Ocidental, todavia, a diferença foi pequena. Os anos de recuperação na Grã-Bretanha impuseram uma política de austeridade fiscal¹³, assim como na França o destino dos recursos deu prioridade a grandes indústrias de *setores específicos* com

¹² Judt, como citado anteriormente, preocupa-se em destacar que esse tipo de planejamento francês em nada tem a ver com o planejamento soviético do governo bolchevique. Este estabelecia metas de produção arbitrárias e rígidas, setor por setor, mercadoria por mercadoria. Não é isso que se está falando no caso francês. O Plano Monnet restringia-se a prover o governo de uma estratégia e de alavancas para estimular, ativamente, a realização de objetivos prioritários, o que o tornou uma iniciativa sumamente original, nas palavras de Judt (Op. cit, p. 85).

¹³ Conta Judt: “Nas eleições de 1945, pela primeira vez na História, o Partido Trabalhista obteve ampla maioria no Parlamento e (...) fez avançar uma vasta gama de nacionalizações e reformas sociais, culminando com a implantação do primeiro Estado previdenciário do mundo. (...) Foi um tempo de austeridade. Com o intuito de aumentar os níveis de exportação do país (e assim obter moeda estrangeira), quase tudo era racionado ou, simplesmente, indisponível: carne, açúcar, roupas, carros, gasolina, viagens internacionais, até doces. O racionamento de pão, jamais imposto durante a guerra, foi introduzido em 1946 e somente abandonado em julho de 1948. Em 5 de novembro, o governo comemorou, com alarde, o “fim das restrições”; mas com o aperto do cinto causado pela Guerra da Coréia, muitas daquelas mesmas restrições tiveram que ser reinstituídas, e o racionamento básico de comida só acabou na Grã-Bretanha em 1954 – muito depois do restante da Europa Ocidental. (2008, pp. 174-176).

vistas à formação de um mercado de capitais que pudesse fomentar as exportações. Em uma palavra: emprego. O Plano Monnet, nos dois primeiros anos do pós-guerra, negligenciou com o consumo doméstico, habitação e serviços e pagou o preço com greves e ascensão do Partido Comunista. Algo similar se repetiu na Itália.

Investimentos em tempos de escassez

A construção do Estado Previdenciário – mais uma vez descata-se aqui o seu caráter de *processo* transcorrido por vários anos – mitigou esses efeitos sociais no longo prazo. Afinal, havia consenso de que o custo social entre 1919 e 1939, com a grande depressão no meio, suscitou em polarização política e desembocou na SG. Diz Judt: “Tanto o fascismo como o comunismo prosperaram com o desespero social, com o abismo entre ricos e pobres” (Op. cit., p. 86).

O Estado Previdenciário, obviamente, foi custoso. Se pôde satisfazer a todas as exigências da conjuntura econômica do pós-guerra é outra questão. Cada um dos três modelos clássicos cristalizados na literatura (Bismarckiano/continental, Liberal/anglo-saxão e social-democrata/escandinavo, os dois últimos baseados nas propostas do famoso relatório de William Beveridge de 1942)¹⁴ atendeu à urgência de cada país e, o que interessa mais para este trabalho, proporcionou condições para um envelhecimento satisfatório, pois

graças ao surgimento de Estados previdenciários, os europeus, mais do que nunca, passaram a se alimentar mais e (de modo geral) melhor, a viver mais e com mais saúde, a residir em casas melhores e a se vestir melhor. Acima de tudo, sentiam-se mais seguros. Não é por acaso que, quando perguntados sobre o que pensam dos serviços públicos, os europeus quase sempre apontam em primeiro lugar o esquema de cobertura de seguro e pensão que o Estado lhes proporcionou no pós-guerra. Até na Suíça, país que segundo os padrões previdenciários europeus é deficiente em cobertura, a Lei Federal de Previdência da Terceira Idade e dos Sobreviventes, promulgada em dezembro de 1948, é considerada por muitos cidadãos um dos grandes feitos do país (JUDT, 2008, p. 90).

¹⁴ Para esses modelos, ver Guillemard, 2010, p. 106; Esping-Andersen, 2007. Sobre o relatório Beveridge, ele era baseado nos seguintes pilares: saúde e previdência, meta de pleno emprego e transferência direta de renda às famílias necessitadas, ver Judt, 2008, p. 89.

Desnecessário, por ampla literatura cumprir esta tarefa, detalhar cada um dos três tipos clássicos de Estado Previdenciário. Na intenção de fornecer dados para uma comparação entre o processo de envelhecimento de países pobres e ricos, no entanto, considera-se ilustrativo sublinhar apenas diferenças importantes nos esquemas de custeio para as inúmeras coberturas do “risco velhice” pelo setor público:

“Alguns países captavam receita através da arrecadação de impostos e ofereciam assistência e serviços gratuitos, ou amplamente subsidiados – era esse o sistema escolhido na Grã-Bretanha, onde o esquema refletia a preferência de então por monopólios estatais. Em outros países, cidadãos recebiam benefícios em espécie, de acordo com critérios de elegibilidade determinados a partir de parâmetros sociais, ficando os beneficiários livres para escolher os serviços que pretendessem adquirir. Na França e em alguns países menores, cidadãos pagavam por determinados tipos de serviços médicos, por exemplo, mas depois o Estado lhes ressarcia boa parte das despesas. (JUDT, 2008, p.p. 87-88)”

Outro ponto relevante é que muitos países adotaram essa política mesmo ainda em fase de recuperação econômica depois da queda sofrida nos anos 1930 e dos impactos financeiros da própria guerra:

“A França, que em 1938 destinara apenas 5% do Produto Interno Bruto (PIB) aos serviços sociais, em 1949 consignava a essa rubrica 8,2%. Na Grã-Bretanha, já em 1949, quase 17% da totalidade dos gastos públicos ficavam por conta da previdência social, um aumento de 50% em relação ao nível registrado em 1938, e isso ocorreu num momento em que o governo procurava evitar custos elevados com previdência social, desviando recursos e benefícios para o setor privado ou para o local de trabalho, o percentual de despesas do governo com serviços sociais em relação ao PIB subiu de 3,3%, em 1938, para 5,2%, em 1949” (JUDT, 2008, p. 90).

A construção desse arcabouço social tinha como alvo, em primeiro lugar, esse “seguro coletivo”, a coesão social rompida com a guerra, portanto, o alvo era a paz. E de onde ela viria? A resposta era consensual: do pleno emprego. Esta era a premissa que servia de base para tudo porque, em último estágio, garantiria o bom envelhecimento até então atributo apenas para alguns poucos sob os benefícios seletivos do sistema anterior

à SG. Por isso, a desmoralização do discurso liberal dominante no entre guerras, baseado em pilares como meritocracia, motivações individuais que se constituiriam em benefícios coletivos, entre outros argumentos contrários ao papel do Estado, deu justificativa à adoção do *planejamento* mesmo em tempos de escassez e

“por que os europeus estavam dispostos a pagar tanto por seguro e outros itens previdenciários numa época em que a vida era tão difícil e as carências materiais tão endêmicas? A primeira razão é que, *precisamente* [grifo do autor] porque os tempos eram difíceis, os sistemas previdenciários no pós-guerra garantiriam o mínimo de justiça. O cenário não configurava a revolução espiritual e social sonhada por muitos integrantes da Resistência durante a guerra, mas era o começo de um distanciamento em relação à desesperança e ao *cinismo* dos anos que antecederam o conflito” (JUDT, 2008, p. 90).

Os Estados previdenciários do oeste europeu, como destaca o autor, não tinham tendências desagregadoras, ou seja, prezavam a coesão social por meio da redistribuição de riqueza (alguns mais que outros) sem que essa tivesse que se dar por meios revolucionários. O Estado do Bem-Estar Social, portanto, atendia parcialmente a essa “revolução espiritual” do capitalismo tão almejada pelos *planejadores*. Não havia um caráter de construí-lo para “explorar os ricos” (Op.cit., p.90). Segundo Judt, ao contrário. Embora as maiores vantagens imediatas tenham sido colhidas pelos mais pobres, a longo prazo, foram os integrantes da classe média profissional e comercial os verdadeiros beneficiários, pois, antes da SG a cobertura de serviços os excluía e estes só podiam obtê-la no setor privado. Esse fornecimento de saúde, educação, transporte coletivo – o famoso lema de que o Estado ampara “do berço ao túmulo” - ampliou a capacidade de poupança para a velhice dessa geração de profissionais administrativos, assalariados e profissionais liberais mesmo em países maiores em população e pobres comparativamente, como a Itália (Op.cit, p. 91).

Neste ponto, a sentença original deste capítulo transforma-se em uma segunda questão: *Como, afinal, os países ricos ficaram ricos ou permaneceram ricos depois da guerra? Apenas a industrialização precoce seria resposta satisfatória?* É preciso “enigmatizar” novamente esta percepção porque

“Hoje em dia, muitos observadores mostram-se inclinados a ver a estatização e a dependência do Estado como o grande problema

européu, e consideraram a ‘salvação que vem de cima’ a grande ilusão da atualidade. Para a geração de 1945, um equilíbrio praticável entre liberdades políticas e a função distributiva racional e correta do Estado gestor constituía a rota exclusiva para sair do abismo.” (Op.cit., p.91)

Poder-se-ia dizer, para o autor, que se vivia uma fase “pós-ideológica”, onde prevaleceu uma “visão coletiva pragmática” (Op.cit., p. 96). O resultante foi uma distribuição de renda e riqueza seja pela destruição de capital fixo ocorrida durante a SG, como assinala Piketty (2015), seja por meio do Estado previdenciário com a derrubada de tabus econômicos e sociais em nome da retomada. Um desses tabus é a reforma agrária patrocinada em vários países europeus como parte dessa construção. A maioria “ arrasadora ” da população predominantemente rural da Europa sobrevivía em condição de penúria e endividamento (JUDT, 2008, p. 91).

Por razões políticas, diz Judt, os camponeses eram frequentemente excluídos da previdência social e dos esquemas de pensão. Bismarck havia criado o primeiro sistema de aposentadoria rural em 1899, no entanto, a cobertura era precária e os benefícios irrisórios (PALIER, 2003, p. 13). O passado ainda pesava sobre os camponeses do continente. Grandes extensões de terras mais férteis e, mais ainda, de pastos continuavam nas mãos de poucos latifundiários, muitas vezes ausentes, em muitos casos irredutivelmente contrários a qualquer melhoria das condições da terra, dos arrendatários e dos lavradores.

Na década de 1930, essa situação agrava-se com a deterioração dos termos de troca e muitos migram para os Estados Unidos e América do Sul. As primeiras tentativas de reforma agrária fracassaram em poucos anos. No sul da Itália, as terras distribuídas eram inadequadas ao plantio. No Leste Europeu, as terras distribuídas logo foram confiscadas pelo avanço comunista. No entanto, todo o processo colocou em evidência a situação do trabalhador rural. A curto prazo, serviu para quebrar aquele “cinismo” do discurso liberal que, na citação acima, Judt nos deu notícia.

Foram feitos investimentos estatais em pequenas propriedades, concedidos subsídios, linhas de crédito inovadoras por bancos rurais recém criados garantidas por valor mínimo na compra da produção. Apesar dessas iniciativas, o problema no campo foi equacionado mesmo pela demanda sem precedentes de mão-de-obra nas cidades absorvendo o excedente das zonas rurais empobrecidas e deixando a população agrícola

com menos bocas para alimentar (JUDT, 2008, p. 93) e maiores chances de melhorar de vida. Esse processo iniciou-se ainda antes dos tempos de paz. A própria guerra, como se sabe, serviu como fator de enriquecimento para alguns países.

Suíça e Suécia enriqueceram durante o conflito mundial com uma “neutralidade” a serviço da Alemanha, por exemplo, exigindo a identificação de judeus nos passaportes, entre outras artimanhas. Antes da guerra, esses países tinham regiões marcantes de pobreza rural. Outras nações mantiveram uma tradição de exploração de suas colônias e, nos anos de guerra, colocaram esses territórios a serviço da Alemanha nazista, como Portugal, que usava portos sob seu domínio para transportar tungstênio para Berlim. O uso das colônias, seja de forma estratégica ou a usurpação de riqueza propriamente dita, foi fundamental para esses países acumularem mais recursos para construir um Estado de Bem-Estar Social depois de 1945 (Op. cit; p. 98).

O estigma da dependência do Estado

Os planejadores, ao adotarem esses diversos e amplos tipos de cobertura, vislumbravam também apagar o *estigma social* sobre aqueles que dependiam do Estado para a sobrevivência básica. Os “Testes de Meios” criados no século XIX almagamado ao discurso liberal colavam nos necessitados de ajuda estatal o rótulo de inúteis por incapacidade, desleixo, vagabundagem ou velhice. Era preciso acabar com aquele caráter de “caridade” citado por Bauman. Uma seguridade social regulamentada e universal (ou mais próxima possível à universalidade) propiciou e estimulou a classe média a perder a vergonha de usufruir de benefícios ou direitos, fomentando, assim, um mercado interno, a médio prazo, composto por homens trabalhadores e também por idosos aposentados e, a grande novidade, mulheres, afinal

“pela primeira vez, mulheres que não trabalhavam fora e que não dispunham de seguro particular de saúde obtiveram cobertura. A humilhação e a dependência social da antiga Lei dos Desvalidos e sua prova de indisponibilidade de recursos financeiros chegaram ao fim; nas ocasiões (supostamente raras) em que precisasse de assistência pública, o cidadão ou a cidadã do Estado previdenciário teria agora pleno direito ao auxílio solicitado. Serviços médicos e dentários eram oferecidos gratuitamente, o pagamento de pensão tornou-se universal, e um auxílio financeiro às famílias (na base de 5 xelins [25 pences] por semana, para cada filho, a partir do segundo) foi introduzido. O principal projeto de

lei encaminhado pelo Parlamento [britânico] a respeito desses programas recebeu sanção real em novembro de 1946, e a Lei do Serviço Nacional de Saúde (NHS) – que é o pilar do sistema previdenciário – foi ratificada em 5 de julho de 1948” (JUDT, 2008, p. 89).

Como se percebe, a construção do Estado do Bem-Estar Social andou em paralelo com a preocupação demográfica (a taxa de fecundidade). Essa intersecção será explorada mais adiante. Por ora, é preciso antes se debruçar sobre um segmento fundamental para os *planejadores* ao tecerem essa rede social do pós SG: a habitação. Esse item também guarda uma correlação próxima com o envelhecimento populacional (que será abordado logo mais nessa pesquisa) e com o enriquecimento dos países do hemisfério norte. O impacto econômico mais óbvio da guerra, testemunhado por amplo material fotográfico, foi a oferta de habitação em meio à destruição em massa de várias cidades europeias (Op. cit, p. 96).

A destruição, no entanto, estava mais concentrada nas casas da população civil do que nas plantas industriais. Alguns países saíram da guerra mais industrializados do que entraram, como Hungria e Eslováquia (Op. cit., p. 97). Assim o setor imobiliário ganhou prioridade no esforço de reconstrução. Era preciso, portanto, inclusive para a Alemanha, reerguer casas (de operários), assim como linhas de transportes públicos para as fábricas voltarem imediatamente a produzir. Na fábrica da Volkswagen, 91% da maquinaria tinham sobrevivido aos bombardeios e aos saques. Em 1948, a montadora já fabricava um em cada dois carros da Alemanha Ocidental. A Ford praticamente quase saiu da SG imune em danos materiais (Op. cit, p. 100).

A emergência de reconstrução, portanto, acabou por impulsionar o setor imobiliário e abriu facilidades para a provisão pública de habitação social que se tornou um dos pilares da construção de uma política de bem-estar na Europa, um pacto redistributivo entre capital e trabalho a sustentar décadas de crescimento econômico (ROLNIK, 2015, p. 35). Segundo Judt, 3,5 milhões de residências na área metropolitana foram destruídas na SG, um número superior ao do Grande Incêndio de 1666 (2008, p. 96). De acordo com Rolnik, 5,5 milhões de unidades de habitação social foram construídas no Reino Unido e na Irlanda entre o fim da guerra e 1981. Grande parte dos idosos europeus de hoje foi beneficiada pela habitação social direta ou indiretamente. Conta Rolnik (2015, p.p. 43-44) que

“em 1942, o relatório do Inter-Departmental Committee on Social Insurance and Allied Services [Comitê Interdepartamental para Serviços de Seguridade Social e Afins] incluiu uma série de medidas para lidar com a pobreza extrema, defendendo que cabia ao Estado prover moradia adequada aos doentes, desempregados, aposentados e viúvos. Esse relatório gerou a Lei de Assistência Nacional, de 1948, que estabelecia a base para a rede de segurança social, a qual incluiu auxílios à moradia adequada. Ordenou-se às autoridades locais que providenciassem acomodação apropriada aos que não pudessem prover para si mesmos. Mais de um milhão de novas casas foram construídas em cinco anos depois da guerra (metade delas era *council housing*, conjuntos habitacionais públicos construídos pelas prefeituras). O mesmo ritmo foi mantido nas duas décadas seguintes, com pico no início dos anos 1950 e no final dos anos 1960 de mais de 300 mil unidades por ano. Mesmo em tempos de restrições econômicas, como foi o imediato pós-guerra, aumentar o estoque de moradia social era uma prioridade.”

Essa política habitacional deu ao modelo de *council housing* o status de principal provedor de moradias, entre os anos de 1940 e 1970, para as famílias de média e baixa rendas da classe trabalhadora do Reino Unido. Nos Estados Unidos, a crise dos anos 1930 obrigou um redesenho do setor de habitação. Há registro de mais de 250 mil execuções hipotecárias residenciais por ano após o estouro da bolha de 1929 (Op. cit, p. 57). Essa calamidade levou a intervenção federal no setor em 1937 com a Lei Wagner-Steagall de Habitação sob a qual o governo custeava, construía e tornou-se proprietário de moradias para aluguel subsidiado aos pobres. Em plena recessão, o crédito subsidiado e as isenções fiscais eram justificadas pela necessidade de se criar empregos e melhorar a situação de vida dos moradores das *slums* (habitações precárias).

De acordo com Rolnik, essa política norte-americana redesenhou as cidades, pois produziu conjuntos habitacionais públicos (*housing projects*) nas áreas mais centrais e as casas da classe média, construídas por meio de crédito facilitado, foram para os subúrbios de baixa densidade populacional. No pós SG, o perfil dos moradores desses conjuntos era basicamente formado por uma classe operária branca (*working poor*). É o caso do *Cabrini Green*, em Chicago, como conta Sennett (2004, p. 19):

“No início do século passado, americanos negros e pobres começaram a fugir da servidão do sul rural, mudando-se para cidades do norte. Quando começou a Segunda Guerra Mundial, esta maré de migrantes engrossou; mulheres e homens negros encontraram trabalho industrial nas fábricas da guerra, que proporcionavam às mulheres uma alternativa ao serviço doméstico. Em Chicago, minha cidade natal, os brancos não eram mais favoráveis aos negros do que no sul; o aparecimento destes novos trabalhadores da indústria levou imigrantes poloneses, gregos e italianos a se afastarem dos negros, apesar de todos terem de trabalhar juntos. Contudo, os planejadores urbanos procuraram deter a evasão branca dos bairros em que os negros se estabeleceram construindo novas habitações no centro de Chicago, reservando um certo número de lugares aos brancos pobres. O *Cabrini Green* era um desses enclaves raciais mistos, e foi ali que passei minha infância. (...) O conflito racial tinha uma longa história em Chicago; na Segunda Guerra Mundial, as autoridades sabiam que tinham de enfrentar este problema. Quando o *Cabrini* foi inaugurado, em 1942, as autoridades propuseram aos brancos pobres: se quiserem viver no meio de negros, cuidaremos de seus aluguéis”.

Harvey (2013, p. 122) vê nessa “suburbanização e desconcentração” promovidas pelo planejamento estatal norte-americano “o principal elemento de estímulo da demanda efetiva” para os produtos da Ford – e toda a transformação produtiva que o *fordismo* propiciou - no longo período de expansão do capitalismo a partir de 1945. Essas reformas institucionais nos Estados Unidos resultaram, no setor imobiliário, numa legislação de habitação “muito positiva” em 1947 que “decretava” o direito de todos os norte-americanos à moradia decente em um local decente (HARVEY, 2014, p. 105).

Logo, no que diz respeito ao estímulo à acumulação de riqueza daquela geração e das futuras, todavia, essa política foi eficaz e duradoura. As políticas assistenciais de moradia invadiram o século XXI em alguns países europeus, como Holanda e Dinamarca, onde o estoque público ou semipúblico de habitação ainda era disponibilizado aos cidadãos a preços regulados, e não de mercado, sem limite de renda, até a crise de 2008 (ROLNIK, 2015, p. 70)¹⁵.

¹⁵ É ilustrativo mencionar Shiller (2016) quando discute o estigma da pobreza no processo eleitoral de 2016 nos Estados Unidos. Ele destaca que o apoio mais entusiásticos a Donald Trump tendeu a vir das

Envelhecer num interstício do capitalismo

Ao investigar a natureza da experiência de envelhecimento das populações dos países ricos, esse breve relato sobre a abrangência dos modelos de Estado do Bem-Estar Social permite responder melhor à questão inicial: os países ricos envelheceram sob uma economia *planejada* dominada e regulada pelo Estado. O balanço desse período – no qual esses países experimentaram um aumento da expectativa de vida e uma elevação da taxa de fecundidade (até os anos 1960) – está resumido pela frase de Judt citada no início deste capítulo. Ou pelo slogan vitorioso de Harold Macmillan (1894-1986), primeiro-ministro conservador britânico (de 1957 a 1963), na eleição de 1959, ao responder a um manifestante: “O senhor nunca viveu tão bem”.

Essa fase do pós SG, como já mencionado, denominada *Les trente glorieuses* ou *La Révolution invisible de 1946 à 1975* pelo francês Jean Fourastié ou Era de Ouro por autores anglo-americanos, é interpretada, porém, como um interstício do desenvolvimento do capitalismo, “talvez uma fase única” (HOBSBAWM, 1995, p. 253). O entendimento desse período como exceção no curso “natural” do capitalismo é consenso entre as várias escolas econômicas (PAUGAM, 2000, p. 63). Até mesmo autores seguidores da teoria econômica de Joseph Schumpeter (1883-1950) de que a inovação e o empreendedorismo funcionam como força motriz do capitalismo definem o período fordista-keynesiano como “um interlúdio infeliz no progresso capitalista”. Infeliz porque sua falência evidenciou, no entender de Harvey, as contradições inerentes ao sistema a despeito da diversidade nas causas apontadas para a interrupção desse período de crescimento (HARVEY, 2013, p. 163).

Após a guerra, essa era surgiu com uma pretensão de perenidade e chegou a enganar alguns intelectuais. Chesnais chama a atenção para os erros de avaliação de Karl Polanyi ao escrever em 1944 o clássico “*A grande transformação*”. De acordo com Chesnais, Polanyi julgava ver um esboço de retomada do controle dos mecanismos do mercado pela sociedade em três níveis chave: o trabalho humano, o uso da terra e a moeda. Essas “mercadorias fictícias”, como criticou Polanyi, dariam sustentação ao

peças com renda média ou estagnada e de baixo nível educacional, embora a campanha do republicano tenha defendido menos impostos para os mais ricos. O autor atribui essa preferência ao fato de os mais desfavorecidos pela desigualdade perceberem o sistema tributário progressivo como um “imposto punitivo” para os ricos a fim de “dar dinheiro” para os pobres. “A redistribuição é sentida como degradante, como ser rotulado de fracassado, como instável. É sentida como ser enredado em uma relação de dependência que pode se romper a qualquer momento”.

“moinho satânico” do capitalismo (POLANYI, 2000). No entanto, cinquenta anos depois, a economia mundial reencontrou-se com “as antípodas dessas esperanças”, no entender de Chesnais (1996, p. 42).

Castel definiu a fase áurea de “Estado de crescimento”. Nas palavras dele, ela foi fruto da articulação dos dois parâmetros fundamentais “que acompanharam a *sociedade salarial* em sua trajetória e teceram com ela vínculos essenciais: o crescimento econômico e o crescimento do Estado Social” (CASTEL, 2012, p. 479). O autor acentua “a perturbadora *singularidade* de um período *inédito* na história da humanidade ou pelo menos dos países industrializados”. Até a metade do período entre-guerras, o salário “raramente” era o recurso único ou mesmo principal dos membros da burguesia, também beneficiados por rendimentos patrimoniais – os termos “salário” e “assalariado” eram reservados apenas a operários (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 25).

A ampliação dessa condição salarial impulsiona a construção desse período quando profissões de nível superior passaram a exigir novos dispositivos de garantia em substituição ao patrimônio de que só dispunha a antiga burguesia. As garantias patrimoniais transformam-se, então, pela ação do Estado, em *garantias sociais* ou *patrimônio social* (Castel, 2012). Um amplo receituário passa a ser seguido para salvaguardar o futuro desses trabalhadores de diversos níveis, como promoção regular nas carreiras ao longo da vida (que facilita o crédito), seguro social, fundos mútuos, estabilidade de salários cuja redução passa a ser proibida, proibição do trabalho intermitente, reajuste com base em inflação, refeitórios, clubes desportivos para empregados, colônias de férias, cooperativas... enfim, toda uma forma de se viver “burguesmente”, dessa vez em regime salarial (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 26). Harvey (2000, p. 131) defende que o fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um “modo de vida total”.

A condição salarial implicou em troca de ganhos reais (acima da inflação) pela cooperação e disciplina da classe operária, dos novos trabalhadores assalariados e, agora, fundamentais nessa arquitetura, os *cadres*, a categoria dos gerentes, coordenadores, diretores, enfim, executivos responsáveis por garantir o ritmo do modelo

de acumulação. Essa contradição logo emergiu sob o mar da racionalização, deixando exposta a incapacidade de o consenso capital e trabalho perpetuar esse modelo, pois

“na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas de rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes” (HARVEY, 2000, p. 135)

Ao observar a evolução da produtividade a longo prazo nas economias de mercado avançadas, Castells detecta a tendência baixista do crescimento dessa variável a partir do início da década de 1970. De acordo com o autor, apenas no período 1953-1970 obteve-se um crescimento da produtividade acima de 2%. Esse resultado ímpar ocorreu devido à aplicação das inovações tecnológicas industriais desenvolvidas durante a guerra. No início dos anos 1970, a Revolução da Tecnologia de Informação apresentou os primeiros sinais de exaustão. Nos períodos imediatamente posteriores, no caso dos Estados Unidos, a tecnologia deixou de contribuir para o crescimento da produtividade geral dos fatores (CASTELLS, 1999, p.p. 92-93). Em consequência, tornou-se difícil, segundo os paradigmas desenhados, sustentar o consenso sob as bases salariais estabelecidas.

As economias do Oeste Europeu prosperaram muito durante o consenso fordista-keynesiano, embora em ritmo menor a partir de 1960, e atingiram níveis históricos incomuns. Entre 1950 e 1973, o Produto Interno Bruto (medida até então consagrada para mensurar força econômica e bem-estar da população) mais que triplicou na Alemanha, cresceu 150% na França e “países historicamente pobres viram o seu desempenho econômico melhorar de modo espetacular” como é o caso da Itália, da Áustria (onde o PIB per capita em valores de 1990 subiu de 3.731 dólares para 11.308) e a economia da Holanda cresceu no período sete vezes mais do que nos quarenta anos precedentes (JUDT, 2008, p. 332).

O comércio exterior esteve no protagonismo desse crescimento por outro fato inédito na história econômica: o Plano Marshall ou o Programa de Recuperação Europeia. A ajuda dos Estados Unidos aos países europeus, Reino Unido, França e Alemanha, principalmente, visava sobretudo a retomada de mercados. Esse objetivo

diferenciava as estratégias norte-americana e europeia no pós-guerra. Como destaca Eichengreen (2000, p. 140), enquanto os Estados Unidos viam o comércio como o motor do crescimento, os europeus acreditavam que a chave eram os investimentos.

De acordo com Judt, em 1938, 44% das importações britânicas de maquinaria partiam dos Estados Unidos e 25% da Alemanha. Em 1947, quando lançado o plano, esses percentuais eram de 65% e 3%, respectivamente. Assim, os Estados Unidos liberaram linhas de crédito para os europeus, a juros baixos. Um detalhe: a decisão de aceitar o auxílio norte-americano e como empregá-lo era autônoma aos tomadores, embora a gestão dos recursos fossem de norte-americanos.

O Plano Marshall consumiu 0,5% do PIB dos Estados Unidos entre 1948 e 1951, o equivalente, em valores de 2004, a 201 bilhões de dólares (2008, p. 105). Oficialmente, o programa durou de 1947 a 1953 e, para efeito de comparação, o Banco Mundial, então criado para auxiliar os países em dificuldades, emprestou nesse mesmo período apenas 5% do montante total da ajuda do Tesouro dos Estados Unidos por meio do Plano Marshall (EICHENGREEN, 2000, p. 150).

Harvey contribui com a análise desse período ao definir esse investimento estrangeiro direto (IED) norte-americano algo mais importante do que a vitória bélica. Os Estados Unidos assumiram, definitivamente, o papel de “banqueiro do mundo”. Isso permitiu que a capacidade produtiva excedente do país fosse absorvida alhures, enquanto o progresso internacional do fordismo significou a formação de mercados de massa globais. A dinâmica de um novo tipo de capitalismo absorveu a massa da população mundial deixando de fora o mundo comunista (2013, p. 131).

Outro ponto importante na geopolítica internacional é que uma das poucas condicionalidades do Plano Marshall foi proibir os governos dos países tomadores de empréstimo a fazerem alianças com os partidos comunistas locais (EICHENGREEN, 2000, p. 151). Nenhum país europeu do futuro bloco comunista recebeu um único dólar do Plano Marshall (JUDT, 2008, p. 105).

Esse capitalismo originado numa configuração de poder político e relações recíprocas entre “o grande trabalho, o grande capital e o grande governo” para a construção desse modelo de acumulação, no entender de Harvey, foi um “surto” de expansão internacional promovido pela aliança do fordismo com o keynesianismo,

resultado de “anos de luta” dos movimentos operários e jamais poderia ser eterno (Op. cit, p. 125). Ele é incompatível com as características básicas do modo de produção capitalista, isto é, *crescimento econômico, lucro, exploração do trabalho e inovação organizacional* (Op. cit, p.p. 166-169).

Para Eichengreen, a crença em que esse sistema de planejamento da ordem monetária internacional, do ponto de vista da sustentabilidade econômica, poderia funcionar por longo tempo “foi extraordinariamente ingênua” (2000, p. 137). Ao longo desse período, esse destino mostrou-se implacável. Os Estados Unidos, entre 1950 e 1973, cresceram mais devagar que qualquer outro país, com exceção da Grã-Bretanha, e esse crescimento foi menor que nos períodos anteriores.

A Era de Ouro, como mencionado acima, possibilitou a quase todos os países do oeste europeu bater recordes, e dificultou a concorrência internacional para os Estados Unidos. Em 1950, o PIB per capita norte-americano ainda era o dobro da França e da Alemanha, e mais de cinco vezes o do Japão e mais da metade maior que o da Grã-Bretanha, mas esses países viviam cada vez mais o chamado *catching up* (alcançamento) da riqueza dos Estados Unidos. Na década de 1960, a média anual de desemprego na Europa ocidental havia estacionado em 1,5% (HOBSBAWM, 1995, p. 254).

Segundo Piketty (2015, p. 12), esse é um dos principais motivos de o “capitalismo de reconstrução” ter sido “uma fase transitória”. De acordo com o autor, a insatisfação cresce pelo fato de a Grã-Bretanha e os Estados Unidos “terem sido alcançados” – ou, no caso britânico, até ultrapassados – por Japão, Alemanha e França. Na avaliação de Eichengreen, os Estados Unidos cometeram um erro de avaliação dos danos sofridos pelas economias europeia e japonesa e do custo de reconstrução. Esse erro foi reforçado pela fé dos planejadores norte-americanos no poder do comércio internacional “de curar todas as feridas” (2000, p. 138).

Na visão de Castells (1999, p. 101), a crise foi resultado, principalmente, da “inabilidade do setor público” de sustentar a expansão de mercados e, dessa forma, gerar empregos suficientes e de qualidade sem recorrer ao aumento de impostos sobre o capital, nem alimentar a inflação com endividamento público. O autor destaca que “o verdadeiro desafio para as empresas e o capitalismo” era desbravar mercados capazes de absorver o excedente da produção de bens e serviços proporcionado pelo regime

fordista. Todavia a solução encontrada para a crise de lucratividade tenha sido a redução de mão-de-obra e o desgaste salarial encerrando um ciclo promissor e, aparentemente, uma fase perene.

No campo das relações trabalhistas, nenhum outro período foi tão benéfico para o movimento sindical do que os trinta anos de “capitalismo de reconstrução”. Eichengreen (2000, p. 150) sublinha o crescimento e o fortalecimento dos partidos de esquerda de base operária a partir de conquistas de posições respeitadas no cenário político da Grã-Bretanha, França e Alemanha, sobretudo, embora sem participação em governos. Os porta-vozes dos trabalhadores, assim como fizeram depois da Primeira Guerra Mundial, pressionavam por maiores salários, impostos mais elevados sobre a riqueza e expansão nos programas sociais.

Graças aos termos do acordo de Bretton Woods, que estabeleceu o novo sistema monetário internacional (padrão-dólar) em 1944, essa pauta foi acrescida de reivindicações como controle das taxas de juros, limites ao fluxo de capitais, aos preços de varejo e aos aluguéis. Sem falar na expansão dos domínios do Estado. Essa composição com os partidos trabalhistas garantiu os ganhos de renda citados acima, pelo menos até a década de 1960, e era “vital”, no entendimento de Eichengreen, para que a Europa impedisse que crises políticas e greves fossem obstáculos no caminho do crescimento econômico (2000, p.p. 150-151).

Apesar das críticas de “enquadramento” e “disciplinamento” dos trabalhadores por este “capitalismo social” ou fordista-keynesiano, o fato é que este resultou em ganhos inquestionáveis (CASTEL, 2012, p. 489). O Estado Previdenciário beneficiou, acima de tudo, o cidadão mediano (aquele que estava excluído da proteção suscitada pela sociedade salarial), e a renda e a riqueza foram redistribuídas como resultado da destruição do capital fixo, como mencionado por Piketty, mas também da legislação. De acordo com Judt, o quinhão de riqueza nacional nas mãos do segmento mais rico da população (1%) caiu de 56% em 1938 para 43% em 1954 (2008, p. 176). Castel alerta, porém, que pode-se até falar de uma repartição dos frutos do crescimento nesse período, “desde que não se entenda isso como redução das desigualdades” (2012, p. 492).

Um dos desdobramentos dessa prosperidade é o aumento da taxa de fecundidade em grau suficiente para impedir o envelhecimento da população (o desequilíbrio entre o percentual de idosos na totalidade em relação aos outros segmentos etários). A despeito

de esse indicador ser influenciado por inúmeros fatores e de nenhum deles guardar a totalidade explicativa isoladamente, a taxa de fecundidade alcançou 2,7 filhos por mulher na Grã-Bretanha, na França e mantém-se acima do mínimo para reposição da população (2,1 filhos por mulher) até o fim do século XX, quando o único país europeu a registrar esse nível suficiente era a Irlanda (JUDT, 2008, p. 493).

A preocupação com a dinâmica demográfica nesse período ou nessa *sociedade salarial*, lembra Castel, está expressa no termo “salário-família”. Ele foi criado nesse contexto da formação do conceito de Seguridade Social na França. Essa terminologia expõe a preponderância da preocupação do Estado Previdenciário com o equilíbrio demográfico (2012, p. 483). O envelhecimento populacional – provocado pelo aumento da expectativa de vida concomitante à queda na taxa de fecundidade – é mais acentuado e constituiu-se em fenômeno econômico e social a partir dos anos 1970, quando esse modelo de acumulação capitalista, definido por Arretche como uma “pausa na concentração de riqueza” (2015, p. 02), começa a ser desconstruído. Inicia-se assim a “fase do capitalismo” sob a qual envelhecerão os países pobres do hemisfério sul.

Depois da bonança, a tempestade

A literatura registra várias interpretações sobre as causas da crise econômica dos anos 1970 que culminou na construção desta “Nova Economia” (Conselho de Análise Econômica, 2000, p. 09 *apud* CHESNAIS, 2003, p. 44) hegemônica, sobretudo, a partir dos anos 1990, ou seja, a fase denominada de globalização ou mundialização¹⁶. Antes de explorar as características dessa nova fase do capitalismo, relevante para esta pesquisa, é preciso seguir no caminho histórico traçado por Judt sobre a *desconstrução* do Estado Previdenciário em benefício de um bom conhecimento dos fatos.

A desaceleração econômica dos anos 1970 acabou com o otimismo das primeiras décadas do pós SG. Havia apreensão com o desemprego, a estagflação e a ameaça de ingovernabilidade nas sociedades ocidentais, apesar de exagerada, segundo o

¹⁶ Os termos globalização e mundialização são, muitas vezes, usados como equivalentes, porém são falsos sinônimos. O primeiro tem origem nas escolas de administração de empresas norte-americanas e o segundo é de formulação de economistas franceses (*mondialisation*). Os que cunharam o primeiro concebem o mundo contemporâneo como um globo plano e assumem que todos os agentes econômicos dispõem de iguais oportunidades de competição; os que usam o segundo entendem que o mundo é um espaço hierarquizado, cujas regras são as que mais convêm às potências capitalistas centrais. Ver Chesnais (1996, p. 24). Souza Martins também faz crítica a esse sentido homogeneizante do termo globalização (2000, p. 20).

autor, pois as instituições demonstraram mais resistência atuando sob pressão (JUDT, 2008, p. 458).

O mundo rompeu com o “capitalismo de reconstrução” no dia 15 de agosto de 1971, quando o presidente norte-americano Richard Nixon anunciou unilateralmente a saída do país do sistema monetário de taxas de câmbio fixas, como acordado em Bretton Woods, que era a base da estabilidade ancorada no dólar estadunidense. Os gastos com a Guerra do Vietnã (1955-1975) acentuaram o déficit fiscal dos Estados Unidos. Com o dólar atrelado a um padrão-ouro crescia em Washington o receio de um ataque especulativo (detentores de dólar tentariam trocá-lo em ouro drenando as reservas norte-americanas). O déficit orçamentário crescera de 16 bilhões de dólares em 1965 para 25,2 bilhões em 1968 (Op.cit.). A decisão impôs novas questões para a economia mundial, uma vez que

“se o dólar haveria de flutuar, o mesmo deveria ocorrer com as moedas europeias, e nesse caso, todas as certezas cuidadosamente construídas nos sistemas monetário e comercial vigentes no pós-guerra seriam questionadas. O sistema de câmbio fixo, criado antes do final da Segunda Guerra diante da perspectiva do surgimento de uma rede controlada de economias nacionais, tinha acabado. Mas o que o substituiria?” (Op. cit.)

A desvalorização unilateral do dólar, assim, levou a reboque as moedas europeias, inclusive encerrando de vez a condição da libra esterlina como moeda de reserva internacional, em 1972. Uma conferência em Paris, em março de 1973, enterrou formalmente os esquemas financeiros criados em Bretton Woods e foi oficialmente adotado o câmbio flutuante. O resultado foi mais inflação. Os governos europeus reagiram com medidas de estímulo ao crédito para evitar a estagflação. Esses esforços foram minados pelo clima favorável à especulação financeira que se criou na economia mundial a partir de apostas sobre cotações diárias. A desvalorização das moedas pressionou o gasto com as importações. Entre 1971 e 1973, o preço das mercadorias, exceto combustíveis, subiu 70%; o de gêneros alimentícios, 100% (Op. cit.).

Foi nesse cenário que ocorreram os dois choques do petróleo que iriam alterar, por definitivo, a configuração das forças em todo o planeta e forjar uma nova fase da economia internacional desfavorável às políticas sociais e que se constitui em um

desafio para o envelhecimento dos países pobres no século XXI. O marco histórico dessa fase foi o apoio dos Estados Unidos a Israel contra o ataque conjunto da Síria e Egito, em outubro de 1973, na chamada Guerra do Yom Kippur. Em retaliação, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que existia desde 1960 mas ainda não havia atuado como cartel, eleva o preço do barril do petróleo em mais de 200% naquele ano (Op. cit., p. 459).

Durante as décadas da Era de Ouro, anos considerados por Judt como “incomuns”, o preço do petróleo permaneceu baixo – ao contrário das outras *commodities*. As economias europeias, portanto, hipertrofiaram suas indústrias com um dos principais insumos “subsidiado” involuntariamente pelos países árabes. Esse fator foi de extrema relevância para a construção do Estado do Bem-Estar Social, ao lado do já citado Plano Marshall e da configuração do Sistema Monetário Internacional acordado em Bretton Woods. O petróleo a preço módico sustentou a estratégia de desenvolvimento por meio do consumo na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Na metáfora usual, os anos foram dourados mas o verdadeiro ouro era preto e jamais brilhou.

Em 1955, o barril bruto custava 1,93 dólar e, em janeiro de 1971, continuava a custar apenas 2,18 dólares (Op. cit.). Em termos reais, destaca Judt, o petróleo neste período glorioso do capitalismo tornou-se inacreditavelmente mais barato desafiando a lei da oferta e da procura. As economias ocidentais, nestes anos, como já mencionado, alcançaram uma sofisticação produtiva na indústria num nível inédito na história e aumentaram significativamente sua dependência dessa *commodity*. Era este preço baixo do petróleo que permitia a sustentação de uma sociedade salarial sem impactar a produtividade e a taxa de lucro. Os interesses regionais do Oriente (Médio e Próximo), porém, inauguraram o uso do petróleo como arma política dos países árabes a partir de 1973.

O momento escolhido para tal feito, do ponto de vista econômico, foi crucial. Em 1950, o combustível sólido (carvão e coque) representava 83% do consumo de energia na Europa Ocidental, enquanto o petróleo apenas 8,5%. Em 1970, esses números eram, respectivamente, de 29% e 60% (Op. cit.). Logo, sem a exploração do maior bem dos países árabes era impossível sustentar o Estado do Bem-Estar Social por

muito tempo, pois esse “seguro coletivo” estava baseado em planejamento, perenidade, previsibilidade e, agora,

“o preço do combustível importado tinha valor fixo, em dólar. Portanto, taxas de câmbio flutuantes e aumentos nos preços do petróleo introduziram um fator de incerteza sem precedentes. Enquanto preços e salários haviam subido constantemente, embora com moderação, ao longo das duas décadas anteriores – custo aceitável para a harmonia social numa era de rápido crescimento –, a inflação monetária agora decolava.”¹⁷ (Op. cit.)

A inflação, depois de anos de estabilidade, para a maioria das pessoas era uma experiência nova, embora os mais idosos tenham vivido a hiperinflação alemã no pós Primeira Guerra Mundial. O índice piorou ainda mais em 1979, quando, mais uma vez, a interferência ocidental para a derrubada do xá da Pérsia, provocou uma reação da OPEP e um novo choque do preço do petróleo de 150% em cinco meses (dezembro a maio de 1980). A Europa, de fato, passou a vivenciar o novíssimo fenômeno da estagflação. Segundo Judt, em retrospecto, esse resultado é menos inusitado do que pareceu à época. No entanto, havia um elemento novo, intrinsecamente relacionado à dinâmica populacional.

Em 1970, chegara ao fim a grande migração europeia de mão-de-obra agrícola excedente para a indústria urbana produtiva. Isso significa dizer que não havia mais como aumentar a atividade e a produção industrial. Os índices de produtividade começaram a declinar rapidamente. Nas principais economias europeias baseadas em indústrias e serviços, o pleno emprego ainda era a norma. Em 1971, o índice de emprego no Reino Unido era de 3,6%; na França, apenas 2,6%; mas a queda de produtividade significava também que trabalhadores organizados que haviam se habituado a negociar a partir de uma posição de força agora enfrentavam patrões cujas belas margens de lucro começavam a encolher (Op. cit. p. 460).

Logo a Europa se viu em concorrência com os países asiáticos recém industrializados. O desemprego crescia e, rapidamente, atingia os níveis da década de 1930, provocando rejeição imediata ao imigrante. Inicia-se uma pressão pelo cercamento de fronteiras que invadirá o século XXI. Entre 1974 e 1975, a BMW e a

¹⁷ De acordo com a OCDE, o índice médio anual de inflação na Europa não-comunista, entre 1961-1969, manteve-se estável em torno de 3,1%; já entre 1969-1973, subiu para 6,4% e, entre 1973-1979, 11,9%. O pior ano de inflação para quase todos os países foi 1975 (JUDT, 2008, p. 459).

Audi, por exemplo, dispensaram “grande quantidade” de seus trabalhadores e os primeiros demitidos foram os chamados “empregados convidados”. Quatro em cada cinco empregados da BMW demitidos eram estrangeiros (Op. cit.).

Todo poder aos “campeões nacionais”

A conjuntura dos anos gloriosos transformou-se, assim, em uma “tempestade perfeita”: desemprego estrutural, déficit fiscal, inadimplência, queda nas exportações, aumento do custo do petróleo e inflação. A nova realidade corroeu os efeitos do Plano Marshall, embora a reconstrução tivesse, de fato, ocorrido naquelas três décadas. As exportações e importações despencaram e chegara ao limite a possibilidade de ajuda do Tesouro norte-americano. O FMI foi convocado para salvar até mesmo a Grã-Bretanha e logo depois a Itália (1977). Esses países, destaca Judt, culpam as “forças internacionais” pela situação doméstica e reforçaram os argumentos daqueles contrários à receita keynesiana, pois como disse o então primeiro-ministro britânico James Callaghan, do Partido Trabalhista, a Europa costumava “achar que era possível sair da recessão gastando dinheiro [...]. Posso dizer-lhes, com toda franqueza, que tal opção já não existe” (Op.cit; p. 462).

O diagnóstico hegemônico era de que a Europa Ocidental esgotara sua capacidade de gastos na área social, em serviços de utilidade pública e investimentos em infraestrutura. O comércio internacional também era uma fonte de muito pouco fôlego porque as tarifas já haviam sido reduzidas aos patamares mais baixos da história, assim como o nível de impostos, e a tendência era de recrudescer reivindicações protecionistas. O Estado Previdenciário estava ameaçado ainda por outro fator: a chamada “terceira Revolução Industrial”, uma nova transformação das plataformas de produção entrava em cena. As “indústrias de chaminé” perdiam espaço para novas indústrias. O carvão e o aço europeus perdiam o protagonismo e deixavam de ser fontes rentáveis de recursos.

A recessão dos anos 1970 registrou aumento nos índices de desemprego em praticamente todas as indústrias tradicionais.¹⁸ Depois de décadas de consenso, o setor

¹⁸ Os dados mostram o rápido desmonte do modelo industrial europeu ocidental. De 1974 a 1986, na Grã-Bretanha, foram extintos 166 mil postos na indústria do aço. As indústrias naval, têxtil e automotiva chegaram a cortar até 50% dos postos de trabalho. Esses efeitos se espalharam para os setores de papel (embalagens), químico, varejo (consumo). Entre 1973 e 1981, o centro-oeste da Inglaterra perdeu um em cada quatro postos de trabalho. A zona industrial de Lorena, na França, cortou 28%. Na Alemanha,

sindical havia se reorganizado, com novas lideranças. Graças a essa reconfiguração – delegando a resistência, principalmente, aos sindicatos do setor de serviços – e às conquistas do Estado Previdenciário, houve tímida reação dos trabalhadores ao desemprego crescente daqueles anos 1970. De qualquer forma, esse período, mencionado acima, expôs as contradições capitalistas que Harvey sublinha para reforçar seu argumento de que aquele fora um momento ilusório de pacificação perene das relações sociais no pós SG.

As últimas tentativas de manutenção dessa espécie de paz artificial entre capital e trabalho em tempos de petróleo mais caro foi o uso de fórmulas desgastadas, na opinião de Judt, como acordos salariais inflacionários, cartelização, subsídios para “indústrias decadentes” e monopolização. As indústrias que foram preservadas custaram, mesmo na crise, “subsídios trabalhistas diretos”, por meio de pagamentos a empresários para “manter empregados que já não eram mais necessários para um nível de produção tão baixa” (Op. cit, p. 464). E ainda muito protecionismo.

Esse é o ponto que mais interessa a esta pesquisa. As medidas contra importações eram aplicadas, sobretudo, para produtos “provenientes do Terceiro Mundo”. Isto significa dizer que, da mesma forma que o petróleo barato do Oriente custeou a construção do Estado do Bem-Estar Social; na crise dos anos 1970, um limite ou mesmo o boicote à concorrência com a indústria nascente dos países de capitalismo tardio¹⁹ ajudou a resistência ao desmonte dos benefícios sociais da Europa Ocidental em seu pleno *momentum* demográfico em direção ao envelhecimento populacional.

Do final dos anos 1970 aos primeiros da década de 1980, os países europeus resistiram ao que poderia se constituir em um processo de *desindustrialização*. A Alemanha Ocidental dispôs-se a cobrir 80% dos gastos com folha de pagamento de industriários. A Suécia “despejava dinheiro” em estaleiros não lucrativos, mas politicamente importantes. A França “adotou uma prática de intervenção microeconômica, identificando ‘campeões nacionais’²⁰ em cada setor e favorecendo-os

regiões industriais demitiram 42%. No fim da década de 1970, a Fiat, em Turim, cortou 65 mil dos 165 mil empregos substituindo as funções por robôs. Em Amsterdã, em 1950, 40% da força de trabalho estavam na indústria e, em 1975, apenas um em cada sete trabalhadores permanecia no setor. (JUDT, 2008, p. 463)

¹⁹ Países em recente industrialização (ou NICs, na sigla em inglês).

²⁰ Castells também dá grande destaque à atuação do Estado na formação de “campeões nacionais” por meio de subsídios não apenas na Europa, mas na Ásia (Coreia do Sul, Taiwan, China, Índia, Japão) e nos Estados Unidos, sobretudo na área da tecnologia da informação (1999, p. 75). Sobre os países asiáticos

com contratos, dotações financeiras e garantias”, enquanto o Tesouro do Reino Unido “manipulou”, nas palavras de Judt, impostos, taxas de juros e subsídios. Valia tudo para preservar a indústria nacional. Em nome dela, todas as correntes políticas de todos os países assinavam em baixo de um consenso semelhante ao do pós SG para retornar ao pleno emprego – o que nunca mais iria ocorrer no continente.

A “austeridade fiscal” entra em cena

Os próprios mecanismos do Estado do Bem-Estar Social forneceram justificativa para formar esse consenso político em torno da “necessidade” de impor prioridades acima do objetivo maior do pleno emprego. Formou-se um entendimento, com o passar dos anos, de que a inflação impunha riscos maiores do que o desemprego, uma vez que os custos humanos e políticos deste estavam “institucionalmente aliviados” pelo Estado Previdenciário, principalmente, pelo seguro-desemprego. Antes de tratar esse “novo problema”, porém, os países ainda fariam uma nova tentativa de equacionar o Sistema Monetário Internacional com taxas de câmbio semifixadas, depois um acordo de taxas bilaterais fixas que seriam constituídas num Sistema Monetário Europeu. Seu funcionamento era semelhante ao do FMI e foi, assim, a primeira iniciativa da política econômica que passaria a vigorar a partir de 1978: austeridade fiscal (JUDT, 2008, p. 465).

Hobsbawm, ao analisar os anos dourados do século XX, mostra como a riqueza produzida nos “trinta gloriosos” dependia da exploração dos países mais pobres e foi distribuída de forma desigual. Durante aqueles anos, lembra o autor, a fome endêmica só existiu como produto de guerras regionais ou loucuras políticas, como na China. À medida que a população mundial se multiplicava, a expectativa de vida aumentava em média sete anos (ou até dezessete anos se comparada ao fim da década de 1930 com 1960). A produção em massa de alimentos cresceu mais rápido que a população, tanto nas áreas desenvolvidas quanto em toda grande área do mundo não industrial.

ver Johnson (1982) para o Japão, Amsden (1989) para Coréia do Sul, Wade (1990) para Taiwan e Arrighi (2008) para a China da passagem do século XX para o XXI. Mazzucato (2014, p.p. 45 e 123-124) atualiza o tema e mostra como a prática de “escolher vencedores” se mantém como diretriz na política econômica dos Estados Unidos no século XXI, seja sob governo democrata ou republicano. A autora explora o exemplo da Apple e mostra como a gigante digital se beneficiou de pesquisa básica financiada pelo Estado e, depois, foi novamente privilegiada pela defesa norte-americana de patentes (em todo o mundo) e por investimentos públicos, como a compra de computadores pelas escolas públicas do país (pp. 126-157), todavia, defende ela, sem devolver a devida recompensa à sociedade em termos de impostos ou empregos de qualidade.

Na década 1950, continua o autor, a produção aumentou 1% ao ano per capita em toda a região do “mundo em desenvolvimento”, com exceção da América Latina, e mesmo assim houve um aumento per capita, “embora mais modesto” que a parte rica do planeta. Na década de 1960, ainda houve crescimento, “mais uma vez com exceção da América Latina”. Nas décadas de 1970 e 1980, essas disparidades cobram seu preço nos indicadores de produção de alimentos. Embora a produção esteja a um nível acima da taxa de crescimento populacional, algumas regiões “ficaram bem atrás dos níveis da década de 1970 ou até continuaram a cair, notadamente África, América Central e Oriente Próximo” (HOBBSAWM, 1995, p. 256). Nesta última região, coincidência ou não, estão localizados exatamente os países que venderam petróleo barato para a Europa até 1973.

Neste mesmo período, essa geopolítica internacional (do petróleo) mostrava seus resultados e, no mundo desenvolvido, lembra o mesmo autor, a produção de alimentos era tamanha que os países não sabiam o que fazer com o excedente. Na década de 1980, decidiram, então, plantar “substancialmente” menos ou (como na Comunidade Europeia) vender suas “montanhas de manteiga” e “lagos de leite” abaixo do custo, com isso solapando os produtores dos países pobres. Segundo Hobsbawm, era mais barato comprar queijo holandês nas ilhas do Caribe que na Holanda. Mais uma vez, a América Latina sofria as penalidades dessa economia – como seria usual dali em diante.

Envelhecer sob a hegemonia do capital financeiro

As elevações no preço do petróleo, decorrentes dos choques de 1973 e 1979, produziram no sistema internacional uma grande quantidade de dólares - os “petrodólares”. Os países produtores, logo, buscaram rentabilidade sobre esse capital no mercado financeiro, sobretudo o de Londres²¹. Uma das formas de oferecer essa rentabilidade foram os empréstimos e abertura de linhas de crédito dos bancos internacionais. A partir de 1976, mais uma vez, o Terceiro Mundo, com a América Latina exercendo o protagonismo, torna-se o alvo dessa estratégia internacional. Os países latino-americanos são incentivados a tomar recursos em termos “aparentemente vantajosos” (CHESNAIS, 2005, p. 40) e inicia-se assim uma configuração financeira

²¹ Desde 1958, Londres criara um estatuto próximo de uma *offshore*, um paraíso fiscal, para atrair recursos. Era o chamado “mercado de eurodólares” (CHESNAIS, 2005, p. 38).

amplamente comprometedor para se garantir o bom envelhecimento no século XXI nos países pobres.

Note-se que este período coincide com o princípio da aceleração do fenômeno do envelhecimento populacional nos países da América Latina. Entre 1970 e 1980, a taxa de fecundidade no Brasil, por exemplo, tem uma redução de 24,1%; de 1980 a 1990 sofre uma queda de 38,6%, ampliando o ritmo do processo de envelhecimento e confirmando essa tendência na década seguinte com uma diminuição de 11,1% sobre uma base já bastante retraída (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2006, p. 11). O outro fator do envelhecimento populacional, a expectativa de vida, pulou de 58,86 anos para 62,71, entre 1970 e 1980 e alcançou 66,52 em 1990, de acordo com o Banco Mundial. A mortalidade infantil (até 1 ano de idade), outro importante indicador, caiu a uma taxa de 4,8% ao ano a partir de 1970. Esse período de maior endividamento do Brasil está sobreposto à nova dinâmica demográfica - ao contrário dos países ricos, como visto acima, que se endividaram quando suas taxas de fecundidade foram ampliadas no chamado *baby boom* do pós SG.

Outra particularidade deve ser observada. Enquanto a Europa Ocidental, com o Plano Marshall, manteve total autonomia sobre a sua capacidade de endividamento, os países pobres ou em desenvolvimento, na década de 1970, muitas vezes foram, segundo Stiglitz, “obrigados a contrair” as chamadas “dívidas odiosas”²², ou seja, empréstimos a ditadores, governos corruptos, influenciados pela lógica da Guerra Fria²³, com “risco moral”, em “operações de socorro” (não para os países tomadores, mas para salvar bancos ocidentais) e, como destaca o mesmo autor, esse *modus operandi*, passou a ser “o normal” nas relações financeiras globais, com o agravante de que

“no Leste Asiático e na América Latina, as operações de socorro propiciaram fundos para pagar os credores estrangeiros, absolvendo-os assim de ter de arcar com os custos de seus empréstimos malfeitos. Em alguns casos, os governos chegaram a assumir as dívidas privadas, socializando dessa forma o risco privado. Os credores se safaram, mas o dinheiro do FMI não era de presente: era apenas mais um empréstimo –

²² Chesnais (2011) faz uma análise das dívidas ilegítimas e inclui as dívidas de países europeus contraídas no século XXI.

²³ É consenso datar a Guerra Fria entre 1945-1991, com a extinção da União Soviética. No entanto, a tensão entre soviéticos e norte-americanos acirra nos anos 1980 com o projeto bélico nuclear promovido por Ronald Reagan, denominado Segunda Guerra nas Estrelas.

e o país em desenvolvimento ficou com a conta para pagar. Com efeito, os contribuintes do país pobre pagaram pelos erros do empréstimo do país rico” (STIGLITZ, 2007, p. 342)²⁴.

Desta forma, as bases da dívida do Terceiro Mundo foram lançadas e, com elas, um mecanismo de transferência de recursos que possui a capacidade de se reproduzir no tempo (CHESNAIS, 2005, p. 39). Dito de outro modo, se antes era o petróleo, agora a punção de riqueza de antigas colônias se dará no campo financeiro. Com o passar dos anos, mesmo que as dívidas fossem perdoadas ou reestruturadas, novas dívidas aconteceriam e todos os problemas reapareceriam dentro de poucos anos, porque as bases estabelecidas pelos credores eram sempre insustentáveis, isto é, sempre além da capacidade de pagar dos países pobres (STIGLITZ, 2005, p.337)²⁵.

Essa situação, no capitalismo contemporâneo, constituiu-se a partir de medidas adotadas, de novo, unilateralmente pelos Estados Unidos, em 1979. Essas medidas remontam à liberação dos mercados de títulos da dívida pública, da alta do dólar e da elevação brutal e repentina das taxas de juros norte-americanas a um patamar de 20% por Paul Volcker, então presidente do Federal Reserve System (Fed). Apesar de os dois choques do petróleo serem apontados como fatos inaugurais da nova fase do capitalismo mundial, esse acontecimento, chamado por alguns autores de “golpe de 1979” (DUMÉNIL e LÉVY, 2005, p. 85), é apontado como emblemático para a nova configuração global²⁶. Volcker quadruplicou a taxa básica de juros para combater a inflação nos Estados Unidos sem considerar as consequências nefastas para os países que haviam tomado empréstimos vultosos e em condições nem sempre republicanas, pois

“os governos dos países em desenvolvimento são [eram], às vezes, até pressionados para tomar emprestado demais. Pode haver suborno nos

²⁴ Sassen (2016, p. 110) oferece uma interpretação ao comparar as condições de reestruturação de dívidas do pós-guerra para os países ricos com o que chama de “disciplina transformadora” instaurada pelo FMI para os países pobres, nas décadas de 1980 e 1990. Segundo a autora, no primeiro caso o “objetivo político” era uma “reincorporação à economia capitalista mundial” e, no segundo, “moldar uma economia política e reposicionar esses países como lugares de exportação de recursos naturais, e até do poder de consumo de sua população.”

²⁵ É o chamado “efeito bola de neve” da dívida. Os juros do designado “serviço da dívida”, isto é, sobre o principal tomado de empréstimo, absorvem sempre uma fração maior do orçamento do Estado, das receitas das exportações e das reservas do país, de maneira que a única forma de fazer face aos compromissos é tomar novo empréstimo (CHESNAIS, 2005, p. 39).

²⁶ Castells é um dos raros autores, entre os mencionados, a afirmar que a crise dos anos 1970 “não foi a dos preços do petróleo” mas, como já dito antes, a da “inabilidade do setor público para continuar a expansão de mercados” (1999, p. 101).

empréstimos ou, ainda, com mais frequência, nos projetos que eles financiam. Mesmo sem corrupção, é fácil ser influenciado por homens de negócios e financistas ocidentais. Eles levam os responsáveis pela tomada de empréstimos para um bom restaurante para vender-lhes os pacotes de empréstimos e dizer por que este é um bom momento para tomar emprestado” (STIGLITZ, 2007, p. 341).

Os desdobramentos dessa atitude de Volcker foram sentidos primeiro no México, com a crise da dívida de 1982. Logo todos os outros países chamados “em desenvolvimento” estavam mergulhados na dita “crise da dívida”, como Argentina, Costa Rica e Brasil, entre outros. Todos, em algum momento, foram obrigados a suspender o pagamento de suas dívidas²⁷ (*default*). As consequências dessa atitude norte-americana para esses países foram “as mais dramáticas” em todo o planeta (CHESNAIS, 2005, p. 40): limitação de salários, crescimento baixo, deslocalização das empresas, redução de investimentos e, o que interessa para esta pesquisa, erosão dos sistemas de proteção social e desemprego crescente.

A administração da crise econômica nessa passagem da década ficou a cargo dos governos liberais da conservadora Margareth Thatcher (1979-1990), na Grã-Bretanha, e do republicano Ronald Reagan (1981-1989), nos Estados Unidos, que substituíram, respectivamente, governos trabalhistas e democratas. Em 1975, Thatcher ficara conhecida por ter sido a ministra da Educação que, em nome da austeridade fiscal, cortara a distribuição gratuita de leite dos alunos mais pobres de seu país. Reagan assume o poder definindo o comunismo como o “Império do Mal” quando o comunismo “já não era mais o futuro” (JUDT, 2008, p.p. 540 e 627), isto é, usou a tática do bode expiatório para justificar sua escolha política de ampliar o orçamento militar. As palavras de Thatcher resumiam os novos tempos: “Não existe essa coisa de sociedade. Existem homens e mulheres, e existem famílias”. Na visão de Reinert (2016, p. 414), para a economia neoclássica, na qual a primeira-ministra se apoiava, a sociedade deixou de existir a partir do desprezo pelo interesse público.

A partir daí, o “thatcherismo” passa a significar redução de impostos, livre-mercado, livre-iniciativa, privatização, além de uma agenda de temas morais seguindo

²⁷ Em 1970, o total da dívida dos países em desenvolvimento era de US\$ 45 bilhões, o equivalente a 7% do PIB. Em 1987, o mesmo conjunto de países alcançou endividamento de US\$ 900 bilhões ou 30% do PIB. Segundo Chesnais (2016b, p. 53), esse endividamento não pode ser desconectado do status de países semi-coloniais que continuou a determinar a relação do Terceiro Mundo com os países ricos.

os “valores vitorianos” em contraponto com o espírito de liberdade dos anos 1960 (JUDT, 2008, p. 541). Mas o importante aqui é destacar que a redução do papel do Estado na economia permitiu a produção de índices econômicos até “satisfatórios”, no entanto, sublinha Judt, “como sociedade, a Grã-Bretanha sofreu uma implosão, com catastróficas consequências a longo prazo” (op. cit, p. 544)²⁸. Mesmo assim, naqueles tempos, Thatcher e Reagan conseguiram arrastar o mundo atrás deles e uma das principais ações de seus governos foi promover uma desregulamentação dos mercados como solução para o esgotamento do período fordista-keynesiano e como tentativa de recomposição das taxas de lucro.

Esse processo de desregulamentação financeira está na origem e é a condição crucial para cristalizar a nova fase do capitalismo contemporâneo. Seu entendimento é indispensável para o debate sobre as possibilidades de garantia de bem-estar da população idosa, principalmente, quanto à renda de aposentadorias, sistemas de saúde e financiamento de serviços de cuidados de longa duração. As medidas de liberalização empreendidas entre 1979 e 1999 deram nascimento ao sistema da finança *mundializada* como o conhecemos em nossos dias no qual o pleno emprego deixa de ser o objetivo fundamental da política econômica, agora interessada em garantir um padrão de retorno para o capital financeiro. Os motivos dessa mudança de paradigma são importantes para compreender porque os países em desenvolvimento, atualmente, encontram dificuldades para atender às demandas sociais e econômicas do processo de envelhecimento de suas populações.

As medidas de liberalização patrocinadas por Thatcher (1925-2013) e Reagan (1911-2004) no âmbito global desmontaram os contratos estabelecidos em Bretton Woods, pois deram fim ao controle sobre o movimento de capitais (saídas e entradas nos países). Desmontaram mesmo as regras adotadas antes da Segunda Guerra Mundial na esteira da crise de 1929. Além da Lei Wagner-Steagall, no âmbito da habitação, como já citado, outras regulamentações criadas na década de 1930 tendo à frente o mesmo senador democrata Henri B. Steagall (1873-1943) foram revogadas.

²⁸ Em 1981, registraram-se 2,9 milhões de delitos penais na Inglaterra e no país de Gales. Esse número passou a 5,5 milhões em 1993. Entre 1971 e 1993, os gastos públicos com a polícia subiram de 2,8 bilhões de libras para 7,7 bilhões. Em 1994, 5,6 milhões de pessoas na Grã-Bretanha reivindicavam renda suplementar e 2,7 milhões recebiam seguro-desemprego (BAUMAN, 1998, p. 49). Em 2016, a Grã-Bretanha aprova, em referendo, o Brexit, sua saída da União Europeia. Durante a campanha, a deputada trabalhista Jo Cox, europeísta e de 41 anos, foi assassina com dois tiros no norte da Inglaterra. O assassino teria gritado “Britain, first!”, nome de um partido de extrema-direita contrário à imigração.

Uma das leis mais emblemáticas foi a Glass-Steagall Act, de 1933, revogada em 1999, no governo do democrata Bill Clinton (1993-2001), que continua a desregulamentação iniciada por Reagan. A revogação devolvia ao sistema bancário liberdade para emprestar acima de um limite responsável e condizente com a capacidade de pagamento de devedores, a maioria corporações industriais. A Glass-Steagall foi promulgada pela administração de Franklin D. Roosevelt (1882-1945) para, basicamente, evitar um colapso financeiro sistêmico como o de 1929 (ou o de 2008) e separava os bancos comerciais dos bancos de investimento. Os primeiros, portanto, ficavam sujeitos a regulação específica, o que protegia os recursos de poupadores. Sua revogação hipertrofiou a formação e a atuação de bancos múltiplos.

As datas de nascimento e morte entre parênteses em todos os nomes citados de forma alguma é gratuita. Elas servem para demonstrar como toda a obra de uma geração foi desconstruída pela geração seguinte em nome de uma liberdade de mercado. Essa liberdade permitiu uma expansão muito rápida, seguindo uma tendência desde os anos 1980, dos mercados de dívidas públicas, agora interconectados por computadores. Com apenas um clique no *mouse*, ocorre uma difusão internacional do financiamento dos déficits públicos pela emissão de títulos negociáveis. Em outras palavras, deram total liberdade para uma espécie de compensação de cheques ao portador que vagueiam pelo mundo a procura da melhor rentabilidade 24 horas por dia.

Quem são os compradores desses títulos da dívida em busca dessa rentabilidade? Essa é uma resposta fundamental para o objetivo dessa pesquisa. Esses compradores foram “fabricados” dentro dessa lógica do novo capitalismo. O câmbio flexível, a desregulamentação, o mercado das dívidas públicas são elementos carentes de uma complementação e esta foi oferecida pela dinâmica demográfica do século XXI: a necessidade de poupar para a velhice mais longeva. O surgimento deste “comprador” só é possível com o direcionamento da poupança para a velhice rumo ao mercado financeiro ou ao setor privado. Não mais em sistemas previdenciários de repartição (pacto intergeracional), sob os auspícios do Estado, aqueles que, desde o século XIX e principalmente no pós SG foram construídos e ampliados como uma espécie de “seguro coletivo” das sociedades.

Stiglitz destaca a prioridade dada por organismos multilaterais (Banco Mundial e FMI), política e administrativamente dominados pelos Estados Unidos, à privatização

dos sistemas de previdência social. Em seu rol interminável de exigências para a concessão de crédito (e mais crédito) para os países pobres, essas agências financeiras globais, nas décadas de 1980 e 1990, passaram a incluir a previdência ao lado de serviços públicos de saneamento, eletricidade, entre outros. Foi o caso do Chile, que privatizou completamente seu sistema (FELIX, 2009, p. 70; SOLIMANO, 2017), e de Argentina, México, Polônia, Hungria, Uruguai e Brasil, que resistiram, mas abriram caminho para a formação de sistemas privados ou mistos.

Ao contrário dos Estados Unidos, onde ocorreu um amplo debate sobre a privatização de seu próprio sistema, levando em conta o déficit que seria gerado no período de transição (quando o Estado deve continuar pagando aposentados tendo a receita reduzida com a ausência de novos contribuintes, que migram para o setor privado), nos países da América Latina ou do Leste Europeu esse ponto foi ignorado e seja com a privatização total ou a evasão por desconfiança na sustentabilidade do sistema público, o Estado foi induzido a amargar déficits progressivos (STIGLITZ, 2007, p. 349).

Um “entesouramento estéril” para a velhice

Esses novos atores financeiros, construídos a partir dessa nova visão, são os denominados “investidores institucionais” (fundos de pensão, fundos de previdência, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguro e bancos múltiplos). Eles são os principais compradores de títulos com recursos provenientes de lucros das empresas não reinvestidos (distribuídos aos acionistas em forma de dividendos) ou das poupanças das famílias. No entender de Chesnais, teoricamente, esses recursos caracterizam o “capitalismo patrimonial” do século XXI, no qual o “entesouramento estéril” da poupança (para a velhice, mas não só), substituto do antigo “pé-de-meia” (privado ou estatal), espera, em virtude de mecanismos do mercado de títulos das dívidas públicas, “gerar filhotes” sem a necessidade de passar pelas “agruras da produção”, como disse Marx. Esse mecanismo permite ao capitalista “ganhar dinheiro dormindo” com a reprodução daquilo que foi denominado por ele de “capital portador de juros” (MARX, livro 3, cap. XXIV *apud* CHESNAIS, 2005, p. 50).

Quando, por ventura, uma fração desse recurso entra na esfera da produção, agora sob uma lógica bastante diversa do período fordista-keynesiano, encontra uma exigência de retorno (sobre o investimento) num nível, segundo Chesnais, muito alto.

Segundo o autor, o pactuado globalmente, gira em torno de 15% sobre os recursos dos acionistas (CHESNAIS, 2005, p. 54) para fazer frente e dar conta da rentabilidade proferida, em tese, nos mercados bursáteis que atuam em total liberalismo e em plena desregulação dos fluxos de capitais. Assim esse capitalismo, diferentemente da Era de Ouro, estabeleceu uma lógica perversa para o trabalho – ou melhor, mostrou sua genuína vocação. Uma vez que os recursos investidos em empresas são aqueles acumulados em fundos de pensão cuja contribuição, por sua vez, é calculada sobre os salários e seu objetivo declarado é assegurar aos aposentados uma pensão regular e estável, esses recursos deveriam ser dirigidos a favorecer os trabalhadores. No entanto, como têm caráter individualista²⁹, esse capital rompe com a lógica do “seguro coletivo” e

“os assalariados aposentados deixam de ser ‘poupadores’ e tornam-se, sem que tenham clara consciência disso, partes interessadas das instituições cujo funcionamento repousa na centralização de rendimentos fundados na exploração dos assalariados ativos, tanto nos países onde se criaram os sistemas de pensão por capitalização, quanto naqueles onde se realizam as aplicações e as especulações (Op. cit, p. 52).

A progressão desse novo modelo de acumulação financeira³⁰ no século XXI, sustentado principalmente pelos recursos dos planos de previdência privados, está estreitamente ligado, como dito antes, à liberação dos movimentos dos capitais e à interconexão internacional dos mercados de ativos financeiros e dívidas públicas (SOLIMANO, 2017). Isso foi possível, defende Chesnais, a partir de três elementos constitutivos, a saber, a *desregulamentação*, a *descompartimentalização* e a *desintermediação*. O primeiro elemento diz respeito à liberdade oferecida ao fluxo de capitais e à integração de maneira “imperfeita” a um conjunto de mercados hierarquizado e, claramente, liderado pelos Estados Unidos, em razão da posição hegemônica de sua moeda, o dólar. Essa mudança também abriu as operações de empréstimos, antes reservadas apenas a bancos, a todo tipo de investidor institucional.

²⁹ A palavra individualismo foi cunhada por Alexis de Tocqueville, na década de 1830, para descrever o isolamento social que ele constatou na América (SENETT, 2004, p. 127)

³⁰ Por acumulação financeira, entende-se a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-las sob a forma de ativos financeiros, mantendo-os fora da produção de bens e serviços (CHESNAIS, 2005, p. 37).

O segundo elemento remete à interpenetração de diferentes tipos de mercados (câmbio, crédito, ações e dívidas) no âmbito interno e mundial, caracterizando a chamada *mundialização* da finança. Por fim, o terceiro ‘D’, a *desintermediação*, retirou dos bancos a hegemonia como emprestadores ou, em outras palavras, promoveu uma “desespecialização”. Foi este elemento que permitiu a emergência de uma indústria de “inovações financeiras” nas mãos dos mais variados atores não-bancários (corretoras, seguradoras, lojas de varejo, setor imobiliário etc) com a “criatividade” para desenvolver novos produtos de aplicação para a imensa liquidez financeira que inundava quase todo o planeta.

Para Chesnais, essa estrutura mundial permitiu o “ressurgimento” do capital financeiro (ou portador de juros ou simplesmente *finança*) no início dos anos 1980 porque construiu mercados especializados (títulos de empresas, títulos de dívida, derivativos, *swap*) com a intenção de responder à tendência de queda das taxas de lucros do período fordista-keynesiano. O autor destaca o fato de que, nos Estados Unidos, o processo de centralização do capital sob a forma financeira recomeça já nos anos 1950, timidamente, sem chamar a atenção, à medida que chegam ao fim os efeitos da crise do *crash* de 1929 e as famílias passam a vislumbrar uma possibilidade de poupança.

Na Europa, esse “ressurgimento”, também ainda inibido, ocorre a partir dos anos 1960, depois dos efeitos da SG, como subproduto da Era de Ouro. Como as condições tributárias eram favoráveis, as famílias de renda mais elevada investem em seguros de vida, ajudando a construir gigantes do setor na Europa. Como dito acima, o surgimento da *sociedade salarial* – com o pagamento mensal de salários – trouxe a obrigatoriedade de inserção bancária e estimulou a criação de produtos financeiros de curto prazo e rentabilidade elevada pela concorrência (CHESNAIS, 2005, p. 37). Naqueles tempos, no entanto, esses mercados trabalhavam sem a sofisticação e a rapidez patrocinada pela introdução da comunicação mediada por computadores e, claro, sob regulamentação rígida.

No século XXI, a tecnologia da informação e comunicação permitiu às grandes empresas, instituições financeiras e os novos atores do capitalismo global (os investidores institucionais) possibilidades aparentemente infinitas de controlar a expansão de seus ativos em escala internacional sem passar pela produção de nenhuma

mercadoria³¹. Essa transformação econômica alimentou o que Chesnais denomina como “insaciabilidade da finança” (Op.cit, p. 60). Esse modelo, no entanto, guarda a ilusão de que é possível gerar riqueza no capitalismo “a partir do nada”, portanto, sem investimento na produção, sem a criação de emprego e rompe com a inclusão social por meio do assalariamento, como ocorria no modelo fordista-keynesiano.

Esse novo modelo produz um tipo de capital com características específicas endógenas ao sistema financeiro, “o capital fictício”. Este é resultado de especulação bem sucedida, hipertrofia do crédito e alavancagem de altíssimo risco nos empréstimos. O “capital fictício” é definido pelo autor como uma “infindável inflação dos ativos”. Ele atua na esfera financeira geminado ao mercado de dívida pública anteriormente descrito. É fruto, portanto, de uma construção política dentro da história capitalista recente.

Esses elementos forjaram, no século XXI, o que Chesnais denomina de “financeirização” da economia, isto é, a supremacia da dinâmica financeira e seu crescimento em ritmo superior ao dos índices de crescimento da chamada “economia real” – a produção de riqueza, o comércio exterior, os investimentos produtivos, o consumo, enfim, toda a produção e circulação de mercadorias e serviços que se convencionou medir pelo Produto Interno Bruto (CHESNAIS, 1996, p. 15)³².

Como está restrita à esfera financeira, a geração de riqueza nesta economia depende – ou é alimentada por - sucessivas “bolhas financeiras”³³ a provocar estouros nem sempre repentinos que causam uma instabilidade crônica (Op. cit, 309). Outra característica dessa economia sob a qual os países pobres estão envelhecendo é sua propensão a demandar da economia real “mais do que ela pode dar” com o suor do rosto de cada homem e mulher empenhados na produção de mercadorias e serviços. Diante de sua “insaciabilidade”, os processos desenhados pela linha de produção fordista são

³¹ Em termos marxistas, a representação D-M-D' é substituída por D-D', onde D é dinheiro e M mercadoria.

³² No período de 1980 a 2006, o PIB mundial cresceu 314%, isto é, 4,1 vezes, enquanto a riqueza financeira mundial cresceu 1.292% ou 13,9 vezes. Não estão inclusos ativos financeiros considerados o valor dos derivativos porque sua inclusão não é simples, embora esta ausência dificulte a percepção do impacto exercido pela finança global. O que é importante destacar é a enorme diferença de velocidade no crescimento do setor financeiro em comparação à economia não-financeira (PAULANI, 2009, p.p. 29-30).

³³ Stiglitz menciona como a bolha imobiliária da crise de 2007/2008 substituiu a bolha tecnológica que estourou em 2001/2002 e pode ser substituída, por sua vez, por uma bolha do petróleo (2010, p. 67). Enquanto este trabalho é redigido, no fim de 2017, as moedas criptografadas, como o bitcoin, surgem como uma nova bolha, com ativos na ordem de US\$ 17 bilhões. No dia 13 de dezembro, o presidente do Banco Central do Brasil, Ilan Goldfajn, fez alerta público sobre o risco de estouro da bolha do bitcoin.

insuficientes para garantir o pretendido nível de retorno. Essa “punção” de riqueza, de acordo com essa lógica, sempre será insatisfatória e, portanto, precisa ser ampliada. Evidentemente, essa insatisfação é típica do capitalismo. Mas agora com um agravante. A exterioridade à produção característica desse capital rompe barreiras de tempo, espaço e limites biológicos do Humano, com desdobramentos no processo de envelhecimento e no mundo do trabalho.

Essa lógica é também, segundo Chesnais, uma das forças motrizes da desregulamentação do trabalho, assim como das privatizações com o intuito de reduzir a participação do Estado no compartilhamento do lucro de empresas (2005, p. 61). As privatizações passam a ser justificadas pela necessidade de equilíbrio orçamentário e combate à inflação, liberando o setor público a investir na área social. No entanto, seus recursos são direcionados ao pagamento das dívidas contraídas da forma como já foi relatado. Essa nova configuração empurra um Estado sem fonte de lucros, pois abriu mão de suas empresas, para a ampliação de sua, agora, única fonte de receita: a arrecadação de impostos. Sem condições de oferecer serviços à altura desta cobrança, o Estado é desqualificado cada vez mais como possibilidade de garantir bem-estar no presente e no futuro e se enfraquece politicamente *vis á vis* a pujança do mercado que passa a limitar e incapacitar as suas instituições “de lhe imporem qualquer coisa” (CHESNAIS, 1996, p. 301) ou como fonte exclusiva da corrupção (SOUZA, 2017).

Uma dessas “coisas” é submeter aqueles que mais usufruem da lógica da “finança” a esse imprescindível pilar da existência do Estado: a cobrança de impostos. A casta de executivos pagos por bônus (ou *stock options*) sobre resultados das empresas (os *cadres* do século XXI), resultados esses muito mais financeiros do que produtivos, acionistas proprietários (alimentados por lucros e dividendos das empresas), intermediários de transações de toda espécie são fieis à característica da “insaciabilidade”³⁴. Como o objetivo é maximizar o lucro, esse novo capitalismo exacerba seus defeitos em forma de corrupção, da irracionalidade com a utilização de recursos naturais (meio ambiente) e, sendo estes insuficientes para aplacar a fúria por

³⁴ Enquanto este trabalho é redigido, o mundo debate, pela imprensa e na academia, a remuneração do CEO da PSA Citroën, Carlos Tavares, referente a 2015. Ele recebeu entre salário e bônus de mais de 5 milhões de euros. Lehman (2016, p. 11) questiona: “Isso é legal. Mas é ético? Especialmente tendo em conta o momento em que vivemos [de crise] e o fato de que seu lendário corte de custos (que lhe valeu bônus excessivo) foi conseguido por meio de demissões significativas? Será que ele pergunta isso a si mesmo? Ou estava mais focado no fato de que “o outro Carlos” (Ghosn, CEO da Renault) na indústria automobilística francesa, obteve ‘básicos’ 15 milhões de euros?”.

retorno, a saída passa a ser a recusa por integrar o “seguro coletivo”. Isto se dá, primordialmente, por meio da sonegação e evasão fiscal.

Esse quadro, de forma alguma, é uma novidade na História. A filosofia política alertou para os efeitos de um ambiente dominado por um “capital supérfluo”, como o denominou Hannah Arendt (2012, p. 203). Em *Origens do Totalitarismo*, a autora alerta para o fato de, de repente, “dinheiro que gera dinheiro como homens geravam homens” ter deixado de ser um sonho. Segundo ela, o imperialismo sempre foi produto de “dinheiro supérfluo”³⁵ e desdobrou-se, invariavelmente, em corrupção e declínio das nações e “os velhos padrões cedem à medida que a riqueza, crescendo automaticamente, passa realmente a substituir a ação política” (Op. cit. p. 217). Não por acaso, as expressões “ditadura do mercado” ou “tirania dos credores” integram-se ao vocabulário político usual como observa Chesnais (2005, p. 39).

O resultado desse poder usurpado é a proliferação de paraísos fiscais³⁶ por todo o planeta a impedir o sistema tributário, nesse novo capitalismo, de cumprir sua tarefa ímpar na democracia representativa, qual seja, ser um instrumento de distribuição de riqueza por meio de uma estruturação progressiva de cobrança de impostos. A evasão fiscal faz do sistema tributário (em geral, regressivo e não progressivo) o seu contrário: uma ferramenta de concentração de riqueza a ampliar a desigualdade social nas sociedades contemporâneas (PIKETTY, 2015; WID, 2017). A consequência é o “fenecimento do Estado”, como destaca Mészáros (2015, p. 37), como instância garantidora do bem-estar. Essa extinção faz do *Welfare State* do pós SG, quando os países ricos envelheceram, uma “ficção globalmente instituída” pelas nações mais ricas, que agora está desaparecendo até mesmo no punhado de países por ele privilegiados, pois

³⁵ Para Arendt, o “capital supérfluo” suscita a “mão –de-obra e homem supérfluos” (2012, p. 222), categoria que ela empresta de Turguêniev com seu “Diário de um homem supérfluo”, publicado em 1850. Segundo Berman (1986), essa figura seria rica em inteligência, sensibilidade e talento, mas careceria de determinação para trabalhar e agir. Diz o autor que a política dos “homens supérfluos” da baixa nobreza no século XIX tendia a um liberalismo idealista, capaz de não se deixar iludir pelas pretensões da autocracia e de simpatizar com as pessoas comuns, mas sem determinação para lutar por uma mudança radical.

³⁶ Os fluxos ilícitos de capitais do Brasil para o exterior por meio de empresas *offshore* passaram de US\$ 12 bilhões em 2003 para US\$ 33,9 bilhões em 2012, segundo estudo da Global Financial Integrity (GFI), sediada em Washington. Enquanto este trabalho é redigido, o ICIJ (The International Consortium of Investigative Journalists) divulgou o dossiê chamado “Panama Papers” revelando uma rede internacional de escritórios de advocacia e grandes bancos que venderam mais de 214 mil “empresas fantasmas” para políticos, empresários, executivos e funcionários públicos de mais de 200 países.

“a promessa gratuita de todos os tipos de apologias do capital foi que o *bolo a ser distribuído crescerá eternamente*, trazendo felicidade plena para absolutamente todos. A *distribuição* abundante cuidará de tudo, ninguém deveria, portanto, se preocupar com os problemas da *produção*. Porém o bolo simplesmente se recusou a crescer, de modo a corresponder a qualquer variedade da projetada ‘maior felicidade’. A crise estrutural do capital tinha posto um fim a todas as fantasias” (MÉSZÁROS, 2015, p. 26).

Além do enfraquecimento do papel do Estado como mediador a favor do cidadão, essa nova economia apresenta-se como desafio por estabelecer um novo consenso. Assim como na fase do *planejamento*, neste século, ela surge com a concordância – ou cooptação, ou sucumbência – de quase todas as correntes políticas. Como sublinha Guéhenno, desde a década de 1990, principalmente, a única ambição da esquerda e da social-democracia se reduziu a disputar a gestão desse capitalismo “melhor que os capitalistas” e, assim, essas forças formaram um novo entendimento em torno das regras estabelecidas pelos organismos multilaterais não à toa resumidas em um *Consenso de Washington*³⁷. Como diz o autor,

“denunciar os delitos do ultraliberalismo é uma maneira de homenagear o ‘liberalismo’ ou o que imaginamos que ele seja, que não ousamos mais criticar a não ser no que tem de excessivo” (GUÉHENNO, 2002, p. 23).

A longevidade como fator perturbador do capitalismo

Ao analisar esse “novo liberalismo”, quinze anos depois do início de sua vigência, Stiglitz destacou que o Leste Asiático demonstrou o sucesso de um caminho marcadamente diverso do Consenso de Washington, com maior relevância do papel do Estado em sua estratégia de desenvolvimento econômico nas décadas de 1980 e 1990. O autor sublinha ainda que essas regras foram cunhadas especificamente para a América Latina e só começaram a perder a argumentação com o retumbante fracasso dessas

³⁷ Assim foi denominado o documento formulado por economistas de instituições financeiras sediadas na capital federal estadunidense, como o FMI, o Banco Mundial e próprio Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Foi redigido e resumido pelo economista John Williamson com as regras que deveriam orientar a economia dos países a partir de 1989. No ano seguinte, tornou-se documento oficial do FMI. Essa “receita única” para todos os países da América Latina alcançarem o equilíbrio macroeconômico previa austeridade fiscal, redução da carga tributária, câmbio flutuante, “juros de mercado”, abertura comercial, eliminação de restrições ao Investimento Estrangeiro Direto, desregulamentação financeira, direito à propriedade intelectual (patentes) e privatização das estatais e dos sistemas de previdência social.

economias no fim do século XX. Stiglitz também lembra que a América Latina viveu um “sucesso notável com políticas governamentais fortemente intervencionistas”, até menos sofisticadas que as do Leste Asiático, nas décadas de 1950 e 1960, como a *política de substituição de importações*. Nesse período a renda per capita latino-americana cresceu em média 2,8% ao ano (de 1950 a 1980) ou 2,2% de 1930 a 1980 (2007, p.p. 104-105). Essas análises, porém, sempre foram desprestigiadas no debate público e o fato é que a América Latina serviu como o mais profícuo laboratório mundial para as ideias baseadas no fundamentalismo de mercado³⁸.

Os trabalhadores, como dito, são as maiores vítimas da configuração desse capitalismo contemporâneo. A longevidade verificada no século XXI tornou-se um componente a agravar a equação econômica emprestando-lhe um caráter cruelmente desumanizante no que diz respeito ao emprego, como será mostrado ao longo dessa pesquisa. Essa economia imputa ao envelhecimento, portanto, um ressignificado. O vislumbre de um futuro segurado pelo Estado desaparece e quando ocorrem tentativas de reivindicá-lo, pois as sucessivas crises interrompem o bem-estar prometido por essa lógica econômica, a população se encontra

“diante de uma situação propícia à acentuação do militarismo, assim como ao reforço dos métodos militares e de segurança para o controle político e social, tanto no plano internacional quanto no doméstico” (CHESNAIS, 2005, p.57).

A militarização do espaço público antecipa a falência da política. O novo capitalismo ressuscitou o Estado “guardião” e repressor do século XIX descrito por Engels (2010) quando estudou a classe trabalhadora da Inglaterra. No que diz respeito ao objeto dessa pesquisa, impõe-se como um obstáculo para o trabalhador idoso reivindicar seus direitos em meio à fragilidade de políticas públicas e ausência de atuação do Estado a favor da produção e, portanto, do emprego. Antes de verificar como isso se dá, o que será feito nos capítulos seguintes, ainda é preciso explorar algumas consequências sociais, como o retorno da estigmatização dos dependentes do Estado (SOUZA, 2018, p. 365), e detalhar como, no palco do economia global, se cristaliza o que será denominado de *capitalismo de desconstrução*.

³⁸ Em 20 de novembro de 2017, o jornal francês Libération publica a manchete “*Brésil, le nouveau labo neoliberal*” [Brasil, o novo laboratório neoliberal] (LIBÉRATION, 2017).

O retrocesso à estigmatização da dependência

A própria previdência serve de instrumento para esse jogo de sedução dos *cadres* do século XXI incorporarem o espírito do novo capitalismo. Seus sistemas, também por bonificação sobre o resultado, passam a ser negociados no mercado de executivos para atrair talentos. Essa prática amplia a desigualdade no interior do sistema, quebra o sentido coletivo de universalidade do Estado Previdenciário e desapropria a aposentadoria de seu papel de “direito” conferindo-lhe um status de “prêmio” (FELIX, 2010) para alguns responsáveis pelo retorno sobre o investimento do acionista. A previdência retrocede, assim, ao seu caráter de origem que teve no desigual sistema bismarkiano do século XIX (PALIER, 2003, p. 13).

Essas relações inconsistentes orientadas pelo espírito do novo capitalismo inspiraram Bauman a conceituar essa fase como “modernidade líquida”. Essa etapa emergiu, segundo ele, do derretimento radical dos grilhões e das algemas que, certo ou errado, eram suspeitos de limitar a liberdade individual durante a Era de Ouro. O oposto dessa rigidez foi “soltar o freio” em forma de desregulamentação, liberalização, ‘flexibilização’, ‘fluidez’ crescente, descontrole dos mercados financeiros, imobiliário e de trabalho, tornando mais leve o peso dos impostos. Em outras palavras, técnicas que permitem que o sistema e os agentes livres se mantenham radicalmente desengajados e que se desencontrem em vez de encontrar-se (BAUMAN, 2001, p. 12).

No que diz respeito a essa pesquisa, o autor sentencia que a administração racional das empresas imposta pelo capitalismo contemporâneo

“significa *cortar* e não criar empregos e o progresso tecnológico e administrativo é avaliado pelo ‘emagrecimento’ da força de trabalho, *fechamento* de divisões e *redução* de funcionários. (...) Outrora restrito a aço e concreto, a pesados prédios de fábricas e maquinaria difícil de manejar, o próprio capital já se tornou a encarnação da flexibilidade. Dominou os truques de se puxar a si mesmo, como um coelho, da cartola ou desaparecer sem vestígio – com a auto-estrada da informação desempenhando o papel da varinha mágica” (BAUMAN, 1998, p. 50).

Essas medidas de racionalização, segundo Beck (2011), diluem a fronteira entre trabalho e ócio, uma vez que é permitido ao indivíduo estar conectado “tocando projetos” (o eufemismo para o não-trabalho, trabalho parcial ou intermitente) em

“tempo real”, e as premissas jurídicas e sociais do sistema empregatício são “modernizadas até desaparecerem”, o desemprego em massa é “integrado” ao sistema empregatício sob formas novas de “subemprego plural” transferindo ao trabalhador todas as ameaças, inseguranças e perigos do processo produtivo. Essa é uma das justificativas para o autor denominar essa fase do capitalismo de “sociedade de risco”. Ele a caracteriza por uma “transformação dos fundamentos da transformação” promovida pela industrialização.

Em outras palavras, os parâmetros da sociedade industrial como classes sociais, família nuclear, trabalho assalariado, ciência, progresso e democracia, elementos constitutivos da chamada “tradicionalidade industrial imanente” (ou Modernidade) estão fragilizados e suspensos pelas “irritações de época”. Esse período não seria nem ruptura nem pós, diz Beck, mas um fenômeno produzido de forma endógena pelo “êxito” da sociedade capitalista, sobretudo no aspecto do avanço tecnológico. Todavia, no século XXI, essa modernização já não ocorre *nos*, e sim, *contra* os trilhos daquela sociedade industrial construída na passagem do século XIX para o XX e neste intensificada. Na visão do autor, a sociedade industrial, hoje, “instabiliza-se em sua própria concretização” (Op. cit., p. 17).

A forma como a sociedade passou a produzir riqueza, na interpretação de Beck, ampliou consideravelmente a produção de riscos (obesidade, pobreza, poluição, desemprego, desigualdade social e velhice). A “sociedade de riscos” produz, segundo Beck, novos desníveis internacionais, de um lado entre o Terceiro Mundo e os países industriais, de outro entre os próprios países ricos. A própria palavra “risco” sofre uma mutação semântica. Enquanto na sociedade industrial, na época do “capitão da indústria” estava relacionada à ousadia e à aventura capitalista, agora significa autodestruição da vida no planeta. Esses riscos, alerta o autor, contém um efeito bumerangue e, “cedo ou tarde acabam alcançando aqueles que os produziram ou que lucram com eles” (Op. cit., p. 27).

Em sua análise, Beck sublinha que a distribuição do risco, assim como a da riqueza, é diferenciada pela classe social. No entanto, a pirâmide é invertida, pois “os ricos (em termos de renda, poder, educação) podem *comprar* segurança e liberdade em relação ao risco” (Op. cit, p. 41). Essa desigualdade, continua ele, amplia a incerteza nos tempos atuais. Na velha sociedade industrial, a “solidariedade de classe” e a trajetória

biográfica educacional garantiam o combate à carência material. Na sociedade de risco, outras capacidades suplementares tornam-se cruciais para a sobrevivência como, principalmente e de forma decisiva, a capacidade de “antecipar perigos, de suportá-los, de lidar com eles em termos biográficos e políticos” (Op. cit., p. 93).

Um desses perigos apontados por Beck é justamente o encontro entre o envelhecimento e o trabalho. Ao longo do século XX, ele viu a Alemanha ampliar a expectativa de vida em dez anos para os homens e treze para as mulheres, enquanto a jornada ativa de trabalho encolheu em mais de um quarto, com o agravante de o jovem entrar dois anos mais tarde no mercado de trabalho, devido ao desemprego, e o trabalhador maduro deixar a vida ativa três anos mais cedo. Durante o período anterior, essas mudanças significaram libertação, mais tempo ocioso e mais consumo. No entanto, na sociedade do século XXI, são fontes de incerteza, produção de desigualdade e suscitam uma “nova pobreza” dissolvida na individualização, na precarização massiva das condições existenciais do capitalismo do bem-estar social (Op. cit., p. 142).

Essa “precarização” devolveu ao acolhimento por parte do Estado, no novo capitalismo, o caráter de estigmatização que o *Welfare State* procurou dissuadir nos anos após a Segunda Guerra Mundial com a universalização da Seguridade Social. Esse aspecto é destacado por Sennett (2008, p. 13) ao analisar o que denominou de “cultura do novo capitalismo”, entendendo “cultura” no sentido antes antropológico que artístico, obviamente. Essa cultura, diz o autor, ainda está por ser construída. E a dificuldade em edificá-la está nos três desafios impostos por esse capitalismo que só um “homem novo” muito especial seria capaz de vencê-los.

Esse ser humano precisaria romper com um sentido de si mesmo e se reinventar a todo o momento para atender demandas de um tempo regido pelo curto prazo exigido pelas instituições do novo capitalismo. Em segundo lugar, deve desenvolver um talento camaleônico, pois a economia contemporânea demanda habilidades novas sempre superiores ou distintas àquelas desenvolvidas em sua biografia laboral e, em terceiro lugar, um ser humano desprendido das experiências passadas, de vínculos, disposto a “abrir mão”. Em uma palavra, um ser “flexível”. Enquanto esse ser humano não é encontrado, a realidade impõe novos desafios e um deles é enfrentar “a vergonha da dependência” uma vez que o discurso do novo espírito do capitalismo introjetou na

sociedade que qualquer auxílio do Estado é aviltante, humilhante ou digno do talento demoníaco daquele aproveitador inventado por Dostoiévski, como citado acima.

Como defende Souza, o papel e a imagem atribuída ao Estado no Brasil desde o início do século XX têm muito a ver com o perfil do personagem Lebiádkin – aquele que, por acesso a relações sociais poderosas, consegue proteção do Estado. Está longe do escopo proposto aqui a discussão empreendida por Souza das causas dessa interpretação que ele atribui às visões da sociologia brasileira do conceito de patrimonialismo e a um apego de nossa sociologia ao culturalismo. O interesse para este trabalho é apenas sublinhar a crítica do autor a perpetuação pelo senso comum, legitimado pelo discurso público impregnado por esse novo espírito, de que o Estado é “demonizado” por todos os males do capitalismo, sobretudo a corrupção e a ineficiência, e o mercado é sacralizado como um “reino idealizado de todas as virtudes - competência, eficiência, razão técnica supostamente no interesse de todos – movido pelo combustível da meritocracia (SOUZA, 2015, p.91).

O espírito desse novo capitalismo, no século XXI, transformou o sentido de “solidariedade”, inclusive entre os povos, uma solidariedade tão propagada depois da devastação da guerra, em “dependência” ou “vagabundagem” ou “oportunismo”. Sennett sublinha que o discurso desta época tem o tom da “auto-suficiência”, pois os reformadores querem libertar a necessidade do Estado (2004, p. 124). Mais do que isso. No cânone neoliberal, o discurso político atrelou a dependência do Estado a uma infantilidade do adulto e despregou-a da condição de pobreza. A explicação dos reformadores do sistema de bem-estar, lembra o autor, é que a corrupção subjetiva do indigente, do cliente da previdência, do dependente de seguro-desemprego, de programas sociais de toda espécie, que foram a base para o bom envelhecimento nos países ricos, é um “estado de vida incompleto, normal na criança, anormal no adulto” (Op. cit., p. 125).

Sennett lembra que essa transformação do caráter de solidariedade do Estado Previdência [ou Social] no fim do século XX tem origem na argumentação histórica de que o indivíduo amparado desenvolveria uma “dependência passiva voluntária”. De acordo com o espírito que se tenta encarnar na sociedade, o indigente pode sofrer de baixo-estima, devido à depressão ou ao medo de ser testado, logo, seria absurdo ampará-lo às custas de impostos pagos por toda a população. Além disso, diz Sennett,

em uma economia movida a maximização da produtividade, um indivíduo não-produtivo inspira pouca piedade e

“quando quem recebe caridade diz, ‘Não posso’, seu provedor pode pensar, ‘Você é que não quer’. Daí vem o caráter punitivo dos asilos para pobres da Grã-Bretanha, e também da América, tão chocantes para visitantes russos ou do Mediterrâneo” (SENNETT, 2004, p. 132).

Os reformadores da Previdência Social nos Estados Unidos, continua o autor, imaginaram no fim do século XX quando alteraram todo o sistema, privilegiando a poupança em contas individuais em detrimento dos sistemas por repartição, estarem livrando os norte-americanos da dependência do Estado. Estaria assim encerrado um capítulo humilhante para os estadunidenses adultos que sempre foram influenciados pelo discurso de que depender do Estado era desonroso e sinal de infantilização (Op. cit., p. 27). Trabalhar mais significaria uma poupança maior e liberdade. No entanto, outro capítulo foi iniciado.

A dependência passou a ser, nas palavras de Sennett, “uma moeda com duas faces”: uma privada e outra pública. De um lado, a necessidade dos outros parece dignificada, na outra, vergonhosa, pois “a dignidade da dependência nunca pareceu um projeto político válido para o liberalismo” (Op. cit. 2004, p. 149). A sentença de Sennett serve de longerão para a estrutura econômica e social no período de envelhecimento dos países pobres.

Para Souza, “existem vários liberalismos” e o atual cristalizou-se nas sociedades modernas com uma particularidade suscitada pelo fato de elas trocarem muito mais do que mercadorias no comércio internacional e capitais no mercado financeiro. Elas compartilham também uma “hierarquia moral” a qual define “quem será percebido, seja pelas instituições, seja pelos seus membros, como digno ou indigno de respeito e reconhecimento social” (SOUZA, 2015, p. 214). Esse seria o resultado, defende-se aqui, do assombramento do espírito desse novo capitalismo marcado por valores em *desconstrução*.

Por que os países pobres envelhecerão pobres

À guisa de uma consideração parcial, diante do exposto neste capítulo, é válido abordar a tese econômica de Chang (2004) ao analisar a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica. De acordo com o autor, como também se tentou demonstrar aqui, os países ricos enriqueceram adotando uma série de medidas econômicas que, atualmente, condenam quando adotadas nos países pobres (ou de renda média). Desde os anos 1970 e mais acentuadamente a partir dos anos 1990 e, sobretudo, depois da crise de 2008, os países em desenvolvimento sofreram enorme pressão por parte dos países ricos e das instituições multilaterais para adotar uma série de “boas práticas” e “boas instituições” destinadas, segundo essa receita, a promover o desenvolvimento econômico. Essa análise é importante aqui porque os alvos principais dessas “boas práticas” são a Seguridade Social e as Leis Trabalhistas.

Chang – a partir de Friedrich List (1789-1846)³⁹ – definiu essa estratégia dos países ricos de “chutar a escada”. Eles ascenderam à condição de riqueza e garantiram o bem-estar de suas populações e o desenvolvimento econômico. Após essa emergência, os países ricos atuam, por meio das instituições multilaterais, para impedir, que os outros países trilhem o mesmo caminho. Como citado nas primeiras seções deste capítulo, toda a lógica da “reconstrução”, do Estado de Bem-Estar Social, dos “campeões nacionais”, subsídios, estímulos estatais às empresas nascentes ou estratégicas, ou seja, um caminho de nacionalismo econômico, é vista hoje como inadmissível pelo establishment econômico global ou pelos economistas ortodoxos.

Essa estratégia, na visão de Chang, tem apenas o objetivo de impedir o *catching-up*⁴⁰ das economias ditas “em desenvolvimento” – a despeito deste estar cada vez mais

³⁹ Diz List: “Qualquer nação que, valendo-se de taxas protecionistas e restrições à navegação, tiver levado sua capacidade industrial e sua navegação a um grau de desenvolvimento que impeça as outras de concorrerem livremente com ela não pode fazer coisa mais sábia do que *chutar a escada* pela qual ascendeu à grandeza, pregar os benefícios do livre-comércio e declarar, em tom penitente, que até recentemente vinha trilhando o caminho errado, mas acaba de descobrir a grande verdade” (LIST, 1885, p.p. 295-6, Apud CHANG, 2004, p. 17). SOUZA SANTOS (2016, p 10) chama a atenção, embora sem usar a expressão de List, para a adoção da estratégia mesmo entre os europeus, isto é, os países centrais atuam para “proibir” a ascensão dos países periféricos. O autor também acentua a tradição de construção do bem-estar a partir da exploração de colônias e, portanto, agora a Europa teria transformado sua histórica lógica internacional em uma lógica interna. Depois de List, Gunnar Myrdal (1898-1987) também problematizou a assimetria crônica entre o desenvolvimento econômico dos países ricos e pobres ao estudar a Ásia na década de 1960.

⁴⁰ Os estudos da Cepal (Mudança estrutural para a igualdade, 2012) identificam que há um viés contra o crescimento na região. Os investimentos, que são gastos fundamentais para sustentar o crescimento da demanda e da capacidade produtiva, caem 3 vezes mais que o PIB nas fases de contração e sobem pouco mais que o PIB durante as fases de prosperidade. Isso diminui estruturalmente o PIB potencial e nossa capacidade de inovação e de aumento de produtividade (PRADO, 2015). Ver também Cepal (2017) sobre desigualdade social na região.

distante. Em poucas palavras, segundo Chang, a estratégia impede que os países pobres alcancem o nível de desenvolvimento (com sofisticação produtiva) dos países ricos e tornem-se concorrentes no comércio global, embora

“Depois da Segunda Guerra Mundial, quando sua supremacia industrial ficou absolutamente patente, os Estados Unidos fizeram exatamente a mesma coisa que a Grã-Bretanha do século XIX, preconizando o livre-comércio, muito embora tivessem obtido essa supremacia mediante o uso nacionalista e de um vigoroso protecionismo” (CHANG, 2004, p. 18).

Reinert corrobora a visão de Chang e a atualiza com a análise dos países do chamado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e Coreia do Sul (REINERT, 2016, p. 173). No caso de Índia, China e Coreia, afirma o autor, apresentar simplesmente o sucesso desses países como um sucesso da globalização é fundamentalmente desonesto, pois esses seguiram variantes de uma política que agora o Banco Mundial e o FMI impedem os países pobres de adotar⁴¹. Segundo o autor, os países ricos, atualmente, impedem os países pobres de avançarem no processo de industrialização e sofisticação tecnológica, fatores determinantes da criação de riqueza (REINERT, 2016, p. 47), pois

“o Consenso de Washington proibiu o uso da caixa de ferramentas da emulação⁴² – uma caixa de ferramentas que tem um impressionante histórico de sucesso ao longo de mais de 500 anos, desde o final do século XV até o Plano Marshall nas décadas de 1950 e 1960” (Op.cit., p. 61).

Sobre o tema do nacionalismo é válido acrescentar o estudo de Szlajfer (2012). O autor perseguiu a mesma metodologia histórica para mostrar que a mundialização da economia tratou de ofuscar o conceito de nacionalismo para beneficiar, sobretudo, os países ricos. O novo discurso contra as políticas protecionistas partiram da premissa de

⁴¹ Mazzucato (2014, p. 43) mostra como a escada é chutada mesmo para os países da chamada periferia da Europa, como Portugal, Espanha, Grécia e Itália. E ainda, no caso do avanço científico, onde os países em desenvolvimento ficam sempre em desvantagem (p. 85).

⁴² A tese da *emulação* é central no argumento do autor. Ele se preocupa em conceituá-la seguindo o Dicionário Oxford de Inglês: “esforço para se igualar ou ultrapassar outros em qualquer feito ou qualidade; também o desejo ou a ambição de se igualar ou exceder” (REINERT, 2016, p. 57).

que o nacionalismo econômico é um conceito geral e sempre negativo para o desenvolvimento das nações, quando é preciso distinguir o *nacionalismo particularista* (aquele que beneficia grupos de interesse e elites) do *nacionalismo holístico* (em benefício da coletividade). No bojo dessa política econômica, e nas escolhas que uma nação deve ter soberania para fazer, estão fincadas as possibilidades de bem-estar, empregabilidade e futuro de cada um de seus cidadãos em todo o percurso de vida mas, sobretudo, na velhice.

Brasil: envelhecendo no “capitalismo de desconstrução”

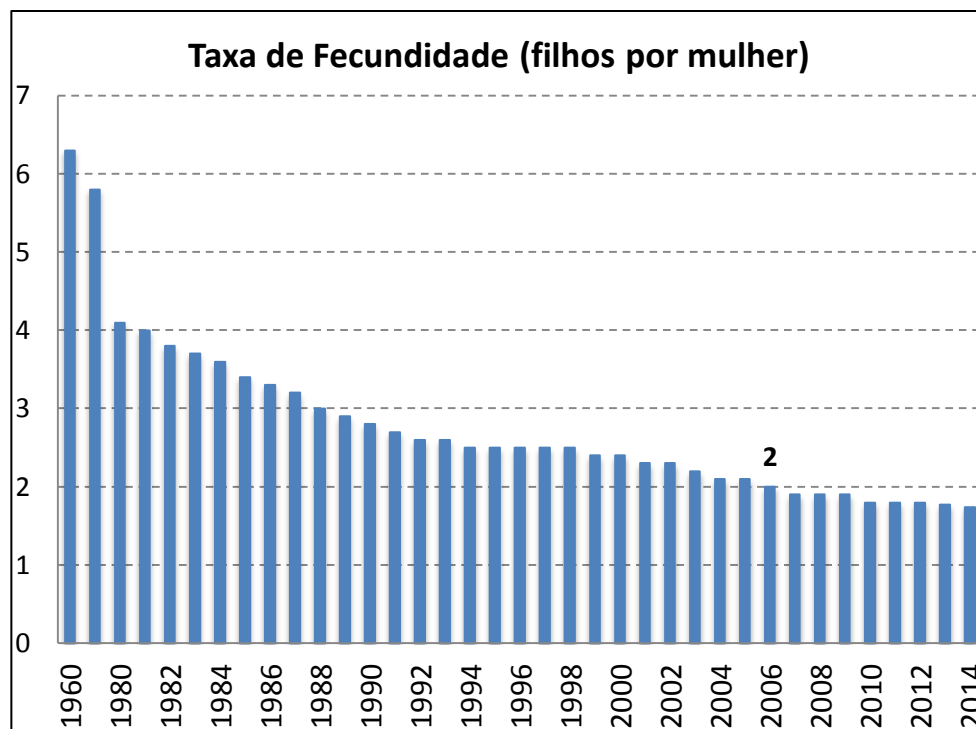
Até agora, neste capítulo, tentamos expor os aspectos econômico e social, do ponto de vista histórico, sobre as alterações sofridas no capitalismo mundial e suas implicações ou corrosão de possibilidades quanto ao objetivo de a economia garantir um bom envelhecimento às populações, observando a distinção entre países ricos e pobres. Foi destacado que o crescimento econômico em si, ou o enriquecimento, é insuficiente para a garantia de bem-estar da população. O relevante no capitalismo, como sempre, é o modelo de desenvolvimento, no caso, aquele que tenha como alvo a redução da desigualdade social intrínseca ao sistema (NEILSON, 2017; PHILLIPSON, 2002, 2015).

É necessário, portanto, seguindo o foco desta pesquisa, explorar as transformações econômicas e demográficas no Brasil sob esse ponto de vista. O objetivo aqui é dar continuidade a essa narrativa empreendida nas seções anteriores, uma vez que os aspectos em relação ao Brasil terão continuidade nos capítulos posteriores. Evidente que o país envelhece sob as imposições desse novo capitalismo. No entanto, se faz imprescindível detalhar as particularidades do caso brasileiro para auxiliar uma conexão, mesmo que breve, com o resumo histórico deste capítulo.

O Brasil viveu seu *baby boom* no período 1950-1970, assim como a maioria dos países em desenvolvimento. A taxa de fecundidade iniciou um processo de queda acentuada a partir da década de 1980 e desaba de 4,4 filhos por mulher para 1,7 em 2014 (Gráfico 1), atingindo o nível abaixo de 2,1 filhos por mulher, mínimo para reposição da população, em 2006. Do outro lado da balança, a expectativa de vida ao nascer cresceu 27 anos nesse período e hoje o brasileiro vive 75,1 anos (IBGE, 2015, p.19). Como dito, o processo de envelhecimento do país, como em quase toda a América Latina, além de Rússia e China, dois dos chamados BRICs, coincide com o

período de mudanças na economia capitalista mundial observado a partir do fim da década de 1970.⁴³

Gráfico 1



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad), IBGE/Elaboração Própria

Em benefício de uma análise mais sistemática, será usada aqui a periodização adotada por Bresser-Pereira (2015, p.p. 14-15) em relação ao Brasil. Como sublinha o autor, periodizações sempre “envolvem simplificações, porém, são sempre esclarecedoras” quando o objetivo é uma visão geral de determinada sociedade e sua história. No caso do Brasil, a partir da independência em 1822, ocorreram, em sua visão, três grandes ciclos econômicos da relação Estado-sociedade, a saber: *i*) o Ciclo Estado e Integração Territorial, sob um pacto político oligárquico, correspondente ao Império; *ii*) Ciclo Nação e Desenvolvimento (ou Revolução Capitalista Brasileira, de 1930 a 1977), primeiro sob um pacto Nacional-Popular de 1930 (os 15 anos de ditadura de Getúlio Vargas) e depois sob um pacto Autoritário-Modernizante (ditadura militar); e, *iii*) o Ciclo Democracia e Justiça Social - este com três divisões quanto aos pactos

⁴³ Índia e África do Sul, os outros dois países do grupo BRICS, ainda não estão vivendo um processo de envelhecimento (FELIX, 2009).

políticos: Democrático-Popular (anos 1980), Liberal-Dependente⁴⁴ (de 1991 a 2005) e Nacional-Popular (de 2006 a 2014).

A partir de 1930, data considerada central pelo autor por marcar o início da revolução capitalista ou burguesa no Brasil, o grande momento para o desenvolvimento econômico se deu até 1977 quando a taxa anual média de crescimento da renda *per capita* foi de 4%. O Brasil, nesse período, foi o país que mais cresceu no mundo em termos de PIB e em termos de PIB *per capita* perdeu apenas para o Japão. No entanto, manteve a tendência à concentração de renda.

A partir de 1978, esse modelo de crescimento com poupança externa cobra seu preço e, devido à crise da dívida a partir do “golpe” de Volcker em 1979, o desenvolvimento econômico é interrompido. O país mergulha na inflação alta. De 1981 até 2012, a taxa de crescimento do país foi menos de um quarto do que fora entre 1930 e 1980. De 1981 a 1990, o PIB *per capita* encolheu 0,5% e de 1991 a 2012, cresceu apenas 1,6% (Op. cit, p. 17).

O autor destaca que se for adotado como referência o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o resultado é semelhante e uma das variáveis usadas nessa metodologia, o crescimento da expectativa de vida, apresenta um crescimento de 20,3% entre 1959 e 1984 e de 19,8% entre 1984 e 2011. Ou seja, assim como observado no caso europeu, o Brasil apresentou melhores resultados no período desenvolvimentista, sublinha o autor, compreendido pelos dois pactos do Ciclo Nação e Desenvolvimento e mais o primeiro pacto político do Ciclo Democracia e Justiça Social.

O país acentua seu processo de envelhecimento populacional quando inicia seu pior período de crescimento econômico. As taxas de crescimento, nas palavras de Bresser-Pereira, “razoáveis” no novo período desenvolvimentista (pacto Nacional-Popular, de 2006 a 2014) foram, segundo ele, conjunturais devido ao aumento da demanda por *commodities* no mundo e, portanto, instáveis e efêmeras. Essa visão é consenso entre as várias escolas econômicas que determinam o fim desta “bonança”

⁴⁴ Dependente porque o autor considera que as elites empresariais e intelectuais brasileiras foram “sempre ambíguas e muitas vezes dependentes” dos países ricos. A opção política fundamental da classe capitalista brasileira estaria sempre entre aliar-se aos trabalhadores e às classes médias profissionais que constituem um mercado interno ou às elites dos países ricos. Neste caso, “as elites capitalistas locais globalistas pagam menos impostos e contam com a aprovação maior da parte das elites dos países ricos à qual agrada sua submissão”. (BRESSER-PEREIRA, 2015, p.p. 23 e 296).

externa em 2014 (PASTORE e PINOTTI, 2014). O importante aqui é destacar que, durante o Ciclo Democracia e Justiça Social (nos dois últimos pactos políticos), o percentual de pessoas com mais de 60 anos na população brasileira saltou de 6% em 1980 para 13,7% em 2014 (IBGE).

O envelhecimento populacional coincide ainda com a “desindustrialização prematura” ou retrocesso primarizante da estrutura produtiva observada após a crise da dívida externa vivida pelo país na década de 1980. O diagnóstico “hegemônico da coalizão de classes liberal dependente” que assume o poder depois da ditadura militar é de que a crise inflacionária foi causada pelo “esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações” ou, dito de outro modo, pelo excesso de intervenção do Estado na Economia, como sublinha Bresser-Pereira (2015, p. 19).

No entanto, segundo o autor, a verdadeira causa do esgotamento foi uma “clássica crise financeira de balanço de pagamentos” devido às condições impostas pelos credores da dívida externa. Envelhecer nessa nova economia, seria lícito afirmar, foi uma escolha política, pois os novos democratas (a Nova República), a partir de 1985, não lograram resolver a crise, e criaram oportunidade para que uma coalizão de classes liberal e dependente levasse o Brasil a se submeter ao *Consenso de Washington*. Este, na visão crítica do autor, partia de um diagnóstico equivocado de que a crise latino-americana tinha origem na indisciplina fiscal e no estatismo sem dar o devido peso ao “equivoco de se procurar crescer com dívida externa”.

Por outro lado, diz Bresser-Pereira, “como é próprio do pensamento neoclássico e neoliberal”, a análise desprezava a perspectiva histórica, ignorava a relevância do papel do Estado na fase de revolução capitalista e pressupunha que bastava “estabilizar a economia através do ajuste fiscal, liberalizá-la, privatizá-la, desregulá-la e garantir boas instituições (estas entendidas como as que garantem a propriedade e os contratos) para que o país cresça de forma satisfatória e estável” (Op. cit. p. 299).

A “desindustrialização prematura”, aponta o autor, pode ser verificada pela participação da indústria de transformação no PIB entre 1950 e 1986, onde atinge mais de 35%, comparada com a queda no período 1986 a 2014 quando estaciona abaixo dos 15%. Na opinião de Bresser-Pereira, a causa dessa queda é a perda do controle da taxa de câmbio por parte do governo brasileiro, deixando-a abaixo do patamar considerado ideal para o investimento na indústria, reduzindo a competitividade do produto

brasileiro no mercado externo e abrindo mão de instrumentos para controlar as entradas excessivas de capital.

Por que isso é importante no escopo desta pesquisa? Primeiro porque os três ciclos da relação Estado-sociedade aconteceram, segundo o autor, como um reflexo ou uma reação ao que ocorria no mundo capitalista “que então começava a se inter-relacionar e a se integrar, a formar, pela primeira vez na história, um sistema único” (Op. cit, p. 21). Segundo porque o envelhecimento populacional é um fenômeno mundial e, portanto, demandará soluções econômicas que colocam todos os países em maior concorrência para, por exemplo, manter sistemas de seguridade social ou garantir empregos para trabalhadores mais maduros por mais tempo. Terceiro porque o Brasil entrará sempre em desvantagem nessa disputa devido à sua dívida com a escravidão, jamais paga, que compromete a qualificação de sua mão-de-obra, como será visto.

Esse comparativo, portanto, permite verificar que os países do Norte, desde o período da Segunda Guerra Mundial, como mencionado anteriormente, dispuseram de suas colônias para sustentar suas economias e construir o seu Estado do Bem-Estar Social, além de suas posições privilegiadas na divisão internacional do trabalho. Esse privilégio garantiu aos países europeus, lembre-se, uma outra correlação de forças quando foi necessário um endividamento (Plano Marshall). Quando o capitalismo fordista entra em colapso, os países ricos, novamente, recorrem à estratégia de punçar das antigas colônias os recursos para a sobrevivência do bem-estar de suas populações já envelhecidas, por meio do que se poderia chamar de uma *recolonização*, desta vez, financeira, por meio das condicionalidades de empréstimos. No caso do Brasil, segundo Bresser-Pereira, isso se dá a partir de 1991, quando

“o país voltou por um tempo à condição semicolonial que tivera antes de 1930. Como é possível explicar isso? Dado que a nação é um desafio e uma construção de cada dia, como é possível que um país abandone a sua revolução nacional e capitalista, quando sabemos que ela é condição do desenvolvimento econômico? Como explicar essa perda da ideia de nação?” (Op. cit., p. 300).

Na periodização do autor, a economia brasileira permanece fiel a esse projeto de não-desenvolvimento ditado pelo *Consenso de Washington* de 1991 a 2006, quando retorna a um projeto desenvolvimentista. Nesse período, o crescimento da população

brasileira despencava para 1,6% a.a., entre 1990-2000, contra 3% a.a. entre 1950-1970; e começava a despertar os demógrafos para o início do fenômeno denominado de “superenvelhecimento” (CAMARANO et alli, 2014, p. 82), marcado não apenas pelo aumento do percentual de idosos (60 anos ou mais) na população mas também pela ampliação do segmento dos maiores de 80 anos que representavam menos de 1% em 1990 e alcança 1,9% em 2014 (IBGE).

Portanto, enquanto no hemisfério norte, os países ricos envelheceram sob um sentimento de nação acentuado pela guerra, o Brasil adotou medidas de *desconstrução* deste sentimento e individualização das sobrevivências subjugadas a um capitalismo chamado neoliberal justamente quando iniciava uma nova transição demográfica. O país assumiu uma condição de supridor de recursos (naturais e financeiros) para sustentar o que sobrava daquele Estado de Bem-Estar Social dos países ricos, por meio de pagamento de juros da dívida, e reduziu suas chances de manter o mínimo de Seguridade Social a longo prazo para si porque

“na condição semicolonial, a nação se enfraquece por carência de um acordo entre as classes, por faltar a ela a característica que Otto Bauer definiu como fundamental, ‘a consciência de um destino comum’. Nessas condições, deixa de contar com uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição internacional e o crescimento fica prejudicado, se não inviabilizado” (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 304)

Um outro ponto caro ao autor e necessário destacar para enriquecer a comparação com os países ricos são as condicionalidades para o endividamento dos países da América Latina impostas pelo FMI desde a década de 1980. Essas condições ampliam a assimetria entre o processo de endividamento dos países europeus, ocorrido sob as taxas de juros reais praticamente negativas do Plano Marshall, e a América Latina. Nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil e suas empresas, é preciso lembrar, passaram a ser “praticamente os únicos grandes tomadores de recursos do sistema financeiro internacional” na chamada “reciclagem dos petrodólares” a taxas de juros flutuantes ao bel prazer dos Estados Unidos (REGO et ali, 2010, p. 135).

A partir de 1990, a condicionalidade ímpar dos credores passa a ser a abertura da conta de capitais sob a justificativa de que países com liberalização financeira garantiam

aspectos positivos para o crescimento econômico, o que trabalhos empíricos de economistas brasileiros e estrangeiros – e os fatos - negaram posteriormente e significou, em última análise, a perda da autonomia do país sobre a sua taxa de câmbio o que acentuou a desindustrialização (BRESSER-PEREIRA, 2015, p.325).

O câmbio flutuante, um dos pontos do *Consenso de Washington*, foi definitivamente adotado em 1999, após a primeira desvalorização do real, com o frustrante crescimento do PIB mesmo com o fim da inflação alta. Ao lado do compromisso com o *superávit primário* e as *metas de inflação*, o *câmbio flutuante* passa a compor o chamado “tripé macroeconômico” que passaria a reger a macroeconomia brasileira no século XXI.

A desindustrialização dificultará ainda mais o enfrentamento pelos trabalhadores brasileiros das metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho na economia *mundializada*, o que será analisado no próximo capítulo. Ela é mais um elemento dessa assimetria do envelhecimento global, pois, como mencionado, a Europa envelheceu construindo suas grandes empresas multinacionais, seus “campeões nacionais” por meio de subsídios fortes, o que a política do *Consenso de Washington* impossibilitou para os países da América Latina. Um dos motivos é que essa política legou uma crônica deficiência estrutural para os países pobres financiarem suas empresas, sobretudo a ausência de um forte mercado de capitais doméstico, e a outra é devido ao discurso ideológico, no século XXI, condenar a opção por “campeões nacionais” obrigando-os a sempre ter que justificar a adoção de qualquer política estratégica de industrialização (MITERHOF et ali, 2015, p. 468) ou condenar qualquer tentativa de efetuar essa política com a demonização do Estado, neste caso, pela atuação de seu banco de desenvolvimento (BNDES).

A assimetria entre o envelhecimento dos países é ainda mais acentuada pela questão fiscal. A imposição de austeridade em nome de uma “credibilidade” exigida pelos investidores estrangeiros faz o Brasil adotar uma política “contrária aos interesses nacionais” (BRESSER-PEREIRA, 2015, p.326) e sacrifica o seu “seguro coletivo”, a sua rede de Seguridade Social. As receitas orçamentárias garantidas na Constituição de 1988 foram desvinculadas a partir do Plano Real, destinando menos recursos para a

saúde, previdência social e assistência social⁴⁵ e, desde então, permanecem sob pressão para novas desvinculações. Mesmo quando a carga tributária é ampliada, a Seguridade Social perde participação na totalidade da receita de impostos e contribuições sociais, como ocorreu entre 1997 e 2007.

Esse enfraquecimento da Seguridade Social brasileira é ainda mais grave porque, ao contrário do hemisfério norte, o Estado do Bem-Estar Social na América Latina, comparativamente ao verificado nos países ricos, limitou-se a ser uma promessa. Até porque, como cita Harvey, o Terceiro Mundo sustentou o *Welfare State* dos países ricos não só com o endividamento em “petrodólares”, mas com uma mão-de-obra barata explorada pelas multinacionais numa espécie de “fordismo periférico” (HARVEY, 2013, p. 146). Nos países da América Latina, a modernidade, como conclui Souza Martins, caracterizou-se por sua “anomalia” e sua “inconclusividade” (2000, p. 18). Rouanet chama a atenção para o fato de o Brasil estar “vivendo a revolta anti-moderna que hoje grassa no mundo sem jamais termos vivido a modernidade” (1993, p. 10), sobretudo devido à escravidão.

Em sua análise sociológica da reprodução capenga da modernidade na América Latina, em particular no Brasil, Oliveira (2004) afirma que o caso latino-americano sempre se pareceu mais com um “Estado do Mal-Estar Social”. Esse ambiente incômodo seria consequência além da “inconclusividade” e “anomalia” já apontados mas, também, num período posterior do capitalismo, de uma democracia que produziu duas rotas distintas: a estabilidade de baixa desigualdade nas economias avançadas e a estabilidade da alta desigualdade no Brasil (ARRETCHE, 2015, p. 424).

Desta forma, concluindo com Rolnik, “diferentemente dos países da Europa ocidental, o Brasil nunca teve nada parecido com um sistema de bem-estar ao longo de sua história” (2015, p. 266). A história, como se procurou mostrar aqui, torna risíveis as comparações de percentuais do PIB destinados à previdência social entre o Brasil e a Noruega, como aparecem no debate público e legam ao descrédito o discurso que domina o senso comum, como “uma segunda pele” de grande parte dos brasileiros, de que o envelhecimento populacional provoca um inevitável esgotamento do Estado para

⁴⁵ Em 1994, o governo cria o Fundo Social de Emergência, dois anos depois transformado em Fundo de Estabilização Fiscal e, em 2000, denominado finalmente como Desvinculação das Receitas da União. A DRU libera ao governo 20% do total de receitas tributárias para destinar à economia para pagamento do serviço da dívida. Isso significa dizer que os recursos das contribuições sociais, que a Constituição Federal determinava a Seguridade Social como destino obrigatório, foram desviados para outro fim.

acatar as demandas da Seguridade Social. Sem a história, é fácil enxergar a população com lentes malthusianas, ou seja, como um problema social (CAMARANO, 2014, p. 99).

A frase “*Os países ricos ficaram ricos antes de envelhecer e os países pobres – Brasil incluído – envelhecerão antes de ficarem ricos*” serve, com raríssimas exceções, de introdutório a um discurso em defesa de redução dos direitos sociais, de defesa de reformas nos sistemas de aposentadoria, com clara desvantagem para os trabalhadores de renda mais baixa, sem considerar toda a relação social, histórica, escolhas políticas que construíram a economia sob a qual os países pobres estão envelhecendo. O êxito desse discurso justifica um Estado capturado justamente pelos mais ricos e reduzido (ou mínimo) para os mais pobres (SOUZA, 2015, p. 256).

Esse discurso induz o ouvinte a adotar uma postura colaborativa ou resiliente, conveniente ao novo espírito de engajamento, diante de um capitalismo que bem poderia ser adjetivado, em contraponto a qualificação escolhida por Piketty, de *desconstrução*. Nessa economia, o cidadão deve se conformar que, em meio às imposições econômicas e sociais provocadas pela demografia, “o Estado não pode tudo” e esse mesmo Estado acaba não podendo atendê-lo em nada. É um Estado muito além do prefixo “pós” também fortemente carregado de um efeito enigmatizador, como apontado por diversos autores (BECK, 2011; GIDDENS, 1991; BELL, 1977).

O Estado contemporâneo é o da fase “des” – um prefixo incansavelmente adotado por toda a bibliografia analisada aqui e que, poder-se-ia dizer, caracteriza esse capitalismo do século XXI, no qual envelhecerão os países pobres. Como lembra Bauman (2005b, p. 19), “o prefixo ‘des’ indica anomalia”. A fase da economia baseada nos elementos descritos por vários autores, na década de 1990, de *desregulamentação*, *descompartmentalização*, *desintermediação*, elementos constituidores do neoliberalismo no campo da finança, promoveria a *desmonopolização*, *desestatização* e a *descentralização* (antes fortalecida pelo planejamento) em favor do crescimento econômico e com a promessa de promover o emprego e o bem-estar. No entanto, aqueles três Ds resultaram em outra etapa, a saber, marcada também pelo mesmo prefixo “des”.

Essa etapa poderia ser resumida em *desindustrialização*, *desnacionalização*, *descapitalização*, principalmente, dos países da América Latina, que produziram

desengajamento, descontinuação, desabrigados, desempregados, desencaixados, desmatamento ambiental, descarbonização, des-sindicalização, desestatização, desigualdade social, desmantelamento do contrato social ou desproteção social, desagregação, desmaterialização, desvinculação, desaposentadoria, deslocalização, desdemocratização, desterritorialização entre outros inúmeros “des” repetitivamente citados na literatura sociológica e econômica, que culminaram na ideia de *desglobalização*.

A questão para essa pesquisa é que nenhum ser humano *desenvelhece*. Na palavra envelhecer inexistente o prefixo “des”. O ser humano pode mudar de aparência, como destacam Deschavanne e Tavoillot (2007, p. 26), de nome, de nacionalidade e até mesmo de sexo, mas não de idade. O único “des” admissível, portanto, para o trabalhador depois dos 60 anos é o “des” de *desafio* (do latim *disfidare*, renunciar à própria fé). O que interessa aqui será investigar como essa empreitada se dá em meio a esse *capitalismo de desconstrução* que promoveu inúmeras metamorfoses no mundo do trabalho. O próximo passo, assim, será verificar como essas transformações se dão e como elas afetam os tipos de integração do trabalhador idoso.

Capítulo 2 – O desafio do trabalho no capitalismo de desconstrução

“Estou com 40 anos; e 40 anos são, na realidade, a vida toda; de fato, isso constitui a mais avançada velhice. Viver além dos 40 é indecente, vulgar, imoral!”

Fiódor Dostoiévski (1821-1881) em Memórias do Subsolo (2000, p.17)

O envelhecimento da população brasileira coincide com as metamorfoses do mundo do trabalho causadas pelo *capitalismo de desconstrução*. Um dos principais impactos dessas alterações, como dito no capítulo anterior, é a crise da sociedade salarial⁴⁶, isto é, o desgaste da coalizão entre trabalhadores e empresários, mediado pelo Estado, construído no pós-II Guerra Mundial, ou o chamado modelo fordista⁴⁷. Antunes (2011, p. 17) lembra que essa tendência foi captada por André Gorz em seu livro *Adeus ao proletariado*, publicado na França, em 1980, no qual aponta a redução quantitativa do operariado industrial nos países ricos ou, nas palavras do autor, o início de uma desproletarização ou neoproletarização (GORZ, 1982, p. 90). A solidez do mundo do trabalho começava a ganhar uma consistência líquida advinda de uma heterogeneização das relações devido à informalidade, flexibilidade e mobilidade deste fator de produção, sobretudo para a Ásia. Esse rearranjo suscitou as variações de integração profissional observadas na atualidade e que serão exploradas mais adiante.

A questão aqui, deixando clara a pretensão deste capítulo, é confrontar as diversas características e análises dessas metamorfoses do mundo do trabalho com outra assertiva constante no discurso convencional a respeito do envelhecimento da população brasileira: *Estamos vivendo mais e melhor, logo, podemos trabalhar mais e até nos reinventar profissionalmente na velhice*. Esta afirmativa é justificada pelo embaçamento

⁴⁶ No Brasil, 60,8% da força de trabalho é assalariada, segundo dados do IBGE (2013).

⁴⁷ Não se afirma aqui, obviamente, que o salário tenha surgido após a II Guerra Mundial com o regime fordista, taylorismo ou toyotista, embora o conceito de sociedade salarial como usado na literatura sociológica queira se referir, em geral, a essa configuração capitalista da segunda metade do século XX. O salário, em si, como se sabe, é bem anterior ao próprio capitalismo. A título de ilustração, a reclamação por pagamento de salário já está em Dom Quixote na cena que este descreve seu primeiro encontro com o jovem e faminto Andrés: “Estava ele amarrado à azinheira, nu de meio corpo acima, e estava retalhando-o a açoites com as rédeas de uma égua um vilão, que depois vim a saber que era seu amo; e assim que o vi lhe perguntei a causa de tão atroz flagelação; respondeu o sáfaro que o açoitava porque era seu criado, e por certos descuidos que ele tinha e nasciam mais de ladrão que de simples; ao qual essa criança disse: “Senhor, ele me açoita só porque lhe peço meu salário” (CERVANTES, 2002, p. 437). Mais tarde, o próprio D. Quixote discute salário com Sancho (CERVANTES, 2007, p.p. 356-357).

da idade cronológica com o padrão esperado de comportamento para a fase da velhice devido ao avanço técnico aplicado à medicina (DEBERT, 1999, p. 56). Esse descolamento produz “discrepâncias consideráveis, derrubando, portanto, a relação entre condição social e estágio biológico”, como também observaram Castells e Guillemard a partir de pesquisas já na década de 1970 (CASTELLS, 1999, p. 473). É necessário, no entanto, mais uma vez, do ponto de vista sociológico, questionar: Diante das metamorfoses do mundo do trabalho nos séculos XX e XXI, quem terá acesso ao trabalho de qualidade? Quem poderá manter-se no mercado? A quem será possibilitada uma reinvenção profissional na velhice? A dinâmica do mercado de trabalho, o avanço tecnológico, as novas formas de produção demandarão mão-de-obra em quantidade suficiente para absorver o trabalhador idoso? A “empresa vazia” ou “enxuta” precisará desse contingente?

As respostas prescindem de uma análise sobre como atuam as forças sociais no mundo do trabalho na economia contemporânea. Este capítulo é composto por nove seções: inicia-se com uma revisão teórica das teses de Castells sobre emprego e trabalho sob o impacto da ascensão da economia informacional, segue com a análise do impacto tecnológico nos limites humanos e na disputa tradicional entre tecnologia e regulação do trabalho (mais valia-relativa), depois investiga os desdobramentos do trabalho por conta própria (uma característica do trabalhador maduro ou idoso), o preconceito e a cooperação ameaçada pela tecnologia e, na quinta seção, expõe a tese da “fragilização da segunda metade da carreira”. Na sexta seção, problematiza o conceito de envelhecimento ativo e, depois, o da “sociedade do cansaço”. Antes de encerrar apresenta os desafios para o trabalhador idoso no Brasil e ainda faz breves considerações sobre a questão de gênero. Reconhecendo a extensão do capítulo, optou-se por terminar com notas resumindo as considerações parciais sobre todos os temas abordados.

As teses de Castells sobre emprego e trabalho: uma revisão teórica

No século passado, de acordo com Antunes, a “classe-que-vive-do-trabalho [grifos do autor] sofreu a mais aguda crise” em relação à sua materialidade, à sua subjetividade e à sua forma de ser (2008, p. 23). Os anos 1980 são apontados como um divisor importante devido ao grande salto tecnológico observado naquela década que promoveu automação inédita no universo fabril (ANTUNES, 2006, p. 18). O fordismo e

o taylorismo já não são únicos, atesta o autor, e novos processos de trabalho emergiram, no qual o cronômetro e a produção em série são substituídos ou suplantados por novos padrões de busca de produtividade.

As consequências dessas transformações são analisadas de forma diferente por autores em relação à demanda por trabalho. De acordo com Harvey, o desenvolvimento de novas tecnologias na fase de *acumulação flexível* “gerou excedentes de força de trabalho que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração de mais-valia mais viável, mesmo nos países capitalistas avançados” (2013, p. 175). O autor destaca que, no capitalismo contemporâneo, vários sistemas de trabalho alternativo podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que aos empreendedores capitalistas é permitida a escolha da forma de maior lucratividade. Diz Harvey:

“O mesmo molde de camisa pode ser produzido por fábricas de larga escala na Índia, pelo sistema cooperativo da ‘Terceira Itália’, por exploradores em Nova York e Londres ou por sistemas de trabalho familiar em Hong Kong. O ecletismo nas práticas de trabalho parece quase tão marcado, em nosso tempo, quanto o ecletismo das filosofias e gostos pós-modernos” (HARVEY, 2013, p. 175).

Esse impacto apontado por Harvey e outros autores que se debruçaram sobre a pós-modernidade, no entanto, não é novidade na economia capitalista. Durkheim, ao analisar a divisão do trabalho anômica, chamou a atenção para as transformações que estavam ocorrendo na denominada primeira fase da globalização. Segundo ele,

“na medida em que o tipo organizado se desenvolve, a fusão dos diversos segmentos conduz os mercados a serem um só, que abrange quase toda a sociedade. Ele se estende além mesmo e tende a se tornar universal; pois as fronteiras que separam os povos se reduzem ao mesmo tempo que aqueles que separam os segmentos uns dos outros” (DURKHEIM, 2010, p. 99).

Essa mobilidade dos fatores de produção, em particular o trabalho, de forma inédita, em dimensão também sem precedente, talvez tenha sido pouco compreendida quando Castells (1999, 1999b) avaliou as transformações tecnológicas do século XX e ofereceu projeções para o século XXI. A partir de uma metodologia de revisão teórica,

retorna-se a Castells para colocar em questão a premissa de alguns autores, sobretudo Tonelli e Aranha (2013) de que, com o envelhecimento da força de trabalho no Brasil, as empresas irão “conviver com equipes que, em 2040, serão compostas *principalmente* [grifo meu] por profissionais com mais de 45 anos”. Na revisão teórica, o problema de pesquisa é a própria teoria (LUNA, 1996, p. 83). A escolha de Castells justifica-se pela relevância dessa literatura e pelo seu caráter de construir projeções para o século XXI.

Quanto à metodologia, segue-se ainda orientação de Hardt e Negri (2016, p. 153) para, ao analisarmos o atual estado da vida econômica, retornarmos ao método de Marx para investigarmos a “composição técnica do capital” ou a “composição técnica do trabalho”. Segundo os autores, i) o processo imaterial da produção capitalista contemporânea, ii) a feminização do trabalho e iii) a imigração e processos de mistura social e racial são os três fatores que alteraram a valorização capitalista no século XXI. Hardt e Negri recomendam iniciar a análise da economia de hoje revelando as linhas gerais da composição técnica do trabalho: quem produz, o que é produzido e como é produzido. Souza (2018, p. 296) também valoriza essa discussão quando aborda a “dignidade do trabalho”.

De acordo com Hardt e Negri, o que marca esta etapa é a expropriação do comum (formas comuns de riqueza) como conhecimento, informação, imagens, afetos e relações sociais. Esse comum gera valor excedente num tipo de produção, denominada pelos autores, a partir de Foucault, de *biopolítica*. A maior característica desta produção é a imaterialidade, pois desloca o centro da produção das mercadorias materiais para as relações sociais – o que, mais uma vez, é também o foco de Souza (2012). Nas palavras dos autores, a produção biopolítica rompe com a lógica sujeito/produtor e objeto/produtivo. Seres humanos produzem e são produzidos (Op. cit., p. 159).

Isso desafia as categorias da economia política, ao mesmo tempo reforçando a capacidade explicativa destas, mas também resignificando-as neste contexto, porque

“verifica-se uma crescente ruptura no interior da composição orgânica do capital, uma decomposição progressiva do capital na qual o capital variável (particularmente a força de trabalho biopolítica) se separa do capital constante, bem como de suas forças políticas de comando e controle. O trabalho biopolítico tende a gerar suas próprias formas de cooperação social e a

produzir valor de maneira autônoma. Na verdade, quanto mais autônoma a organização social da produção biopolítica, mais produtiva ela é. (...) Talvez sequer devamos continuar usando a expressão ‘capital variável’ para designar essa força de trabalho, pois sua relação produtiva com o capital constante revela-se cada vez mais tênue” (Op. cit. pp. 173-174)⁴⁸.

Empreendamos, então, uma exploração de todos estes pontos a partir da obra de Castells. O autor ressalta a “mão-de-obra como um recurso global” (1999, p 111), pois as empresas podem escolher situar-se em diferentes lugares do planeta, como disse Harvey, e, de acordo com a especialização, custos e controle social (leis trabalhistas) podem definir o nível de salários, até porque contam ainda com a imigração voluntária ou provocada por expulsão de seres humanos de suas casas pela pobreza, guerra, epidemias ou outros fatores econômicos⁴⁹. Para Castells, essa “nova divisão internacional do trabalho” (1999, p. 160) é caracterizada por quatro posições na economia global: a) produtores de alto valor com base no trabalho informacional; b) produtores de grande volume baseado no trabalho de mais baixo custo; c) produtores de matérias-primas baseados em recursos naturais; d) produtores redundantes, reduzidos a trabalho desvalorizado.

Essa nova divisão do trabalho independe de particularidades do país, segundo o autor, mas depende de características da mão-de-obra (conhecimento) e de sua inserção na economia global. Em poucas palavras, a nova divisão está organizada a partir do amálgama de trabalho e tecnologia. Isso implica transformações organizacionais - provocadas pela transição do capitalismo fordista para, na definição de Castells, uma *sociedade informacional* – para a empresa do século XXI fazer frente a um alto grau de incerteza e concorrência.

Incerteza causada pelo ritmo veloz das mudanças no ambiente econômico, institucional e tecnológico. Concorrência global a exigir mais produtividade (flexibilidade da produção, gerenciamento, marketing etc). Essas transformações organizacionais redefinem as esferas de *trabalho* e de *emprego* e introduzem o modelo da produção enxuta com o objetivo de economizar mão-de-obra mediante a automação,

⁴⁸ Dardot e Laval (2017, pp. 207-216) criticam esse ponto de vista de Hardt e Negri defendendo, como dito, que, ao contrário, a produção biopolítica reforça a categoria marxista, pois, a relação salarial não se abranda por causa da incorporação dos saberes dos indivíduos”.

⁴⁹ Um relato minucioso sobre essas expulsões é feito por SASSEN, 2016.

eliminação de tarefas e supressão de camadas administrativas (CASTELLS, 1999, p. 175). As particularidades no Brasil de todo este processo foram detectadas por Antunes (2006, 2009).

A nova divisão internacional do trabalho e as transformações organizacionais suscitadas por este inédito sistema de produção capitalista originou a empresa em rede⁵⁰, como define Castells (1999, p. 191), com um código cultural comum, valores e projetos e aqui vale a transcrição das palavras do autor:

“É de fato uma cultura, mas uma cultura do efêmero, uma cultura de cada decisão estratégica, uma colcha de retalhos de experiências e interesses, em vez de uma carta de direitos e obrigações. É uma cultura virtual multifacetada, como nas experiências visuais criadas por computadores no espaço cibernético ao reorganizar a realidade. Não é fantasia, é uma força concreta porque informa e põe em prática poderosas decisões econômicas, a todo momento, no ambiente das redes. Mas não dura muito: entra na memória do computador como a matéria-prima dos sucessos e fracassos passados. A empresa em rede aprende a viver nesta cultura virtual.” (1999, p. 217).

Esta transformação tecnológica e de gestão do trabalho e das relações produtivas na empresa em rede, ainda de acordo com o autor, é o principal instrumento por meio do qual o paradigma informacional e o processo de mundialização afetam a sociedade do século XXI. A tese central de Castells é que a sociedade informacional provocou a individualização do trabalho (ou o descoletivizou), produzindo sociedades potencialmente fragmentadas. Portanto, é imperativo aprofundar a análise desse processo para perceber as possibilidades de integração do trabalhador idoso neste universo – menos com a intenção de responder questões que se impõem e mais com o intuito de problematizar a premissa de Tonelli e Aranha (2013) citada acima. Esse aprofundamento se faz ainda mais necessário uma vez que, em suas pesquisas empíricas, Paugam (2000, p. 127) atribui a um conjunto de representações comuns, valores, símbolos construídos por esse “ambiente cultural” corporativo, a

⁵⁰ Boltanski e Chiapello (2009, pp. 239-247) oferecem uma riqueza de estatísticas da construção desse ambiente da empresa em rede no fim do século XX.

responsabilidade sobre a elaboração de uma identidade pessoal e coletiva por parte dos trabalhadores. Esse ponto será explorado mais adiante.

Por enquanto, é preciso explicar porque se afirmou que as metamorfoses no mundo do trabalho verificadas com o avanço da tecnologia colocam em questão as previsões feitas por Castells, na década de 1990, no que diz respeito à quantidade de emprego no futuro da sociedade informacional. Castells foi preciso em quase todas as suas previsões quanto ao desenvolvimento da tecnologia, suas possibilidades, aplicações e impactos comunicacionais (FELIX, 2013)⁵¹, no entanto, como se pretende mostrar aqui, subestimou teoricamente as ambições capitalistas em relação à composição orgânica do capital, precisamente a manipulação do capital variável (MARX, 2017, p. 286). As afirmativas do autor neste campo precisam ser revisitadas, agora, com o beneplácito do tempo, pois são de relevância para a discussão da empregabilidade do trabalhador idoso no século XXI.

Embora Castells afirme que o processo de transição histórica para uma *sociedade informacional* globalizada é caracterizado pela deteriorização generalizada das condições de trabalho e de vida para os trabalhadores, o autor também sustenta que a difusão da tecnologia da informação, pelo menos até a década de 1990, não causara desemprego de forma direta e, “a longo prazo, poderia até criar empregos” (1999, p. 291). As metamorfoses do mundo do trabalho desenharam, porém, um quadro divergente desta previsão do autor em relação à tecnologia. Dito de outro modo, o avanço tecnológico no século XXI ameaça reduzir a demanda por trabalho (CEPAL, 2016, p. 60), algo que, até 1999, parecia improvável na realidade estudada por Castells.

A tecnologia arrefeceu ainda mais a regulamentação trabalhista e distinguiu ainda mais o *emprego* (fordista) e o *trabalho* no capitalismo de desconstrução. Relatório preparado pelo Fórum Econômico Mundial sobre a chamada 4ª Revolução Industrial, isto é, a robotização da manufatura, projeta uma perda líquida de 5 milhões de empregos até 2020. A perda de 7,1 milhões de empregos seria compensada pela criação de apenas 2,1 milhões de vagas em áreas mais especializadas, tais como computação, matemática, arquitetura, engenharia, mídia e entretenimento (Moreira e Ritt, 2016 e Cann, 2016 apud CINTRA, 2016).

⁵¹ Ver resenha crítica da trilogia “A era da informação” com este objetivo em FELIX, 2013.

Frey e Osborne (2013) prevêm que, nos próximos 20 anos, a inteligência artificial colocará em risco 47% dos empregos nos Estados Unidos, 77% na China e 57% nos países da OCDE⁵². Estudo da própria OCDE (2016) pondera esse número com a mesma argumentação de Castells: a tecnologia exigirá da força de trabalho uma “contínua adaptação das habilidades”. No entanto, os técnicos da OCDE desprezam o tempo necessário para adquirir essas novas habilidades, as disparidades de classes sociais, o custo e o pressuposto teórico ricardiano de que a sociedade das capacitações precisa apenas de uma quantidade relativamente pequena de trabalhadores educados dotados de talento, como já havia analisado Sennett quando destacou que

“São três as forças que configuram o fantasma da inutilidade: a oferta global de mão-de-obra, a automação e a gestão do envelhecimento. Cada uma não é exatamente o que poderia parecer à primeira vista” (SENNETT, 2008, p. 84)

No dizer de Bauman (2001, p. 41) “precisar tornar-se o que já se é é a característica da vida moderna”. Essa dinâmica incha cada vez mais a maioria descartada no mercado qualificado (SOUZA, 2018, p. 297). Dito de outro modo, desaparece o emprego e surge um trabalho mal remunerado por força da concorrência com a tecnologia. Antes de explorar melhor essa tendência e para compreendê-la, é necessário esmiuçar a análise de Castells sobre as transformações do mundo do trabalho na *sociedade informacional*.

A teoria clássica do pós-industrialismo, a partir do fim do século XX, lembra o autor, sustenta que o conhecimento e o processamento de informação são as novas fontes de produtividade. A atividade econômica caminharia para uma dedicação maior aos serviços do que à produção física, agora desempenhada por máquinas. O emprego rural dera lugar ao emprego industrial e, este, por sua vez, daria lugar ao emprego de serviços. Quanto mais avançada a economia, prevê a teoria, maior parcela de empregos neste setor. A partir do avanço tecnológico – ou informacional – a nova economia

⁵² Em outubro e dezembro de 2016, dois relatórios de técnicos da assessoria do presidente dos Estados Unidos confirmaram a previsão dos pesquisadores de Oxford. De acordo com o relatório oficial da Casa Branca, metade dos postos de trabalho nos Estados Unidos seria substituída pela inteligência artificial até 2036. Essa substituição, segundo o texto, seria mais acelerada não apenas pelo avanço tecnológico, mas, sobretudo, pela atuação das instituições na área educacional e pela legislação trabalhista (WHITE HOUSE, 2016, 2016a).

ampliaria a relevância das profissões demandantes de conhecimento complexo e sofisticado.

Castells trata com ressalvas todas essas afirmativas. A questão do conhecimento, de acordo com o autor, é verdadeira, no entanto, a produtividade dependerá do desenvolvimento e da difusão de tecnologias da informação e do pré-requisito primordial para sua utilização num patamar ótimo, isto é, recursos humanos e infraestrutura de comunicação. A segunda observação do autor é que a ascensão do setor de serviços não implica obrigatoriamente o encolhimento do setor industrial. No Brasil, de acordo com Antunes, vive-se uma mescla nítida de elementos do fordismo e os elementos oriundos da nova forma de acumulação informacional ou flexível (2006, p. 19). Muitos serviços também dependem de uma conexão direta com a indústria ou confundem-se com ela, como alerta Kon (2015), devido a uma grande heterogeneidade no perfil das atividades. O conceito de serviços muitas vezes é ambíguo e, lembra Castells, em estatísticas de emprego, esse conceito tem sido usado para abarcar tudo o que não é agricultura, mineração, construção, setor público ou indústria, acrescenta-se aqui, em linha com conceituação já superada (KON, 2004, p. 81). Logo, o que é preciso discutir é o abandono do antigo paradigma de setores primário, secundário e terciário (CASTELLS, 1999, p. 227; ANTUNES, 2006, p. 16)⁵³.

A terceira observação do autor tem relevância, como se verificará adiante, para o estudo dos tipos de integração do trabalhador idoso. Embora a teoria do pós-industrialismo defenda a tendência de expansão das profissões ricas em informação (executivos, administradores, especialistas, técnicos) representando o cerne da nova estrutura ocupacional, há outra tendência de ampliação de profissões em serviços mais simples e não-qualificados, muitas vezes de difícil ou “até agora” impossível substituição por máquinas ou robôs. Essas duas tendências levam o autor a concluir que a *sociedade informacional*, no que diz respeito ao trabalho, é caracterizada por “uma estrutura social cada vez mais polarizada” (Op. cit., p. 227) em prejuízo à camada intermediária. Essa constatação faz também o autor levantar dúvidas sobre um mercado de trabalho no futuro visto como uma “república da elite instruída” (Op. cit., p. 227).

⁵³ Castells categoriza diversos tipos de serviços para facilitar sua análise: serviços relacionados à produção, serviços sociais, serviços de distribuição, serviços pessoais (CASTELLS, 1999, pp. 231-237). Boyer diz que o que caracteriza o capitalismo monopolista é uma “articulação peculiar entre indústria e serviço” (2015, p. 56).

Ao analisar a dinâmica do emprego nos países do G-7, nos períodos entre 1920-1970 e 1970-1990, Castells concluiu que apesar do inchaço da área tecnológica no segundo período, obviamente, a maior parte da criação de empregos não está na área de informática, pois a marcha de criação de empregos nesta área ocorre de forma mais lenta. Na década de 1990, a maior parte da população dos países do G-7 estava empregada no setor de serviços, o que se repete nas primeiras décadas do século XXI. Em resumo, Castells constatou, a seu tempo, como o fez Gorz, o surgimento de uma estrutura pós-industrial de emprego e de trabalho no último quartel do século XX. Ou como indicou Antunes (2011, pp. 58-59) de que havia desaparecido aquela uniformidade do fordismo e a tendência no mundo do trabalho passou a ser “uma processualidade contraditória e multiforme, complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho” e, segundo este autor, embora “nem mesmo num universo distante” não tenha “nenhuma possibilidade de eliminação”. Como se sabe, o *trabalho* é imprescindível ao capitalismo. O mesmo, no entanto, não se pode dizer em relação ao *emprego*. Este é o ponto central no capitalismo de desconstrução e o mais relevante para a análise dos tipos de integração do trabalhador idoso.

O homem como obstáculo ou a desconstrução do Humano

Mesmo com certa cautela científica e pedindo para que sua análise fosse encarada como uma primeira abordagem empírica experimental, Castells caracteriza esta nova estrutura pela a) diversidade dos perfis profissionais, b) maior peso das profissões informacionais, c) polarização, d) diversidade dos níveis de categorias de emprego, isto é, uma integração heterogênea, embora considere que a maior parte da força de trabalho nas economias avançadas se mantém assalariada. O autor defende a necessidade de uma visão diferencial dos padrões da evolução estrutural, tal a sua complexidade na sociedade informacional. Diz Castells:

“Poderíamos até mesmo formular a hipótese de que conforme a atuação em rede e a flexibilidade se tornam características da nova organização industrial e conforme as novas tecnologias possibilitam que as pequenas empresas encontrem nichos de mercado, assistimos ao ressurgimento do trabalho autônomo e da situação profissional mista”. (CASTELLS, 1999, p. 243)

Existem alguns pontos a serem destacados nas quatro características dessa nova estrutura. Quanto à diversidade dos perfis profissionais, a consequência principal seria, segundo o autor, a partir de pesquisas em países ricos, a redefinição do conteúdo das profissões com o objetivo de extinguir gradualmente os *cargos que se transformam em obstáculo* [grifos meus] ao aumento da produtividade (em especial, na agricultura). Em relação à polarização, como já dito, abre-se um abismo entre os qualificados e os não-qualificados, com prejuízo para as funções intermediárias e, principalmente, para o artífice⁵⁴.

É sabido como Arendt (2013) problematizou esta categoria ao formular sobre a *vida activa* e o tipo *animal laborans* em torno das três atividades humanas fundamentais - trabalho, obra e ação - para estabelecer distinção entre *labor* (trabalho) e *work* (obra) – sendo o primeiro a atividade que corresponde à coerção por meio da qual a própria vida nos obriga a atender às necessidades (laboriosas) e o segundo o trabalho libertário, vocacional, opcional e, sobretudo, emancipador, que permitiria acesso privilegiado à vida contemplativa. Segundo ela, nessa processualidade

“...o desenvolvimento global da sociedade – pelo menos até que ele chegue ao ponto em que a automação extinga de fato o labor – segue um movimento uniforme no rumo de transformar todos os seus membros em laboradores, seres humanos cuja atividade, qualquer que seja, estará primordialmente voltada para a satisfação das necessidades da vida” (Op. cit., p. 207)

Para Arendt (2014, p.191), o *homo faber* tem uma visão utilitarista sistemática na utilização das matérias primas, sem noção da “significância”, impossibilitado de qualquer ação política, pois é guiado pelo ideal de conforto. A autora, no entanto, estava analisando – fundamental destacar – o papel do humano na totalidade de uma sociedade industrial. É o *homo faber*, portanto, em um contexto macro da modernidade. Sennett empresta à categoria *homo faber*, poder-se-ia dizer, um significado micro. O que lhe interessa é o papel daquele que faz com suas próprias mãos dentro de uma dramaturgia do mundo do trabalho. Explorar esse ponto é imprescindível quando se pesquisa a

⁵⁴ Embora o desprezo pelo artífice esteja longe de ser algo típico do capitalismo. Shakespeare (2001, p. 18) inicia sua peça “Julio César” com a opressão dos artífices pelos tribunos. Esses tentam impedir a atividade política dos artesãos, a ponto de o sapateiro precisar lembrá-los: “Tem muito homem por aí que pisa firme e caminha no que minha mão fez” (Ato I, Cena I).

integração da mão de obra idosa brasileira porque esta tem, em média, 5,7 anos de estudo e a maioria desse segmento populacional ainda é herdeira do trabalho manual e mecânico (BOSI, 1979, p. 390), como será visto aqui mais adiante. Logo, em um cenário de polarização do mercado de trabalho, como aponta Castells, tende, obviamente, a situar-se no polo inferior. Comin (2015, p. 391) constata essa mesma tendência de polarização no Brasil.

Sennett (2012) analisou a propensão de a habilidade manual, tão intrinsecamente humana, “não ser mais honrada” pela sociedade contemporânea. Segundo ele, essa desvalorização do *homo faber* trouxe consequências para a sociabilidade e a cooperação no trabalho, portanto, para o tipo de integração profissional, pois desabilitou as pessoas para a condução da vida cotidiana (SENNETT, 2010, p. 10). Esta interligação será explorada mais adiante. Por enquanto, é preciso saber apenas que ela guarda estreita proximidade com a base teórica desta pesquisa empírica sobre o tipo de integração profissional do trabalhador idoso a partir da matriz desenvolvida por Paugam (2000, p. XXI) porque este autor também utilizará a categoria *homo faber* para avaliar os seus resultados.

No que diz respeito ao peso maior às profissões informacionais, Castells previa uma hipertrofia da força de trabalho de escritório (CASTELLS, 1999, p. 240), o que ele denominou de “proletariado de escritório” (Op. cit., p. 251). O autor não concordava com a imagem popular da *economia informacional*, bastante difundida na época de sua pesquisa, como uma geradora de um número crescente de empregos de baixo nível no setor de serviços (labour) a uma taxa desproporcionalmente mais alta que a de crescimento da força de trabalho formada por administradores, profissionais especializados e técnicos (work). Além do relatório da Cepal, outras pesquisas colocam em questão esta afirmativa de Castells. Antunes (2006, p.24) constatou a “enorme ampliação” das vagas de call centers no Brasil a partir do fim da década de 1990. Ao analisar a 4ª Revolução Industrial, DeLong diz que, em 2015,

“nos Estados Unidos, apenas três em cada dez trabalhadores são necessários para produzir e disponibilizar os bens que consumimos. Tudo o que extraímos, cultivamos, projetamos, construímos, elaboramos, fabricamos e transportamos – da preparação de uma xícara de café na cozinha de um restaurante a levá-la à mesa do cliente – é realizado por cerca de 30% da

força de trabalho do país. Os demais 70% de nós passamos nosso tempo planejando o que fazer, decidindo onde instalar as coisas que produzimos, realizando serviços pessoais, conversando uns com os outros e mantendo controle sobre o que está sendo feito, para que saibamos qual é o passo seguinte.” (DeLONG, 2015)

Uma das características desta revolução que põe ainda mais dúvida sobre o *quantum* de trabalho manual demandado no futuro pelo novo modelo de produção é a ascensão dos chamados *atuadores*. Estes dispositivos são chips sensoriais que dão às máquinas a capacidade de perceber luz, altitude e umidade. Eles fazem parte de uma busca incansável para extrair maior eficiência das máquinas e robôs. De acordo com pesquisadores de engenharia em TIC, a fábrica do futuro será com cada vez menos aparato físico (SALFO, 2016). Isto é, ainda mais enxuta ou vazia. Os robôs que usam *atuadores* moverão peças com extrema precisão, terão carregamento de energia sem fio e “assumirão mais tarefas na manufatura” (RAY, 2016, p. B11)⁵⁵. A implementação de robôs cresce a cada ano. Em 2015, a Federação Internacional de Robótica divulgou novo recorde de vendas: 254 mil unidades, 12% a mais do que em 2014 e a previsão é de um boom em 2019 (IFR, 2016).

Estas transformações estavam distantes da perspectiva de Castells e diante das características iniciais desta era, mais relacionadas ao trabalho, o panorama da nova estrutura provocada pela sociedade informacional é assim definido por ele:

“embora, com certeza, haja sinais de polarização social e econômica nas sociedades avançadas, eles não assumem a forma de trajetórias divergentes na estrutura ocupacional, mas de cargos diferentes de profissões semelhantes entre setores e entre empresas. Características setoriais, territoriais, específicas de empresas, étnicas, de sexos e de faixas etárias são fontes mais evidentes de polarização social do que a diferenciação

⁵⁵ Em outubro de 2016, a fabricante de chips sem fio Qualcomm, norte-americana, anunciou o maior negócio da história no setor de semicondutores, a compra da empresa NPX por 39 bilhões de dólares. Os chips prometem revolucionar o humano ao serem aplicados ao vestuário. A empresa Nike lançou em novembro de 2016, o tênis autoamarrável idêntico ao modelo da ficção científica “De volta para o futuro” (1989). É a tecnologia wearable (vestível). A empresa Intel lançou roupas capazes de detectarem a emoção da pessoa e, por exemplo, mudarem de cor. É o chamado “vestido adrenalina”. Essas roupas com chips aplicadas à produção poderiam vir a criar uma nova forma de controle da disciplina no trabalho. (Folha de S. Paulo, 2 de novembro de 2016, p. C1)

profissional em si. As sociedades informacionais com certeza são desiguais, mas as disparidades originam-se menos de sua estrutura ocupacional relativamente valorizada que das exclusões e discriminações que ocorrem dentro e em torno da força de trabalho” (CASTELLS, 1999, p. 242).

A última característica desta nova estrutura, a evolução das categorias de *emprego*, é produzida pelo altíssimo grau de interdependência da economia mundial. Em outras palavras, a globalização inédita da força de trabalho, como já mencionada⁵⁶. Segundo Castells, o novo modelo de produção e administração global integrou simultaneamente o trabalho e desintegrou a força de trabalho. No entanto, ele destaca que esse modelo não é consequência inevitável do avanço tecnológico ou da informacionalidade, mas o resultado de “uma opção econômica e política” feita por governos e empresas, escolhendo a “via baixa” [aspas dele] no processo de transição para a nova economia, sobretudo ao usarem dos aumentos de produtividade para ampliar o lucro a curto prazo (CASTELLS, 1999, p. 261).

Embora o capitalismo contemporâneo, por meio de desregulamentação do sistema financeiro, facilite e amplie o fluxo de capital já beneficiado pelos circuitos informacionais, o trabalho ainda é muito delimitado por institucionalidades de cada país, na visão do autor. Castells afirma que há um mercado global para uma fração minúscula da força de trabalho, mas a esmagadora maioria da força de trabalho dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento permanece presa à nação, a despeito de estar em concorrência global.

A mobilidade pelo planeta é restrita aos melhores talentos nas redes globais que atuam na área inovadora de Pesquisa & Desenvolvimento, engenharia de ponta, administração financeira, serviços empresariais avançados e entretenimento. São as “elites voadoras” na definição de Bauman (2003, p. 102)⁵⁷. Em suma, aos geradores de conhecimento e manipuladores de símbolos. Mais significativos, Castells vislumbrava,

⁵⁶ Em relação ao *quantum*, Freeman (2008 *apud* CHESNAIS, 2016b, p. 41) estima um aumento no tamanho do "pool global de mão-de-obra" de aproximadamente 1,46 bilhão para 2,93 bilhões de trabalhadores usando a expressão "duplicação efetiva da força de trabalho mundial agora conectada"

⁵⁷ Como ilustração, cita-se uma declaração do executivo do setor financeiro Henrique Meirelles, presidente do Banco Central de 2003 a 2010 e ministro da Fazenda (a partir de 2016), em entrevista concedida ao jornal Folha de S. Paulo (31/03/2014), para justificar seu atraso a um compromisso político: “Saí do Egito, passei em Paris, fiquei um dia e voltei. Fiz a barba, troquei de camisa e estou aqui [em São Paulo]”.

para o século XXI, seriam os deslocamentos maciços migratórios em razão da política, guerra e fome, o que se verifica atualmente, sem se caracterizar, obviamente, como globalização de mercado de trabalho.

A globalização se apresenta, no entanto, por meio de outros mecanismos que alimentam a interdependência da força de trabalho pelo mundo afora. Neste aspecto, a concorrência global e o mercado de trabalho desregulado dos Estados Unidos, defende Castells, desempenham papel fundamental – maior, até mesmo, do que a entrada da China no capitalismo. Ele destaca três mecanismos principais a cristalizar essa interdependência: a) emprego global nas empresas multinacionais e suas redes internacionais coligadas; b) impactos do comércio internacional sobre o emprego e as condições de trabalho no Norte e no Sul e, em terceiro lugar, c) os efeitos da concorrência global e do novo método de gerenciamento flexível sobre a força de trabalho de cada país. No entanto, o autor desprezou o impacto da tecnologia, como dito antes, na desregulamentação trabalhista nos países pobres, como o Brasil.

Quanto ao primeiro mecanismo, o protagonista é o investimento estrangeiro direto (IED) que ganhou mais relevância que o comércio como condutor da interdependência global e “força motriz da globalização” (Op. cit., p. 257). As empresas multinacionais investidoras (e suas redes), portanto, adquiriram o poder de moldar a relação de trabalho na economia mundial. O autor alerta para o fato de que a maior parte da força de trabalho embora alheia ao circuito das redes multinacionais se torna dependente do funcionamento e inter-relações destas redes. O mesmo é observado por Beck (2011, p. 208). A consequência é a construção de uma hierarquia e uma fragmentação da força de trabalho sob o impulso, diz Castells, dos contínuos movimentos das empresas nos circuitos de sua rede global.

Empreendedorismo improvisado: a nova classe perigosa?

Alves e Tavares (2006), ao analisarem a dupla face da informalidade do trabalho, averiguaram essa interdependência no caso dos trabalhadores ditos autônomos. É legítimo concluir que as autoras atribuem a esta rede desenhada por Castells⁵⁸ o destino dos trabalhadores iludidos por uma certa noção de liberdade, autonomia,

⁵⁸ Sassen (1998, pp. 91-94) oferece também um quadro do que ela chama de “complexo de prestação de serviços” construído no mundo a partir do anos 1990 devido a internacionalização das grandes empresas. Segundo ela, naquela década, 61% das vendas das multinacionais já se davam fora dos seus países de origem provocando, assim, a formação de uma rede de empresas de todo o tipo de serviços.

independência, culto à propriedade, status patronal, enfim, várias formas peculiares de ser encarado o trabalho por conta própria ou o empreendedorismo – sobretudo quando este é abraçado sem a sua justificativa maior, isto é, o capital ou crédito (SOUZA, 2012, p. 364; SCHUMPETER, 1985, p. 54)⁵⁹. Poderíamos chamar esse tipo de empreendedorismo, baseado nestas autoras, de um *empreendedorismo improvisado*⁶⁰, aquele que apenas substitui o emprego perdido e o desemprego de longo prazo. “São os empresários de si mesmos” (HAN, 2015, p. 23; 2017, p. 22), portanto, distantes de um discurso que propaga a ideia de liberdade⁶¹ ou de função social da empresa.

São, no dizer de Bauman (2005, p.45), indivíduos expulsos do mercado de trabalho e desesperados em busca de uma identidade idealizada e, ao mesmo tempo, em fuga de uma identidade “intrusa e indesejada” (a de desempregados, fracassados) que pode lhes ser “cravada” sobre aquela que eles mesmos escolheram para construir: a de “empresários independentes” da dinâmica dos seus destinos. Esses *empreendedores improvisados* tendem a atribuir todas as suas dificuldades não ao fato de serem um simulacro de capitalistas ou capitalistas sem *funding*, sobretudo nos países pobres

⁵⁹ É vasta a literatura de auto-ajuda empresarial e reportagens na imprensa de economia com títulos como “Empreenda sem capital”, “Como começar um negócio sem dinheiro” etc. Schumpeter faz clara distinção entre o capitalista e o empresário, defendendo este último como o inovador e lhe garantindo direito ao crédito. O empreendedor de Schumpeter perturba o equilíbrio com suas inovações, gera crescimento econômico pela ruptura de métodos, processos, matérias-primas, organização etc fazendo jus ao crédito (SCHUMPETER, 1985, p. 48; REINERT, 2016, p. 86; MAZZUCATO, 2014, p. 92).

⁶⁰ Embora o conceito fundamental do termo empreendedor seja “alguém que exerce um julgamento de negócios em face da incerteza” (BULL; WILLARD, 1993, p. 185 *apud* IBGE, 2016), ou seja aquele que assume risco, a literatura ainda está a procura de consenso sobre o conceito do termo empreendedorismo. O IBGE adota as diretrizes estabelecidas pela OCDE. Essas diretrizes definidas por Ahmad e Seymour (2018 *apud* IBGE, 2016) desprezam algo que os teóricos pioneiros Adam Smith (1723-1790), Jean-Baptiste Say (1767-1832), Alfred Marshall (1842-1924), Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) levaram em conta, isto é, que tudo parte de um capital a ser investido. A categoria proposta de “empreendedor improvisado” refere-se justamente àquele “capitalista” sem capital a investir. Sobretudo o capital de giro (ou crédito). Logo, ele tende a fazer do trabalho alheio algo que compense a carência desse capital. Refere-se aqui àquele empreendedor, que se tornou bastante presente na economia contemporânea, que ao ser contratado para um serviço, subcontrata outrem, mas este só é remunerado pelo seu trabalho depois que o contratante (em geral uma grande empresa) efetua o pagamento. Nessa dinâmica, o trabalho do subcontratado funciona como capital de giro.

⁶¹ A frase do filósofo Jerome Glenn, em palestra na PUC-SP, em 24 de outubro de 2016, quando discutia as perspectivas futuras para o trabalho resume esse discurso: “É hora de dizer a verdade àqueles que não terão emprego: reinventem-se, vocês estão livres. Com a evolução da tecnologia da informação, cada um de nós está no centro de um universo com 3 bilhões de pessoas, o que abre perspectivas enormes de trabalho por conta própria”. A declaração de Glenn foi publicada em reportagem do jornal Valor Econômico, em 7 de novembro de 2016. Han (2017, p.p.22-35) confronta essa idealização da liberdade e faz, inclusive, uma crítica à visão de Foucault quando este afirma que o “empreendedor de si mesmo já não seria mais um sujeito de obediência”. Han sentencia: “Ele [o empreendedor de si mesmo] apenas aventa a si mesmo ser livre, enquanto explora a si próprio”.

(CHANG, 2013)⁶² mas às regulamentações trabalhistas, tributárias ou à seguridade social, consideradas “generosas” e “anacrônicas” e que estariam impedindo seus “negócios” de alcançar o sucesso.

Assim, facilmente, tornam-se aliados do discurso do grande capital ao qual passam a servir duplamente, quase sempre, sem ter essa consciência. Jamais serão seus sócios no lucro, mas o são na pressão política para o desmonte dos direitos sociais. Eles se aliam rapidamente à percepção de degradação de tudo onde o Estado participa (SOUZA, 2015) atribuindo a este os males de seus “negócios” e, logo, evoluem para uma oposição a todos que lhes fazem resistência e defendem a proteção social. Embora trabalhadores, passam a ser contra a legislação trabalhista, como dito, ao direito de greve e indeferem todas as reivindicações de direitos por todos os outros trabalhadores que qualificam de “folgados”. Esse sentimento desdobra-se, assim, facilmente no que Racière (2014) caracteriza como “ódio à democracia”.

A força hierárquica dessa rede aparece pela imposição da teoria do valor, ou seja, “o mercado é o ponto para onde todos convergem, e no qual todas as pseudo-autonomias se dissolvem” (ALVES e TAVARES, 2006, p. 441). Em outras palavras, a *sociedade informacional* apenas ampliou a capacidade das empresas que assumem o topo da hierarquia da rede de determinarem o tempo e o valor do trabalho em escala global. Em termos marxistas, as redes determinam a definição do *quantum* do trabalho socialmente necessário. Dardot e Laval (2016) sublinham que o espírito *entrepreneurship* (empreendedorismo) está na raiz do liberalismo e do neoliberalismo – modelo econômico dominante na *sociedade informacional* – e o colocou no lugar exato determinado pelos teóricos austro-americanos do início do século XX. Para eles, o empreendedor era uma dimensão humana a ser perseguida, pois era o princípio essencial à ordem capitalista.

Na ascensão de uma sociedade liberal, que valoriza a concorrência e a empresa como forma geral de sociedade, o fim lógico seria transformar “qualquer sujeito econômico” (Dardot e Laval, 2016, p. 134) em empreendedor, de forma que todos os cidadãos fechassem um grande consenso em torno das determinações capitalistas. Os

⁶² Chang destaca, no 15º capítulo, a importância de um empreendedorismo coletivo contra a ilusão de um empreendedorismo individualista, ou seja, a importância fundamental da infraestrutura científica e educacional, institucional, financeira, acesso a mercados etc do país para o sucesso de qualquer empreendimento, o que, segundo o autor, não ocorre nos países pobres.

teóricos, evidentemente, sustentavam essa defesa sob a tese de que o “processo negativo de [intervenção] do Estado cria seres assistidos e o processo de mercado cria empreendedores criativos” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 137), tudo regido pelo “mito” de uma democracia ilimitada que garantiria “soberania do povo” e “justiça social”. Isto é, liberdade⁶³.

O segundo mecanismo apontado por Castells, o comércio global, que tem como desdobramento a industrialização da Ásia e a maior concorrência global, funciona como um fator de uniformização das condições da força de trabalho em diferentes países com diferentes níveis salariais e de proteção social. A concorrência, na visão do autor, permite às empresas dos países capitalistas avançados ou países ricos a reduzir o quadro funcional, subcontratar (e ampliar a empresa em rede), usar mão-de-obra temporária, freelancer, automatizar ou relocar tarefas e subordinar a força de trabalho à disciplina de trabalho mais rígida. Um ponto interessante levantado pelo autor já na época de sua pesquisa é que

“as pressões para maior flexibilidade do mercado de trabalho e para a inversão do Estado do Bem-Estar Social na Europa Ocidental originaram-se menos das pressões derivadas do Leste asiático do que da comparação com os Estados Unidos. Ficará cada vez mais difícil para as empresas japonesas, por exemplo, manterem as práticas de emprego vitalício (...) se tiverem de competir em uma economia aberta com as empresas norte-americanas utilizando práticas flexíveis de emprego” (CASTELLS, 1999, pp. 260-261)⁶⁴.

A concorrência global, portanto, tem mais responsabilidades sobre a nova estrutura ou morfologia do trabalho, na visão de Castells, do que o avanço tecnológico,

⁶³ Como disse Marx: “O reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta” (Grundrisse *apud* ANTUNES, 2009, p. 172).

⁶⁴ A “internacionalização” do mercado de trabalho japonês, no entanto, já era debatida entre especialistas antes da pesquisa de Castells, como mostra Hirata (1991) em entrevista com o jornalista Satoshi Kamata, autor de vários livros sobre empresas japonesas. A conversa entre os dois é sobre o fim do emprego vitalício ou “dito” vitalício, como prefere a autora. A tendência ao enfraquecimento desse sistema de emprego “dito” vitalício é, de fato, confirmada no século XXI a despeito de o Japão manter uma rede de proteção social ao trabalhador com mais de 60 anos (renda mínima de aposentadoria universal) e de o Estado tentar preservar sua empregabilidade por meio de regulação, como mostra Guillemard (2010, pp. 164-180), embora com dificuldades de manter os benefícios diante da estagnação da economia mesmo antes da crise mundial iniciada em 2008, como mostra Dake (2007). Castells (1999b) explora mais detalhadamente sua visão sobre as transformações econômicas no Japão no capítulo 4 do livro 3 de sua trilogia.

a despeito deste, evidentemente, também provocar alterações de padrões no processo de trabalho. Este é um ponto importante para Castells que, fazendo coro com outros autores (GORZ, 1982; CHESNAIS, 2005; BRAVERMAN, 1981; HARVEY, 2013, SENNETT, 2008; BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, ESPING-ANDERSEN, 2009), culpabiliza mais as decisões administrativas, sistemas de relações industriais, ambientes culturais, institucionais e políticas governamentais, em uma palavra, o Estado, pela ascensão da vulnerabilidade da classe-que-vive-do-trabalho. O impacto da tecnologia, diz Castells, só pode ser entendido em uma complexa interação no bojo de um sistema social que leve em conta todos esses elementos.

Em seu itinerário intelectual, o autor prossegue reconhecendo que a tecnologia fora usada para transformar trabalhadores em robôs de segunda categoria, como afirmara Braverman (1981), mas atualmente seu papel é outro. Por isso, quanto mais a economia apodera-se da tecnologia da informação, maior é a exigência de uma mão-de-obra capaz de extrair da máquina e dos processos seu pleno potencial. Esse objetivo só é alcançado, em sua opinião, quando o trabalhador, em vez de seguir à risca a disciplina da administração científica⁶⁵, tem autonomia para alterar e sugerir processos. Boltanski e Chiapello (2009, p. 239) destacam que essa autonomia é impulsionada também pelo “culto ao desempenho individual”, que permite uma avaliação de forma isolada. Na opinião de Castells,

“o que tende a desaparecer com a automação integral são as tarefas rotineiras, repetitivas que podem ser pré-codificadas e programadas para que máquinas as executem. É a linha de montagem taylorista que se torna relíquia histórica. (...) Não deveria surpreender que as tecnologias da informação fizessem exatamente isto: substituir o trabalho que possa ser decodificado em uma sequência programável e melhorar o trabalho que requer capacidades de análise, decisão e reprogramação em tempo real, em um nível que apenas o cérebro humano pode dominar” (CASTELLS, 1999, p. 264)

⁶⁵ Segundo Braverman (1981, p. 82), o taylorismo pertence à cadeia de desenvolvimento dos métodos e organização do trabalho e não ao desenvolvimento da tecnologia, no qual seu papel foi mínimo.

A evolução tecnológica, no entanto, avançou mesmo sobre as tarefas que Castells poderia atribuir como exclusivas do cérebro humano⁶⁶. Segundo Cintra, a 4ª Revolução Industrial fomenta a inteligência artificial, a robótica, a impressão 3D, os drones, a nanotecnologia, a biotecnologia, a estocagem de dados (big data) e de energia, os veículos autônomos, a internet das coisas entre outras inovações (CINTRA, 2016) com repercussões em todos os tipos de trabalho, mesmo aqueles que, até então, só poderiam ser imaginados a partir da interferência humana. Um exemplo ilustrativo desta revolução é citado por Prado (2015):

“Um grupo de pesquisa descobriu uma nova proteína para o combate de determinados tipos de câncer, apoiado pelo sistema Watson [da IBM]. O supercomputador fez uma revisão de mais de 100 mil estudos sobre o assunto e descobriu a nova proteína, posteriormente confirmada pelos cientistas humanos. Vejam, um software e um supercomputador fizeram a descoberta. Mais do que jogar xadrez ou ser um grande especialista em charadas televisivas, Watson faz ciência. Nenhum grupo de cientistas seria capaz de revisar uma literatura tão ampla para chegar a essa conclusão. Esses sistemas hoje fazem traduções simultâneas, respondem perguntas em celulares, substituem médicos, advogados, contadores, policiais, economistas, operadores de mesa de bolsas, professores, assistentes on-line. Mas isso é apenas o começo”⁶⁷.

Lipovetsky (2016, p. 122) denomina essa “desmaterialização” da economia de “civilização da leveza” onde tudo tende a ser substituído pelo mais leve, pelo imaterial, na qual “os fluxos físicos com efeitos deletérios para os ecossistemas” são transformados em fluxos de informação. Segundo ele, a “economia da leveza” é muito

⁶⁶ Castells faz, em vários trechos do capítulo dedicado às transformações do trabalho, no primeiro volume de sua trilogia, a defesa da tese de que a tecnologia criou e não eliminou postos de trabalho. No entanto, ele mesmo faz a ressalva de que, até a data de sua pesquisa, as tendências observadas não representavam a extensão total do que ainda estaria por vir na questão do impacto das tecnologias sobre o trabalho e o emprego (CASTELLS, 1999, p. 280). Sennett (2008, p. 89) lembra que, no passado, quando pensavam em automação, os sociólogos acreditavam que seria possível criar empregos mais próximos do colarinho branco e da prestação de serviços humanos quando os pares de mãos fossem substituídos por máquinas. Essa crença baseava a tese pós-industrial de Daniel Bell e Alain Touraine.

⁶⁷ No Brasil, o Watson já é usado no mercado de diagnósticos, na indústria farmacêutica e em hospitais. A empresa Siemens também atua com sistemas sofisticados nesse segmento que, por exemplo, lê resultados de exames médicos com precisão que dispensa a necessidade de revisão por um responsável técnico.

recente, com menos de 50 anos, e de resultado imprevisível. Se por um lado esses novos fluxos permitem uma “hipermobilidade digital” e um trabalho remoto, sem controle total da empresa sobre os assalariados, por outro, podem permitir ou apressar a substituição do próprio trabalhador, uma vez que a nanotecnologia promete romper com uma exclusividade humana: a racionalidade. Diz o autor:

“Um dia, talvez, nas nano fábricas do futuro, as novas tecnologias poderão instaurar uma nova natureza, transformar radicalmente nossa relação com o mundo, o que alguns chamam de vivo, a própria condição humana. A convergência das nanotecnologias, das biotecnologias, da robótica, das técnicas da informação e das ciências cognitivas abriu o caminho aos tecnoprofetias, às utopias pós-humanistas e transumanistas que anunciam o advento do ciborgue, a fusão da humanidade e da máquina, o crescimento ilimitado de nossas capacidades físicas e mentais, a juventude eterna, a superação de nossas capacidades física e mental. Trata-se, nada menos, nessa corrente de pensamento, de vencer a própria mortalidade biológica ao produzir uma ciber-humanidade imortal graças à transferência, em breve possível tecnologicamente, como nos garantem, do conteúdo informacional do cérebro para as redes informáticas” (Op. cit., p. 126).

Esta artificialização da vida humana no século XXI pode parecer ficção científica, sobretudo quando Saffo (2016) alerta para a chance próxima de uma máquina ganhar um Prêmio Nobel. Mas outros pensadores também sentiram a mesma angústia, como por exemplo, Arendt quando, em 1958, escreveu que

“O mesmo desejo de escapar do aprisionamento à Terra manifesta-se na tentativa de criar a vida em uma proveta, no desejo de misturar, sob o microscópio, o plasma seminal congelado de pessoas de comprovada capacidade, a fim de produzir seres humanos superiores e alterar-lhes o tamanho, a forma e a função; e suspeito que o desejo de escapar à condição humana também subjaza à esperança de prolongar a duração da vida humana para além do limite dos 100 anos. Esse homem do futuro, que os cientistas nos dizem que produzirão em menos de

um século, parece imbuído por uma rebelião contra a existência humana tal como ela tem sido dada – um dom gratuito vindo de lugar nenhum (secularmente falando) que ele deseja trocar, por assim dizer, por algo produzido por ele mesmo. Não há razão para duvidar de que sejamos capazes de realizar tal troca.” (ARENDDT, 2014, p. 3).

Segundo Boyer,

“Se tivéssemos de arriscar um palpite sobre o modelo que emergirá nas próximas décadas, provavelmente teríamos de nos referir à produção do homem pelo homem e explorar de saída o contexto institucional que permitiria sua emergência” (BOYER, apud HARDT e NEGRI, 2016, p. 154)

Em uma frase: uma era de desconstrução do humano.

Se o carro autônomo já é uma realidade⁶⁸ e se no Japão um exoesqueleto já é acoplado ao corpo de um operário da construção civil de mais de 65 anos para mantê-lo apto ao trabalho pesado (WSJ, 2015; Van BRONSWIJK, 2010)⁶⁹, alguns autores alertam que as tecnologias da informação e da comunicação, até agora, têm se mostrado incapazes de apresentar alguma inovação promissora para reverter a tendência de substituição ou destruição de trabalho humano. As TICs “não oferecem nenhuma solução para o desemprego massivo e aumentam a composição orgânica do capital”, isto é, a redução de trabalhadores (CHESNAIS, 2016).

Outro aspecto é a dominância das empresas de TIC, regidas por esta imaterialidade, na *economia informacional*. Castells analisou a aplicação da TIC como instrumento definidor da rede de empresas suscitada pelo capitalismo informacional. Sua pesquisa, datada portanto, é alheia às empresas tecnológicas produtoras de mercadorias imateriais, embora elas mesmas sejam os sustentáculos dessa rede. Essas

⁶⁸ O Uber, empresa digital de compartilhamento de transporte, adquiriu a Otto, uma startup de caminhões autônomos, e fez em outubro de 2016, sua primeira entrega de mercadoria sem motorista. O caminhão percorreu 200 km em estradas do Colorado (EUA) com carga de 51 mil latas de cerveja da marca Budweiser, sem a necessidade de paradas para descanso ou respeito a horários impostos pelas limitações humanas. A viagem ocorreu sem incidentes e foi amplamente divulgada pela imprensa internacional. (FUTURATECH, 2016).

⁶⁹ Uma ampla gama de pesquisas foi feita sobre a adoção de exoesqueletos para os trabalhadores da construção civil com mais de 65 anos. Ver o site da International Association for Automation and Robotics in Construction IAARC-Academy <http://www.iaarc-academy.com/>

empresas (Google, Facebook, Twitter, Instagram, Tencent, Alibaba entre outras) estabeleceram uma nova proporcionalidade entre o capital investido e a geração de trabalho⁷⁰, ou seja, de composição orgânica do capital.

Essa relação inédita interfere na empregabilidade de trabalhadores de todas as idades, com impacto maior para o trabalhador idoso, pois a revolução tecnológica, ao contrário da afirmação de Castells, criou menos empregos e fez outros tantos desaparecerem em definitivo⁷¹. Para ele, a tecnologia, como dito antes, criaria empregos num ritmo mais lento e destruiria “cargos” que se tornassem “obstáculos” ao aumento da produtividade. No entanto, o avanço tecnológico, somado à insaciabilidade da economia financeirizada, transformou o próprio homem em obstáculo à produtividade (CRARY, 2014). O problema passou a ser o trabalhador em si, pois as empresas mais prósperas neste capitalismo têm baixa demanda por força de trabalho e muitas delas estão em concorrência direta com as empresas da chamada velha economia – ao menos enquanto os dois modelos capitalistas estiverem em convivência.

O serviço de compartilhamento de fotos Instagram, por exemplo, tinha 13 empregados quando foi comprado pelo Facebook, em 2012, por US\$ 1 bilhão. O aplicativo de mensagens WhatsApp tinha mais de 450 milhões de usuários no mundo quando o Facebook o comprou por US\$ 19 bilhões, em 2014, transformando o fundador Jan Koum em um multibilionário. Na época, o WhatsApp tinha 55 empregados. A Alphabet Inc., holding do Google, e o Facebook Inc. tinham, no fim de 2015, um total de 74.505 empregados, cerca de 35% menos que a Microsoft Corp., sendo esta avaliada em metade do seu valor (DAVIS e HILSENATH, 2016). Com base em dados do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, estes autores concluem em relação àquele país:

“...os mais novos gigantes tecnológicos precisam relativamente de menos funcionários. O número de startups de tecnologia caiu. Os ganhos na produtividade e nos salários desaceleraram e a desigualdade de renda cresceu com a troca de mão de obra humana por máquinas em trabalhos repetitivos de remuneração

⁷⁰ A criação de valor por essas empresas ainda é uma questão a ser dimensionada ou decifrada pela economia. Greenstein e Nagle (2013) denominaram de “digital dark” (apagão digital) a impossibilidade de as ferramentas econômicas padrão medirem a participação desse setor no PIB norte-americano.

⁷¹ Conforme detectou Castel (2012, p. 526).

baixa e média. Esse cenário está distante do previsto por líderes políticos, empresários da tecnologia e economistas há cerca de uma geração”. (Op.cit. p. 10)

O trabalho socialmente necessário (MARX, 2017, p. 117) é impactado também porque as empresas da *economia informacional* contam com uma rede colaborativa (crowdsourcing), isto é, trabalho gratuito em escala global para produzir a sua mercadoria imaterial. O físico Stephen Hawking (2016) alerta para o risco de essa realidade “inevitável” ser “socialmente destrutiva”. Por exemplo, um dos maiores patrimônios do Google (portanto, grande parte de seu *capital constante*) é o sistema de buscas. O refinamento permanente e ininterrupto deste sistema é parte indispensável da valorização e da produtividade da empresa. Este trabalho, no entanto, é gratuito para o Google, no entender de Hawking, pois ele ocorre a cada busca que cada usuário faz no site da empresa. Em outras palavras, o valor é gerado a custo zero maximizando a rentabilidade do capital.

Os modelos de negócios online ditos colaborativos alteram as relações de trocas em cadeia em toda a economia informacional (no agregado) com repercussões para o mundo do trabalho. Em suma, como dito antes, e é preciso insistir, redefinem a mais-valia relativa e o trabalho socialmente necessário por meio de um tipo específico de “cooperação de formas mais desenvolvidas” (MARX, 2017, p. 410)⁷². Esta dinâmica desenha um quadro que extrapola mesmo o conceito de desemprego estrutural.

Além da tecnologia, a própria dinâmica demográfica é vista como um fator de fomento à substituição de trabalho humano por máquinas, pois o

“envelhecimento da população dá um outro motivo para o desenvolvimento da robótica inteligente. Eles [os robôs] saem das fábricas, das seções de pinturas, soldagem e montagem para os hospitais, asilos, casas e empresas de serviços. Passam a ser assistentes pessoais, cuidadores, acompanhantes, professores, mensageiros, distribuidores de remédios em hospitais, auxiliares de enfermeiros, *personal trainers*, apoio de astronautas, motoristas, ajudantes de cozinha. Em poucos anos serão mais que aspiradores de pó, serão sua companhia, seu amigo, seu

⁷² Hardt e Negri (2016, p. 163) também analisam essa nova forma de cooperação na produção biopolítica.

colega, seu tutor, seu carro. Os impactos sobre os empregos e a concorrência podem ser brutais” (PRADO, 2015)⁷³.

O desenvolvimento da inteligência artificial abre perspectivas infinitas. Segundo a previsão de tecnólogos,

“Os avanços na chamada "aprendizagem profunda" [*deep learning*], um ramo da inteligência artificial modelado a partir da rede neural do cérebro, poderia permitir aos assistentes digitais inteligentes ajudar a elaborar planos de férias com a perspicácia de um assistente humano ou determinar sentimentos dos consumidores em relação a uma marca particular, com base em milhões de sinais de redes sociais e outras fontes de dados. Nos cuidados de saúde, os algoritmos de aprendizagem profunda poderiam ajudar os médicos a identificar os tipos de células de câncer ou anormalidades intracranianas em qualquer lugar do mundo em tempo real” (BENIOFF, 2016).

O *capitalismo de desconstrução*, portanto, aliado às metamorfoses radicais do mundo do trabalho e à tecnologia, alterou completamente a ordem “natural” na qual estava baseada a sociedade industrial, isto é, o emprego formal, o planejamento de carreira, a previsibilidade, a estabilidade e a relação intergeracional. Ele está modificando os paradigmas tanto do trabalho quanto das empresas. Poder-se-ia mesmo dizer que desrespeita a relação estabelecida desde Aristóteles quanto à hierarquia dos assuntos humanos definida pela natureza, uma vez que toda a tecnologia, o transumanismo, a inteligência artificial, a biotecnologia prescindem da ordem natural das coisas.

Tecnologia e idosismo: “Os jovens são mais espertos”

A natureza, ao contrário do que dizia Aristóteles, já não é mais quem estabelece a diferença entre os mais jovens e os mais velhos, destinando os primeiros a serem governados e os outros a governarem (ARENDRT, 2005, p. 157). Pesa-se ainda, para o

⁷³ No que diz respeito ao envelhecimento humano, desde os anos 1990, o avanço tecnológico fez surgir a área da Gerontecnologia com a aplicação de todas essas inovações aos cuidados de longa duração da pessoa idosa. Essa aplicação da tecnologia é o cerne da *silver economy* ou Economia da Longevidade, objeto de pesquisas anteriores (FELIX, 2009, 2014, 2016). A Economia da Longevidade é apontada como uma fonte geradora de empregos, a despeito de também promover uma alteração de padrões em determinadas funções no campo dos cuidados. Sobre Gerontecnologia, ver TINKER, 2011 para dados mundiais e SANTANA, 2016, para o Brasil.

trabalhador mais idoso ou maduro, o idosismo (o preconceito em relação à idade)⁷⁴ que impera na cultura das empresas de TICs. Segundo publicado pelo jornal Financial Times:

“As empresas de tecnologia do Vale do Silício são preconceituosas com os mais velhos. A idade média dos funcionários do Facebook e do LinkedIn é de 29 anos. No Google é de 30. ‘Os jovens são mais espertos’, teria dito Mark Zuckerberg. Mesmo que não sejam mais espertos, certamente são mais baratos. Há muitas histórias trágicas de pessoas na casa dos 40 e dos 50 anos comprando moletoms e se inteirando sobre super-heróis antes de sair em busca de um emprego. Alguns acabam sendo contratados, mas a maioria parece não conseguir. Tudo isso me lembra de coisas que as mulheres vêm fazendo há décadas para tentar se inserir em um mundo masculino – usando tailleurs e jogando golfe. Só que desta vez é muito pior.” (KELLAWAY, 2016, p. 2).

Com base em livro da socióloga Catherine Turco, do Massachusetts Institute of Technology, a colunista do jornal continua seu relato cuja transcrição se faz relevante:

“San Francisco virou um ponto de botox, com trabalhadores da área de tecnologia na casa dos 20 e 30 anos injetando coisas em seus rostos que os deixam sem expressão, apenas para se encaixar no visual de seus colegas com cara de bebê. Mesmo assim, há barreiras para as pessoas mais velhas que trabalham com tecnologia sobre as quais ninguém fala nada e das quais nenhum moletom ou seringa cheia da toxina botulínica dará conta. Elas não têm nada a ver com o preconceito que as pessoas com mais de 40 anos são mais lentas para dominar a tecnologia ou que elas carecem de espírito empreendedor. Em vez disso, a barreira está na mesma coisa pela qual essas

⁷⁴ O termo *ageism* foi cunhado por Butler (2008, p. 41) em 1968 para definir o preconceito ou a estigmatização em relação à pessoa idosa. Em português, por vezes, é traduzido por idadismo. Defende-se aqui a tradução por idosismo (FELIX, 2010b, p. 111), pois esta palavra, considera-se, reflete melhor o que o autor queria dizer com este neologismo ao relacioná-la não com a idade em si, mas com o envelhecimento (*ageing*).

empresas estão sendo elogiadas: sua nova estrutura organizacional” (Op. cit.)

A título de ilustração, estaríamos naquele ponto crucial descrito por Samuel Beckett (2001, p. 51) em *Fim de Partida*, no qual restam num quarto apenas a cadeira de rodas, dois cestos de lixo, um quadro pendurado ao inverso na parede, um banquinho, um binóculo, um apito e, de natural, somente uma pulga e o que no homem é natureza, o seu corpo, e se dá o seguinte diálogo entre os personagens:

“Hamm – A natureza nos esqueceu.

Clov – Não existe mais natureza.

Hamm – Não existe mais! Que exagero!

Clov – Nas redondezas.

Hamm – Mas nós respiramos, mudamos! Perdemos os cabelos, os dentes! A juventude! Os ideais!

Clov – Então ela não nos esqueceu.”

A combinação homem-máquina, segundo Castells, estabelece uma nova divisão do trabalho, que o autor explica a partir de uma tipologia em três dimensões:

“A primeira dimensão refere-se às tarefas reais executadas em determinado processo de trabalho. A segunda diz respeito à relação entre determinada organização e seu ambiente, incluindo outras organizações. A terceira dimensão considera a relação entre administradores e empregados em determinada organização ou rede. Chamo a primeira de *realização de valor*, a segunda de *relações* e a terceira de *tomada de decisão*” (CASTELLS, 1999, p. 265)

Quanto à realização de valor, o autor distingue as seguintes tarefas básicas e seus trabalhadores: tomada de decisão estratégica e planejamento para os dirigentes; inovação em produtos e processos para os pesquisadores; adaptação, embalagem e definição dos objetivos da inovação para os projetistas; gerenciamento das relações entre decisão, inovação, projeto e execução para os integradores; execução das tarefas

sob a própria iniciativa e entendimento para os operadores; execução de tarefas auxiliares que não podem ser automatizadas para os dirigidos ou robôs humanos.

Como na *sociedade informacional* todas essas tarefas estão conectadas a outros trabalhadores, no sistema de empresas em rede, em tempo real, o trabalho demanda uma capacidade relacional que, por sua vez, determina três cargos fundamentais, na visão do autor: *i*) os trabalhadores ativos na rede (responsáveis por estabelecer ou inaugurar conexões), *ii*) os trabalhadores passivos na rede (estão online, mas não inauguram conexões ou decidem como, quando, com quem..) e *iii*) os trabalhadores desconectados (presos a tarefas específicas definidas por instruções unilaterais não-interativas).

Consequentemente, continua Castells, quanto ao poder decisório, a rede estabelece os que dão a última palavra, os participantes e os executores nesta nova divisão do trabalho (Op. cit., p.266) e estes papéis terão função determinante nos tipos de integração do trabalhador no mercado de trabalho e emprego, suas possibilidades não apenas em relação às habilidades exigidas pela *economia informacional*, mas também pela intersecção com outros critérios, como, por exemplo, gênero, classe social e idade. Essa elaboração em torno da autonomia é similar à de Arendt quanto à autoridade, quando esta autora distingue os autores dos artífices:

“Quem, indaga Plínio [23-79 d.C.], por ocasião da inauguração de um teatro, deveria ser mais admirado: o construtor ou o autor, o inventor ou a invenção? – pensando, é claro, no último em ambos os casos. O autor não é aqui o construtor, mas aquele que inspirou toda a empresa e cujo espírito, portanto, muito mais do que o do efetivo construtor, se acha representado na própria construção. Distintamente do *artifex*, que tão-somente o fez, é ele o verdadeiro ‘autor’ do edifício, vale dizer seu fundador; com ele tornou-se um ‘aumentador’ da cidade” (ARENDDT, 2005, p. 164).

É importante destacar uma particularidade do sistema de produção informacional apontada por Castells que será de relevância para a análise dos tipos de integração do trabalhador idoso no mercado de trabalho. O envolvimento, autonomia, liberdade e o florescimento de uma criatividade humana para melhoria do desempenho e, em último grau, da produtividade, dependem de algumas condições atendidas, como “segurança no

emprego” e “participação do sindicato dos trabalhadores nas negociações e na implantação da reorganização do trabalho” (CASTELLS, 1999, pp. 266-268).

Castells preocupa-se em afirmar que essas constatações partem de estudos empíricos e não são mera “paisagem futurista”. Segundo ele, a natureza do processo de trabalho informacional exige, principalmente, cooperação, trabalho em equipe, autonomia, como já dito, e responsabilidade dos trabalhadores. Como é típico no capitalismo (MARX, 2017, p. 397), essas seriam condições indispensáveis para se alcançar todo o potencial das novas tecnologias porque

“enquanto na base do processo há crescente rotinização (e, portanto, automação), no nível médio há reintegração das várias tarefas em uma operação decisória bem-informada, geralmente processada, avaliada e executada por uma equipe composta de funcionários administrativos com autonomia cada vez maior para tomadas de decisão. Em um estágio mais avançado desse processo de reintegração de tarefas, também desaparece a supervisão de gerentes de nível médio, e os controles e procedimentos de segurança são padronizados no computador” (CASTELLS, 1999, p. 269).

Em concordância com o que constatou DeLong (2015), citado acima, Castells chama a atenção para as transformações suscitadas por essa fase de racionalização do “trabalho de escritório” que configuraria em mais tempo de elaboração e reflexão sobre os processos do que na produção propriamente dita (*faber*). Essa racionalização, em um primeiro momento, atingiu as tarefas, mas, depois, também impactou o processo. Uma das categorias mais atingidas por este fenômeno, cita Castells, são os bancários. Tal como aferiu Antunes (2006, p. 20) no Brasil. Essas transformações, como dito, ocorreram parelhas ao surgimento do capitalismo de desconstrução, ou seja, a relação capital-trabalho sofreu, desde o fim do século passado, essa dupla pressão. Castells destaca que as tecnologias foram adotadas mais para “economizar mão-de-obra, submeter os sindicatos e reduzir custos do que melhorar a qualidade ou aumentar a produtividade por meios que não sejam a redução do quadro funcional” (CASTELLS, 1999, p. 271).

Sua conclusão, porém, como mencionado acima é de que a tecnologia em si não causaria desemprego, mas, sim, alteraria o paradigma para o trabalho e para o emprego.

A geração de trabalho dependeria muito mais, segundo o autor, de escolhas políticas da sociedade em relação à política de imigração, evolução da família, distribuição institucional do tempo de serviço ao longo do ciclo vital e de um novo sistema de relações industriais. Ele alertava para o potencial de a concorrência global ampliar o desemprego, mas enxergava muito mais alterações advindas do modelo de trabalho flexível que geraria o trabalhador de jornada flexível (Op. cit., p. 285). Ou, poder-se-ia dizer, de várias jornadas simultâneas, aqueles que Beynon (1995, p. 12) batizou de “hifenizados” (*hyphenated workers*).

A característica maior deste trabalhador é a individualização do seu trabalho dentro do processo informacional. Justamente o oposto do tipo de cooperação do regime fordista. Embora o processo se dê em equipe, no regime informacional, a administração descentralizadora pulveriza as funções, elimina espaços físicos, distribui tarefas por todo o globo, em uma palavra: fragmenta. Castells não chegou a analisar a hipertrofia dessas possibilidades com o advento da impressão 3D ou 4D, por exemplo. Mesmo a antiga planta fabril já estava sendo fragmentada em incontáveis trabalhos autônomos e remotos na produção de mercadoria. Ou seja, não é apenas o trabalho de escritório que sofre essa individualização⁷⁵.

O desdobramento desta realidade do trabalho é a maior demanda por flexibilidade no emprego e o horário parcial (típico nessa individualização) que, num primeiro momento, como diz Castells, foi bem recebido por pesquisadores crentes em um trabalhador mais livre, com maior convivência com a família a partir do tempo disponível e maior igualdade de gênero, mas essa percepção inicial jamais se constituiu promissora. Esta idealização, feita, inclusive, por Keynes (2002, p. 157), em 1919,

⁷⁵ Na Holanda, a Philips produz barbeadores elétricos em uma “fábrica” escura [aspas dos autores] com 128 robôs e apenas 9 trabalhadores (BELLUZZO e GALÍPOLO, 2016). Outros autores ponderam que a indústria brasileira e o setor de serviços estão distantes desta realidade das economias avançadas (KON, 2015, p. 646). Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria, realizada em maio de 2016, com 2.225 empresas (910 pequenas, 815 médias, 500 grandes, em 29 setores da indústria de transformação e extrativista) detectou que 48% utilizam pelo menos um tipo de tecnologia digital (entre as grandes esse percentual cai para 32% e entre as pequenas sobe para 57%). Os chamados sistemas “ciberfísicos” seriam portanto ainda uma futurologia distante. De qualquer forma, dois argumentos do próprio estudo insinuam que, esse processo pode se dar em menos tempo do que o aparenta. O primeiro argumento é a capacidade da 4ª revolução industrial “aumentar entre 10% a 25% a eficiência do trabalho até 2015”, como destaca o relatório citando outro estudo da McKinsey. Entre as “possíveis consequências” relatadas está “o surgimento de novas atividades e novas profissões que demandarão adaptações no padrão de formação de recursos humanos”. O outro argumento é a própria iniciativa da CNI em fazer a pesquisa, identificar gargalos e estabelecer ações para apressar a adaptação e adoção de tecnologia de sensores e outros pela indústria brasileira. Ver CNI, 2016.

cristalizou-se desde o século XX em maior exploração do trabalho e ampliação da jornada, como se verá adiante.

No geral, reconhece Castells (1999, p. 288), a forma tradicional de trabalho com base em emprego de horário integral, projetos profissionais bem-delineados e um padrão de carreira ao longo da vida foram extintos, a despeito de ainda vivermos numa sociedade salarial. Esta extinção ocorre “de forma lenta, mas indiscutível”. O envelhecimento populacional, com conseqüente redução da oferta de trabalho, atenua essa tendência em relação ao desemprego em situações conjunturais para determinados países, como ocorreu no Brasil entre 2003 e 2013 (FELIX, 2016, p. 251)⁷⁶. No entanto, nem mesmo a contração do *quantum* da população em idade ativa é capaz de fazer frente à pressão por flexibilização e desregulamentação do emprego, pois a concorrência global elimina este fator que poderia ser favorável ao trabalhador (FREEMAN, 2010 apud CHESNAIS, 2016).

Em países mais envelhecidos, como o Japão, os jovens com poucos anos de estudo, as mulheres e os trabalhadores idosos de empresas de pequeno e médio porte são os grupos mais representativos entre os trabalhadores vulneráveis, não-estáveis, flexíveis, sem seguridade social (CASTELLS, 1999, p. 291). As tendências tecnológicas, portanto, promovem uma nova morfologia no trabalho, empurrando o mercado para uma flexibilidade generalizada, deteriorando as condições de vida dos trabalhadores e ampliando uma instabilidade (HEINZ, 2001, p. 6-7 apud GUILLEMARD, 2010, p. 28)⁷⁷ ou poder-se-ia dizer instaurando uma volatilidade da posição social (BAUMAN, 2005b, p. 23) no decorrer da vida, se quisermos, intencionalmente, buscar um paralelo com a expressão usada no campo financeiro (volatilidade dos mercados)⁷⁸. Desde a década de 1970, percebe-se essa fragilidade da renda do trabalho e sua disparidade com o crescimento do PIB brasileiro

⁷⁶ Neste período, a taxa de desocupação caiu de 12,4% para 5,4%, de acordo com o IBGE.

⁷⁷ Guillemard destaca como Heinz analisou as conseqüências de um percurso de vida aleatório e imprevisível ao qual chamou de “contingente life course”. A autora também sublinha a análise de Beck a partir de uma “despadronização” e a de Marc Bessin a partir de uma “desinstitucionalização” do ciclo de vida que resulta em uma “des-sincronização” dos calendários biográficos, isto é, a substituição do cronológico, o *chronos*, pelo *kairós*.

⁷⁸ Segundo Castells (1999b, p. 318), a estabilidade social não constitui um pré-requisito para o desenvolvimento, mas, sim, seu resultado, embora sempre incerto. Sassen (1998, p. 150) corrobora este entendimento que pretende-se denominar de “volatilidade social” quando afirma que “presenciamos uma segmentação da classe média que apresenta maior movimentação, para cima e para baixo, do que foi o caso em outros períodos”.

(POCHMANN, 2006; COMIN, 2015)⁷⁹. Em 2015, cerca de metade dos trabalhadores brasileiros recebia rendimento inferior a dois salários mínimos (DIEESE/ANFIP, 2017, p. 30)⁸⁰.

A despeito do aumento da riqueza medida por este indicador (PIB), a desigualdade social foi amplificada na passagem do século XX para o XXI. Os Estados Unidos, representante maior desse mercado flexível de trabalho, como notou Castells, se tornou um “caso extremo de desigualdade de renda e declínio dos salários entre as nações industrializadas” (Op. cit., p. 296). No início do século XXI, 1% da população norte-americana detinha 50% da riqueza do país, enquanto os outros 99% distribuíam a outra metade (PIKETTY e SAEZ, 2003). Assume-se que esse cenário tem impacto causal no tipo de integração do trabalhador idoso no mercado e altera amplamente a relação deste com as empresas.

A flexibilidade é democrática em seus efeitos deletérios para o planejamento de uma vida laboral estável. Atinge os não-qualificados e os qualificados e acentua a discriminação por idade. Na década de 1990, segundo Castells (1999, p. 297), nas empresas norte-americanas passou a reinar “a regra dos 50: os que estão acima dos 50 anos e ganham mais de US\$ 50 mil anuais têm seus empregos no topo da lista para qualquer possível redução do quadro funcional”. Este cenário foi ainda mais deteriorado à medida que a concorrência global se acirrou no século XXI. Tanto a idade quanto a renda anual foram reduzidas como critério de demissão. Esse fenômeno foi denominado por Guillemard (2010, p. 62) de “fragilização da segunda metade da

⁷⁹ Esse descolamento prevaleceu até a segunda década dos anos 2000, quando Pochmann verifica uma reversão tímida da tendência e ocorre aumento da participação da massa salarial em relação ao PIB. No entanto, há disparidades quando a análise é feita por setores. Ao analisar o setor de eletroeletrônicos na década de 1990, por exemplo, Lacerda verificou que a demanda pelos produtos tinha aumentado logo após o Plano Real, em 1994, no entanto, o número de empregados foi reduzido em quase 50% devido às mudanças tecnológicas, importações, fusões e aquisições (LACERDA, 1998, p. 125). É preciso destacar aqui também que o Brasil é o campeão na disparidade de renda do trabalho em comparação aos países da OCDE. O PIB *per capita* (em US\$ corrente PPP) de muitas nações da OCDE situa-se entre US\$ 30 mil e 61 mil, enquanto no Brasil é pouco mais de US\$ 15 mil. Na OCDE, a participação relativa dos salários no PIB é de 50% a 68% e, no Brasil, está em 43,6%. O salário mínimo brasileiro gira em torno de 400 dólares (em US\$ correntes PPP) enquanto na Alemanha, por exemplo, é cinco vezes maior (DIEESE/ANFIP, 2017, p. 30).

⁸⁰ A crise financeira de 2008 agravou essa volatilidade e vulnerabilidade, em resposta, vários países flexibilizaram as leis trabalhistas, culpabilizadas pelo custo unitário do trabalho, no entanto, essa desregulamentação provocou uma redução dos salários e esses países tiveram que adotar o salário mínimo. É o caso da Alemanha, onde o salário mínimo de 8,50 euros por hora foi adotado em 2015. Cerca de 15% da força de trabalho recebia menos do que isso quando a lei entrou em vigor (AMLINGER et al, 2016).

carreira” e é imprescindível analisá-lo detidamente para o objetivo desta pesquisa. Antes, porém, é preciso ainda destacar duas considerações da análise de Castells.

A primeira é que a lógica desse modelo de mercado de trabalho altamente dinâmico ou flexível interage com a especificidade das instituições trabalhistas de cada país, como mencionado acima. Na Alemanha, por exemplo, o autor verificou que a substituição de mão-de-obra devido à adoção de tecnologia, até a década de 1990, fora mitigada pelo nível de proteção dos trabalhadores pelas leis e pelos sindicatos. Vale mencionar ainda que as empresas com altos níveis de proteção trabalhista eram as mais inovadoras porque os trabalhadores desenvolviam maior compromisso com a qualidade da produção. Essas empresas também apresentavam alto nível de sindicalização de seus funcionários. O estudo citado por Castells, portanto, mostra que o aperfeiçoamento tecnológico é compatível com a manutenção de certo nível de empregos desde que exista investimento em treinamento ou requalificação⁸¹. Documento oficial do governo britânico (HM GOVERNMENT, 2017) também atesta o impacto negativo da flexibilização das leis trabalhistas sobre a produtividade do Reino Unido.

A segunda consideração é a necessidade que esta nova divisão internacional do trabalho ou novo modelo de trabalho do *capitalismo de desconstrução* precisa enfraquecer os sindicatos (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.285). Castells (1999, p. 298) diz que os motivos são os obstáculos impostos pelos sindicatos à reestruturação, a inadaptação “à representação de novos tipos de trabalhadores (mulheres, imigrantes e jovens)”, dificuldade de atuação em novos locais de trabalho (trabalho remoto e individualizado) e também na empresa em rede. O autor cita exemplos internacionais, mas, no Brasil, poder-se-ia citar a quase destruição do Sindicato dos Petroleiros pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, quando da greve da Petrobrás contra o processo de sua privatização, embora o ex-presidente afirme que:

“ela [a privatização] nunca esteve em causa. O que eu iria propor, com apoio da diretoria da empresa, foi o que chamei de “flexibilização” [aspas do autor] do monopólio, isto é que outras empresas pudessem atuar em toda a indústria do petróleo, concorrendo com a estatal. (...), a Petrobrás passaria a sujeitar-

⁸¹ No Brasil, a requalificação continua sendo uma política desprezada e deixada a critério do mercado. A reforma da previdência proposta em 2017 ilustra essa situação crônica. A PEC 287 “é silente quanto à reabilitação e a readaptação profissional” (DIEESE/ANFIP, 2017, p. 28).

se à concorrência. O controle da greve não foi fácil. (...) tive que ordenar a presença das Forças Armadas do lado de fora das refinarias. Dada a insistência dos sindicalistas na continuação de uma greve ilegal (...) decretei a intervenção no sindicato e resisti às tentativas de readmissão dos líderes demitidos por justa causa pela direção da empresa. (...) Assim agi porque percebi que se não me mantivesse firme o governo teria dificuldades em discutir e aprovar no Congresso as primeiras propostas de reformas constitucionais que enviei relativas, precisamente, à flexibilização dos monopólios [estatais].” (CARDOSO, 2006, p.p. 349-350)

Como um bom exemplo de empresa em rede, a Petrobras, desde então, passou a adotar ou se integrar a este novo modelo de relação de trabalho descrito até aqui, isto é, de alta fragmentação. O que interessa dizer é que o sindicalismo brasileiro nunca mais foi o mesmo depois deste episódio, seja porque foi enfraquecido pela força opressiva institucional do Estado ou porque, já no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), diante dos mesmos propósitos do *capitalismo de desconstrução*, houve, notoriamente, uma cooptação do movimento sindical pelo governo do Partido dos Trabalhadores (FELIX, 2008), afastando-o de suas ações de reivindicações ou oposição⁸².

O enfraquecimento dos sindicatos, portanto, é parte *sine qua non* para as transformações impostas pelo novo modelo e para a superação das resistências à flexibilização do emprego e do trabalho, que ainda estão em curso em todo o planeta, como conclui Castells, nesse longo trecho que vale ser reproduzido:

“O que possibilitou essa redefinição histórica das relações capital-trabalho foi o uso das poderosas tecnologias da informação e das formas organizacionais facilitadas pelo novo

⁸² Um dos fatos mais evidentes dessa cooptação é a posição da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em relação ao fator previdenciário, a fórmula adotada no governo Fernando Henrique Cardoso para reduzir o valor do benefício daqueles trabalhadores que se aposentam por tempo de contribuição. Enquanto no governo FHC, a CUT recorreu ao Supremo Tribunal Federal sob a alegação de inconstitucionalidade, na gestão de Lula, a mesma central apoiou a manutenção do fator a pedido do governo (FELIX, 2008). No entanto, de acordo com Antunes (2016), o sindicalismo brasileiro, desde o Estado Novo, constituiu-se “atrelado ao Estado e desprovido de autonomia”. Do ponto de vista histórico, Trótski observara, em seu livro “Terrorismo e Comunismo”, ao criticar o operariado soviético no período stalinista, que esse estava “subordinado ao Estado, (...) em todos os aspectos, apenas pela simples razão de que é o seu Estado” (*apud* Dardot e Laval, 2017, p. 89).

meio tecnológico de comunicação. A capacidade de reunir mão de obra para projetos e tarefas específicas criou a possibilidade de formação da empresa virtual como entidade funcional. Daí para a frente foi uma questão de superação da resistência institucional para o desenvolvimento dessa lógica e/ou de obtenção de concessões dos trabalhadores e dos sindicatos sob a ameaça potencial de virtualização. O aumento extraordinário de flexibilidade e adaptabilidade possibilitadas pelas novas tecnologias contrapôs a rigidez do trabalho à mobilidade do capital. Seguiu-se uma pressão contínua para tornar a contribuição do trabalho a mais flexível possível. A produtividade e a lucratividade foram aumentadas, mas os trabalhadores perderam proteção institucional e ficaram cada vez mais dependentes das condições individuais de negociação e de um mercado de trabalho de mudança constante. A sociedade ficou dividida, como na maior parte da história humana, entre vencedores e perdedores do contínuo processo de negociação desigual e individualizada. Mas, desta vez, havia poucas regras sobre como vencer e como perder. (...) O trabalho nunca foi tão central para o processo de realização de valor. Mas os trabalhadores (independentemente de suas qualificações) nunca foram tão vulneráveis (...)" (CASTELLS, 1999, p. 298).

Essa vulnerabilidade impacta a participação dos trabalhadores na atuação sindical igualada, como será verificado na pesquisa empírica, a uma atividade ilegal. Em outras palavras, o sindicalismo é criminalizado. Logo, sofre um arrefecimento. No Brasil, de 2012 a 2016 (anos disponíveis), a taxa de sindicalização caiu de 13,6% para 12,1% (Pnad Contínua/IBGE, 2017). Entre os homens, variou de 15,3% para 13,1% e, entre as trabalhadoras, de 11,9% para 11,2%. No entanto, a sindicalização dos empresários (sindicatos patronais) foi ampliada de 75,6% para 82%.

O fenômeno da “fragilização da segunda metade da carreira”

Ao empreender estudos comparativos sobre a empregabilidade do trabalhador maduro e idoso na Europa e no Japão, no período de 1971 a 2000, Guillemard (2010, p. 43) encontrou uma diversidade acentuada entre os países. Enquanto a França observou

uma queda de 43% entre os trabalhadores com idades entre 55 e 64 anos, nos Países Baixos, a queda foi de 36%, na Espanha, 58% e, na Suécia, apenas 16%. A autora constatou uma “evolução paradoxal” no mercado de trabalho originado por uma política pública estabelecida sob o critério de gestão da população por idades.

O primeiro paradoxo foi a saída antecipada do mercado de trabalho, sob estímulo da política de aposentadoria precoce empreendida por vários países europeus nos anos 1980-1990, como forma de abrir vagas para os mais jovens a despeito do aumento da expectativa de vida. Segundo a pesquisa, os resultados foram negativos para a empregabilidade dos jovens, reforçou-se o preconceito com o trabalhador a partir dos 40 anos (Op. cit., p. 91) e a política foi prejudicial para os sistemas de previdência. O segundo paradoxo apontado pela autora é que diante de uma longevidade cada vez maior e com melhores condições de saúde, o trabalhador assistiu a um encurtamento da duração de sua vida empregatícia⁸³.

De acordo com seus dados, há apenas uma geração em idade média de trabalho em muitos países europeus. Dito de outra forma, em quatro gerações de uma família, duas gerações estão aposentadas, uma em idade escolar e apenas uma na vida laboral. Guillemard defende que essa realidade demonstra que a questão do envelhecimento populacional ultrapassa o desafio do financiamento dos sistemas de previdência e de saúde para abarcar todo o percurso do ciclo de vida laboral e a repartição de tempos durante toda a existência humana, isto é, a nova repartição de tempo de trabalho e de não-trabalho (Op. cit., p. 19). As conclusões de Guillemard enquadram a França em um modelo de “mercado de trabalho fortemente segmentado pela idade” (Op. cit. p. 97) e, portanto, guarda semelhanças com o modelo brasileiro, como será visto.

O encurtamento da vida empregatícia, alerta a autora, põe em risco a coesão social uma vez que coloca em discussão o sistema de transferências de recursos entre as gerações, a chamada “guerra das idades” (Op. cit., p. 20), como se observa na França em pesquisas citadas por Guillemard e nos Estados Unidos, onde foi criada, inclusive, a Americans for Generational Equity (AGE), uma associação para promover o princípio

⁸³ Esse achado, evidentemente, coincide com o de outras pesquisas mais antigas que constataram essa trajetória do trabalhador já no fim do século XX quando o fordismo perde força. No Brasil, Singer (1989, p. 85) destacou o paradoxo do retardamento do envelhecimento biológico e a antecipação do envelhecimento social a partir da retirada antecipada e compulsória das pessoas do mercado de trabalho.

da equidade na distribuição de recursos públicos entre as várias faixas etárias. No Brasil, literatura ampla e repetitiva tem alimentado essa guerra com o argumento de que “a aposentadoria generosa do idoso rouba o emprego do jovem”. Outro ponto destacado pela autora é o desequilíbrio na proporção de empregos dedicados a cada faixa de idade em relação ao perfil populacional. Ela cita o caso da França, onde a faixa entre 25 e 54 anos representa 40% da população total, mas ocupa 80% dos empregos (Op. cit., p. 20).

No Brasil, a faixa etária entre 15 e 29 anos representava, em 2014, 24,1% da população total e a de 30 a 59 anos, 40,6%, enquanto a participação na população economicamente ativa era de 61,5% para a faixa entre 25 e 49 anos e de 25,2% para a de 50 anos e mais (IBGE)⁸⁴. Entre 2004 e 2014, a população em idade ativa (acima de 16 anos) no Brasil cresceu 19,7% enquanto a participação dos trabalhadores com 50 anos ou mais variou positivamente em 52,2%. No mesmo período, em relação à população economicamente ativa (ocupados e desocupados), a variação no total foi de 16,1% e de 53% para os trabalhadores com 50 anos ou mais. No entanto, “a redução da taxa de desocupação tem sido mais acentuada à medida que avança a idade” acima dos 50 anos (IBGE, 2015). Nesse grupo etário, a taxa de desocupação foi de 3,2% em 2004 para 2,4% em 2014, uma variação negativa de 25,6%. Isso significa dizer que o mercado não absorve o número de trabalhadores na mesma proporção de seu crescimento no total da população economicamente ativa, resultando em um desemprego a partir desta faixa etária. Este ponto voltará a ser analisado em relação aos idosos brasileiros.

A resposta a essas perspectivas inquietantes, diz Guillemard, reside numa melhor distribuição das chances de atividades profissionais entre os diferentes grupos e, principalmente, das opções feitas em políticas de proteção social, de emprego e de formação. O prolongamento da vida ativa exige antes de tudo, afirma ela, uma política preventiva de trabalho e de emprego que não se limita àqueles com mais de 50 anos (GUILLEMARD, 2013, p. 14). Em outras palavras, uma gestão de políticas de emprego, trabalho, educação e saúde que derrube as barreiras de idades, antes tão bem delineadas pelo capitalismo fordista. A autora constata que os países bem-sucedidos em

⁸⁴ O IBGE não trabalha com simetria entre as faixas etárias, logo, é impossível estabelecer uma comparação perfeita. Os dados da participação etária na população economicamente ativa são da Pesquisa Mensal de Emprego, fevereiro de 2016. Os dados da participação etária na população total são da Síntese dos Indicadores Sociais 2015.

ampliar a empregabilidade do trabalhador maduro e idoso, como a Finlândia, adotaram o paradigma de “sinergia das idades” (Op.cit., p. 15).

A autora conclui que uma grande parte dos países, ao menos na Europa continental, está longe de empreender ações efetivas no caminho da sinergia para ampliar a empregabilidade na faixa entre 55-64 anos, como recomendavam especialistas em demografia (BLOOM et al., 2011). Pelo contrário, os *seniors* se tornaram uma das variáveis principais dos ajustes das empresas à volatilidade da economia e, por consequência, do mercado de trabalho. Assim, é necessário uma ação institucional porque, segundo constata,

“...é pouco provável que as empresas se ajustem espontaneamente a essa inversão de tendência. Seria surpreendente que elas, de repente, descobrissem novas virtudes nos trabalhadores idosos.” (Op.cit., p. 21).

O mesmo foi observado no Brasil na já citada pesquisa de Tonelli e Aranha (2013) com 95 empresas. Os autores mostraram a negação das empresas em manterem os trabalhadores maduros em seus quadros sob a justificativa de redução de produtividade ou de corte de custos de produção por meio da demissão de empregados com salários mais altos. Como já foi mencionado, os pesquisadores partem da premissa em questão neste capítulo – de que o envelhecimento da força de trabalho no Brasil fará as empresas conviverem “com equipes que, em 2040, serão compostas principalmente por profissionais com mais de 45 anos”. É preciso analisar essa premissa, agora, à luz de Guillemard.

Todavia, o que vale destacar, é que Tonelli e Aranha comprovaram afirmações de Standing, quando este atesta que o mercado tende a considerar cinco custos para a empregabilidade do trabalhador maduro ou idoso: custos gerais, menos produtividade, proteção social, menor adaptabilidade e menor motivação, sem levar em conta experiência, qualidade e qualificação (STANDING, 1986 apud GUILLEMARD, 2010, p. 92). A idade, diz Guillemard, se constitui como um critério “quase natural” de gestão de pessoal, pois

“o investimento em formação para os funcionários mais velhos é julgado pouco rentável pelas empresas e ainda mais quando eles sofrem de um déficit de formação inicial e contínuo em

comparação aos mais jovens e de uma ausência de familiaridade com as novas tecnologias que os tornam mais difíceis para a requalificação. O processo de exclusão dos seniors de uma formação acaba provocando mais consequências para a empregabilidade, uma vez que seu impacto é redobrado pela rapidez das mudanças tecnológicas e organizacionais as quais são adotadas pelas empresas” (Op. cit, p. 74).

Castel, ao estudar as metamorfoses da questão social, acrescentou outro ponto de vista sobre este problema:

“Quando no contexto da busca da ‘flexibilidade interna’, a empresa entende adaptar as qualificações dos trabalhadores às transformações tecnológicas, a formação permanente pode funcionar como uma seleção permanente. O resultado é a invalidação dos ‘trabalhadores que estão envelhecendo’, demasiado idosos ou não suficientemente formados para serem reciclados, mas jovens demais para se beneficiarem da aposentadoria” (CASTEL, 2012, p. 513).

O envelhecimento populacional, portanto, impõe a empregabilidade do trabalhador maduro como um desafio tão importante quanto a sustentabilidade dos sistemas de previdência e saúde, temas sempre mencionados de maneira quase obsessiva no debate público. De acordo com Guillemard, essas constatações de insuficiência de empregabilidade (somadas às projeções demográficas) “inclinam a pensar que somente a reforma dos sistemas de previdência não parece suficiente para ampliar o leque de idades no mercado de trabalho” (GUILLEMARD, 2010, p. 62). As reformas seriam incapazes também de resolver, a longo prazo, o problema fiscal atribuído ao envelhecimento populacional, pois a idade mínima exigida para a aposentadoria com maior tempo de contribuição seriam critérios cada vez mais difíceis de atingir (Op. cit., p. 71).

Situação parelha é a vivenciada no Chile, por exemplo, onde a privatização da previdência social, em 1981, ignorou esta lógica do mercado de trabalho. O desemprego de longo prazo impossibilitou uma boa parte dos trabalhadores de atingir às regras de elegibilidade para a aposentadoria ou fez reduzir significativamente a capacidade de poupança. O resultado foi um contingente crescente de idosos sem seguridade social

que alcançou 8% da população, 1,2 milhão, em 2008. O governo, então, foi obrigado a promover uma contra-reforma da previdência, naquele ano, e instituir um pilar solidário (assistência social), assumindo estes custos, para garantir renda mínima àqueles idosos sem acesso à aposentadoria (FELIX, 2009, pp. 70-72; 2010, pp. 91-103 e 2016b). Quase dez anos depois, no entanto, o pilar solidário ainda é inatingível para 40% dos idosos mais pobres, que vivem sem aposentadoria ou qualquer outro tipo de proteção social (SOLIMANO, 2017) ampliando, assim, a desigualdade social naquele país.

Esta impossibilidade ou perda da aposentadoria como direito está fortemente relacionada com a interrupção do tradicional curso da vida laboral estável, uma característica do capitalismo de desconstrução. Como dito, Guillemard atribui esta realidade ou a dificuldade de manter-se no mercado de trabalho depois dos 60 anos de “fragilização da segunda metade da carreira” (GUILLEMARD, 2010, p. 62). A autora constata sua tese com a análise do desemprego entre a faixa de 50 a 59 anos e com dados longitudinais que mostram a incerteza e a volatilidade social crescente na trajetória desses trabalhadores. Ela conclui que há outro fenômeno, tão perverso quanto, que fomenta esta vulnerabilidade: o desemprego de longa, “às vezes muito longa”, duração (Op. cit., p. 63). Esta degradação, atesta a autora, ocorreu de forma crescente geração a geração desde os anos 1970.

A engrenagem dessa fragilização, aponta Guillemard (2010, p.p. 71-77), é a “desestabilização dos mercados internos”, “depreciação dos salários” devido à concorrência global, a busca por aumento da produtividade para fazer frente a esta concorrência, o avanço tecnológico, o déficit de formação depois dos 40 anos (ausência de programas de educação continuada). Estes fatores conduzem a uma quase “destruição” das chances de formação e requalificação depois dos 40 anos e “invalidam” ou “aniquilam” com o capital da experiência acumulada em todo o percurso da vida empregatícia. Eles reforçam a gestão por idade e estão provocando, segundo a autora, uma redução da idade de demissão ao longo do tempo, isto é, um rejuvenescimento da “fragilização da segunda metade da carreira” que, ao menos na França, era de 55 anos no fim do século passado⁸⁵, mas atualmente “desde os 45 anos, os riscos de ser rejeitado crescem consideravelmente” (Op. cit., p. 88).

⁸⁵ Boltanski e Chiapello (2009, p. 241), ao abordarem a “*desconstrução* do mundo do trabalho”, corroboram este resultado quanto ao fim do século XX. Eles ponderam que, até então, este padrão de

Em outras palavras, o “fantasma da inutilidade” apontado por Sennett começa a assombrar cada vez mais cedo. A busca por habilidades (skills) passa a ser um mito de Sísifo tão bem adaptado por Albert Camus (1913-1960) quando analisou a ansiedade humana diante de um mundo no qual a perenidade havia desaparecido. A este homem, na visão de Camus (1996), sobram dois caminhos: o suicídio ou a revolta. Ele defendia a segunda: um homem revoltado, pois, este só se revolta quando tem consciência de seus direitos.

Sennett (2008b) nos alerta para o poder desta situação volátil (no trabalho e na vida) corroer mesmo o caráter dos indivíduos que se vêem diante das coerções do mundo do trabalho com graves consequências sociais. Ou seja, a revolta pode manifestar-se contra a ética e a moral. Podemos lembrar também, com o intuito de enriquecer a reflexão, do personagem de *Memórias do subsolo*, cujo seguinte trecho, embora longo, se justifica:

“Não consegui chegar a nada, nem mesmo tornar-me mau: nem bom nem canalha nem honrado nem herói nem inseto. Agora, vou vivendo os meus dias em meu canto, incitando-me a mim mesmo com o consolo raivoso – que para nada serve – de que um homem inteligente não pode, a sério, tornar-se algo, e de que somente os imbecis os conseguem. Sim, um homem inteligente do século dezenove precisa e está moralmente obrigado a ser uma criatura eminentemente sem caráter; e uma pessoa de caráter, de ação, deve ser sobretudo limitada. Esta é a convicção dos meus 40 anos. Estou com 40 anos; e 40 anos são, na realidade, a vida toda; de fato, isso constitui a mais avançada velhice. Viver além dos 40 é indecente, vulgar, imoral! Quem é que vive além dos 40? Respondei-me sincera e honestamente. Vou dizer-vos: os imbecis e os canalhas. Vou dizer isto na cara de todos esses anciões respeitáveis e perfumados, de cabelos argênteos! Vou dizê-lo na cara de todo mundo! Tenho direito de falar assim, porque eu mesmo hei de viver até os 60! Até os 70!

idade variava de setor a setor. Em alguns casos, a mecanização ou robotização, num primeiro momento, permitiu a empregabilidade nas linhas de montagem além dos 45 anos. Esta realidade, porém, foi alterada no século XXI com a implementação de outro padrão tecnológico.

Até os 80!...Um momento! Deixai-me tomar fôlego...
(DOSTOIÉVSKI, 2000, p. 17).

Guillemard sustenta que as políticas de trabalho e de emprego parecem indispensáveis para evitar ou mitigar o fenômeno da “fragilização da segunda metade da carreira” e suas consequências sociais. A autora também defende uma gestão integrada de um novo pacto intergeracional nos sistemas previdenciários de repartição, uma legislação trabalhista e a revisão do sistema tributário com taxaço de fortunas, lucros e dividendos (GUILLEMARD, 2015, p. 123). Estas três políticas devem, em sua visão, caminhar juntas. Do contrário, alerta, o resultado fiscal tende a se agravar, pois a situação

“reflete o aumento de um risco no fim de carreira que ameaça especialmente todos aqueles que tiveram o azar de perder muito cedo seus empregos e não puderam se beneficiar de diversos status transitórios de inatividade antes de obter a aposentadoria. Estes vão viver a experiência dolorosa de uma nova precariedade sobre o mercado de trabalho no fim de carreira, cuja duração vai se estender à medida que o horizonte da aposentadoria é adiado.” (Op.cit., p. 64)

A autora constata que os países mais bem-sucedidos em equacionar a empregabilidade do trabalhador maduro são aqueles nos quais a legislação trabalhista impõe restrições ao descarte dessa mão de obra, como a Suécia, a Finlândia e o Japão. Nos países onde a vulnerabilidade do trabalhador a partir do 45 anos, como na França, instaurou-se como uma espécie de “novo normal” ou “evidência da natureza”, tal como o personagem de Beckett nos falou mais acima, os riscos são altos. Portanto, a autora

“defende a idéia de que a posição dos trabalhadores idosos no mercado de trabalho não pode ser resultada mecanicamente da situação desse mercado. Ela envolve a implementação de dispositivos públicos específicos resultantes de compromisso implícito, que moldam em cada país as alternativas para os trabalhadores mais velhos entre a manutenção do emprego ou abandono, remodelando assim o quadro normativo para a segunda metade da carreira” (Op. cit., p. 80).

Desde a década de 1980, a França adotou dispositivos para reverter a tendência da “fragilização da segunda metade da carreira”, mas ainda com pouca colaboração das empresas e sempre sofrendo restrições pela política de austeridade fiscal. Esta transição entre um marco institucional definido pelas idades cronológicas, típica do fordismo, para uma nova regulamentação que atenda os desafios impostos pelo *capitalismo de desconstrução*, desafios estes que a autora denomina de desinstitucionalização, dessincronização, desierarquização, desolidariedade, desespecialização, entre outros des (GUILLEMARD, 2008, pp. 25-48), depende, como condição fundamental, da participação das empresas.

Segundo Guillemard, será impossível mudar a cultura de idade sem o envolvimento das empresas ao lado dos outros atores - Estado, trabalhadores e sindicatos (GUILLEMARD, 2013, p. 13). No Brasil, as empresas permanecem distantes da discussão sobre o mercado de trabalho para os idosos, embora paradoxalmente as entidades patronais defendam, com insistência, reformas no sistema previdenciário com vistas à postergação da idade de aposentadoria – como se trabalhar por mais tempo dependesse apenas da natureza ou vontade (FELIX, 2016c, p. 256).

É ilustrativo para este debate abordar, com mais detalhes, o caso dos Países Baixos e da Finlândia⁸⁶, apontados por Guillemard como exemplos de resultados “espetaculares” entre os anos de 1996 e 2010, com ampliação, respectivamente, de 86% e 63% na taxa de emprego no segmento de 55 a 64 anos. Os dois países adotaram uma política flexível de transição para a aposentadoria, como tempo parcial ou *flexiseguridade*. Ao mesmo tempo, os países investiram em educação continuada, induziram a melhoria das condições e ambiente de trabalho com o objetivo de garantir uma “empregabilidade durável” (GUILLEMARD, 2013, p. 15).

A Finlândia implementou entre 1998 e 2002 um plano nacional quinquenal para o emprego depois dos 45 anos. Este plano incluía mais de 40 medidas integradas para o trabalho e a aposentadoria atuando sobre a oferta e a demanda por trabalhador maduro. Ou seja, as empresas foram estimuladas, seja por regulamentação ou incentivos, a empregar pessoas nesta faixa de idade. “Um grande esforço público” foi empreendido

⁸⁶ Sempre é importante destacar, quando se citam os exemplos dos países nórdicos, que a soma das populações desses cinco países (Noruega, Dinamarca, Finlândia, Países Baixos e Suécia) é inferior a 44 milhões de habitantes, portanto abaixo da população total do estado de São Paulo. Embora não invalide a comparação, esse dado precisa estar sempre cristalizado para a ponderação da análise.

no campo da educação continuada e requalificação para reduzir “o fosso” entre o trabalhador de mais de 45 e os de menos de 35⁸⁷.

A palavra de ordem do plano finlandês foi “a experiência é uma riqueza nacional” (Op. cit.). As ações destes países resumem as quatro propostas sugeridas por Guillemard para orientar esta política pública: gestão de todo o percurso ou ciclo de vida, estabelecer conexão entre os percursos de formação e da vida profissional, melhoria da saúde e bem-estar no ambiente de trabalho (“trabalho sustentável”) e favorecer a sinergia entre as idades.

Dois pontos ainda precisam ser destacados na análise de Guillemard. O primeiro é a questão da produtividade, como cita Standing (2015), sempre apontada como justificativa para o descarte do trabalhador maduro ou idoso. Acompanhando ampla literatura, a autora sublinha a ausência de causalidade entre idade e produtividade. “Não existe comprovação científica entre esses dois termos” (Op. cit., p. 77). Essa relação é condicionada caso a caso, de acordo com inúmeras variáveis, como o tipo de organização, de trabalho, o perfil do trabalhador e a distinção entre trabalhos ergonômicos e trabalhos não-ergonômicos⁸⁸.

No Brasil, pesquisadores também demonstraram essa falta de correlação entre produtividade e envelhecimento (SOUZA JUNIOR e LEVY, 2014, pp. 226-228). O argumento de que o envelhecimento da população economicamente ativa ameaça reduzir a proporção de trabalhadores em “produtividade ótima” é, portanto, apenas mais um para a perversa rotatividade promovida pelas empresas que “lucram demitindo empregados mais velhos (acima de 49 anos)” em todos os setores e contratando empregados mais novos (menos de 30 anos), sobretudo no setor industrial, e ainda recontratando os aposentados a partir de “relação informal e com remuneração menor”

⁸⁷ No Brasil, existem muitos projetos-de-lei neste sentido, mas com tramitação parada no Congresso Nacional.

⁸⁸ Maestas et al (2016) mediram o efeito do envelhecimento populacional na produtividade total dos fatores da economia norte-americana entre 1980-2010 e entre 2010-2020 a partir de uma análise do estágio demográfico dos estados. Ou seja, os autores não trabalham com a relação direta idade-produtividade. No primeiro período, o envelhecimento reduz, segundo os autores, 1,2 ponto percentual no crescimento anual do PIB per capita dos estados norte-americanos. No segundo período, 0,6 pp. A análise do efeito do envelhecimento sobre a produtividade é estabelecida pela saída dos idosos e maduros do mercado de trabalho, logo, os pesquisadores recomendam estímulos a maior participação dos mais velhos na força de trabalho para mitigar os efeitos perversos na produtividade total e “reduzir a magnitude das mudanças na política tributária federal que será exigida para solucioná-los” (p. 32).

(ROCHA, 2012, p. 51). Em 2015, quase metade dos trabalhadores brasileiros tinha menos de três anos no atual emprego, enquanto nos países europeus esse percentual médio é de 20% (DIEESE/ANFIP, 2017, p. 31).

O segundo ponto importante sublinhado por Guillemard diz respeito a uma assertiva recorrente no debate público sobre o impacto benéfico da redução da oferta de trabalho, devido à queda na taxa de fecundidade, na demanda por mão de obra idosa ou madura. Esta certeza parte do princípio de que o envelhecimento da população obrigará as empresas a comporem seus quadros de empregados “*principalmente* por profissionais com mais de 45 anos”, conforme sustentam Tonelli e Aranha (2013), já citados. Essa assertiva, defende-se aqui, é contrária à dinâmica do *capitalismo de desconstrução*, à *sociedade informacional*, ao processo de maquinização, robotização e à tendência da “*empresa vazia*”.

A estes fatores somam-se o distanciamento das empresas, conforme apontado acima, no debate sobre a composição técnica do trabalho e os impactos da dinâmica da empregabilidade no sistema de previdência social. Este quadro reforça a hipótese de que as empresas, no futuro, dependam menos da mão-de-obra madura do que supõe a análise demográfica, baseada apenas na quantidade de oferta de trabalho. Dito de outra forma, *até que ponto “a fragilização da segunda metade da carreira” é um alerta de que as empresas conseguirão prescindir desta mão de obra e formar seu quadro de empregados apenas com a força de trabalho, em idade disponível, a partir do maior uso da tecnologia?*

É preciso lembrar ainda que o capitalismo sempre encontrou soluções para a necessidade que lhe é inerente: redução do custo do trabalho. Seria dispensável recordar que, desde os primórdios, como alerta Weber (2004, p. 67), “o motivo fundamental da economia moderna como um todo é o racionalismo econômico”. Castells nos lembra que

“Se ainda restavam dúvidas quanto ao fato de a principal questão trabalhista na era da Informação não ser o fim do trabalho, mas sim as condições dos trabalhadores, elas foram definitivamente dirimidas com a explosão, durante a última década [1980] do crescimento da mão de obra infantil mal remunerada” (CASTELLS, 1999b, p. 177)

Antunes (2006, p. 22) também nos alerta para o aumento do trabalho infantil no processo de formação da empresa em rede, no Brasil. É evidente que o capitalismo é um sistema que padece do trabalho e da renda deste para o consumo. No entanto, sem regulamentação de proteção ao trabalhador maduro ou idoso, as empresas podem encontrar respostas consideradas pelos gestores como as mais convenientes à dinâmica populacional ou mais adequadas à maximização do lucro e ao ambiente de concorrência global ou ainda mais afeitas à remuneração por bônus de seus dirigentes executivos ou também para atender à chamada “inteligência fiscal”, o esforço empresarial para pagar menos impostos. Sobretudo podem dispor de maior financeirização e aferir lucros sem a necessidade de produzir mercadorias [recursos não reinvestidos], isto é, hipertrofiar o tipo de reprodução D-D’ (MARX, 2017, p. 231). São inúmeros os fatores intrínsecos nesta relação.

Segundo Guillemard, o segmento idoso tem funcionado, desde os anos 1970, como “o exército industrial de reserva” marxista, solicitado, portanto, de acordo com a necessidade da economia (Op. cit., p. 80). No Brasil, se repete o mesmo, de acordo com pesquisa realizada por Teixeira (2008). Citando pesquisas do Reino Unido como exemplo de um modelo liberal, sem dispositivos legais limitadores, Guillemard afirma que em períodos de aumento de 1% do desemprego total (1979-1986), a queda da atividade para os trabalhadores maduros (55 a 59 anos) foi de 4% e para os idosos (60 a 64 anos) alcançou 9%. Esse fato, constatado em outros países estudados, justificaria uma regulamentação específica dado que prova um descasamento entre a dinâmica do mercado de trabalho e a integração do trabalhador idoso. A autora destaca que

“mesmo em caso de uma situação extrema de penúria de mão de obra, as diretorias de recursos humanos das grandes empresas francesas se recusaram majoritariamente a introduzir medidas visando requalificar a mão de obra idosa (entre 52% e 63%, segundo o setor) ou a retardar a saída para a aposentadoria (64% a 67%) seja qual for o setor. *A fortiori*, nenhuma possibilidade de contratação (72%)” (GUILLEMARD, 2010, p. 86).

Considera-se ainda pertinente, em benefício de uma compreensão mais ampla do tema, o acréscimo de outros elementos que emprestam ainda mais complexidade à análise, como a discussão dos conceitos de *envelhecimento ativo* e de *sociedade do*

cansaço com suas consequências sociais. É igualmente fundamental detalhar a situação do idoso brasileiro no mercado de trabalho. Todos esses pontos, considera-se, aproximarão mais ainda a teoria discutida do debate da realidade brasileira e são importantes para melhor compreensão dos resultados da pesquisa empírica. É isso o que será feito nas próximas seções.

Envelhecimento ativo vs. envelhecimento digno

O conceito de envelhecimento ativo⁸⁹ entrou para a agenda internacional das políticas públicas, em 1998, como uma resposta à necessidade crescente de os países europeus garantirem a empregabilidade do trabalhador entre 55 e 64 anos (Comissão Europeia *apud* Guillemard, 2010, pp. 39-41) face à aceleração do processo de envelhecimento populacional. Naquele ano, o relatório *Maintaining Prosperity in an Ageing Society*, publicado pela OCDE, defendia uma interpretação do envelhecimento como uma oportunidade desde que os recursos humanos fossem gerados com a perspectiva de curso de vida, isto é, ações preventivas em todas as idades. Esta lógica romperia com a segmentação por idade da era fordista baseada em três estágios (educação, trabalho, aposentadoria).

Em 1999, a União Europeia elegeu esta questão como uma prioridade em seu relatório *O mercado de trabalho europeu à luz das evoluções demográficas*. Com base nesta diretiva, votada pelo conselho econômico e social da União Europeia, vários países estabeleceram metas quantitativas de elevação da participação dessa faixa etária na empregabilidade total (taxa de emprego). Em 2002, a Organização Mundial da Saúde adotou oficialmente o conceito e o definiu como

“um processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (OMS, 2002, p.13)

Este histórico do conceito será breve nesta seção porque é registrado em ampla literatura e já foi objeto de pesquisa anterior (FELIX, 2009). O relevante aqui é destacar

⁸⁹ No Brasil, o Decreto da Presidência da República nº 8.114/2013 estabeleceu o compromisso nacional com o envelhecimento ativo e estabelece diretrizes gerais para a implementação do conceito, que seria dada a partir do trabalho de uma comissão interministerial que, no entanto, não incluiu os ministérios da área econômica (Fazenda e Planejamento). Em todo o texto do decreto também não aparece a palavra “empresa” ou a expressão “iniciativa privada”, excluindo esses segmentos deste compromisso, salvo por meio de algum tipo de sanção.

um fato apontado por diversos autores: a mutação deste conceito em sua funcionalidade no debate público e sua ineficiência quanto ao objetivo original, qual seja, ampliar a empregabilidade do trabalhador idoso. Como foi visto até aqui, a maioria dos países ficou longe de atingir as metas de empregabilidade no decorrer das últimas décadas. Mesmo o Japão, que aparece em vantagem na pesquisa de Guillemard, apresenta tendência de piora em seus índices no século XXI. A única exceção são os países escandinavos.

O envelhecimento ativo, como aponta Guillemard (2013, p. 3), pretendia promover outra visão do envelhecimento das populações, distante daquela propagada “catástrofe fatal” que, de um lado, prejudicaria a produtividade e a competitividade dos países e, de outro, impediria assegurar a transferência de recursos públicos diante de uma taxa de dependência (relação entre trabalhadores ativos e inativos mais a população infantil) cada vez maior. Em poucas palavras, o envelhecimento apenas como um custo.

De acordo com a autora, o marco desta visão é o relatório do Banco Mundial *Adverting the old Age crisis: Policies to protect the Old and Promote Growth*, publicado em 1994, que defendia uma reforma profunda nos sistemas de previdência e a adoção de contas individuais em detrimento dos sistemas de repartição construídos sob um pacto de solidariedade entre as gerações. A despeito de a OCDE defender que o envelhecimento ativo dependeria de um conjunto de reformas (Op. cit, p. 4), o conceito foi capturado apenas para promover esta única reforma: a dos sistemas de previdência. Dito de outra maneira, uma vez que se assume um envelhecimento melhor e ativo de maneira linear ou universal na sociedade, deve-se postergar a aposentadoria oficial, ou seja, o recebimento de benefício. No entanto, esse raciocínio está distante da realidade.

O envelhecimento ativo implica, lembra Guillemard, uma reinterpretação do novo tempo social estabelecido pelas metamorfoses do mundo do trabalho interligadas com a longevidade. Portanto, educação continuada, desemprego de longa duração, lazer, saúde, casamento, maternidade⁹⁰ deixam de ser respectivos de uma idade pré-definida. É uma espécie de desconstrução dos “ritos de passagem” de Philippe Ariès (1978), o pioneiro na ciência das idades.

⁹⁰ Trata-se não só da postergação da maternidade como também dos avanços das técnicas de fecundidade que suscitam o fenômeno das “mères mènopausées” (a possibilidade de mulheres gerarem filhos mesmo depois da menopausa), como proclama Marcela Iacub (DESCHAVANNE e TAVOILLOT, 2007, p. 253).

O conceito prometia contribuir para mitigar os efeitos nefastos desse novo tempo social uma vez que reduzisse o “grande risco” do envelhecimento social, isto é, a imposição pela sociedade de uma “idade social” como apontam Deschavanne e Tavoillot (2007, p. 252). Em outras palavras, combater a estigmatização do envelhecimento, o preconceito (idosismo) e promover, como vislumbrou a ONU, a sociedade para todas as idades.

Guillemard aponta que é surpreendente constatar que o envelhecimento ativo veio justamente para confrontar os termos norte-americanos de *envelhecimento bem-sucedido* (PFEIFFER, 1974), considerado muito idealista, e de *envelhecimento produtivo* (BASS et al, 1993), considerado focado demais no mercado de trabalho e na questão da produtividade, mas, no entanto, acabou por reforçá-los. O envelhecimento ativo parecia muito mais abrangente e vinculado a uma visão social ampla, embora incluísse a produção de bens e serviços. A preocupação era em proporcionar condições para uma “participação cidadã” (GUILLEMARD, 2013, p. 5) da pessoa idosa, ou seja, sujeito de direitos e deveres.

Neste sentido, o conceito estava relacionado à estratégia global de investimento social recomendada aos países ricos de adaptar seus sistemas de saúde excessivamente centrados no aspecto curativo à dinâmica demográfica. Mais de uma década depois, o relatório da OMS (2015) sobre envelhecimento constatou que esse objetivo não foi alcançado e os serviços de saúde, na maioria dos países, ainda carecem de adaptação ao novo perfil epidemiológico da população. A OMS (Op. cit., p. 4) reconhece “a falta de progresso” em mais de uma década porque o documento fundador do conceito de envelhecimento ativo oferecia “pouco detalhe sobre as necessárias mudanças sistêmicas para se alcançar os objetivos apontados”.

Sem o apoio de políticas públicas adequadas e usado de uma maneira utilitarista, o conceito cristalizou-se como uma “injunção biográfica” que transfere ao indivíduo o “dever” de permanecer ativo, produtivo e autônomo em benefício de toda a sociedade (GUILLEMARD, 2013, p. 5). Isto é, o envelhecimento ativo beneficiou o fenômeno de “re-privatização da velhice” que nos fala Debert (1999) e delegou as responsabilidades sobre a permanência no mercado de trabalho exclusivamente ao indivíduo. Desta forma, destaca Guillemard, alguns autores passaram a qualificar este vocábulo, “com justa

razão”, de um “referencial polifórmico”, usado, portanto, de acordo com a conveniência e pouco eficaz para o conjunto da sociedade.

O envelhecimento ativo prometia uma concepção de uma sociedade com um “percurso de idades desespecializado” (GUILLEMARD, 2013, p. 6) a fim de liberar o potencial de recursos para a economia e a sociedade, abrindo um leque de oportunidades. Sua atuação, na prática, implicava a adoção de políticas de saúde, lazer, emprego e educação rumo a uma sociedade de todas as idades (COMISSÃO EUROPEIA, 1999). No entanto, estes serviços sociais foram, ao contrário, se estreitando, e sobrou apenas a funcionalidade do conceito para fins fiscalistas, isto é, a postergação da aposentadoria diante de uma longevidade maior e uma velhice mais saudável.

Nesta imposição de adiar a aposentadoria, defendida sobretudo pelos organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial, principalmente) para os países pobres ou em desenvolvimento, e mesmo para os países ricos (OCDE), confinou-se o envelhecimento ativo a ambições bem menos ousadas. Guillemard destaca que, no campo do trabalho, houve mais injunção do que reconhecimento das imensas desigualdades das capacidades do trabalhador idoso para obter uma atividade remunerada (GUILLEMARD, 2013, p. 8) deixando o conceito em assimetria no âmbito global, polissêmico, e distante da ideia de “sociedade de idades integradas” (MALBY e WALKER, 2012).

Para Moulaert e Viriot-Durandal, prevaleceu uma denotação do conceito “monofocalizada sobre o campo do emprego e do fim de carreira” (*apud* GUILLEMARD, 2013, p. 9). Mesmo a OMS e a ONU empreendendo esforços para manter uma concepção holística do envelhecimento ativo, essas instituições, segundo os autores, teriam sido derrotadas pelas instituições multilaterais estritamente financeiras (FMI, Banco Mundial). Um dos pontos negligenciados por esta visão restrita, apontam os pesquisadores, foi a questão do direito à cidade, que será analisado no próximo capítulo. Neste momento, diante do exposto, é necessário sublinhar a urgência de revisão do vocábulo. O uso economicista do termo envelhecimento ativo retirou do conceito o seu aspecto mais relevante quando tratamos do humano: a dignidade.

Capturado pela dinâmica financeira do *capitalismo de desconstrução*, o conceito abandonou qualquer possibilidade de oferecer ou fortalecer serviços sociais capazes de garantir de maneira plena a autonomia e a independência da pessoa idosa. Em outras

palavras, o envelhecimento ativo, assim como a educação e a aposentadoria, perdeu sua dimensão de direito e absorveu o peso do dever (MENDES, 2013). Desconstruiu-se ele mesmo como conceito. Como as palavras importam, o termo *envelhecimento digno*, se adotado no debate público, possa oferecer de maneira mais clara e evidente aquilo que as sociedades ficaram de entregar à pessoa idosa.

A “sociedade do cansaço” e as consequências da volatilidade social

Esta seção tem o objetivo de expor as consequências sociais dos dados apresentados até aqui já detectados por pesquisas empíricas. Antes de apresentá-las, é enriquecedor retornar ao fenômeno do “fantasma da inutilidade” de Sennett (2008, p. 81) porque ele faz relação direta desta realidade com o envelhecimento, a urbanização e o avanço da tecnologia. Segundo o autor, o “fantasma da inutilidade” assumiu sua primeira forma moderna no desenvolvimento das cidades, cujos migrantes já não tinham terras para trabalhar e tornavam-se refugiados agrícolas despossados ou engordavam as multidões nas ruas das cidades do início do século XIX, onde Baudelaire encontra as “velhinhas”, em meio ao caos urbano, refletindo sobre a velhice (BRESCIANI, 2013, p. 12).

De acordo com Sennett, em 1840, havia disponibilidade de seis homens para cada emprego fabril não-especializado em Londres. Para o autor, David Ricardo (1772-1823) e Thomas Malthus (1766-1834) foram os primeiros teóricos modernos da inutilidade. O primeiro examinou a maneira como as máquinas industriais reduzem a necessidade de mão-de-obra. O segundo preocupava-se, também como se sabe, com o crescimento populacional. “Nenhum dos dois”, destaca Sennett, “descortinava que os cérebros pudessem ser um remédio para o excesso de oferta de mãos”. A inutilidade, no entanto, era interpretada como uma “consequência necessária” (SENNETT, 2008, p. 83) no início da era industrial, relacionada teoricamente ao conceito de desemprego estrutural.

A “economia das capacitações” tratou de educar as populações em magnitude impensável para os vitorianos. No entanto, lembra o autor, “continua deixando a maioria para trás, o que é pior, o sistema educacional gera grande quantidade de jovens formados, mas impossíveis de empregar”. Sennett reforça aqui o ponto de vista mencionado no início do capítulo: “a máquina econômica pode ser capaz de funcionar de maneira eficiente e lucrativa contando apenas com uma elite intelectual cada vez

menor” (Op. cit., p. 84). Nas sendas de Mills (1979), Ehrenreich (2006) também chega a esta conclusão em sua pesquisa sobre o “desemprego de colarinho branco” e constata que este perfil representava 20% dos desempregados norte-americanos no ano de 2003. Quanto à base da pirâmide social, Souza (2018, p. 303) nos alerta para a mesma limitação do sistema educacional brasileiro.

Esta perspectiva, segundo Sennett, aumenta o medo do fantasma da inutilidade em boa parte dos países e a assombração materializa-se em *i)* rejeição à concorrência com o imigrante (alimentando o preconceito), pois há o risco de uma qualificação maior roubar os poucos empregos; *ii)* em angústia sobre a capacidade de adquirir novas competências em tempo hábil para atender a demanda volátil por trabalho, *iii)* medo de substituição das habilidades por máquinas. No entanto, diz Sennett, tanto a imigração global, como também previa Castells, quanto a automação afetam a demanda por força de trabalho, mas não só.

“O envelhecimento determina uma área muito mais abrangente da inutilidade. Todo mundo envelhece e, debilitados, todos nos tornamos em algum momento inúteis, no sentido de improdutivos. Na economia moderna, contudo, a idade como critério de medida da inutilidade é nuançada (...) pelo puro e simples preconceito e (...) porque os mais velhos tendem a ser mais críticos. (...) O trabalhador experiente complica o significado daquilo que aprende. Assim, o indivíduo mais jovem sai mais barato e causa menos problema. (...) Os trabalhadores jovens, mais flexíveis, preferem sair quando estão insatisfeitos; os mais velhos, mais críticos, dão voz à sua insatisfação ” (SENNETT, 2008, p.p. 92-93).

Esta percepção das empresas, continua Sennett, faz a “economia de mercado se intrometer de forma particularmente destrutiva” na vida do indivíduo. O autor cita suas pesquisas empíricas nas quais constatou o “menosprezo à experiência” nas empresas que efetivamente abandonam o construtivismo das “estruturas do capitalismo social”. Os mais velhos aparecem, aos olhos dos reformadores, como encastelados cuja experiência só serve para reforçar reações internas às “mudanças necessárias”.

A capacitação, assim, ganhou outro significado no mundo corporativo: a capacidade de fazer algo novo em vez de depender ou repetir o que já havia aprendido. Proliferou-se o discurso de que 10, 20 anos na mesma empresa ou na mesma função

eram, na verdade, apenas dois, pois, no primeiro aprende-se e dali para a frente repete-se. A experiência foi perdendo o valor. Bauman destaca que, muitas vezes, é melhor apagar a experiência da memória e aconselha:

“Um imediato e profundo esquecimento de informações defasadas e o rápido envelhecimento de hábitos pode ser mais importante para o próximo sucesso do que a memorização de lances do passado e a construção de estratégias sobre um alicerce estabelecido pelo aprendizado prévio” (BAUMAN, 2007, p. 09)

A duração da capacitação do indivíduo foi ficando cada vez menor. A percepção empresarial da gestão por idade somada ao ritmo acelerado de avanço tecnológico sucateia a capacitação em tempo desumano. De acordo com Sennett, estima-se que um técnico de computação precisa reaprender suas habilidades três vezes ao longo da vida laboral, o mesmo se aplica a médicos, engenheiros, jornalistas, advogados entre inúmeras outras profissões. Talvez todas. Ou seja, “quando adquirimos uma capacitação não significa que dispomos de um bem durável” (SENNETT, 2008, p. 91).

Sem conseguir atender à velocidade exigida pela cultura do mercado de trabalho no *capitalismo de desconstrução*, o trabalhador vê a inutilidade transformar-se em dependência e insuficiência. Por um lado, a sociedade informacional e as transformações no mundo do trabalho têm redimensionado relações profissionais, de acordo com o espírito da economia colaborativa (DOWBOR, 2016, p. 21) ou da economia solidária (SINGER, 2002), conseguindo reintegrações por meio de clusters, escritórios compartilhados, associações, cooperativas, consultorias, mesmo redes de vizinhança, no caso da população mais pobre, gerando riqueza a partir da possibilidade de circulação do conhecimento, um bem imaterial. Por outro lado, como lembra Sennett, a velocidade exigida por esta nova economia para o indivíduo poder se integrar gera insuficiência. A insuficiência gera a necessidade de ajuda. Mesmo profissionais homens norte-americanos, de meia idade, brancos, de classe média, entrevistados por Sennett, embora resilientes, confiantes e “sem medo de cair”, demonstraram grande dificuldade de encontrar pertencimento depois de apartados da antiga cultura corporativa.

“Em suas comunidades, esses homens, marginalizados tornam-se invisíveis. Outros passam a evitar fazer-lhes perguntas

demais, com medo de levantar a questão da inutilidade. Os amigos conversam sobre esportes e crianças com a gente, mas evitam negócios, dizia-me um programador de informática de meia-idade. Quando esses homens marginalizados tentam usar a rede de contatos que cultivaram em suas antigas empresas, ‘é como se ninguém te conhecesse’, observou um outro. O silêncio que cerca sua marginalidade assinala o maior tabu social nos Estados Unidos, o fracasso, nosso tema proibido” (SENNETT, 2008, pp. 96-97)

O nome do fantasma, para usar a maior referência dramaturgica norte-americana, é Willy Lohman, o caixeiro viajante de Artur Miller (1915-2005), descartado de seu emprego depois dos 60⁹¹. A luta contra o fracasso, o medo da inutilidade, a necessidade de disciplinamento ascético, a impossibilidade da *vida activa* arendtiana (no campo político) e a insensata busca por desempenho por meio da aquisição infinita de novas habilidades levando o indivíduo à dedicação contumaz ao mundo do trabalho, sem possibilidade de pausa e lazer foram denominados por Han (2015) como elementos de uma *sociedade do cansaço*.

O conceito é indispensável para aprofundar a visão analítica sobre a realidade do mercado de trabalho e das possibilidades ou variedades de integração do trabalhador idoso. De acordo com Han, o que marca esta sociedade é justamente a mudança de seu perfil epidemiológico. Esta visão também coloca em questão o conceito do *envelhecimento ativo*. No século XXI, as doenças bacteriológicas e virais dão lugar às doenças neuronais. Ele cita: depressão, transtorno de déficit de atenção, síndrome da hiperatividade, transtorno de personalidade limítrofe, síndrome de Burnout (esgotamento). Não são mais infecções a marcar esse terreno, mas enfartos.

⁹¹ A revista *The Economist* publicou em sua edição datada de 17/03/2012 (p. 95) matéria sobre a reestrea da peça de Miller na Broadway com o título “We are all salesman now – Arthur Miller’s classic play feels more relevant than ever” (Nós somos todos caixeiros agora – A peça clássica de Arthur Milles soa mais relevante do que nunca”). Diz a revista que, em 1949, quando a peça estreou, a vitória da II Guerra estava ainda fresca na cabeça das pessoas, a guerra fria não era ainda tão terrível e os pântanos da Coreia e do Vietnam ainda não haviam entrado no imaginário popular. Havia uma América brilhante e ninguém imaginava que seus empregos seriam “sugados por um crescente superpoder e mastigados pela mudança tecnológica”. O texto faz ainda referência a uma frase de Judt: “Todas as inferências demograficamente, economicamente, estatisticamente legitimadas do presente ao futuro ... foram varridas”.

O que provoca esta alteração epidemiológica? Segundo Han, um excesso de positividade. O século passado foi uma época imunológica, na qual havia uma divisão clara entre dentro e fora, amigo e inimigo, próprio e estranho. Mesmo a guerra fria, na visão do autor, guiava-se por este esquema imunológico dual de ataque e defesa. Neste quadro, o inimigo é aparente e definido, por exemplo, como a “guerra ao mosquito da dengue”. O objeto da defesa imunológica é a estranheza. “Mesmo que o estranho não tenha nenhuma intenção hostil, mesmo que ele não represente nenhum perigo, é eliminado em virtude de sua alteridade” (Op. cit., p.p. 8-11). No século XXI, a alteridade é substituída por uma aparentemente neutra “diferença”.

O desaparecimento da alteridade, no sentido imunológico, continua Han, significa que vivemos numa época pobre de negatividades. Dito de outro modo, esta diferença é tomada de forma ingênua para provocar positividade, aceitação dos processos, das mudanças, da própria condição de descarte, como mostram os entrevistados de Sennett ou de forma determinista, o “natural” beckettiano. A globalização, segundo Han, é incompatível com a lógica imunológica. O capitalismo, mais uma vez, busca o combustível da cooperação – até mesmo redominando os empregados como parceiros, sócios, cotistas, colaboradores (ANTUNES, 2006, p. 21) com a intenção de obscurecer ou nublar seu maior risco, a negatividade na relação capital e trabalho.

Toda esta configuração provoca o excesso de positividade, o “excesso de igual”, elimina barreiras, provoca a ilusão do possível, por exemplo, pelo empreendedorismo que cria a ideia de que quanto mais ativo, mais livre (HAN, 2015, p. 52). Na análise de Han, a “sociedade do desempenho” fomenta a instauração do “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009), ou da “nova razão do mundo” (DARDOUT e LAVAL, 2016) ou da “nova cultura do capitalismo” (SENNETT, 2008). A positividade, na visão de Han, teria transformado a *vida activa* arendtiana em uma vida disciplinada para o trabalho, no sentido weberiano, individualizada e sem concessão à reflexão ou ao ócio. Ou, como acreditava Walter Benjamin, o capitalismo torna-se “a religião” e a busca por tornar-se o “super-homem” nietzschiano resulta em um “esfacelamento” que o leva à “casa do desespero” (BENJAMIN, 2013, p. 22).

Como a sociedade disciplinar (seja a fordista ou a pós-fordista) impede a negatividade (ou a revolta defendida por Camus), a experiência do trabalhador idoso

perde o valor e é vista como um mal, pois, ao contrário da máquina burra, o computador, carregado de positividade, que tudo aceita por ser pré-programado, o trabalhador mais velho reflete com cautela, requer o tempo de interrupção inadmissível diante da exigência de mais desempenho, reprocessa sob o critério do conhecimento acumulado. Ou seja, se permite, no oposto da máquina, discutir, debater ou “hesitar” (HAN, 2015, p. 15). Ele mesmo, porém, tende a se positivar, aceitar as novas condições em busca de integração, pois a positividade do poder (fazer) é bem mais eficiente em termos de desempenho do que a negatividade do dever (resistir).

Han estabelece a depressão como a doença clássica dessa sociedade do cansaço na qual se cristaliza um paradoxo pós-moderno entre saúde e enfermidade. Enquanto se confirma a previsão de Nietzsche, em *O último homem*, de elevar a saúde à categoria de deusa (o envelhecimento ativo), assiste-se a uma epidemia de depressão advinda da indignação (o envelhecimento não digno). Essa epidemia, para o autor, é derivada de “carência de vínculos”, “infartos psíquicos”, “pressão por desempenho”, “alma consumida” pela “autoagressão”, pois

“o depressivo é o inválido dessa guerra internalizada. A depressão é o adoecimento de uma sociedade que sofre sob o excesso de positividade. Reflete aquela humanidade que está em guerra consigo mesma” (HAN, 2015, p. 29)

Uma das características da sociedade do cansaço apontadas por Han é a multitarefa. Ela é parelha à intensificação do trabalho que exige maximização do tempo, dedicação *full time* pelo trabalhador conectado. Cardoso (2009) ao pesquisar o tempo de trabalho e o tempo de não-trabalho nas fábricas dos municípios da região metropolitana de São Paulo (Grande ABC) descobriu a necessidade de recategorizar a jornada de trabalho em “tempo dedicado”, uma vez que tornou-se impossível estabelecer uma fronteira clara entre o trabalho e o descanso – mesmo o trabalhador do chã da fábrica, ela constata, teve seu tempo de descanso, intervalos para o café, troca de roupa ou idas ao banheiro excluído da carga horária remunerada. A International Stress Management Association estima que 30% da força de trabalho brasileira sofrem de exaustão ou esgotamento. Para Han, a sociedade do desempenho suscitou o “retrocesso” da multitarefa pré-fordista.

Esse fenômeno é típico do processo de maximização do tempo de trabalho nas corporações e é observado também no caso do empreendedor improvisado, ou no trabalhador hifenizado de Beynon ou no trabalhador idoso integrado de forma marginal ao mercado de trabalho, como será mostrado mais tarde nesta pesquisa empírica. O filme *Um senhor estagiário*, com Robert de Niro, mostra esta tendência da multitarefa para o trabalhador idoso. Se por um lado o personagem Ben Whithaker demonstra todas as suas capacidades desdobradas da experiência para garantir desempenho, por outro, é claramente explorado em funções tão diversas quanto babá da filha da patroa a administrador financeiro.

Como foi visto, o trabalho por conta própria, o empreendedorismo improvisado, o terceirizado, o consultor, o hifenizado entre outras modalidades de horistas são trabalhos remunerados por tarefa, nos quais o tempo de não-trabalho (reflexão, ócio, lazer, preparação) está fora da remuneração. De acordo com Han, a multitarefa está longe de ser um progresso civilizatório porque faz parte do estado selvagem no qual:

“um animal ocupado no exercício da mastigação de sua comida tem de ocupar-se ao mesmo tempo também com outras atividades. Deve cuidar para que, ao comer, ele próprio não acabe comido” (HAN, 2015, pp. 31-32)

São muitos os efeitos biológicos das multitarefas, destaca o autor, como o excesso de estímulos, a hiperatividade, o prejuízo na economia da atenção que estimulam anomalias como o assédio moral, por exemplo, que “alcança uma desproporção pandêmica”, pois os gestores acabam coagindo o trabalhador para a multitarefa. Esta dispersão impede qualquer tempo de reflexão. A inquietação anula a possibilidade de inovação e, apenas, afirma Han, reproduz o existente. Impede ainda o trabalho cuidadoso, o “fiar”, o “tecer” ou, como prefere Sennett, “o fazer bem feito”, que traria mais satisfação ao ser humano e tornaria o fruto do trabalho mais perene.

A insatisfação crônica por executar tarefas aquém da capacidade impede o “descanso espiritual” equivalente ao sono para o descanso físico. O dormir mal se torna um aspecto vulgar da sociedade do desempenho com todas as suas consequências econômicas e psicossociais, pois cria um mercado do sono com psicotrópicos, terapias, yoga, ginástica, sedativos homeopáticos. Butler (2008, p. 209) alertou para este problema e sua relação com o envelhecimento populacional e a produtividade. Ele

constatou que, desde 1960, as horas dormidas caíam e a obesidade e a diabetes aumentavam nos Estados Unidos, onde 83 milhões de pessoas trabalhavam fora do horário recomendado. Esta hiperatividade mortal foi assim prevista por Nietzsche:

“Por falta de repouso, nossa civilização caminha para uma nova barbárie. Em nenhuma outra época, os ativos, isto é, os inquietos valeram tanto. Assim, pertence às correções necessárias a serem tomadas quanto ao caráter da humanidade fortalecer em grande medida o elemento contemplativo” (NIETZSCHE *apud* HAN, 2015, p. 37).

O impacto do ritmo de trabalho no sono foi analisado por Crary (2014, p. 11). O autor compara as exigências da economia contemporânea à vida do pardal de coroa branca, espécie de pássaro da costa oeste da América do Norte, capaz de permanecer acordado sete dias em uma semana, em tempos de migração. Segundo Crary, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos pesquisa este pássaro com a esperança de obter conhecimentos aplicáveis aos seres humanos. O objetivo é descobrir como as pessoas poderiam ficar sem dormir e funcionar produtiva e eficientemente. O soldado sem sono seria, segundo Crary, o precursor do trabalhador ou do consumidor sem sono – uma resposta à vida digital que extrapola a regulamentação do tempo. Em relação ao trabalho, torna plausível, “até normal”, a ideia de trabalhar sem pausa, sem limites:

“Alinha-se com o inanimado, com o inerte ou com o que não envelhece” (Op.cit., p. 19)

Ou, como disse Braverman (1981, p. 87):

“O que é neurótico para o indivíduo, no capitalismo é normal e socialmente desejável para o funcionamento da sociedade”.

A conectividade perene com o trabalho passou a ser o normal e, segundo Virilio (*apud* VÉRAS, 1995, p. 11), fez o dia e a noite independentes de sol e lua ou, em suas palavras, a tela criou “o falso dia eletrônico”. A hiperatividade, para Han, seria uma resposta à “desnarrativação geral do mundo” (HAN, 2015, p. 44) que transformou tudo em transitório, sobretudo o trabalho, levando o indivíduo a uma auto-exploração, isto é, a exploração se faz possível mesmo sem senhorio. Segundo o autor, a aceleração de hoje tem muito a ver com a “carência de ser” ou, poderíamos conectar, com a “desfiliação” de que nos fala Castel (2012, p. 569). Ou ainda podemos atribuir esta

transformação do animal laborans em ser histórico pelo trabalho ao medo do indivíduo de virar @gmail, perder seu sobrenome corporativo, *despertencer*, e tornar-se invisível ou sem a distinção bourdiana em meio a uma multidão de outros.

O remédio para a sociedade do cansaço, recomenda Han, é resgatar ou exercer a negatividade, a exemplo de Bartleby, o personagem escrivão de Melville (2005). O escrivão, embora jovem e vivendo em uma sociedade ainda disciplinar, sofre com a pressão da sociedade do desempenho, com as multitarefas, a impossibilidade de inovação, um trabalho sistemático incessante, um ambiente inóspito, cercado por neuróticos (seus “colegas” Turkey, Nippers, Ginger Nut e o patrão advogado). Esta condição provoca em Bartleby apatia e neurastenia. Sua reação é pela negatividade, contrastando com a positividade de seus “companheiros” de trabalho. O símbolo dessa negatividade é a frase “Acho melhor não” a qual usa como resposta para desobedecer, recusar-se a uma integração precária ao trabalho. Em uma palavra, revoltar-se.

Até então, Bartleby era “uma valiosa aquisição” para o patrão. A partir de sua negatividade, tudo muda. A atitude o coloca na posição de rebelde, inútil, sem valor, conseqüentemente, ocasionando sua demissão e, mais tarde, sua prisão como desajustado. Isto é, sua tentativa de resistência ao modelo consagrado sucumbe à ilusão de liberdade. Diante do desamparo de Bartleby, o patrão sentencia: “Eu podia dar esmolas ao seu corpo, mas o seu corpo não lhe doía; era sua alma que sofria”. Bartleby comete suicídio – assim como o caixeiro viajante de Miller - recusando-se a se alimentar na prisão. Conclui Han: “Chega um ponto que todos os esforços a favor da vida levam à morte”. Estaria a sociedade do cansaço tomando o caminho inverso ao recomendado por Camus?⁹²

Seria legítimo afirmar que Deaton e Case (2015) constataram os efeitos da sociedade do cansaço em pesquisa empírica entre os norte-americanos (homens e mulheres) brancos não-hispânicos na faixa etária entre 45 e 54 anos, vítimas da

⁹² Segundo a OMS, ocorrem cerca de 800 mil suicídios por ano no mundo. É quase uma morte a cada 40 segundos. No ranking mundial, a Índia lidera o número de óbitos, com 258 mil casos por ano. O Brasil aparece em oitavo colocado no ranking da OMS, com 31.507 casos de suicídio registrados entre 2012 a 2014. Estima-se que, para cada suicídio efetivado, ocorrem entre 40 e 60 tentativas. A magnitude da tragédia faz com que a OMS trate o suicídio como um caso de Saúde Pública desde 1999, com o lançamento do *Supre*, uma iniciativa mundial para a prevenção do problema. Desde então, muitas outras políticas públicas, documentos e guias contribuíram para romper com o tabu e dar visibilidade ao tema, orientando tanto o grande público quanto os profissionais de saúde. Uma das principais ações promovidas pela OMS e pela International Association for Suicide Prevention (IAPS) foi a instituição do dia 10 de setembro como o Dia Mundial para Prevenção do Suicídio (Fiocruz, 2016).

fragilização da segunda metade da carreira. Entre os anos de 1999 e 2013, dizem os autores, foi constatada uma “reversão de décadas de progresso na mortalidade” nos Estados Unidos. Nenhum outro país rico pesquisado⁹³ assistiu tamanha mudança na longevidade humana. A causa da elevação de mortalidade para este segmento etário, em contraste com outros segmentos, como os dos 65 anos ou mais (o critério de pessoa idosa nos países ricos) foi, principalmente, o uso de drogas (opióides), alcoolismo (doenças do fígado e cirrose) e, sobretudo, suicídio⁹⁴.

Este tipo de morte aumentou em todos os grupos educacionais nesta idade, mas com maior intensidade entre aqueles com menos anos de estudo. Os pesquisadores também relatam o aumento da morbidade:

“O declínio simultâneo da saúde auto-referida, da saúde mental e da capacidade de trabalho, o aumento dos relatos de dor e a deterioração das medidas da função hepática apontam para um aumento da angústia na meia-idade” (DEATON e CASE, 2015, p. 78).

Se a taxa de mortalidade entre o segmento pesquisado continuasse a declinar no mesmo padrão que seguia no período entre 1979-1998, de acordo com os autores, 500 mil mortes teriam sido evitadas. Isto significa dizer que um grupo cada vez maior de norte-americanos está perdendo a revolução da longevidade exatamente pelas causas apontadas por Butler (2008, p.208) há quase duas décadas: álcool, obesidade, depressão, drogas⁹⁵. Este grupo está negando a previsão de Fogel (2004) de que o progresso técnico garantiria, de forma irreversível, aos norte-americanos, escaparem da morte prematura desde 1700 até 2100.

Deaton e Case destacam o aumento das prescrições de opióides para dores no fim dos anos 1990 como uma das causas maiores dos suicídios ou mortes por overdose. A epidemia de viciados em opióides tornou-se um dos principais temas da campanha

⁹³ França, Canadá, Reino Unido, Alemanha, Suécia, Austrália.

⁹⁴ De acordo com a OCDE (2016b), o número de suicídios nos Estados Unidos vem aumentando depois da crise de 2008. Embora no ranking dos 41 países pesquisados (35 membros e 6 parceiros), os Estados Unidos apareça no 15º lugar, esta não é uma posição confortável para a maior economia do planeta. Os primeiros lugares são, em ordem: Coreia do Sul, Lituânia, Rússia, Japão, Eslovênia, Hungria, Estônia, Bélgica, Letônia, estes com taxas muito altas, em seguida, com taxas médias, aparecem Polônia, França, Finlândia, Áustria e República Tcheca (14º).

⁹⁵ Butler denominou este fenômeno de “shortevity”, antônimo de “longevity” (2008, p. 363).

eleitoral norte-americana de 2016 (AP, 2016). É difícil, destacam os pesquisadores, afirmar o que ocorreu antes: o aumento da epidemia de dores ou de opióides. Os dois aumentaram claramente a partir de meados da década de 1990. No entanto, é possível estabelecer, segundo Deaton e Case, uma vinculação econômica com o aumento dos suicídios.

O contraste do bem-estar da população que envelheceu na outra economia, isto é, os idosos de hoje, com os norte-americanos de meia idade é atribuído à “insegurança” crônica e baixas perspectivas de ascensão social:

“Depois da queda da produtividade no começo dos anos 1970, e com a ampliação da desigualdade de renda, muitos da geração baby-boom foram os primeiros a descobrirem, na meia-idade, que eles não conseguiriam uma melhor condição que seus pais. O crescimento do salário médio real tem sido lento para este grupo, especialmente para aqueles só com o ensino médio” (DEATON e CASE, 2015, p. 81).

Entretanto, se a queda da produtividade é comum a outros países ricos porque o mesmo fenômeno não está ocorrendo fora dos Estados Unidos? Ao responder a esta questão, os autores estabelecem um vínculo direto do resultado da pesquisa com a empregabilidade, com as condições de trabalho a partir desta faixa etária e com o sistema de seguridade social.

“Os Estados Unidos transferiram-se principalmente para planos de pensão de contribuição definida com risco de mercado associado, enquanto que na Europa as pensões de benefício definido continuam a ser a norma. A insegurança financeira futura pode pesar mais fortemente sobre os trabalhadores norte-americanos, se eles percebem que o risco do mercado de ações é mais difícil de gerenciar do que o risco de lucro ou se eles contribuíram inadequadamente para planos de contribuição definida”. (Op. cit.)

Os pesquisadores destacam a alta morbidade revelada pela elevação nas licenças por doença e invalidez devido a problemas musculares e mentais. O aumento da morbidade, de acordo com Deaton e Case, também pode explicar a diminuição, verificada recentemente, da participação na força de trabalho nos Estados Unidos,

particularmente entre as mulheres. Por fim, os autores alertam para o risco de o segmento de meia-idade norte-americano vir a configurar-se em uma “geração perdida”.⁹⁶

O desafio do trabalhador idoso brasileiro⁹⁷

Diante das análises e interpretações expostas neste capítulo, antes de encerrá-lo, se faz necessário apresentar o quadro da situação do idoso no mercado de trabalho brasileiro. Como dito antes, o intuito desta seção é provocar uma aproximação da realidade brasileira, sustentar, com dados estatísticos, os pontos de vista da revisão teórica realizada nas seções anteriores e discutir como a legislação tem se movido no campo trabalhista e suas chances de impedir a saída precoce do mercado de trabalho – seja pela via da aposentadoria, pela discriminação, fragilização da segunda metade da carreira ou desemprego depois dos 60 anos.

Ao empreender esta análise, mais uma vez, defende-se que é impossível descolar a legislação trabalhista da legislação previdenciária. O Estado brasileiro, desde 1990, direciona sua legislação de previdência social para impor ou estimular a postergação da idade de aposentadoria, sobretudo dos trabalhadores do Regime Geral de Previdência Social, isto é, da iniciativa privada, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esta empreitada deu-se principalmente por meio de duas reformas da Previdência Social: uma em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando foi criado o fator previdenciário; e outra em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que tratou da reforma da aposentadoria no setor público, embora várias leis tenham sido promulgadas com alterações relevantes no sistema de repartição⁹⁸. É importante destacar que estas modificações foram orientadas

⁹⁶ Dorling e Gietel-Bastem (2017) alertam para o fato de a expectativa de vida ter estagnado também no Reino Unido a partir de 2011. Pela primeira vez em mais de um século, a projeção de longevidade dos britânicos ao nascer não vem aumentando, segundo os dados oficiais, a despeito de aumento na taxa de sobrevivência. Os autores atribuem a causa à política de austeridade fiscal que penalizou idosos e os mais pobres ao cortar recursos da saúde. O fato levou a primeira ministra Theresa May a criar o Ministério da Solidão (FELIX, 2018).

⁹⁷ Esta seção está baseada em trabalho realizado para o Ipea, que constitui o capítulo 9 do livro “Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões”, editado pelo instituto (FELIX, 2016c).

⁹⁸ Fator previdenciário (Lei 9876/1999) é uma fórmula matemática aplicada no momento da aposentadoria por tempo de contribuição com o objetivo de estabelecer o valor do benefício de acordo com a expectativa de sobrevivência do trabalhador na idade de sua elegibilidade. Isto é, quanto mais cedo o trabalhador optar pela aposentadoria maior será a redução do seu benefício. O fator foi adotado em substituição à idade mínima cuja emenda constitucional foi recusada pela Câmara em 1999. Para detalhes de todas as mudanças no sistema previdenciário, ver Marques e Ferreira, 2010.

exclusivamente por uma visão fiscalista para perseguir o equilíbrio das contas públicas. Um equilíbrio que se julgou ameaçado pela necessidade de alteração no padrão das transferências de recursos imposta pela conjunção demográfica.

Em nenhum momento, durante os debates legislativos, levou-se em conta a questão da empregabilidade do trabalhador acima dos 60 anos, ou melhor seria, dos 50 anos. Assumiu-se que o crescimento econômico, por si só, ofereceria empregabilidade e que a elegibilidade para a aposentadoria do idoso do futuro estaria garantida. Tampouco o Estado brasileiro preocupou-se em envolver as empresas privadas neste esforço fiscalista, com medidas de incentivo à manutenção do emprego dos mais velhos, requalificação ou programas de preparação para a aposentadoria mais tardia seguindo experiências internacionais bem-sucedidas, como destacado acima a partir das pesquisas de Guillemard.

O resultado desta atuação do Estado no campo da previdência foi uma dissonância cognitiva entre o seu discurso oficial sobre a postergação da aposentadoria (ou combate à dita aposentadoria precoce) e a realidade do mercado de trabalho, principalmente, para os trabalhadores menos qualificados, embora os mais qualificados também não estivessem imunes. As estatísticas mostram que, desde a década de 1990, apesar do acelerado ritmo de envelhecimento populacional, tem-se observado queda na participação proporcional de idosos no mercado de trabalho.

A população idosa economicamente ativa cresceu num ritmo acima do total da população economicamente ativa (PEA) nas últimas décadas. De 1992 a 2002, a PEA cresceu 24,1%, e de 2002 a 2012, 14,1%. A PEA idosa (Quadro 1) aumentou 23,2% no primeiro período, e no segundo, 32,8%, sempre de acordo com a Pnad. Este ritmo de crescimento é explicado pelo envelhecimento da população e por sua permanência no mercado de trabalho mesmo depois da aposentadoria. Estas porcentagens, no entanto, são inferiores às do crescimento total da população idosa, de 40,6% e 51,8%, para os mesmos períodos. Isto significou um declínio de 12% na taxa de atividade de idosos, de ambos os sexos, nas duas décadas.

Quadro 1

População brasileira e participação no mercado de trabalho da população idosa (60 anos ou mais) em números absolutos (em milhões) e percentuais correspondentes / 2015

Pop. Brasileira	204,9	
Idosos na população	29,3	14,3% do total da pop.
Pop. em Idade Ativa (PIA)	177,6	86,6% do total da pop.
Idosos na PIA	29,3	16,5% da PIA total
Pop. Econ. Ativa (PEA = ocupados + desocupados)	105,5	51,4% da pop. total 59,4% da PIA
Pop. Ocupada	94,4	89,4% da PEA
Idosos na PEA	7,9	7,5% da PEA

Fonte: Censo 2010 e Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios/Pnad 2015 (IBGE) / Elaboração própria.

Quadro 2

Composição da PEA Idosa por sexo e região de atuação / 2015

PEA Idosa		
Homens	4,9	63,3%
Mulheres	2,8	36,7%
Urbana	5,7	72,1%
Rural	1,9	27,9%

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios/Pnad 2015 (IBGE)⁹⁹ /Elaboração própria.

A despeito de o aumento da formalização do mercado de trabalho¹⁰⁰ nesse período ser apontado como um dos fatores para essa retração, como destacam Santos e Barbosa (2014), pois a cobertura previdenciária¹⁰¹ e o reajuste real do salário mínimo (a

⁹⁹ 1 - Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. 2 - A partir de 2007: a categoria Idade ignorada não foi investigada. 3 - Os valores desta tabela foram reponderados com base na Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação - Revisão 2013, por sexo e idade. Estimativas da população dos municípios, utilizando a tendência de crescimento dos municípios 2000-2010. Vide nota técnica no site da pesquisa.

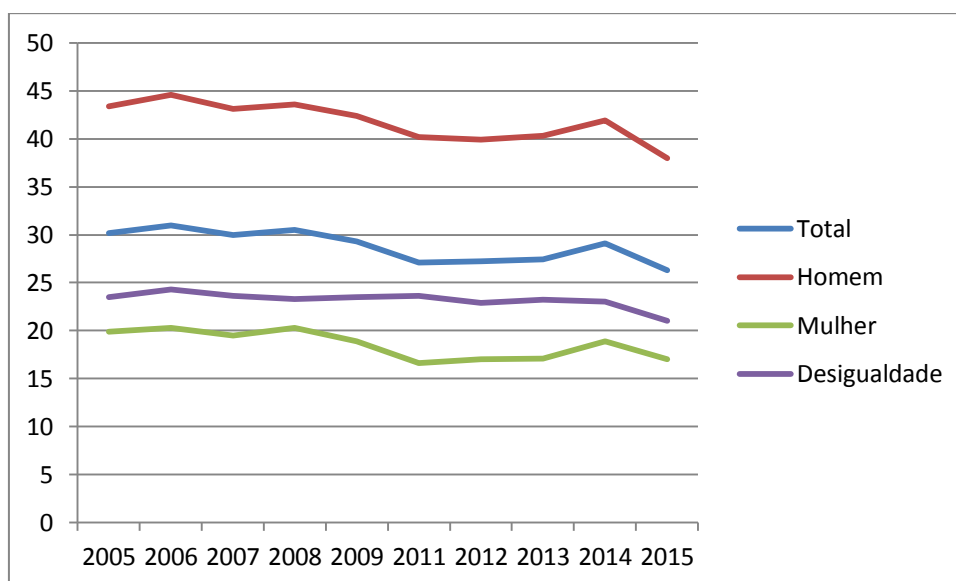
¹⁰⁰ O grau de informalidade passou de 55,1% em 2001 para 45,4% em 2011, uma redução de quase 10 pontos percentuais. O grau de informalidade é definido pela soma dos trabalhadores por conta própria e sem carteira de trabalho assinada dividida pela soma dos trabalhadores por conta própria, sem ou com carteira assinada, estatutários e militares (IPEA, 2012).

¹⁰¹ Em 1970, 17,2% dos idosos não tinham nenhum rendimento previdenciário, mas em 1997 esta porcentagem era de 3,8% (CAMARANO, 2001).

partir de 2003) possibilitaram a inatividade, ou seja, garantiram a aposentadoria como um direito ao menos para uma parcela, é preciso investigar o papel do próprio mercado de trabalho na desistência da vida laboral. Entre 2005 e 2015, o percentual de idosos aposentados que trabalhavam caiu de 62,7% para 53,8% (IBGE), concomitante a uma redução da taxa de ocupação dos trabalhadores com mais de 60 anos que chegou a 30,2% em 2005 e baixou para 26,3% em 2015 (Gráfico 1).

Gráfico 1

Taxa de Ocupação dos Idosos por sexo e desigualdade entre os sexos (Brasil)



Fonte: Pnad 2005-2015 (IBGE).

A despeito dos setores da economia onde os idosos estão alocados (Quadro 3), são duas as condições principais desse segmento no mercado de trabalho: *i*) aposentado ainda em atividade; e *ii*) trabalhador por conta própria (autônomo ou para o próprio consumo, aposentado ou não). No primeiro caso, as reformas previdenciárias foram incapazes de alcançar seus objetivos e postergar a idade média de aposentadoria. O trabalhador do setor privado aceitou pagar o pedágio do fator previdenciário, ou seja, a redução de sua renda em decorrência de uma aposentadoria considerada “precoce” pela legislação. Apesar do esforço estatal para postergar a aposentadoria, sob pena de um suposto colapso nas contas da previdência, Camarano et al (2012) constatam que a idade de aposentadoria no Brasil ficou constante entre 1992 e 2010, exceto pelo aumento da idade de quem se aposenta por tempo de contribuição onde incide o fator previdenciário. Isto significa dizer que o impacto das reformas foi mais intenso sobre o

trabalhador do setor privado, no qual os homens se aposentam, em média, três anos mais tarde que a idade mínima exigida, e as mulheres, quatro.¹⁰²

Quadro 3

Distribuição dos trabalhadores idosos por atividade

Participação da PEA idosa por Setor de Atividade Econômica	
Setor	%
Indústria	12,9
Construção Civil	7,7
Comércio	18,6
Serviços	51,2
Doméstico	8,6

Fonte: Censo 2010 e Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios/Pnad 2011 (IBGE)/Elaboração própria.

Em 2015, a idade média de aposentadoria no Regime Geral de Previdência era de 58 anos e de 54,7 anos entre aqueles que se aposentavam por tempo de contribuição. Essa situação atua como causa e consequência da decisão de se aposentar ainda em condições aptas para o trabalho. O custo de oportunidade tem peso relevante, uma vez que a aposentadoria formal não significa saída efetiva do mercado. No entanto, além de o mercado demandar por mão de obra mais velha e em quantidade abaixo da oferta suscitada pelo envelhecimento populacional, quando ele a absorve, a tendência é fazê-lo em condições de “baixas garantias trabalhistas, especialmente se é aposentado” (CAMARANO, 2001, p. 32) ou em “diversas situações de trabalho” (TONELLI e ARANHA, 2013, p. 3). Quão baixas são estas garantias? O que são estas diversas situações? Ou quais são esses tipos de integração?

Tonelli e Aranha (2013) observaram ainda a negação das empresas em manter os trabalhadores maduros em seus quadros, sob a justificativa de redução de produtividade

¹⁰² Do ponto de vista fiscal, o resultado foi significativo, mesmo aquém da expectativa dos legisladores. Quando o critério é meramente fiscal, poucos meses de postergação da aposentadoria já provocam efeito contábil, como mostram estudos da OCDE. Ver Esping-Andersen (2009, p. 157).

ou de corte de custos de produção, pela demissão dos empregados com salários mais altos. Esta exclusão explica, em parte, o fato de o trabalhador por conta própria (ou remunerado por tarefa) aparecer como a segunda condição mais verificada de integração do idoso no mercado de trabalho. Assim como o aposentado ainda em atividade, esta segunda condição também apresenta desvantagem em termos de legislação trabalhista e de renda. Ela cristaliza-se simultânea com as altas taxas de desemprego entre os indivíduos com renda mais elevada entre 1992 e 2002 (POCHMANN, 2006). Estes trabalhadores foram empurrados para a pejotização¹⁰³, a informalidade total ou outras formas de precariedade convencionalmente chamadas na literatura de “por conta própria”.

Na prática, “por conta própria” é por conta própria mesmo – sem garantias de proteção do Estado. Esta condição introduz uma relação inusitada do trabalhador com o Estado, pois este passa a recolher, entre outros impostos, dependendo da natureza de atividade da empresa, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Ou seja, o salário é taxado como lucro porque é maquiado por uma relação empresa-empresa. O agravante, do ponto de vista do desenvolvimento econômico e do envelhecimento populacional, é que este lucro inexistente tem pouca chance de ser retornado em forma de serviços quando o trabalhador atingir 60, 70 ou 80 anos. Isto significa, na prática, a quebra total de um pacto intergeracional. É a forma como se cristaliza a “re-privatização da velhice”.

Na década de 2002 a 2012, observa-se, porém, que essa condição cada vez mais se instala antes dos 60 anos, implicando a perda de benefícios trabalhistas, a despeito de o trabalhador, em muitos casos, manter a mesma prestação de serviço por meio de um vínculo empregatício precário com o antigo empregador formal. Santos e Barbosa (2014) constata, com base na Pnad, que após os 54 anos, há uma queda abrupta da curva de empregados regidos pela CLT e uma ascensão dos trabalhadores por conta própria. Assume-se aqui estes dados como sinais de uma “fragilização da segunda metade da carreira”.

Quando na informalidade, os trabalhadores maduros ou idosos constituem capital variável de alto retorno, pois a mais-valia é maximizada uma vez que as empresas estão isentas de todas as obrigações trabalhistas e pagam apenas pelo trabalho

¹⁰³ Empregados transformados em pessoa jurídica (PJ).

intermitente. Na situação de pejetização também, embora o trabalhador possa recolher a previdência social e dispor de outros benefícios em sua “própria empresa” (em grande número, como *empreendedor improvisado*), a contribuição é reduzida, comprometendo assim sua renda futura, caso ele atinja os critérios para a aposentadoria¹⁰⁴. A atuação como satélite da empresa em rede torna o trabalhador vítima da onda definida pela socióloga Danièle Linhart de *desmedida empresarial*, em outras palavras, uma exploração do trabalho sem limites (apud ANTUNES, 2016).

É impossível afirmar, como ocorre em uma ampla e repetitiva literatura, que esta condição seja mais “atrativa” ou que ela se coloque como “opção” para o trabalhador maduro ou idoso (sobretudo o não aposentado) ou ainda que seja um sinônimo de liberdade ou reinvenção na maturidade, como apontado nas seções anteriores. Como foi visto, trata-se do resultado de transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo que tiveram impacto no mercado de trabalho (STANDING, 2011; CASTEL, 2012). Essa realidade tem apresentado desafio à formalização do mercado de trabalho, apesar da evolução dos últimos anos no Brasil, seja pelo aumento da contratação pela CLT, seja pela adesão ao sistema de microempreendedor individual (MEI)¹⁰⁵.

É preciso alertar que a suposta autonomia conferida ao trabalhador por conta própria – sempre apontada como uma vantagem ou uma alternativa depois dos 60 anos – é totalmente ilusória para a maioria da força de trabalho brasileira. Como visto, no capitalismo contemporâneo, as grandes empresas se organizam em rede, de forma a disporem e a se apropriarem da produção das médias e das pequenas empresas (autônomas, artesanais, MEIs ou que dispõem, muitas vezes, de mão de obra gratuita de familiares). Nenhuma empresa “autônoma” garante sua sobrevivência sem algum vínculo com uma grande organização. Logo, o tempo do trabalho é determinado pela necessidade dos clientes, em geral, as grandes empresas.

As oportunidades e condições de trabalho interferem de forma decisiva no tipo de integração no mercado de trabalho. De acordo com Camarano et al (2014b, p.382),

¹⁰⁴ O relativamente baixo nível de filiação previdenciária é, sobretudo, uma consequência da baixa capacidade contributiva dos que trabalham em empregos precários. Em 2014, 43,1% dos trabalhadores sem filiação previdenciária possuíam rendimento inferior ao valor do salário mínimo e, portanto, dificilmente teriam condições para contribuir regularmente para a Previdência Social (DIEESE/ANFIP, 2017, p. 29).

¹⁰⁵ O sistema de microempreendedor individual (Lei 123/2006) criou a empresa de uma pessoa só abrindo possibilidade de contribuição para a Previdência Social.

“o envelhecimento do segmento [50 anos ou mais] contribuiu para a redução das taxas de participação, mas o efeito mercado de trabalho foi mais elevado”. Em pesquisa com dados da Pnad, Camarano e Fernandes (2014) detectaram um aumento do número absoluto de homens brasileiros entre 50 e 69 anos que não trabalhavam (ou procuravam emprego) e não eram aposentados, aos quais as pesquisadoras batizaram de “nem nem maduros” – em alusão ao grande número de jovens brasileiros que nem estudam, nem trabalham.

Esse grupo de nem-nem maduros constituía 3,4% dos homens nessa faixa etária em 1982 e subiu para 7,9% em 2012. Esse aumento ocorreu, destacam as pesquisadoras, devido à redução da sua participação na atividade econômica e, embora tenha ocorrido em todos os grupos etários, o crescimento foi mais elevado entre a faixa masculina dos 50 aos 54 anos. As pesquisadoras alertam que, a despeito do envelhecimento da população impactar negativamente a oferta de trabalho e o debate público estar centrado na postergação da idade de aposentadoria por questões fiscais, o que se observa entre os homens brasileiros não é apenas uma aposentadoria dita precoce, mas também uma parcela crescente deles, 6,5 milhões em 2012, que deixa o mercado de trabalho sem se aposentar. As autoras perguntam

“se esses homens estão em condições de vulnerabilidade: não procuram trabalho por desalento, não estão aposentados por falta de um histórico de contribuições e/ou estão inseridos em uma família capaz de garantir-lhes a sobrevivência básica até conseguirem uma posição satisfatória no mercado de trabalho e/ou se aposentarem” (CAMARANO et al, 2014b, p. 397)

A questão, sublinham as pesquisadoras, é saber como o mercado de trabalho pode absorver essas pessoas. A faixa masculina de 50 a 54 anos, em 2012, apresentava escolaridade inferior a quatro anos de estudo formal. Mas as autoras também apontam como hipótese o preconceito, dificuldades de acompanhar as mudanças tecnológicas, absenteísmo no trabalho mais elevado que o dos jovens, menos força física. Estas questões, defendem as autoras, imporiam a necessidade de se elevar as oportunidades para este grupo. E alertam: “a saída precoce [do mercado de trabalho] pode acarretar depressão, alcoolismo e até suicídio” (Op. cit., p. 402)¹⁰⁶. No total da população

¹⁰⁶ De acordo com a OCDE (2016b), o Brasil apresenta uma posição confortável no ranking de suicídios comparado aos outros 40 países pesquisados (37ª posição). No entanto, no ranking da OMS, o Brasil

brasileira, 5,8% apresentam diagnóstico de depressão contra 4,4% da média mundial, segundo a OMS (2017).

A “revolução incompleta”: a questão de gênero

Um aspecto relevante na análise da integração do trabalhador idoso é a diferença de gênero. O processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, como define Esping-Andersen (2009, p. 11), é uma “revolução incompleta”. Legislações mundo afora ainda são insuficientes para garantir a igualdade de oportunidades e condições entre gêneros. Esta diferença de tratamento, afirma o autor, citando vários estudos, é considerada a maior hipótese da causa do envelhecimento populacional do planeta, pois é apontada como protagonista na queda da taxa de fecundidade.

O que interessa aqui é constatar, junto com ampla literatura, que a regulamentação trabalhista brasileira e as leis de proteção à pessoa idosa (Lei 8.842/1994) também foram incapazes de garantir à mão de obra feminina com mais de 60 anos um nível de participação igualitária nas organizações empresariais. Esta assimetria, como observa Hirata (2002), aparece não apenas no cotidiano e nas regras do trabalho em si, mas também no *continuum*, caracterizando um ciclo laboral totalmente díspar entre a mulher e o homem. A situação de crise e desemprego, portanto, prejudica mais a mão de obra feminina, por esta ser mais vulnerável à descontinuidade.

Em pesquisa comparativa com países desenvolvidos, Hirata mostra ainda que, no capitalismo contemporâneo, os efeitos combinados da divisão social, sexual e internacional do trabalho colocam a trabalhadora brasileira em desvantagem na concorrência global de mão de obra. Numa mesma fábrica com unidades de produção na França e no Brasil, enquanto as trabalhadoras europeias tinham direito à requalificação, as brasileiras permaneciam sem treinamento. A despeito de a autora

aparece em oitavo colocado, com 31.507 casos de suicídio registrados entre 2012 a 2014. Seguindo tendência mundial, os casos aumentam a partir dos 70 anos de idade (Fiocruz, 2016). De 2011 a 2016, no segmento com 70 anos ou mais, a incidência é de 8,9 casos por 100 mil mortes, enquanto a média nacional é de 5,5 casos. Desde 2011, o Plano Nacional de Prevenção de Suicídios determina a notificação de tentativas e óbitos em até 24h. Entre 2011 e 2016, ocorreram 62.804 mortes por suicídio, crescimento de 12%, e 48.204 tentativas. A maioria dos casos (62%) é por enforcamento. Os homens concretizaram o ato mais do que as mulheres, correspondendo a 79% do total de óbitos. Os solteiros, viúvos e divorciados, foram os que mais morreram por suicídio (60,4%). Na comparação entre raça/cor, a maior incidência é na população indígena. A taxa de mortalidade entre os índios é quase três vezes maior (15,2) do que o registrado entre os brancos (5,9) e negros (4,7) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

alertar para a tendência mundial de todas perderem este benefício (mais uma vez por força da propulsão asiática nas mutações trabalhistas do *capitalismo de desconstrução*), o fato é que só o Estado pode atuar para garanti-lo, uma vez que acompanhar o avanço tecnológico é impositivo para a permanência no mercado regido pela sociedade do conhecimento.

A questão de gênero deságua de maneira inquestionável na fragilização da segunda metade da carreira e na saída precoce da vida laboral. A divisão sexual do trabalho debilita as chances de a trabalhadora com mais de 60 anos estender sua fase ativa. Apesar de as mulheres serem beneficiadas pelo acúmulo de pensão e aposentadoria – o que poderia explicar a sua menor participação no mercado de trabalho na fase idosa –, as características de todo o seu ciclo laboral interferem em sua decisão de aposentadoria ou inatividade (mesmo depois de aposentada), como será apresentado no capítulo 4.

Em outras palavras, embora muitas pesquisas destaquem somente o fato de a renda da mulher idosa ser mais alta que a dos homens, todo o percurso laboral e a discriminação no mercado também desempenham papel na decisão de sair do mercado de trabalho. Em 1992, 70% dos homens idosos exerciam atividade profissional; em 2002 e 2012, estas porcentagens caíram para 66% e 62%, respectivamente. Para as mulheres, a proporção, nestes mesmos anos, era de 25%, 32% e 25% (PNAD, apud SANTOS e BARBOSA, 2014).

O emprego formal para as mulheres cai já a partir dos 25 anos. Depois dos 55 anos, esta taxa estaciona em menos de 20% das trabalhadoras; de 45 a 49 anos, somente 28% delas trabalham; e depois dos 60 anos, menos de 10% empregam-se em regime de CLT. Outro dado importante na trajetória da mão de obra feminina é que, a partir dos 70 anos, o “trabalho para consumo próprio” atinge 45% do seu total. Mais grave ainda: entre as mulheres, esse tipo de trabalho, que implica uma situação de exclusão das empresas e de outros tipos de empregos formais, é ascendente desde os 15 anos. Em toda a vida laboral, esta é a única ocupação sempre ascendente no universo feminino. Soma-se a este quadro, a importância do trabalho por conta própria, que alcança 20% das mulheres com mais de 50 anos, e 30% com mais de 60 anos (IBGE, 2014).

Esping-Andersen (2009) alerta para as consequências dessa desigualdade de gênero na sociedade em envelhecimento, em que o Estado impõe limitações às pensões

em nome do equilíbrio fiscal, e as mulheres vivem mais tempo. De acordo com o autor, esta assimetria agrava o “equilíbrio instável” da economia contemporânea e empurra as taxas de fecundidade para patamares ainda mais baixos, acentuando o processo de envelhecimento populacional. É preciso, portanto, que o Estado normatize o fim do modelo do homem provedor (*male breadwinner*) por meio de um novo equilíbrio de igualdade de gênero (*gender-equality equilibrium*). O autor sustenta ainda que este equilíbrio, assim como a ampliação das oportunidades e das políticas para a manutenção da mulher no mercado de trabalho, tem-se constituído como importante medida para reduzir a pressão sobre os sistemas de previdência em países europeus.

Guérin (2010, pp. 34-42), ao discutir a feminização da velhice, também alerta para a importância de o mercado de trabalho equilibrar a condição de gênero na perspectiva do envelhecimento populacional. De acordo com o autor, o crescimento da demanda por cuidado de longa duração de pessoas idosas, prioritariamente exercido por trabalhadoras, “colocará a mulher no coração da dinâmica econômica e social, numa posição de ator central da definição de prioridades sociais e culturais”, logo, é urgente uma redefinição de papéis e o reconhecimento salarial equitativo.

Ao abordar o aumento da vulnerabilidade nas sociedades envelhecidas, Tronto (2009) já havia defendido a necessidade de fundação de uma política do cuidado (*care*), na qual a mulher ganharia um novo reconhecimento social. Guérin chama a atenção para o fato de em quase todos os países, a mulher ter mais anos de estudo que o homem¹⁰⁷. Essa diferença coloca as trabalhadoras em prioridade na sociedade do conhecimento – mais do que valorizando a força de trabalho feminina, mas colocando a questão da igualdade de gênero como elemento fundamental para o crescimento econômico.

Outra questão lembrada pelo autor é a tendência de redução de demanda por trabalho físico, exercido pelos homens em indústrias e construção civil. Mesmo neste segmento, a tecnologia já abre acesso às mulheres em tarefas anteriormente exclusivas do sexo masculino. A economia contemporânea, destaca Guérin, dependerá mais da

¹⁰⁷ A taxa de conclusão do ensino médio no Brasil, em 2014, era de 60,8% na faixa etária de 20 a 22 anos, sendo 54,9% para os homens e 66,9% para as mulheres. Na faixa de 18 a 24 anos que frequentava o ensino superior, a média na população brasileira era de 58,5%, sendo 53,2% para os homens e 63,3% para as mulheres. (IBGE, 2015).

“sensibilidade” – no campo do design, por exemplo, do relacionamento afetivo nos cuidados de longa duração, da criatividade, da inovação etc - do que de força física.

Estas questões, no entanto, ainda carecem de atenção por parte do Estado, como dito, apenas voltado para a equação de aspectos fiscais quanto ao tema da previdência e mercado de trabalho, sem conseguir dimensionar toda esta complexidade suscitada pelo envelhecimento populacional. No capitalismo financeirizado, como alerta Fraser (2016), essa carência de uma interpretação correta do papel da mulher, até mesmo pelo movimento feminista, está esgotando as “energias carinhosas” da sociedade e provocando uma “crise de cuidado”. Segundo a autora, essa tendência à crise social-reprodutiva é inerente à sociedade capitalista, mas assumiu uma forma especialmente aguda no atual regime do capitalismo financeirizado.

Em uma breve análise econômica do artigo 10 da Política Nacional do Idoso (PNI), que trata do trabalho e da previdência social, é lícito concluir que o legislador brasileiro desconheceu a possibilidade de ganho social que a dinâmica demográfica do início dos anos 1990 pode oferecer ao país (FELIX, 2016c). O fato de os indivíduos terem uma vida mais longa na sociedade contemporânea foi interpretado quase exclusivamente sob o aspecto do envelhecimento humano, e não do envelhecimento populacional.

Considerações parciais

Em reconhecimento à extensão deste capítulo, o que defende-se como necessário para explorar todas as dimensões do mundo do trabalho e seu impacto nos tipos de integração do idoso, serão enumeradas algumas conclusões parciais para organizar todos os aspectos apresentados e esclarecer o ponto de vista desse itinerário:

- 1) O objetivo aqui foi responder à assertiva de que as empresas, devido ao envelhecimento populacional, dependerão “principalmente” de mão de obra com mais de 45 anos. Essa perspectiva é problematizada, e negada, a partir da análise de todo o itinerário percorrido a partir de Castells;
- 2) foram exploradas as teses de Castells sobre as transformações no mundo do trabalho devido à sua relevância bibliográfica, embora reconhecendo obviamente sua distância de ser uma novidade científica, mas avaliou-se necessário porque a assertiva em questão sofre influência das teses do autor;

- 3) o avanço tecnológico observado no século XXI, ou seja, a ascensão da inteligência artificial, e a intensidade de automação impactam negativamente a regulamentação do trabalho, considerada por Castells como determinante para o tipo de integração, embora o autor tenha subdimensionado, defende-se aqui, a causalidade do crescimento das TICs nas leis trabalhistas. Esse efeito, conclui-se, ampliou ainda mais o fosso entre os conceitos de “emprego” (no modelo fordista) e “trabalho”. Dito de outra forma, a tecnologia pode até criar trabalho, mas fragilizou e ameaça mesmo fazer desaparecer o “emprego” com consequências para a Seguridade Social na sociedade envelhecida;
- 4) o tipo de integração do idoso no mercado de trabalho é ainda afetado pelo fenômeno da “fragilização da segunda metade da carreira”, a rotatividade depois dos 45 anos, empurrando esse segmento para o trabalho por conta própria e outras modalidades de relações trabalhistas e, defende-se aqui, dão origem ao “empreendedor improvisado” trazendo novas consequências negativas para a coletividade dos trabalhadores porque amplia a pressão sobre a desregulamentação do trabalho;
- 5) outra desvantagem do trabalhador idoso é que a criação de emprego pelo avanço da tecnologia, além de observado em ritmo menor e quantidade líquida negativa, guarda um forte componente de preconceito de idade. A nova economia é jovem e amplia o “idosismo”, discrimina e estigmatiza o idoso;
- 6) a economia financeirizada do século XXI hipertrofia a busca por produtividade pela deterioração da relação trabalhista, rotatividade, constante renovação de habilidades exigidas entre outros artifícios aumentando a “volatilidade social” do trabalhador, isto é, os altos e baixos da carreira, ou intensificando o trabalho ao substituir a jornada regulada pelo “tempo dedicado” com consequências para a saúde do trabalhador.
- 7) quanto à questão de gênero, o tipo de integração do trabalhador idoso sofre consequências da chamada “revolução incompleta”, isto é, a entrada da mulher no mercado de trabalho, na metade do século XX, ignorou a diversidade e particularidades alimentando o “gap” de gênero que se acentua com o fator idade;
- 8) a baixa educação do trabalhador idoso brasileiro, com a média de 5,7 anos de estudo, o impossibilita de atender às exigências de requalificação constantes da nova economia e o exclui do tipo de integração ideal ou dos melhores postos de

trabalho criados pela tecnologia. Esse é, considera-se aqui, o maior impacto sobre os *batalhadores*, objeto da pesquisa empírica, o que amplia a polarização no mercado de trabalho e/ou a desigualdade de renda;

- 9) o item anterior é ainda mais agravado porque a 4ª Revolução Industrial, conforme apresentado, abre espaço para possibilidades de trabalho desde que o indivíduo aceite uma “situação mista”, ou seja, ser o que é ou o que sempre foi acrescido de mais algumas outras habilidades ou profissões. Essa nova configuração demanda mais conhecimento e capitais (cultural, social e imaterial), o que está fora do alcance dos *batalhadores*, como será visto no capítulo 4.
- 10) Os trabalhadores idosos, sobretudo aquele com menos anos de estudo, característica dos *batalhadores*, são, portanto, excluídos da globalização do mercado de trabalho no aspecto das oportunidades, estas reservadas a uma elite gestora do capital, mas eles são inseridos pelas desvantagens que suscita a concorrência global da mão de obra. São três os fatores que acentuam essa assimetria: a tecnologia ou a 4ª Revolução Industrial, a entrada da Ásia no fornecimento de mão de obra para a produção mundial e a desregulamentação trabalhista. Defende-se aqui que o fator idade agrava essa condição.

Capítulo 3 – O impacto do espaço urbano na integração do trabalhador idoso

“Eis a sábia expressão que tudo decide em Verrières: DAR LUCRO [grifo do autor]. Sozinha, ela representa o pensamento habitual de mais de três quartos dos habitantes. Dar lucro é a razão que decide tudo nesta cidadezinha que parecia tão encantadora!”

Stendhal (1783-1842), em O vermelho e o negro (2002, p.13)

Ao escrever sobre o centenário de nascimento de Jane Jacobs (1916-2006) e sua importância para a sociologia urbana, Sassen (2016b) destaca como grande ensinamento da ativista canadense, a restituição da cidade como um fator de produção na economia. Segundo seu relato, a autora do clássico *Morte e vida das grandes cidades*, publicado em 1961, lhe ensinou a importância de sempre levar em conta o “sentido de lugar” para conseguir captar a complexidade da “economia urbana”. Sassen destaca que Jacobs, crítica feroz do planejamento urbano ortodoxo, ajudou os sociólogos da segunda metade do século XX a perceberem que estabelecer as relações sociais capitalistas no cenário da cidade nos permite ver as “multiplicidades de economias e culturas do trabalho” nos quais estão incorporadas as economias regionais, nacionais e global.

Na opinião de Sassen, a visão de Jacobs foi muito mais além: o que ela nos mostrou, crucialmente, é que o espaço urbano é o “principal alicerce” (*key building bloc*) dessas economias. Jacobs entendeu que é a “tecelagem” de múltiplas vertentes que faz a cidade muito mais do que a soma de seus moradores, ou de seus grandes edifícios, ou de sua economia corporativa. Portanto, seguindo essa trilha intelectual, considera-se fundamental nesta pesquisa estabelecer as relações do espaço urbano com as possibilidades e diversidades de integração do trabalhador idoso no mercado de trabalho. A cidade como objeto sociológico permite a elaboração de categorias explicativas fundamentais (SASSEN, 2010, p. 88; VÉRAS, 2002, p. 107).

Ao lado do envelhecimento da população, os séculos XX e XXI são marcados também pela urbanização. No Brasil, 84% da população vivem nas cidades - percentual coincidente também com o da população idosa na área urbana (IBGE). Esses dois fatores (envelhecimento e urbanização) estão dialeticamente relacionados ao avanço do capital financeiro, o consumismo, o individualismo, a insegurança pública e a deterioração das condições de trabalho. Outra justificativa para empreender na sociologia urbana é que a matriz metodológica de Paugam (2000, p. 108), referência

aqui, assim determina ao estabelecer um *score* de critérios capazes de captar o tipo de integração do trabalhador. A literatura brasileira sobre demografia (CAMARANO et al, 2014b, p. 400) também empresta à questão urbana importância relevante para a manutenção na ativa da força de trabalho mais velha.

No âmbito teórico, como destaca Lojkin (1979, p. 15), as formas de urbanização são, antes de mais nada, formas de divisão social (e territorial) do trabalho e constituem o cerne da contradição atual entre as novas exigências do progresso técnico e as leis de acumulação. A cidade contemporânea, portanto, reflete as desigualdades geradas em outras esferas da sociedade e também ela mesma é produtora de desigualdades (VÉRAS, 2000, p. 46). Ao analisar o papel do Estado na urbanização capitalista, o autor destaca que as conexões entre a “revolução urbana” nas relações sociais ficou de fora das preocupações de Marx ao sistematizar o modo de produção capitalista.¹⁰⁸ No entanto, a partir do conceito marxiano de *condições gerais da produção*, Lojkin localiza o papel da urbanização na teoria de Marx e estabelece diálogo da construção da cidade capitalista com os conceitos de cooperação (Livro I, Cap. XI), sendo esse visto por Marx como “instrumento essencial do desenvolvimento da produção social”. Ou seja, para Lojkin, existe uma conexão entre valor de uso do espaço social e o conceito de cooperação, uma vez que esse tem a ver com o espaço no qual o trabalho é executado. Esse espaço, de acordo com essa interpretação, seria muito mais do que a instalação física da fábrica, mas todos os meios de consumo coletivo, incluindo o próprio território, a comunicação e os transportes.

A partir dos anos 1970, portanto, coincidindo com o período de reestruturação do capital ou início do *capitalismo de desconstrução*, a questão urbana é absorvida na análise da economia política e da sociologia com a perspectiva de se delinear as formas de construção do espaço nessa nova fase da acumulação capitalista. Essa abordagem constituiu um campo de estudo com críticas a outros paradigmas e a incorporação de “leis históricas em ação nas contradições e práticas urbanas”. O objetivo dessa sociologia urbana é ser uma *etapa* para exprimir formas de articulação entre as classes, a produção, o consumo, o Estado e o urbano (CASTELLS, 1978, p. 10). Essa etapa de

¹⁰⁸ Refere-se aqui, evidentemente, à obra O capital. No campo marxista, é Engels quem irá tratar da cidade como objeto de estudo relacionada ao trabalho em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, publicado em 1845. Neste, o autor revela uma preocupação com a questão demográfica e a formação de “cidades gigantes” (2010, p.p. 51-53), aborda a nova divisão do trabalho e relaciona o avanço fabril com a lógica de que os operários “devem morar próximos e juntos” para evitar desperdício de tempo de mobilidade, por isso, diz Engels, quando surge uma fábrica, logo surge uma vila (p. 64).

pesquisa, segundo Castells, se dá a partir da tradução de problemas urbanos em termos de reprodução da força de trabalho e de sua formalização em meio ao sistema urbano. O “urbano”, a partir dessa interpretação, passou a ser definido não somente como unidade de consumo mas como uma diversidade de práticas e funções. Por isso,

“qualquer um que deseje estudar uma cidade (ou uma série de cidades) deveria estudar o capital, a produção, a distribuição, a política, a ideologia etc. Mais ainda, não se pode entender o processo de consumo sem o ligar à acumulação do capital e às relações políticas entre as classes” (Op.cit., p. 12)

Em resumo, para se estudar o trabalho é preciso estudar a cidade e, como diz Harvey, o mesmo é válido no sentido inverso, pois:

“o conceito de trabalho precisa passar de uma definição restrita às modalidades industriais para o terreno mais amplo do trabalho vinculado à produção e reprodução de uma vida cotidiana cada vez mais urbanizada” (HARVEY, 2014, p. 248)

No capitalismo contemporâneo ou na pós-modernidade, como se propôs analisar nos capítulos anteriores, os conceitos de espaço e tempo ganham outras dimensões. Passam a ser, no dizer de Castells, uma “conjuntura, isto é, a articulação de práticas históricas concretas”. Há uma organização do espaço específica, segundo o autor, para cada um dos elementos do processo de produção imediata (força de trabalho e reprodução da força de trabalho, meios de produção e reprodução dos meios de produção) e para a gestão do processo de trabalho. Em outras palavras, a cidade é estabelecida de acordo com o processo de circulação do capital ou, no contexto atual, “o nomadismo do capital financeiro” (VÉRAS, 2000, p. 11). Esses processos na economia contemporânea caracterizam-se, principalmente, como abordado no capítulo um, pela “deslocalização” da produção em busca de uma movimentação em escala mundial.

Já foi visto até aqui como, a partir dos anos 1990, ocorreu a intensificação do fenômeno da mundialização do capital e seu impacto nas relações de produção. Essa nova configuração da economia mundial também *desconstruiu* o papel das cidades como pensadas até então, ao menos nos parâmetros de como se estabeleceu a economia no pós II Guerra Mundial ou no período de reconstrução. A cidade deixa de ser a facilitadora de consumo de bens coletivos – com preocupação com parques, áreas de

lazer, clubes, praças e serviços públicos – para adquirir uma funcionalidade para a “finança”. Essa nova atribuição a faz tema de interesse para as instituições multilaterais. No início da década de 1990, lembra Sassen (1998, p. 20), o Banco Mundial passa a destacar a cidade como “espaço”¹⁰⁹.

Qual a influência das transformações provocadas pelo *capitalismo de desconstrução* sobre a cidade e qual o impacto dessas alterações no trabalho? Neste momento, é preciso iniciar um afunilamento em nossa trajetória de argumentação e, assim, a cidade de São Paulo, onde foi empreendida a parte empírica desta pesquisa, ganhará notoriedade neste capítulo. É preciso também responder a outras questões com o objetivo de estabelecer conexões com o estudo da integração do idoso no mercado de trabalho. A primeira questão é: *Até que ponto o percurso histórico da cidade de São Paulo, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, onde, como será visto, prevalece uma lógica rodoviarista, interfere nesses tipos de integração?*

Antes de empreender nesta direção, será explorada a visão de Sassen sobre o papel das cidades no capitalismo contemporâneo e o conceito de *cidade global*, haja vista que São Paulo é listada como uma dessas cidades (SASSEN, 2001, p. 04; VÉRAS, 1999, IANNI, 1994)¹¹⁰. *Quais as possibilidades de uma cidade global oferecer as condições para o bom envelhecimento e para a integração do trabalhador idoso?* Em seguida, será exposto ainda a cristalização da lógica da finança sobre o mercado habitacional e como esta realidade estimula a segregação, a desigualdade promovida pela nova divisão social do trabalho (VÉRAS, 2000) a partir de uma “guerra de lugares” (ROLNIK, 2016)¹¹¹ em torno da exploração da terra. Algumas considerações preliminares serão apresentadas, no fim do capítulo, sobre as orientações e propostas de organizações multilaterais para a adaptação das cidades ao processo de envelhecimento populacional.

¹⁰⁹ Embora esse relatório ainda tenha tratado a questão de maneira tímida, em 2009, o Banco Mundial divulgou outro relatório sobre desenvolvimento e, segundo Harvey (2014, p. 68), “levou a sério a geografia econômica e a questão urbana”.

¹¹⁰ Ampla literatura aborda a discussão crítica do conceito de “cidade global” em relação a São Paulo e, de forma alguma, pretende-se aqui assumir uma posição ufanista. O fato de São Paulo ser enquadrada pela ONU nessa categoria é a base da discussão deste capítulo.

¹¹¹ Bauman (2007, p. 83) também nos alertou para o perigo de a modernidade líquida conduzir a sociedade a “guerras no espaço urbano” devido à tendência de aumento dos “espaços interditados”.

Cidade global: o lugar onde a mundialização acontece de fato

A principal característica das grandes cidades no *capitalismo de desconstrução* é o movimento, aparentemente contraditório, de dispersão ou nomadismo, como dito antes, da produção e, ao mesmo tempo, de concentração de determinadas atividades em um espaço urbano. A mobilidade concomitante com a aglomeração é o ponto de partida de Sassen (2001, p.03) para o conceito de *cidade global*. Dito de outro modo, o “desmantelamento” de antigos centros industriais, por um lado, pulverizaram as plantas fabris pelo planeta, sobretudo nos países pobres ou em desenvolvimento; por outro lado, há a necessidade de integração global, de administrar todas essas partes produtivas dispersas pelo planeta a partir de algum ponto integrador.

Essa dinâmica interferiu profundamente na reconfiguração das cidades contemporâneas ou na desconstrução do sentido de cidade emprestado pela economia do pós II Guerra Mundial. No lugar das cidades para a produção (ou reprodução da força de trabalho) emerge uma cidade desenhada para atender às necessidades de um capitalismo forjado pela *empresa em rede*. O deslocamento da produção para outros países implicou na formação de uma cadeia de subcontratação, terceirização, segmentação de serviços de alta especialidade¹¹² que demandam por espaço para permitir uma coordenação central.

Sassen (2001) enumera quatro características principais dessa cidade: *i*) ela é um ponto de comando altamente concentrado na organização da economia mundial; *ii*) é ponto chave para localização de firmas de serviços especializados para a finança global, que substituiu a indústria como setor líder; *iii*) a cidade se estabelece como lugar de produção de inovações, sobretudo financeira e; *iv*) como mercado de consumo desses serviços e inovações.

A gestão das cidades globais está mais preocupada, portanto, em acomodar o espaço urbano para atender às necessidades de reprodução do capital disperso pelo mundo, principalmente, porque este está lidando com a complexidade de estabelecer-se em diversos ambientes jurídicos com inúmeros sistemas de *compliance*. Mesmo com as

¹¹² Kon (2004, p. 79), ao analisar as concepções teóricas sobre o setor de serviços, observa que se, por um lado novos serviços surgem em atendimento a novas necessidades determinadas pela evolução dos processos produtivos, por outro, o desenvolvimento de novos serviços conduz a novas necessidades. Esta gama de necessidades, destaca a autora, envolve a participação de especialistas de várias áreas de serviços (advogados, economistas, engenheiros, publicitários, sociólogos e consultores entre outros) que sirvam de apoio às tomadas de decisões em um ambiente de constantes transformações (Op. cit., p. 90).

facilidades proporcionadas pelo avanço da Tecnologia da Informação e Comunicação, *a mundialização precisa de um lugar para acontecer de fato*, lugares para efetuar o trabalho imaterial, de definição de estratégias, gestão de projetos de implementação de ferramentas digitais, marketing, relações públicas, eventos, ou seja, como sublinha Sassen: “Os mercados nacionais e globais, bem como as organizações globalmente integradas, exigem lugares centrais onde o trabalho da globalização¹¹³ é feito” (2002, p. 08).

Em outras palavras, a economia por mais imaterial ou informacional precisa de um *lugar*. Esse sempre foi, durante a fase de materialidade, a cidade, e continua a ser desde as relações econômicas nas cidadelas medievais tão bem analisadas por Max Weber (1979). Sassen defende que por mais que a economia seja global, sua administração está concentrada em um pequeno número de cidades, *as cidades globais*.

Nesse espaço urbano ocorre a articulação entre o capital fixo e o capital móvel. É na *cidade global* que o imenso fluxo de capital da economia desregulamentada e dominada pela finança está ancorado. Essas “cidades concentram a infraestrutura e a prestação de serviços que produzem as condições necessárias para exercer um controle global” (SASSEN, 1998, p. 100). Ianni (1994, p. 26) completa: “[são cidades] fortemente interligadas entre si por meios decisórios e financeiros, elas constituem um sistema mundial de controle da produção e da expansão do mercado”.

Esse tipo de interpretação, acredita Sassen, é indispensável para compreender a dinâmica da mundialização, mostrar como este processo concentrou os ganhos da liberalização econômica em determinados lugares (Atlântico Norte) em detrimento de outros (Atlântico Sul) e, a partir dessa geografia, poder explicar as diferenças de oportunidades que o *capitalismo de desconstrução* intensificou tanto entre nações como entre pessoas em tão pouco tempo de reinado.

A interpretação a partir do conceito de *cidade global* também ajuda a desvendar a nova economia urbana, baseada numa financeirização (D-D’, como citado no capítulo anterior) capaz de oferecer maior lucratividade, *vis à vis* a “economia real” ou produtiva (D-M-D’), embora com menos empregos diretos ou empregos de qualidade, mas com poder suficiente para esculpir a cidade à sua semelhança.

¹¹³ Sassen usa o termo globalização e não mundialização.

Esse modelo de cidade impõe uma nova dinâmica de valorização segundo os critérios estabelecidos a partir de parâmetros distantes do bem-estar comum (HARDT e NEGRI, 2016). Isso tem, segundo Sassen (2002, p. 17), causado um “efeito devastador” sobre vários setores da economia urbana.

“Altos preços e níveis de lucro no setor internacionalizado e suas atividades auxiliares, como restaurantes e hotéis top de linha, têm aumentado a dificuldade para outros setores competirem por espaço e investimentos. Muitos desses outros setores experimentaram consideráveis desclassificações e / ou deslocamentos, como, por exemplo, lojas de bairro adaptadas às necessidades locais são substituídas por boutiques e restaurantes de luxo que atendem a novas elites urbanas de alta renda.” (SASSEN, 2002, p. 17)

A lógica da cidade global passa a ser oferecer ambiente, serviços e logomarcas familiares para que as já citadas “elites voadoras” de Bauman, ou “transnacionais”, no dizer de Sassen (2010, p. 146), se sintam em casa em quaisquer cidades globais que necessitem pousar por uma noite. Essa lógica da mundialização, destaca a autora, tem exercido inúmeros impactos sobre as cidades e sistemas urbanos da América Latina e Caribe.

No caso do Brasil, sobretudo São Paulo. Em alguns casos, contribuiu para o desenvolvimento de novos pólos de crescimento situados fora das grandes aglomerações urbanas. Em outros casos, aumentou o peso das aglomerações urbanas que a autora define como *primaciais*, à medida que novos pólos de crescimento foram desenvolvidos em seu em torno (megacidades ou regiões metropolitanas ou ainda o fenômeno urbano metropolitano).

Esses espaços urbanos, necessário insistir, são espaços destinados aos processos globais e à corrida global por investimentos estrangeiros diretos (IED). Ao analisar esses “pólos de crescimento”, Kon (2004, p. 101) destaca que essas evidências mostram efeitos contraditórios do que previstos em teorias espaciais que sobrevalorizaram o potencial das telecomunicações para “eliminar o espaço”.

O fenômeno da *cidade global*, é preciso alertar, está desvinculado, muitas vezes, do tamanho da cidade, pois as cadeias de subcontratação que ligam os trabalhadores das

pequenas localidades aos mercados mundiais rompem com a definição de fronteiras e espaço (SASSEN, 1998, p. 56) e permitem até o exercício da primazia independentemente do tamanho da cidade (embora Sassen tenha partido sua análise das cidades de Londres, Nova Iorque e Tóquio).

Outro ponto importante é que a *cidade global*, apesar de inúmeras transformações promovidas principalmente pela hegemonia do capital financeiro, sobretudo por sua “fração imobiliária” (VÉRAS e FÉLIX, 2016, p. 445), na construção do espaço urbano, guarda um grau de continuidade com seu passado (SASSEN, 1998, p. 76). É o caso de São Paulo, como será mostrado adiante, na qual a tendência para a “hiperconcentração de facilidades” (SASSEN, 2002, p. 8) sejam de serviços especializados, transportes etc... acentuou a lógica do rodoviarismo.

No que diz respeito ao trabalho, a *cidade global* intensifica a polarização e a fragmentação, tendências analisadas no capítulo anterior. Sassen observa que os serviços precisam ser produzidos e as edificações que abrigam os trabalhadores precisam ser construídas e mantidas limpas e em ordem. O rápido crescimento da indústria financeira e de serviços altamente especializados gera não apenas empregos técnicos e administrativos de alto nível, como também empregos que não exigem alta qualificação e que apresentam baixa remuneração (SASSEN, 1998, p.18).

É o caso, por exemplo, dos serviços de limpeza, manutenção, manobrista, porteiros e, em quantidade impressionante, trabalhadores de call centers ou telemarketing cuja condição de trabalho, segundo Souza (2012, p. 81), combina circunstâncias do século XIX com tecnologias do século XX. A literatura da sociologia do trabalho registra amplamente o crescimento do setor de telemarketing no Brasil a partir dos anos 2000 e como São Paulo constituiu-se como um pólo dessa atividade no país (VENCO, 2014, p. 168; SOUZA, 2012, p. 81; ANTUNES e BRAGA, 2009). A hipertrofia do telemarketing problematiza os conceitos fundamentais de globalização, economia da informação e telemática quando esses sugerem que o *lugar* não importaria mais e que o único tipo de trabalhador que passaria a contar no *capitalismo de desconstrução* seria o profissional com sólida formação.

Segundo Sassen, este “enfoque reduzido” tem o efeito de excluir do relato a pertença a um determinado lugar de componentes significativos da economia da informação global. Em consequência, exclui também da história da globalização um

conjunto de atividades e tipos de trabalhadores que são tão vitais para ela quanto as finanças internacionais e as telecomunicações globais. Ao deixar de incluir essas atividades de trabalhadores, ela ignora a variedade de contextos culturais em que eles existem, uma diversidade tão presente nos processos de globalização quanto a nova cultura internacional das corporações (SASSEN, 1998).

Diante do exposto, é preciso questionar: *Quais as possibilidades de uma cidade global oferecer as condições para o bom envelhecimento e para a integração do trabalhador idoso?* O conceito de *cidade global* reafirma, no século XXI, a interpretação de Harvey (1982) sobre o “espaço construído”, isto é, a cidade é resultado das relações sociais que refletem o todo da sociedade e essas relações, evidentemente, estão interligadas com determinada economia ou, para usar as categorias marxistas, um determinado “modo de produção” (HARVEY, 2014, p. 28). A *economia informacional*, mãe da *cidade global*, empurra a dinâmica urbana para uma lógica desfavorável ao humano e prioritária ao fluxo de *Informação*, *Computadorização* e *Entretenimento* (shoppings, casas de shows, arenas esportivas etc). Esses três pilares constroem a “era do ICE”, no dizer de Vêras (2000, p. 103; 1995), e dão origem as “cidades do gelo”.

Esse ambiente glacial acentua o “ar blasé” do habitante da metrópole, como Simmel (1979, p. 18) disse ao se referir àquele indivíduo urbano típico da cidade e indiferente a tudo e a todos à sua volta¹¹⁴. Seria legítimo dizer que o trabalhador idoso, por sua maior vulnerabilidade nesse ambiente álgido, torna-se a maior vítima, pois a *cidade global*, ao contrário de uma visão catastrófica, oferece também oportunidades econômicas para ampliação do bem-estar, no entanto, o que quer se destacar aqui em relação a esse segmento populacional é a profunda desigualdade de chances e condições, característica dessa tensão que se estabelece entre o local e o global.

A financeirização da cidade e o envelhecimento populacional

Um “longo processo de *desconstrução* da habitação como um bem social e de sua transmutação em mercadoria e ativo financeiro”, como afirma Rolnik (2015, p. 26),

¹¹⁴ Engels, de certa forma, antecipa essa categoria de Simmel quando analisa as condições da classe trabalhadora na Inglaterra ainda na primeira metade do século XIX ao relatar que, na cidade, as “pessoas se cruzam como se nada tivessem em comum”, que “ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar” e que na cidade se vive em “insensível isolamento de cada um no terreno de seu interesse pessoal” (ENGELS, 2010, p. 68). Outra abordagem do “blasé” foi feita por Tocqueville e é lembrada por Sennett (2014, p. 326): “Cada pessoa age como se fosse estranha à sorte dos demais. (...) Nas transações que estabelece, mistura-se aos seus concidadãos, mas não os vê; toca-os, mas não os sente; existe apenas em si mesmo e somente para si mesmo. Assim, sua mente guarda um senso familiar, não um senso social”.

é o elemento estruturador da transformação da natureza e forma de ação do capitalismo contemporâneo dominado pela finança. No período de reconstrução, como visto no capítulo 1, a habitação social era um dos principais pilares do Estado do Bem-Estar Social, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. Nesse último, a habitação social beneficiava-se de regulamentação específica para o mercado imobiliário, como a citada Lei Wagner-Steagall. No período de *desconstrução* das barreiras impostas ao capital pela economia do pós Segunda Guerra, porém, a habitação social sucumbe às imposições do novo capitalismo.

Como dito antes, é a fração imobiliária do capital financeiro a principal artesã das condições adversas observadas na cidade que produzem as mazelas sociais, a segregação, a expulsão, a disputa por espaço, isto é, usurpam do cidadão o “direito à cidade”, no dizer de Lefebvre, acirrando a luta de classes (1991, p. 06). Essa lógica é antiga na economia capitalista e, no caso da crise financeira mundial de 2007/8, só fez confirmar a tendência de repetição de seu *modus operandi*. Harvey destaca a afirmação de Binyamin Appelbaum em artigo no *The New York Times* para mostrar essa repetição randômica: “É um padrão que se repete há muito tempo, os norte-americanos se recuperarem das recessões construindo mais casas e enchendo-as de coisas” (HARVEY, 2014, p. 107)¹¹⁵.

Em outras palavras, se a poupança para a velhice no setor privado tornou-se combustível para a financeirização da economia e representa, como já mencionado, uma grande parcela do capital a flutuar pelo ambiente digital mundial; o financiamento habitacional é o segundo pilar desse processo. Enquanto o primeiro atua, principalmente, sobre a seguridade social e o mundo do trabalho, como visto nos capítulos anteriores, o outro atua – muitas vezes em parceria com o primeiro – na *desconstrução* dos limites ao capital financeiro no espaço urbano. É preciso lembrar – sobre esta parceria - que os investidores institucionais engordam a fração imobiliária do capital financeiro quando atuam como financiadores de empreendimentos imobiliários, incluindo neste caso shoppings, hotéis, etc (VÉRAS e FÉLIX, 2016, p. 445, HARVEY, 2016, p. 30).

¹¹⁵ O total de débito dos consumidores estadunidenses cresceu de 200 bilhões em 1964 para 7,2 trilhões em 2002, atingindo 40% da renda per capita total. Três em cada cinco pessoas entrevistadas por pesquisadores da Publicis admitiram que ficaram devendo por terem comprado coisas de que depois se arrependeram, um em cada três admitiu comprar coisas acima de suas posses (BAUMAN, 2005b, p. 136)

Rolnik (2015) constatou em diversos países a transformação da política de moradia social característica da economia do pós II Guerra Mundial ou do *capitalismo de reconstrução* em uma política relacionada ao novo espírito do capitalismo observado a partir dos anos 1970. A moradia social, em suas palavras, passou a ser “o lugar dos fracos” (Op. cit, p. 56) no Reino Unido e nos Estados Unidos, ampliando aquele estigma que nos relatou Sennett (2004) quando descreveu sua infância na comunidade do Cabrini Green, em Chicago. No filme “*Eu, Daniel Blake*”, de Paul Laverty, com direção de Ken Loach, a personagem Katie (Hayley Squires) vive o drama da estigmatização ao ser expulsa de Londres após a redução da oferta desse tipo de programa social. O roteiro ilustra, assim, o que Rolnik reportou em sua pesquisa.

É importante insistir que, da mesma maneira que o *capitalismo de desconstrução* derrubou as barreiras no âmbito financeiro, simbolicamente com a revogação da Lei Glass-Steagall, as mudanças nas políticas habitacionais derrubaram a Lei Wagner-Steagall. Ao por abaixo essa barreira, o capital abriu um imenso caminho para agir sobre o espaço urbano construindo empreendimentos e habitações cada vez mais sofisticadas, sobretudo ampliando seu poder extrativo com mais financiamentos e, assim, retornando a sua trajetória “natural” na economia estadunidense, como apontou Appelbaum.

Como toda continuidade, esse padrão também guarda um aspecto particular diferencial nos nossos dias: o envelhecimento populacional. No início do século XX, quando esse processo culminou na crise de 1929, a população do planeta era jovem. No século XXI, a poupança para a velhice no setor privado conjugada com o novo sistema de habitação, amplamente mercantilizado, decorre em consequências muito mais graves em relação à desigualdade social. Nas cidades globais, a insaciabilidade do capital imobiliário prolifera o território de prédios luxuosos, condomínios fechados, shoppings centers e avança sobre o espaço anteriormente ocupado por habitações antigas, dominando a terra urbana e expulsando moradores para aquilo que se convencionou chamar de *longe*.

Rolnik (2015, p.38) destaca que o aumento da propriedade privada da moradia em substituição aos modelos de moradia social do pós-Segunda Guerra Mundial, e a mobilização crescente desse patrimônio imobiliário como forma de riqueza “coincidem com o processo de envelhecimento da população” e com a enorme pressão que o novo perfil da demografia representou para os sistemas públicos de aposentadoria. A casa

própria, destaca a autora, transformou-se em um *estoque de riqueza* para a vida mais longa devido à aposta em sua valorização ao longo do tempo (*asset-based welfare*), que acaba sendo efetivada pela ampliação da especulação imobiliária, e, na prática, termina por “substituir os sistemas públicos de previdência”.

Essa mudança, continua Rolnik, coincide com a queda na participação do salário na riqueza global. De 1980 a 2011, o percentual dessa participação caiu de 63% para 54%¹¹⁶. Desta forma,

“o aumento contínuo do preço dos imóveis era, assim, uma condição para que as casas próprias pudessem cumprir esse papel [de poupança]. Enquanto durou, viabilizou, especialmente em países como Estados Unidos, Reino Unido e Espanha, o crescimento econômico mesmo com a redução significativa do poder dos salários, numa espécie de keynesianismo privado” (ROLNIK, 2015, p. 39)

Por meio do financiamento imobiliário, a expansão do mercado financeiro global, segundo a autora, apoiou-se no endividamento das famílias e estabeleceu vínculo íntimo entre a longevidade dos indivíduos e o processo global de extração de renda e especulação.

“Além de estimular a venda de casas e apartamentos, ele [esse modelo] também tem um sentido de incentivo à poupança, garantindo a adesão dos indivíduos ou famílias ao sistema financeiro e premiando aqueles que conseguem poupar, elemento fundamental da biopolítica da financeirização da vida” (Op. cit., p. 112).

Desde a ditadura militar, lembra a autora, até nossos dias, estabeleceu-se como *locus* da formulação da política habitacional do país um “organismo financeiro”, o Banco Nacional de Habitação (BNH)¹¹⁷ cujas funções, mais tarde, foram assumidas pela Caixa Econômica Federal (ROLNIK, 2015, p. 282). Nos termos de Sassen (2016),

¹¹⁶ Rolnik (2015, p. 39) usa aqui números da Unctad citados em estudos de Manuel Aalbers e Rodrigo Fernandez.

¹¹⁷ O BNH foi uma estatal brasileira destinada ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários e gestão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço entre 1964 e 1986. Quando suas atribuições foram incorporadas à Caixa Econômica Federal, o BNH está vinculado ao então Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

o mercado financeiro, assim, atuou como uma “indústria extrativista” baseado, nas palavras de Debert, como já citado, em um processo de “re-privatização da velhice”, uma vez que a mutação da moradia de bem social em bem especulativo faz

“o indivíduo arcar com mais responsabilidades por seus próprios bem-estar e segurança sociais, tornando-se um consumidor de ativos financeiros que lhe provisionarão renda na velhice” (ROLNIK, 2015, p. 46)

O resultado descrito por Rolnik foi um desmonte das políticas de habitação de interesse social em diversos países, pois, seria impossível, ela afirma, expandir o mercado de hipotecas nesta enorme escala se outras opções de acesso à moradia não tivessem sido bloqueadas ou desconstruídas (ROLNIK, 2015, p. 41). Cabe destacar que mesmo as recomendações da ONU para o envelhecimento (Plano de Viena, de 1982, e Plano de Madri, de 2002) ignoram a habitação de interesse social como instrumento de prover o bem-estar na velhice. No Brasil, o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), inclusive, em seus Artigos 37 e 38 cita “aquisição de imóvel” e “critérios de financiamento”, sem mencionar o modelo de habitação social.

Nesse contexto, as políticas habitacionais que transformam o espaço urbano para atender às exigências da mundialização da cidade desprezam a instituição da moradia social. Elas promovem gentrificação e mais exclusão. Assim como as políticas rodoviaristas, a despeito das consequências socioeconômicas, essa política habitacional também acaba sendo apoiada por uma parcela da população interessada em valorização de seus “imóveis-poupança” ou é integrada na lógica da biopolítica da financeirização da vida de cada indivíduo. Mesmo as ações de habitação popular dos últimos governos, como o programa Minha Casa, Minha Vida, apesar de mitigar o déficit habitacional¹¹⁸, intensificaram a financeirização do setor. O crédito habitacional, em 2006, início do programa, representava 1,55% do PIB e, em 2015, alcançou 9,6% (ABECIP, 2016).

A especulação imobiliária na sociedade em envelhecimento enfraquece os laços sociais ao destruir possibilidades de poupança coletiva e solidária (GUÉRIN, 2011), promovida pelos sistemas de previdência por repartição, e aprofunda o caráter individualista em detrimento de bens de consumo coletivo. A longo prazo, ela revela-se

¹¹⁸ O déficit habitacional é estimado em 5,8 milhões de residências e mais 11,8 milhões de imóveis alugados no país (18% do total), segundo o SECOVI.

economicamente ineficiente para a cidade porque a tendência é de oferta maior que a procura de moradias de altíssimo preço em confronto com a escassez de moradia social (ROLNIK, 2015, p. 47).

Do ponto de vista do próprio indivíduo, mostram pesquisas internacionais, aumenta o risco de desutilidade do investimento ao longo do tempo, pois, imobiliza-se um capital que tende a faltar no futuro para as despesas com o avanço da idade como mostraram Bernard et al (2013, p. 95) para o caso da França. Naquele país, mais de 70% dos idosos são proprietários de imóveis, porém, os autores recomendam ao governo medidas para “mobilizar essa poupança” como, por exemplo, a compra parcial do imóvel (transformando-o numa semi-habitação social). Isso permitiria ao idoso francês, com dificuldade de renda, direcionar os recursos da venda do imóvel para o consumo sem arcar com endividamento ou hipoteca. Essa é apenas uma das propostas na área de habitação que emergem no debate público nas sociedades envelhecidas.

Rodoviarismo e a construção do “longe”

Em biografia romanceada da cidade de São Paulo, Roberto Pompeu de Toledo (2003) relata que, em 1898, apareceu na Rua Direita, no centro, cercado de curiosos, um carro aberto. De quatro rodas de borracha, com dois passageiros e se movia por si mesmo. De acordo com o autor, é o primeiro registro de um automóvel na cidade – ou *automobile*, como lhe chamavam à francesa. Em 1901, Henrique Santos Dumont, irmão do Pai da Aviação, exibia pelas ruas paulistanas um automóvel, desde então, símbolo de status social. O crescimento da frota individual foi rápido. Em 1900, havia registro de quatro veículos em todo o território paulistano, nove anos depois, o número saltou para 145 e, em 1912, já eram 938 (OSELLO, 1987, p. 57).

Ao mesmo tempo, a cidade ganhava sua primeira linha de bonde elétrico (7 de maio de 1900) para o bairro da Barra Funda, onde, coincidentemente, nos conta o biógrafo, morava o então primeiro prefeito da capital, Antônio Prado (1840-1929). A segunda linha foi para o bairro do Bom Retiro e a terceira para a Vila Buarque e, por nova coincidência, tinha a parada bem em frente à casa de D. Veridiana Prado, a rica mãe do prefeito. Iniciava-se assim o embate entre o transporte individual e o coletivo em meio às rápidas urbanização e expansão demográfica. São Paulo inicia o século XX com 240 mil habitantes, atinge os 2,3 milhões na metade do século e chega a 2017 com uma projeção de 11,6 milhões (SEADE, 2017).

Mais de um século depois do aparecimento dos primeiros *automobiles*, é possível o autor concluir que os carros venceram essa guerra por espaço, pois “dali para a frente, cada vez mais, a cidade seria deles. Caberia a eles determinar sua feição e seus rumos” (TOLEDO, 2003, p. 504). Os carros causaram “uma mudança de pele na instituição cidade” só comparável à iluminação elétrica, inaugurada em 1899, com investimentos da canadense Light and Power Co. Ltda. Não que antes disso tenha sido diferente a gestão da cidade, mas São Paulo passou então a ver a lógica de seu futuro muito mais parelho a da fictícia Verrières do romance de Stendhal, epígrafe deste capítulo: a lógica do lucro. Conta o biógrafo de São Paulo sobre a Light:

“A empresa nascia com força insuspeitada, mas ainda não se tinha visto nada. Em pouco tempo viraria um polvo, ou o ‘polvo canadense’, na língua de seus detratores. Foi quando se mediu o tamanho e verificou o alcance de seus tentáculos, capazes de abraçar, além do transporte público, também a produção e distribuição de energia, e de avançar rumo a outros setores, com voracidade e poder bastantes para atropelar quem se interpusse no caminho” (TOLEDO, 2015, p. 41).

Desnecessário aqui prolongar o histórico rodoviarista de São Paulo no século XX, amplamente registrado na literatura da sociologia urbana e do urbanismo. Importante destacar que a hegemonia da ideologia do automóvel no pensar da cidade estabeleceu-se com ainda mais relevância a partir do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) quando a alocação de recursos privilegiou o transporte rodoviário, em especial a indústria automobilística, beneficiada com a abertura do território nacional às multinacionais. Já em 1958, ganhou as ruas um modelo DKW-Vemag que, apesar de barulhento, era o primeiro automóvel a sair da fábrica com 50% de peças nacionais e a Rural Willys, o primeiro modelo nacional com tração nas quatro rodas (SCHWARCZ e STARLING, 2015, P. 416).

Essas ousadias na indústria nacional alimentaram ainda mais a espetacularização do automóvel no inconsciente popular - atraindo o apoio para políticas públicas rodoviaristas, ampliando a resistência a outras modalidades de transporte, como a bicicleta, e exacerbando o fetiche da velocidade a qual a cidade se torna escrava, como tanto nos alertou Sennett (2014, p. 348).

O rodoviarismo paulistano foi concomitante com o nacional. O governo JK pavimentou 6 mil quilômetros de novas estradas entre 1956 e 1960 num país que até então contava com apenas 4 mil quilômetros de malha em todo o território (Op. cit.). São Paulo foi a capital deste “momento automóvel” da vida nacional – que se estende até hoje. O balanço deste modelo de *urbanização para o carro* é um engarrafamento recorde de 344 km em maio de 2014 e a estatística desesperadora de um automóvel para cada dois habitantes em 2016, segundo os dados oficiais (CET-SP).

Neste balanço, porém, o que tem maior interesse para esta pesquisa é o impacto do rodoviarismo na reprodução da força de trabalho, principalmente no período do *capitalismo de desconstrução*. Enquanto a urbanização dominada pela especulação imobiliária guardou a melhor terra urbana para a elite, ampliando essa reserva com a financeirização do setor de habitação, o rodoviarismo deteriorou a mobilidade daqueles que passaram a habitar *o longe* (socialmente construído) com a redução da oferta de transportes coletivos em comparação com o crescimento populacional.

Se num primeiro momento, como dito, a disputa travada foi entre o transporte individual e o coletivo, num segundo momento, foi a modalidade do trilho que entrou em xeque e foi oprimida pelo ônibus - com capacidade menor de passageiros - pois este veículo também era uma mercadoria da incentivada indústria automotiva multinacional. Em 2016, as 1.377 linhas de ônibus da cidade transportaram 8 milhões de passageiros por dia (SPTrans, 2017) contra 3,8 milhões pelos 335 quilômetros de metrô (MetrôSP, 2017). Esses números sustentam a intensa e exaustiva locomoção no trânsito diário que atinge a todos. No entanto, os passageiros dos transportes coletivos são mais penalizados, pois

“filas, superlotação, atrasos, perdas do dia de trabalho e às vezes a fúria das depredações não constituem apenas simples ‘problemas do trânsito’. As horas de espera e de percurso antes e depois do dia de trabalho, via de regra extremamente longo, expressam o desgaste a que estão submetidos aqueles que necessitam do transporte de massa para chegar a seus empregos. Em outras palavras, submetido à *engrenagem econômica* da qual não pode escapar, o trabalhador, para reproduzir sua condição de assalariado e de morador urbano” (KOWARICK, 1993, p. 39).

Durante muito tempo, o planejamento urbano foi apontado como capaz de promover mudanças nessa realidade por meio de um processo participativo democrático de intervenção na cidade como recomendam Borja e Castells (1996). Um dos instrumentos para tal seria o chamado “plano diretor”, ferramenta de participação popular instituída pela Constituição de 1988 e obrigatória para cidades com mais de 20 mil habitantes (Art. 182, §1º). No entanto, como sentencia Villaça (2000), expressões como “crescimento anárquico, caótico ou desordenado”, que acompanham a ideia de “plano diretor”, alimentaram um “mito” de que esse instrumento possa realmente configurar-se em uma solução para a questão urbana.

Na visão do autor, o “anárquico” e o “excludente” são resultado de uma vontade política de investimentos e escolhas quanto à ocupação do solo, independentemente, de plano¹¹⁹. Isto é, o aparente anárquico oculta o intencional. Se não o fosse, questiona, por que os bairros de alta renda cresceriam de forma ordenada e os de baixa renda de forma desordenada? O planejamento urbano, conclui, é usado de maneira ideológica, “com a contribuição da imprensa”, mais para esconder do que para resolver os problemas urbanos.

No que diz respeito à mobilidade urbana, dois fatores agravam essa realidade: um histórico e outro contemporâneo. O primeiro é o fato de a industrialização do século XX ter promovido maior *expulsão* dos trabalhadores para a periferia e a região metropolitana. Como diz Kowarick (1993, p. 41), “as favelas tenderam a seguir o fluxo do desenvolvimento econômico”. O autor cita uma frase síntese desse processo dita por um prefeito do município vizinho à capital: “Quem trabalha em Diadema, mora fora. Quem mora em Diadema, trabalha fora”. Nos anos 1990 e início dos anos 2000, as favelas tiveram “enorme crescimento” em São Paulo, onde nunca haviam se constituído como forma predominante de moradia popular (ROLNIK, 2015, P. 159).

O segundo fator é que o próprio empenho em resolver o problema da mobilidade com a ampliação do transporte sob trilho acaba por alimentar a especulação imobiliária e uma maior expulsão da população mais pobre porque:

¹¹⁹ No mesmo sentido das críticas de Villaça (2000) à sobrevalorização das capacidades do planejamento urbano, vale mencionar também a crítica feita por Vainer (2002) a Borja e Castells e outros sociólogos catalães de tentarem vender, por meio do marketing, as possibilidades de planos diretores e planejamento, segundo o autor, inclusive, produzindo textos com “intenção operacional” em alusão às transformações ocorridas em Barcelona com a intenção apenas de prestar consultoria a cidades pelo mundo afora. Outra crítica aos planos é a de Maricato (2002).

“uma melhoria urbana de qualquer tipo repercute imediatamente no preço dos terrenos. Nesse sentido talvez o exemplo mais flagrante e recente seja o que ocorre com as áreas contíguas ao trajeto presente e futuro do metrô. O fato de recortar certos bairros da cidade remodela o uso e o tipo de imóveis existentes, encarecendo vertiginosamente o preço dos lotes disponíveis. Forja-se assim – e o poder público, através de desapropriações e planos de reurbanização, interfere diretamente nesse processo – uma nova configuração espacial que visa ao mercado residencial ou de serviços das camadas abastadas, enquanto os grupos pobres tendem a ser expulsos para áreas mais distantes” (KOWARICK, 2000, p. 40).

Tornou-se emblemático e objeto de estudo sociológico a declaração em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* de uma moradora de Higienópolis contra a construção de estação do metrô¹²⁰ na Avenida Angélica. A justificativa era a possível invasão de, nas palavras dela, “gente diferenciada” nas ruas do bairro, um bairro criado no século XIX a partir do “ouro imobiliário” (TOLEDO, 2003, p. 446) e, lembre-se, com propósitos higienistas contra tísica, malária e gripe espanhola¹²¹. Dois séculos depois, a declaração da moradora apenas reflete a tentativa de conservar a vocação original daquele pedaço de solo urbano: um espaço da e para a elite.

Essa “espoliação urbana”, assim, conclui Kowarick (1979, 2000, p. 45), apressa a “dilapidação da força de trabalho” ao expor os indivíduos “às espinhosas condições urbanas de existência”¹²². De acordo com o autor, essa situação acentua a seletividade no mercado de trabalho colocando o trabalhador idoso ou maduro, “a partir de 50 anos” com menor taxa de participação. O espaço urbano, portanto, contribui para encurtar a “vida produtiva”, no entender do autor, pois as empresas alijam a “mão de obra desgastada” ou com maiores dificuldades para chegar ao local de trabalho, ocasionando

¹²⁰ A declaração publicada pelo jornal no dia 13 de agosto de 2010 foi: “Eu não uso metrô e não usaria. Isso vai acabar com a tradição do bairro. Você já viu o tipo de gente que fica ao redor das estações do metrô? Drogados, mendigos, uma gente diferenciada...”. Depois da grande repercussão, a entrevistada teria negado a declaração (FOLHA, 2010).

¹²¹ Diz Toledo (2014, p. 94) sobre a São Paulo do início do século XX: “Nos bairros ricos de Campos Elíseos e Higienópolis, só na condição de empregados circulavam pessoas do lado mais ingrato da contradição social”.

¹²² O conceito de espoliação urbana é definido assim por Kowarick: “somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade dos serviços de consumo coletivos que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho” (1979, p. 59).

atrasos ou absenteísmo, e estimula a substituição por trabalhadores mais jovens, por enquanto, ainda disponíveis em quantidade na atual fase da transição demográfica. Diz ele:

“Decreta-se assim a incapacidade para o trabalho em função da mão de obra disponível, e surge, prematuramente, a categoria ‘velho’, ainda que, em muitos casos, os trabalhadores excluídos estejam em pleno vigor de sua energia física e mental” (KOWARICK, 1993, p. 47)

O envelhecer mais e melhor do século XXI, com maior participação do idoso no mercado de trabalho em termos absolutos, pode induzir a sociedade a concluir que a nova dinâmica demográfica, por si só, é suficiente para alterar essa lógica, absorver a mão de obra idosa, criar melhores condições de moradia e mobilidade para esses trabalhadores. Afinal de contas, a oferta de força de trabalho será menor e, numa primeira análise, supostamente “as empresas irão precisar”, mas Kowarick alerta

“se para muitos perdura a imagem de a ‘vida melhorou’ tal auto-avaliação é decorrente de uma impressão de participação que se dá mais no nível simbólico do que no real, fruto de uma dinâmica inerente à sociedade de massas que forja através dos meios de comunicação aquilo que pode ser designado de ‘mercado de ilusões’, é o mundo das vitrines, da televisão, dos painéis publicitários onde os que subiram servem de exemplo e esperança para aqueles que só podem consumir na fantasia o sucesso do estilo de vida daqueles que venceram” (Op. cit., p. 50)

Tempo e insegurança: uma mobilidade laboriosa

Villaça (2011) expõe a importância do controle do tempo de deslocamento para a produção do espaço das cidades. Os homens, lembra ele, atuam sobre o espaço como meio de atuar sobre o tempo. O tempo de deslocamento, como consequência da segregação no ambiente da metrópole, reflete a desigualdade socioeconômica e, sobretudo, concentra os empregos (principalmente do setor terciário, mas também no secundário) cada vez mais distante do local de residência dos pobres e, viciosamente, próximos daqueles habitantes “mais ricos”, segundo o autor, e, portanto, com maior musculatura financeira para enfrentar a especulação imobiliária em seus bairros de

residência. A classe dominante, conclui ele, manipula a produção desse espaço priorizando sempre a otimização dos *seus* tempos de deslocamento (Op.cit:53), assim...

...“a temporalidade se faz presente nas sociedades que precisam sempre produzir mais e nas quais o trabalho de cada um, heterogêneo, qualitativo, transforma-se em quantidade de tempo... um *continuum* rígido. Essa temporalidade, pois, domina o sujeito: o tempo se transforma em espaço... Essas reflexões tomam o caráter abstrato da quantidade de tempo: no mundo espacializado do trabalho, o homem, indivíduo pessoal, afetivo, pouco importa... só a *engrenagem produtiva* é relevante” (VÉRAS, 2001, p. 07).

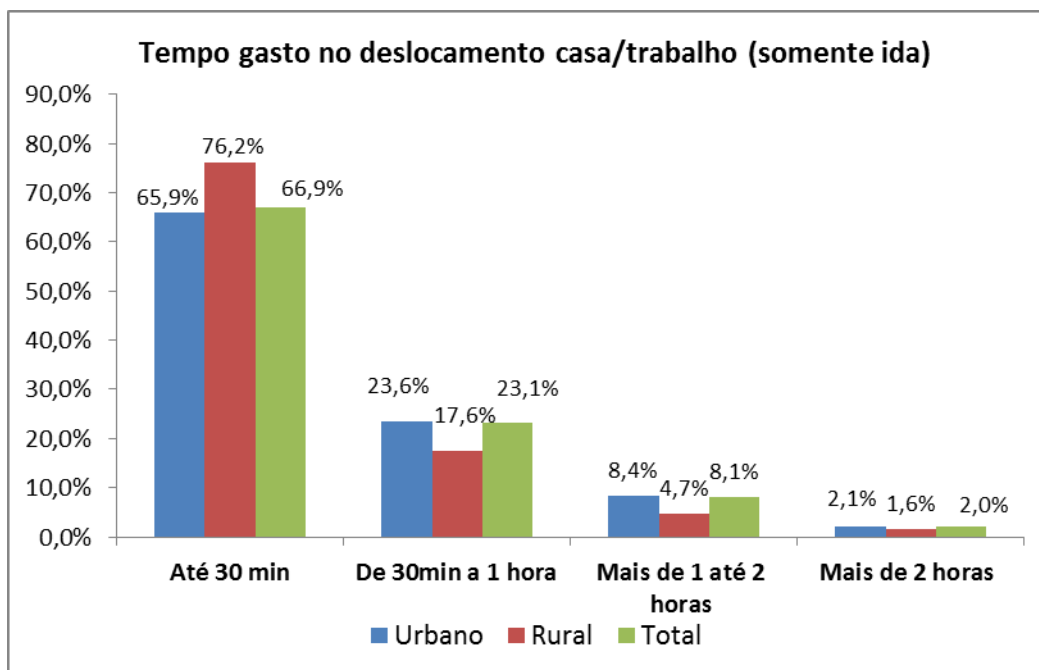
Embora os dados oficiais registrem um tempo médio de deslocamento casa-trabalho (somente ida) da maioria da população (66,9%) de até 30 minutos (IPEA, 2013), como mostrado no gráfico abaixo, o segmento mais pobre das grandes cidades, os moradores dos chamados subúrbios ou periferias, desperdiçam o dobro ou o triplo desse tempo.¹²³ Com o baixo investimento público nos sistemas de transporte ao longo das últimas décadas (ROLNIK e KLINTOWITZ, 2011), os tempos de viagem casa-trabalho nas regiões metropolitanas triplicaram e houve um crescimento da motorização individual, com destaque para a compra de motocicletas, pela parcela de baixa renda da população¹²⁴, e da degradação dos meios coletivos que se tornaram, inclusive, áreas de insegurança e risco, principalmente para mulheres vítimas de abuso sexual. De 2015 para 2016, o número de abusos sexuais no metrô e nos trens paulistanos cresceu 29%¹²⁵.

Tabela 2

¹²³ É importante destacar que esse percentual refere-se a toda área urbana do país, metropolitana ou não. Até 1h são 23,6%, enquanto 8,4% demoram de 1 a 2 horas e 2,1% mais de 2 horas.

¹²⁴ Mais da metade (54%) dos domicílios brasileiros têm um automóvel ou motocicleta. De 2008 para 2012, o percentual de domicílios com esses tipos de veículos subiu nove pontos percentuais (45% em 2008 para 54% em 2012), sendo que as motocicletas tiveram o maior incremento e os acidentes são responsáveis por 12 mil mortes por ano. No estrato de renda de até ¼ do salário mínimo *per capita*, 28% das famílias possuem carro ou moto, sendo que nessa população há maior ocorrência de posse de motocicleta. De 2008 a 2012, a posse de veículos privados na camada mais pobre subiu 10 pontos percentuais. 35% das famílias abaixo da linha da pobreza (até meio salário mínimo *per capita*) já usufruem de veículos privados, 12 pontos percentuais acima do índice de 2008. (IPEA, 2013:03).

¹²⁵ O site *Fiquem Sabendo* obteve esses números por meio da Lei de Acesso à Informação. De janeiro a agosto de 2015 para o mesmo período de 2016, o número de ocorrências subiu de 92 para 119, segundo a Delegacia de Polícia do Metropolitano. Disponível em <http://www.fiquemsabendo.com.br/2016/11/casos-de-abuso-sexual-no-metro-e-na-cptm-crescem-em-sao-paulo/>



Fonte: Elaboração própria a partir de Ipea, 2013, com microdados da Pnad 2009.

Esse espaço de risco é intensificado ainda mais com a resposta do Estado às demandas da população por melhoria da mobilidade e outras reivindicações sociais. Essa resposta foi antecipada, de forma profética, cabe aqui registrar, por vários autores ao longo das últimas décadas. Como visto no capítulo um, Chesnais (2005) alertou para o risco de militarização no plano internacional e doméstico. Para Castel, “a anomia suscita a violência” e acaba “desembocando não em uma ‘Grande Noite’, mas em numerosas noites violentas”, e

“uma sociedade democrática estaria, então, completamente desprovida, ou completamente desonrada diante da exigência de enfrentar essas desordens. Não comportam, com efeito, nenhuma outra resposta possível senão a repressão ou o fechamento em guetos” (CASTEL, 2012, p.568).

Bauman também já havia constatado que

“o “problema” [aspas no original] dos pobres fora remodelado como a questão da lei e da ordem, e os fundos sociais outrora destinados à recuperação de pessoas temporariamente desempregadas (em termos econômicos, a acomodação da mão-de-obra) são despejados na construção e modernização

tecnológica das prisões ou outros equipamentos punitivos e de vigilância” (1998, p.78)¹²⁶.

O propósito das citações foi registrar os alertas para a militarização da questão social e da gestão urbana como consequência da financeirização da cidade. Como constatado por Castells (2013), as manifestações que varreram o mundo no início deste século foram alimentadas pela resposta violenta e desproporcional dada pelo Estado aos protestos de rua como tentativa de impor a legitimidade perdida com o exercício do monopólio da violência. De acordo com o autor, vários foram os motivos para os protestos pelo mundo, desde 2010 na Tunísia, mas a questão urbana estava subjacente a quase todos – sobretudo no Brasil, com o Movimento Passe Livre (MPL), contra reajuste do preço das tarifas de transporte público.

Ao usarem a internet, razão de ser da denominada *sociedade informacional*, os manifestantes, na interpretação de Castells, buscaram se organizar para ocupar um espaço que consideravam ilegitimamente ocupado pelas autoridades, governos e empresas, vistos como responsáveis pela produção de “contradições entre uma democracia baseada no cidadão e uma cidade à venda pelo lance mais alto” (Op.cit., p.177), assim como a cidadezinha de Stendhal.

A despeito de esses movimentos levantarem várias bandeiras, insinuando uma união frágil, Castells alerta para o fato de a mobilização ser permanente, por meio da rede virtual, e a qualquer momento materializar-se no espaço físico. Essas cobranças por *ocupar*, portanto, resultam em ambiente de constante tensão nas cidades, seja nos bairros nevrálgicos, avenidas principais, no transporte público ou na chamada periferia. Viver na cidade passa a ser a convivência com um estágio de violência perene e muito além do risco tradicional de assaltos. As pessoas mais vulneráveis, obviamente, são vítimas dessa hipertensão urbana. Os idosos somam ainda a invisibilidade e o preconceito.

Analisando o segmento idoso no cenário da cidade, em seus fluxos e velocidade, Guedes (2014) relatou como este se insere nas redes e itinerários, quais as representações sobre ele, como é percebido e tratado pelos demais usuários do Metrô de

¹²⁶ O orçamento de segurança pública, entre 2000 e 2010, cresceu mais de 100% somados os níveis municipais, estaduais e federal, segundo dados do Observatório de Segurança Pública (www.observatoriodeseguranca.org).

São Paulo. A sua questão central era apreender a produção da alteridade, ou seja, perceber como as pessoas concebem algumas como semelhantes, como um *nós*, parte do mesmo grupo social, ou porque *outras* são excluídas, tratadas como diferentes e categorizadas como *eles*. Ao pesquisar as atitudes para com o idoso no Metrô, a autora coletou depoimentos que identificam as dificuldades no cotidiano das viagens pendulares casa e trabalho: falta de respeito, convivência mais conflituosa que construtiva, reações de intolerância e discriminação. Diz um de seus entrevistados não-idosos:

“Eu acho que em horários de pico os lugares preferenciais deveriam ser liberados! Pois a gente sai cansado do serviço e tem de dar lugar para os idosos que se prevalecem da idade e muitas vezes estão vindo passear porque não tem nada para fazer em casa”.
(GUEDES, 2014, p.78).

Em sua empreitada de manter-se visível e sem desgaste, o trabalhador idoso é obrigado a adaptar-se a esse ambiente (re) construído. Ele habita, compartilha, frequenta diariamente o espaço público para exercer seu direito ao trabalho ou atender a essa nova requisição do Estado - cada vez mais propício a enxergar o envelhecimento da população com lentes puramente fiscalistas - de protelar sua aposentadoria formal, estender sua vida laboral ou reinventar-se como nova força de trabalho depois do marco cronológico dos 60 anos. Em outras palavras, o desmonte do bem-estar social faz desaparecer aquela *seguridade coletiva* do passado e alcança um último estágio no *capitalismo de desconstrução* ao negar-lhe o direito à cidade.

Assim como o rodoviarismo conquista o apoio do eleitor das grandes cidades, as tentativas de fomento às modalidades de transporte alternativo, como a bicicleta, causam forte reação do usuário do transporte individual. Em 2016, São Paulo registrou 414,5 quilômetros de ciclovias. No entanto, essa política ainda é percebida com incredulidade e críticas de boa parte da população a despeito de pesquisas internacionais, cada vez mais, cancelarem a importância desse veículo para a população idosa independente, portanto, o trabalhador idoso, e para o bom envelhecimento. Dos 30% dos idosos ocupados na semana de referência da Pnad 2008, um terço costumava ir a pé ou de bicicleta para o trabalho (KALACHE et al, 2016, p. 300). Essa porcentagem só é superada por adolescentes.

Heyndrickx et al (2015, p. 45) em estudo sobre as políticas públicas mais eficientes para enfrentar os maiores desafios europeus deste século, o desenvolvimento sustentável, o envelhecimento populacional e a criação de empregos (sobretudo para as mulheres e idosos), concluíram que o estímulo ao uso da bicicleta é a maneira mais rápida e eficaz para responder às novas demandas dessas três necessidades do século XXI. A pergunta de pesquisa dos autores era: *qual modalidade de transporte seria mais eficiente para, concomitantemente, reduzir a emissão de gases poluentes na Europa e criar mais empregos?*

O setor de transporte consome 32% do total de energia produzida e $\frac{3}{4}$ de todos os produtos de petróleo resultando, em 2012, num aumento de 20% da emissão de gases poluentes na União Europeia comparado com 1990. O transporte rodoviário foi responsável por 70% da poluição emitida pelo setor. No ritmo atual, dizem os autores, será impossível atingir as metas do Protocolo de Kyoto¹²⁷. É preciso, portanto, a combinação de duas diretrizes: políticas focadas em usar energia mais eficiente para a frota de veículos (carros híbridos e elétricos) e políticas orientadas para uma mudança de comportamento dos usuários. Essa estratégia seria a mais eficiente para o meio ambiente e a criação de empregos.

Na primeira diretriz, os pesquisadores recomendam “sacrificar o efeito multiplicador da indústria automotiva”, pois esta tem menor potencial de empregabilidade do que a mudança de comportamento para o uso e investimento em transporte coletivo. De acordo com cálculo dos autores, para cada emprego perdido na indústria automotiva dois são criados no serviço de transportes coletivos. O resultado líquido seria de 200 a 400 mil empregos criados nos oito países estudados ou, por projeção, de 500 mil a 1 milhão em toda a Europa. Os pesquisadores sugerem políticas como o rodízio para circulação de automóveis, pedágio urbano para criar áreas de baixa emissão de gases, aumento do preço de estacionamentos, mas, principalmente, o estímulo ao uso da bicicleta.

“Uma das mais eficientes políticas para combinar desenvolvimento sustentável com crescimento é a promoção do

¹²⁷ O Protocolo de Kyoto é um tratado internacional, assinado por 55 países naquela cidade japonesa, com o objetivo de reduzir as emissões de gases poluentes causadores do aquecimento global. Entrou em vigor em 2005 quando obteve o apoio de países responsáveis por 55% das emissões tóxicas do planeta.

ciclismo. A bicicleta é o mais rápido modal de transporte intra-urbano e tem os maiores benefícios para a saúde. Viajar diariamente de bicicleta é também associado com uma maior elevação da produtividade no trabalho e baixos dias de absenteísmo por doença.” (Op. cit., p. 58)

O uso da bicicleta relacionado à independência e autonomia da pessoa idosa e ao maior tempo de permanência no mercado de trabalho tem atraído cada vez mais interesse da literatura da sociologia do trabalho e da gerontologia. Pesquisadores têm se dedicado, inclusive, a derrubar o preconceito de idade em relação ao uso dos modelos tecnologicamente mais sofisticados, como as e-bikes (PEINE et al, 2016).

O estímulo à bicicleta, no entanto, transformou-se no debate público como o problema da água contaminada na peça *Um inimigo do povo*, de Henrik Ibsen. Como se sabe, o personagem Dr Stockman enriquece a cidade ao descobrir os benefícios da água para a cura de vários males do século XIX. Sua descoberta valoriza os imóveis, atrai turistas e é amplificada pela imprensa local. Até que um dia, Dr Stockman percebe que água está contaminada e decide avisar à população em nome da saúde pública. Sua atitude, ao ameaçar o lucro e o progresso da cidade, provoca a ira do prefeito - por acaso seu próprio irmão - e da imprensa. Dr Stockman de herói é metamorfoseado em o “inimigo do povo”.

O automóvel, como visto, também fez a riqueza de São Paulo e da região metropolitana, porém, atualmente, é uma “água contaminada”.

Habitação e trabalho: breves relações entre morar bem e envelhecer bem

Em seção anterior, a habitação foi analisada no seu contexto macroeconômico. É preciso ainda um aprofundamento no aspecto referente à condição de moradia. Por ser a habitação o mais importante meio de consumo coletivo necessário à reprodução da força de trabalho e, como dito, diante da financeirização do setor imobiliário, com prioridade ao financiamento em prejuízo do modelo de moradia social, “o trabalho fica situado em posição antagônica à propriedade fundiária e à apropriação de renda, bem como aos interesses da construção civil que procuram lucro com a produção da mercadoria” habitação (VÉRAS, 2000, p. 99).

É portanto fundamental analisar a condição de moradia quando o objetivo é discutir a integração do trabalhador idoso uma vez que ele está no meio desta contradição entre a produção dessa mercadoria para o lucro ou para o uso. A condição de moradia, por sua vez, está condicionada à dinâmica da cidade, do bairro, das condições de infraestrutura, sobretudo, o saneamento básico¹²⁸. As análises recentes sobre o que poderia ser chamado de *modo de morar*, a partir de sua intersecção com o envelhecimento populacional, tem ampliado os critérios de pesquisa para o conceito de *moradia adequada*, como será logo exposto, incluindo aspectos sempre desprezados pelos organismos multilaterais (ROLNIK, 2015)¹²⁹.

Em estudo sobre a precariedade das cidades quanto à condição de domicílio, Rolnik e Klink (2011) destacam que, a despeito do avanço institucional da Constituição de 1988 quanto à função social da propriedade (Artigo 5º, Inciso XXIII)¹³⁰ e do aumento “espetacular” do gasto público no desenvolvimento urbano entre os anos de 1999 e 2008, a desigualdade intra-urbana resiste em virtude da reestruturação socioreprodutiva e territorial do capital, verificada desde o fim dos anos 1970 – ou o período aqui denominado de *capitalismo de desconstrução*.

De acordo com o Relatório das Cidades no período 2002-2006, analisado pelos autores, persiste no Brasil a centralidade Sul-Sudeste e, quanto à possibilidade de desenvolvimento dos municípios, aparece, de forma crônica, a dependência da variável *localização* no território nacional. Esse diagnóstico é replicado na configuração intra-urbana. O estudo, a partir de projeções com base na Pnad para o ano 2010, constatou que apenas 33% dos domicílios brasileiros eram *totalmente adequados*¹³¹, em 30,5 milhões de moradias havia “alguma inadequação” e nenhum município apresentava

¹²⁸ De 2005 a 2015, a cobertura de esgotamento básico no Brasil passou de 56,6% para 65,3% e esse ainda é o componente do saneamento básico mais crítico no país. A coleta de lixo direta ou indireta, no mesmo período, passou de 85,6% para 89,8% (IBGE, 2016).

¹²⁹ Ao definir o conceito de direito à moradia, a ONU inclui as condições de vida e as relações sociais e econômicas associadas à ocupação do espaço de residência. São critérios da ONU usados também pelo IBGE: segurança de posse do domicílio, acessibilidade econômica (o custo de moradia não pode comprometer outras despesas vitais para os moradores), privacidade, acesso a saneamento e eletricidade, proteção contra fatores de risco (IBGE, 2016, p. 97).

¹³⁰ Os autores citam ainda os artigos 182 e 183 da CF (capítulo Política Urbana) e o Estatuto da Cidade (Lei Federal 11.257/2001).

¹³¹ São variáveis os conceitos para a definição de adequação dos domicílios entre as pesquisas nacionais e internacionais. Uma discussão sobre os critérios é feita por Mihnovits e Nisos (2016). Rolnik e Klink selecionaram indicadores disponíveis no Censo 1991 e 2000, permitindo, assim, comparações e por serem os únicos indicadores de infraestrutura urbana disponíveis para a totalidade dos municípios brasileiros com replicabilidade a cada dez anos e grande confiabilidade. São eles: abastecimento de água, afastamento do esgoto e lixo, banheiro, luz elétrica, localização e densidade demográfica do domicílio (ROLNIK e KLINK, 2011).

100% de seus domicílios plenamente adequados (Op.cit; p. 95). Na pesquisa, foram considerados adequados os domicílios com infraestrutura básica, isto é, abastecimento de água, saneamento, luz elétrica, localização, coleta de lixo e a densidade populacional da moradia (até 3 moradores por dormitório).

Os autores destacam que o dinamismo dos ciclos econômicos foi incapaz de produzir cidades com urbanidade e lembram que Oliveira (2003, p.78), em sua crítica à razão dualista cepalina, na qual afirma que um segmento atrasado dificulta o avanço social, já ressaltava que esse mesmo imbricamento entre o atraso e o moderno é encontrado nas cidades brasileiras. De acordo com o autor, mesmo entre 1945-1980, o nível do salário real nas cidades descolou-se do ritmo de crescimento econômico¹³², deixando o trabalhador com renda abaixo da necessária para reprodução da força de trabalho urbana.

Ao avaliarem a evolução da massa salarial por empregado e o crescimento do PIB per capita nas cidades mais dinâmicas do país, no período 2002-2006, Rolnik e Klink concluem por uma provável distribuição funcional da renda, ou seja, aquela entre salários, lucro e renda da terra, em favor do capital e em prejuízo do trabalho, logo,

“na ausência de mecanismos compensatórios, o dinamismo econômico e a distribuição funcional de renda distorcida compõem um coquetel perverso, tendendo a agravar a situação do trabalhador pela exclusão socioespacial, alimentada pela valorização especulativa da terra” (Op.cit; p.101).

A cidade de São Paulo possui 406.173 domicílios em favelas; 39.830 domicílios em núcleos habitacionais; 330 mil domicílios em loteamentos irregulares e 53 mil domicílios em conjuntos habitacionais irregulares. Apenas nos distritos Sé e Mooca é contado um total de 19.110 domicílios em cortiços com 71.880 pessoas demandando por moradia adequada apenas na área central. Deve-se ainda considerar que entre os dados de favelas e loteamentos irregulares, uma parcela significativa encontra-se no interior de áreas frágeis, protegidas por legislação ambiental, tais como: áreas de

¹³² Para dados sobre o poder de compra do salário mínimo no período, ver POCHMANN (2007, p.118) e em relação à renda nacional (p.122).

preservação permanente e de proteção aos mananciais. É a chamada “cidade informal” (PREFEITURA, 2010).

Embora praticamente o total da área urbanizada de São Paulo seja atendida pelo sistema de abastecimento de água, o mesmo não ocorre com o esgotamento sanitário, onde se verifica uma defasagem entre a cobertura com redes de coleta (87,2% dos domicílios) e o efetivo tratamento dos esgotos. O fato é que a implantação do sistema de esgotamento sanitário cresceu mais lentamente que outros serviços de saneamento básico. Em 2000, os dados da Pesquisa Nacional de Saneamento do IBGE contabilizaram, para o município, 3,7 milhões de metros cúbicos de água servida e 835 mil m³ de esgoto tratado, que representava 22% do total de água servida. Os restantes 78% tiveram como destino preferencial, então, o sistema de águas pluviais (Op.cit).

De acordo com Camarano (2010), 99% dos idosos brasileiros vivem em arranjos familiares em seus domicílios. Segundo o IBGE, “um importante aspecto para a avaliação da qualidade de vida dos idosos refere-se às características do domicílio”¹³³. O Censo 2010 constatou que 93,8% dos idosos residiam em domicílios que não possuíam rampas em seu entorno (IBGE, 2016b). Outro resultado destacado pelo IBGE é o maior percentual de idosos que residem em domicílios sem calçada no entorno (24,2%) do que sem pavimentação (13,6%), revelando pouca atenção com a circulação de pedestres. Embora essas condições possam afligir com maior intensidade os chamados “mais idosos”, aqueles acima de 80 anos e com algum grau dependência para a mobilidade, esses dados insinuam uma dificuldade para o trabalhador idoso já ao sair de casa para o trabalho.

A conjunção de alguns dados é importante para esta análise: 64,4% dos idosos brasileiros são a pessoa de referência no domicílio em termos de renda, 26,3% estão no mercado de trabalho e, entre a população ocupada, são os idosos a registrar a menor média de anos de estudo (5,7 anos) e o início mais tenro da vida laboral – 24,7% começaram a trabalhar antes de 9 anos e 43% entre 10 e 14 anos, sendo portanto configurados vítimas do trabalho infantil. Em outras palavras, a grande maioria dos trabalhadores idosos é pobre, vive em moradia inadequada, tem baixa qualificação e, portanto, é a que mais sofre com as condições adversas do domicílio em relação à

¹³³ 33% dos idosos declararam na semana de referência da Pnad 2015 ter algum tipo de dificuldade para caminhar, subir escadas sem ajuda de outra pessoa, ainda que usando prótese, bengala ou outro aparelho (IBGE, 2016b).

necessidade de manter-se ativo. Esse perfil, especificamente para São Paulo, será exposto melhor mais adiante.

A Lei 8.842/1994, a Política Nacional do Idoso (PNI), aborda a questão da moradia no Artigo 10, Inciso V (habitação e urbanismo) e determina *a)* destinar, nos programas habitacionais, unidades em regime de comodato ao idoso, na modalidade de casas-lares; *b)* incluir nos programas de assistência ao idoso formas de melhoria de condições de habitabilidade e adaptação de moradia, considerando seu estado físico e sua independência de locomoção; *c)* elaborar critérios que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular; *d)* diminuir barreiras arquitetônicas e urbanas.

Já a Lei 10.741/2003, o Estatuto do Idoso, no Artigo 38, também obriga a destinação de 3% das “unidades habitacionais residenciais” para idosos (mediante teste de meios). Dispensável observar que, com a redução do Estado em programas de assistência, habitação popular financeirizada, como dito antes, e inexistência de programas amplos de habitação de interesse social, essas obrigações do setor público ditadas pela PNI e pelo Estatuto foram, em mais de 20 anos, insuficientes para atender ao aumento da demanda fomentado pelo envelhecimento da população. A PNI ignorou a habitação social e assumiu a mercantilização do setor.

Desta forma, diante do exposto sobre renda e condições para financiar o imóvel próprio, que passa a ser a única opção ao aluguel de mercado, o trabalhador idoso amplia sua vulnerabilidade de morar inadequadamente, mesmo sendo proprietário de um imóvel - embora especialistas afirmem que o “déficit habitacional para esse grupo [etário] deve ser mais elevado do que o retratado pelo IBGE” (KALACHE et al, 2016, p. 301).

Pesquisas internacionais constataam, cada vez mais, a relação entre envelhecimento ativo e o *modo de viver*. Van Bronswijk (2016) dedicou investigação específica à influência da condição de domicílio no envelhecimento ativo. De acordo com a autora, o ambiente habitacional construído pode ser considerado “um ecossistema habilitante para o envelhecimento ativo” com diferentes organismos que influenciam uns aos outros e todos estão sujeitos a características físicas, como a infraestrutura da região de moradia, bem como os detalhes de construção da casa.

Seu conceito de um espaço saudável é bastante amplo. A pesquisa levou em conta quatro categorias de critérios para a avaliação do domicílio em relação com as atividades da vida diária: *i) os aspectos interiores* (*indoor physical services*) avaliaram água potável, layout confortável, equipamentos domésticos (*smart housing*), espaço para receber visitas, para o trabalho e atividades de lazer, saneamento, condição para a redução de organismos alérgenos; *ii) infraestrutura para mobilidade* (*mobility infrastructure*) avaliou facilidade de entrada e saída de casa e dos cômodos, acesso ao transporte público, comércio e serviços, bancos de descanso próximos ao exterior da casa, condição das calçadas; *iii) uma categoria analisada foi jardinagem* (*garden, park management*) por ser considerada pela autora como uma importante terapia para a manutenção da saúde mental e preservação das capacidades cognitiva e laboral; avaliou-se o manejo de ácaros sugadores de sangue, de plantas tóxicas, paisagismo adequado e o destino do lixo; e a última categoria de análise foi a *iv) conexão com a internet* na qual avaliou-se a ligação do domicílio com serviços de teleassistência e saúde, banda larga (para Skype, principalmente), jogos, websites, facilidade para acessar sites de compras, sites educacionais, redes sociais de procura de emprego e as principais redes sociais, sobretudo WhatsApp¹³⁴. Essa categoria é fundamental para o idoso estar inserido na *economia da longevidade* (FELIX, 2007, 2016) centrada, entre outros aspectos, em mercadorias e serviços tecnológicos direcionados ao bom envelhecimento, com autonomia e independência, a chamada Gerontecnologia. A autora conclui:

“Se vemos a moradia em seu sentido mais amplo, incluindo seus serviços e ambiente direto, torna-se claro que a habitação é central em nosso esforço para o envelhecimento ativo e as arquiteturas são uma questão mundial sob forte influência cultural” (VAN BRONSWIJK, 2016, p. 73)

Em estudo comparativo entre França e Suécia, Labit (2013) observa que o país nórdico apresenta a mais alta esperança de vida em bom estado de saúde em toda a Europa¹³⁵. Os suecos vivem cerca de nove anos a mais com saúde do que os franceses, por exemplo. A autora questiona em qual medida a oferta diversificada de habitação, com ênfase na habitação social (ou cidadã) para o segmento idoso oferecendo um

¹³⁴ No Brasil, a despeito de um crescimento verificado nos últimos anos, em 2015, apenas 45,5% dos domicílios da área urbana tinham computador com acesso à internet (IBGE, 2016).

¹³⁵ Para um quadro completo da Europa, ver OCDE, 2014, p. 32. Suécia, Islândia e Suíça lideram o ranking de anos saudáveis depois dos 50 anos.

ambiente propício à autonomia, contribui para a ampliação dos anos de envelhecimento ativo naquele país?

Segundo Labit, o estágio insipiente da pesquisa entre habitação e envelhecimento impede uma resposta precisa. No entanto, ela levanta a hipótese de que uma participação maior da pessoa idosa na concepção, gestão da arquitetura de seu *habitat* seria um determinante do envelhecimento ativo. Labit defende, além da habitação social, os modelos de habitação solidária ou coabitação (*cohousing*), também citado por Beck (2011, p. 187) ao analisar formas de mitigar a *sociedade do risco*.

Em oposição ao financiamento ou a mercantilização da moradia, esse tipo de habitação foi adotado como política pública em várias cidades da Alemanha a partir de uma parceria de prefeituras com organizações não-governamentais. São as repúblicas de idosos ou *wohngemeinschaft* ou apenas W.G., como já descrito em pesquisa anterior (FELIX, 2010, p. 69). O crescimento dessas modalidades alternativas, no entanto, depende da intensidade da financeirização do setor habitacional do país, logo, tem sido mais profícuo nas pequenas cidades europeias.

Wijburg e Aalbers (2016) destacam a resistência do mercado imobiliário alemão ao processo de financeirização até meados dos anos 2000, sobretudo com a fracassada tentativa de os bancos do país liberalizarem o financiamento dos imóveis. Embora esta realidade, na visão dos autores, esteja sendo revertida, com tendência à desregulamentação, ela garantiu, até a crise de 2007/2008, um controle no preço dos imóveis e nível baixo de endividamento por meio de hipotecas comparado a de outros países. É lícito supor que este panorama fomentou o desenvolvimento de coabitação.

No Brasil, a despeito de alguns movimentos isolados e autônomos em poucas cidades, a coabitação ainda é uma experiência em processo bastante inicial e de grupos pequenos, como o Cohousing SP ou o Cohousing Brasil, organizados pela arquiteta Lilian Avivia Lubochinski. Ao analisar essas modalidades de habitação, Guérin (2011, p. 135) denomina as experiências alternativas de moradia de idosos como “habitat flexível”. O autor relata iniciativas na Bélgica e no Canadá (Bati-Flex), onde, em Quebec, mais de 50% da habitação social é ocupada por inquilinos idosos, enquanto na França esse percentual é de 13%.

Todas as iniciativas inovadoras relatadas são baseadas em princípios de solidariedade intergeracional com o intuito de ampliar a autonomia e independência. Esses modelos facilitam um envelhecimento digno e propiciam melhores condições para o prolongamento da vida laboral. Muitos modelos de habitação envolvem diferentes idades em uma mesma construção, por exemplo, com idosos nos andares mais baixos e jovens nos andares superiores ou domicílios de morador único combinados com domicílios coletivos. No Brasil, a Lei 12.419/2011 diz que “as unidades residenciais reservadas para atendimento a idosos devem situar-se, *preferencialmente*, no pavimento térreo”, isto é, não *obrigatoriamente*.

Como destaca Labit (2013, p. 103) essas experiências alternativas e inovadoras têm grande “significação sociológica” e devem se tornar essenciais na sociedade envelhecida a despeito de, no momento, seu peso estatístico ainda ser pequeno. Em pesquisa anterior também foi destacada a limitação da abrangência desses projetos experimentais no Brasil (FELIX, 2009, p. 59).

Cidade Amiga do Idoso: possibilidades e limitações impostas pela mundialização

O mesmo ocorre com proposições dos organismos multilaterais, como o projeto Cidade Amiga do Idoso (CAI), lançado pela OMS, em 2008, e hoje denominado *Global Network of Age-Friendly Cities and Communities* (GNAFCC). A proposta é baseada no conceito de envelhecimento ativo e pretende construir uma rede de cidades comprometidas com a adoção de políticas públicas em benefício do bom envelhecimento.

Assim como o conceito de envelhecimento ativo pretendeu ser uma evolução dos conceitos de envelhecimento produtivo e envelhecimento saudável, o CAI é considerado um segundo passo na rede de “cidades saudáveis” proposta por membros do movimento da moderna arquitetura e urbanismo, formado no pós-II Guerra Mundial (DOEVENDANS, 2016). O guia editado pela OMS faz recomendações em transportes, moradia, participação social, respeito e inclusão social, participação cívica e emprego, comunicação e informação, apoio comunitário e serviços de saúde.

No que diz respeito ao emprego, o guia propõe, de maneira genérica, às municipalidades: *i*) uma gama de oportunidades para os idosos trabalharem; *ii*) políticas e leis que proíbam a discriminação com base na idade; *iii*) a aposentadoria como uma

escolha, não uma imposição; *iv*) criar oportunidades flexíveis para os idosos, com opções de emprego em meio-expediente ou temporário; *v*) programas de emprego e agências para trabalhadores idosos; *vi*) organizações de funcionários (por exemplo, sindicatos) para apoiar opções flexíveis, como meio-expediente e trabalho voluntário, para permitir uma maior participação dos trabalhadores idosos; *vii*) estimular os empregadores a empregar e a manter trabalhadores mais velhos.

Diante do exposto até aqui, o *capitalismo de desconstrução* tornou essas proposições quase como uma fábula para crianças. Essa dissonância cognitiva entre as orientações da OMS e a realidade econômica e social contemporâneas fez do CAI uma “problemática” com poucos resultados em todo o mundo, como aponta Doevendans (2016), a despeito de sua importância e necessidade emergencial. A rede é composta oficialmente por mais de 200 cidades. No entanto, sem uma aferição técnica confiável sobre seus efeitos. Em outras palavras, é impossível afirmar se o CAI saiu do estágio experimental.

Uma das questões para a implementação do projeto é a dificuldade para adoção do design universal, coração de um urbanismo mais humanista. O autor pergunta: Como aplicar esse método (*age-friendly design*) no urbanismo atual? Ele destaca iniciativas promissoras em Oslo, Manchester e Amsterdam. Essa última tornou-se um laboratório (*Lifeworld lab*) para pesquisas relacionadas ao projeto CAI, envolvendo e ouvindo os idosos para interferir na construção do espaço urbano. A participação dos estudantes universitários, conta o autor, proporcionou uma interação dos jovens com o envelhecimento populacional, reduzindo o *gap* geracional, e ampliando o envolvimento dos idosos.

No entanto, *cidades globais*, como São Paulo, têm menos chances de abraçar as propostas do projeto da OMS pelos constrangimentos econômicos citados nas seções anteriores, ou seja, as imposições da mundialização (PHILLIPSON e BUFFEL, 2016). Outras cidades globais vivem esse dilema. Londres, por exemplo, está distante de atender às mínimas recomendações, de acordo com estudo realizado por Tinker (2016, p. 96), a despeito de algum progresso em algumas áreas – o que reforça ainda mais o caráter experimental do projeto CAI e sua submissão à política de austeridade fiscal (TINKER e GINN, 2015).

Tinker lembra ainda que dos 47 países originais da iniciativa de 2007/2008, poucos mantêm atualmente contato com a rede global de CAI da OMS. Ela conclui, em tom de alerta, que o conceito de CAI está se “confundindo com o conceito de comunidades”, ao mesmo tempo é dada mais ênfase a uma maior participação da pessoa idosa nessas comunidades em despeito da melhoria de serviços e infraestrutura. Talvez seja pertinente ilustrar, mais uma vez, com o filme “Eu, Daniel Blake” no qual o personagem se vê emaranhado na selva da burocracia estatal para obter um seguro desemprego denunciando a debilidade dos serviços públicos para a população idosa no Reino Unido, mesmo em cidades como Newcastle, onde se passa a história.

No caso do filme, é possível concluir, com Van Bronswijk, que o conceito de CAI, uma década depois, deve ser ainda mais complexo, incluindo serviços tecnológicos para inserção dos idosos na dinâmica administrativa e burocrática da cidade e dos seus serviços. Lembre-se que o personagem Daniel Blake é um excluído digital. Isso nos leva ao conceito de *smart cities*, sendo que os equipamentos tecnológicos para gestão da cidade (segurança, trânsito, transporte público etc) passam a ser tão relevantes quanto o abastecimento de conectividade nos lares, do ponto de vista do envelhecimento populacional.

Autoconstrução em São Paulo: envelhecer onde é possível

Existe ainda outra questão a ser levada em conta no quesito habitação: a autoconstrução. O problema, portanto, vai além do previsto na legislação citada acima ou em focos de análise de especialistas, como o fato de o idoso morar no andar térreo ou não; em casa plana ou moradia verticalizada (prédio de apartamentos), etc. A autoconstrução é o desdobramento da restrição de renda, expulsão do espaço urbano e mercantilização da habitação (MARICATO, 1979) e se constitui como elemento indispensável na avaliação da condição de moradia do idoso brasileiro.

De acordo com Rolnik (2015, p. 277), o padrão histórico de moradia no Brasil sempre foi o da autoconstrução em loteamentos precários nas periferias, ocupações ou aglomerados subnormais (favelas). Em São Paulo, ainda segundo a autora, a proporção da população favelada no total da cidade era baixa até a década de 1980. Dados oficiais dão conta de apenas 1% da população, cerca de 70 mil moradores, morando em favelas no início da década de 1970. Em 1991, o Censo encontrou 9% ou 900 mil moradores.

Em 2000, esse percentual subiu para 11% ou 1,2 milhão¹³⁶. Em 2010, a proporção foi a mesma. A perspectiva era de agravamento desse quadro no fim da década com um aumento de 200% no preço dos imóveis na cidade entre 2008 e 2014. Rolnik alerta que os aluguéis subiram quase na mesma proporção, muito acima dos ganhos salariais ou de renda da população mais pobre.

A autoconstrução distancia o Brasil da discussão internacional de *smart houses* e toda a oferta de conforto, comodidade, segurança, autonomia para o idoso que pode proporcionar a tecnologia aplicada ao envelhecimento. Da mesma forma que limita e desafia projetos como o CAI criando a situação paradoxal de emergência de sua implementação e impossibilidades cada vez maiores e mais complexas para tal. Dessa forma, as cidades se distanciam das soluções abertas pela tecnologia para auxiliar na adaptação ao novo perfil demográfico, seja no espaço público ou nas residências. Ampliam assim o conceito de Aalbers de “*ciudades subprime*” – aquelas que estão condenadas a permanecerem abaixo do estado da arte ou do que poderiam ser.

Estudos internacionais já demonstram o impacto desse atraso na situação de moradia na condição física do trabalhador idoso e na ampliação da desigualdade social mesmo em países como Alemanha, por exemplo. Künemund e Hahmann (2016) constataram que nas casas sem equipamentos tecnológicos para o bom envelhecimento há mais incidência de quedas da pessoa idosa¹³⁷. Além de as ocorrências de queda também receberem, nas *smart houses*, um socorro mais rápido. Uma autoconstrução mais do que impedir espaços adaptados apresenta limitações e/ou completa ausência de condições para instalação de dispositivos tecnológicos de todo tipo, mesmo uma simples conexão com a internet. No município de São Paulo, quase 63% dos idosos reportam quedas ao menos uma vez por ano (LEBRÃO et al, 2008).

Outro fato que agrava essa situação: o crescimento de idosos que vivem sozinhos. Não existe pesquisa sobre a intersecção de autoconstrução e moradia individual de idosos no Brasil ou em São Paulo. No entanto, o IBGE (Pnad) registra um aumento de 10,4% para 14,6% do percentual de arranjos “familiares” unipessoais entre

¹³⁶ No Rio de Janeiro, só para efeito de comparação o percentual era de 23% da população morando em favela no ano de 2010, mas em números absolutos esses residentes somavam 1.443.000, próximo ao de São Paulo.

¹³⁷ No Brasil, as quedas ocupam a terceira causa de mortalidade entre idosos e quase 27% dos acidentados abandonam suas antigas atividades, enquanto 24,3% sofrem fraturas e 19% sofrem imobilização (FELIX, 2010, p. 35).

os anos de 2005 e 2015. Em números absolutos, são mais de 10,3 milhões de residências unipessoais. A proporção de lares unipessoais de moradores com mais de 50 anos (parâmetro usado pelo IBGE) passou de 57,3% para 63,7%, isto é, 6,5 milhões no país.

Na cidade de São Paulo, estima-se que 13,2% dos idosos viviam sozinhos (LEBRÃO e LAURENTI, 2005) em 2000. Este percentual aumenta com a idade e é maior para o sexo feminino. Diante da dinâmica de envelhecimento populacional na cidade, a perspectiva é de uma elevação desse percentual. A mudança do perfil etário da região metropolitana segue acelerada: 8,09% com mais de 60 anos em 2000 para 10,66% em 2010, sendo 9,6% no município de São Paulo (PASTERNAK e BÓGUS, 2015, p. 79).

Quanto ao perfil epidemiológico em relação à funcionalidade, as doenças cardíacas, a artropatia (articulações), a doença pulmonar e hipertensão arterial aparecem como as patologias crônicas mais comprometedoras da capacidade laboral dos idosos considerados independentes, isto é, aptos para o desempenho das Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD)¹³⁸. Ou seja, essas doenças são as principais causas de perda dessa independência (LEBRÃO et al, 2007).

Este quadro do envelhecimento populacional sob o ponto de vista da sociologia urbana desenhado neste capítulo, com uma complexidade de desafios, impõe uma questão aos projetos de planejamento urbano, experiências inovadoras ou alternativas e programas como o CAI. Essa questão foi colocada insistentemente por Bauman (2007, p. 31) ao analisar a mundialização: *É possível querer dar respostas locais para problemas constituídos em âmbito global?* Da mesma maneira: *É possível querer dar respostas individuais para problemas constituídos socialmente?*

Segundo o autor, respostas locais ou individuais podem - e precisam - ser também dadas diante da realidade, no entanto, é necessário articulá-las com medidas de transformação estrutural da sociedade. Caso contrário, serão apenas, para usar a categoria de Reinert (2016, p. 36) elementos de uma “economia paliativa”, que “alivia

¹³⁸ As atividades de vida diária (AVDs) compreendem aquelas atividades que se referem ao cuidado com o corpo das pessoas (vestir-se, fazer higiene, alimentar-se), as atividades instrumentais de vida diária (AIVDs) são as relacionadas com atividades de cuidado com a casa, familiares dependentes e administração do ambiente (limpar a casa, cuidar da roupa, da comida, usar equipamentos domésticos, fazer compras, usar transporte pessoal ou público, controlar a própria medicação e finanças).

as dores”, no entanto, está distante de “provocar mudanças estruturais fundamentais”, não obstante “a nobreza das intenções”.

Perfil do idoso ocupado no mercado de trabalho na cidade de São Paulo

É indispensável, antes de encerrar este capítulo, fornecer dados sobre o perfil do trabalhador idoso na cidade de São Paulo. A primeira característica a destacar é a polarização desse segmento etário no mercado de trabalho seguindo tendência analisada no capítulo anterior. Os trabalhadores acima de 60 anos estão separados em extremos de participação no mercado, isto é, aqueles com baixa e alta escolaridade (fundamental incompleto e superior completo). Os grupos com escolaridade intermediária variam dentro dos índices dos pólos, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 3

Ocupados – Idosos e Não idosos, segundo escolaridade, Município de São Paulo, 2010

Em %

Escolaridade	Idoso ocupado	Não idoso ocupado
Sem instrução e fundamental incompleto	44,1	24,4
Fundamental completo e ensino médio incompleto	13,9	17,8
Médio completo e superior incompleto	17,7	34,0
Superior completo	23,8	22,9
Não determinado	0,4	1,0

Fonte: SMDU/Deinfo/PMSP a partir do IBGE, Censo 2010

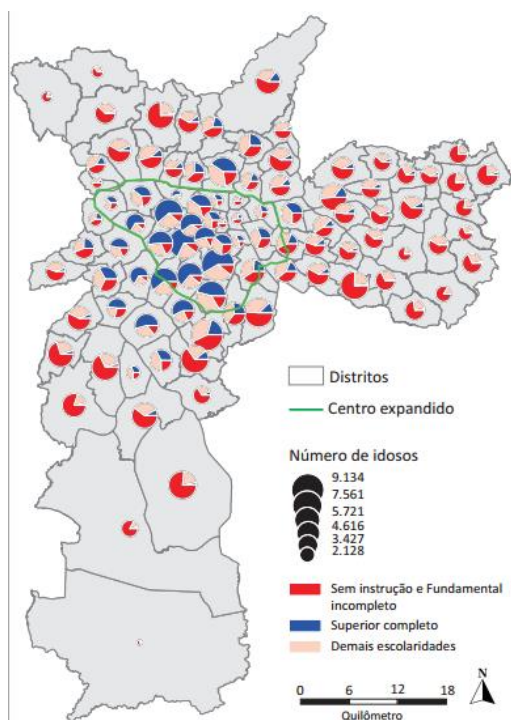
Quanto à distribuição territorial dos idosos ocupados, verifica-se que os distritos do centro expandido possuem a maior parte daqueles com ensino superior completo. Os trabalhadores idosos “sem instrução” ou com baixa escolaridade e rendimento concentram-se nos distritos da chamada área periférica da cidade. Como as taxas de emprego por habitante são bastante desequilibradas entre os 96 distritos paulistanos¹³⁹,

¹³⁹ Os 96 distritos estão divididos em três categorias baseadas em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): muito elevado, elevado e médio. Não há distrito com nível baixo na cidade, segundo os critérios dessa aferição.

de acordo com a análise oficial, esses trabalhadores da periferia são os mais afetados pelas dificuldades de mobilidade urbana (PREFEITURA, 2013, p. 02).

Mapa 1

Distribuição dos idosos ocupados por escolaridade – Município de São Paulo, 2010



Fonte: SMDU/Deinfo/PMSP a partir do IBGE, Censo 2010

Essa disparidade é observada também na auto-percepção para avaliar a situação de saúde dos trabalhadores idosos. Novamente, verifica-se uma polarização. No caso de problemas de visão, os idosos ocupados com baixa escolaridade somam 48,8% e os com superior 29,2%, uma diferença de 19,6 pontos percentuais. A dificuldade para caminhar vem logo em seguida entre os problemas de saúde relatados com 21% contra 7,3%. A audição aparece em terceiro com 16,6% contra 7,3%, conforme detalha a tabela a seguir.

Tabela 4

Idosos ocupados – Dificuldades funcionais, segundo Escolaridade – Município de São Paulo, 2010

Dificuldades	Sem instrução/	Fundamental completo/médio	Médio completo/	Superior completo	Total
--------------	----------------	----------------------------	-----------------	-------------------	-------

	fundamental incompleto	incompleto	superior incompleto		
Dificuldade para Enxergar	48,8	39,8	34,4	29,2	40,3
Dificuldade para ouvir	16,6	12,3	9,8	8,8	12,9
Dificuldade para caminhar	21,0	13,5	9,6	7,3	14,6

Fonte: SMDU/Deinfo/PMSP a partir do IBGE, Censo 2010

A polarização é mais evidente quando o critério de análise é a educação. Enquanto 22,1% dos sem instrução ou com ensino fundamental incompleto trabalharam “sem carteira assinada”, ou seja, em condições variadas de informalidade, os idosos com nível superior de ensino eram apenas 8,3%. O trabalho por conta própria, porém, é o mais relevante em todos os níveis de educação com um percentual de 37,5% da totalidade, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 5

Idosos ocupados por tipo de vínculo, segundo escolaridade – Município de São Paulo, 2010

Tipo de vínculo	Sem instrução/ fundamental incompleto	Fundamental completo/médio incompleto	Médio completo/Superior incompleto	Superior completo	Total
CTPS assinada	32,7	33,8	30,6	29,7	31,8
Sem CTPS	22,1	18,3	14,2	8,3	16,8
Conta própria	37,0	34,6	38,9	39,1	37,5
Empregador	2,1	5,9	7,6	11,4	5,8
Funcionário público	1,5	3,7	4,5	9,4	4,2
Militar	0,0	0,2	0,3	0,0	0,1
Não remunerado	4,6	3,4	3,9	2,2	3,7

Fonte: SMDU/Deinfo/PMSP a partir do IBGE, Censo 2010

Análise técnica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SMD) do município de São Paulo complementa esse mapa do trabalho depois dos 60 anos com informações sobre o recolhimento de contribuição para a seguridade social (INSS) como forma de esclarecer a estabilidade ou tipo de vínculo, estimando assim a abrangência da informalidade. Entre aqueles com baixa escolaridade e, obviamente, sem carteira assinada, apenas 24,7% eram contribuintes da previdência social contra 55,9% daqueles com nível superior.

Quanto à inserção ocupacional, os técnicos destacam a alta concentração, 68,8%, de idosos sem instrução ou com fundamental incompleto nas funções manuais ou rotineiras (repetitivas)¹⁴⁰. Os idosos com alta escolaridade estão ocupados, majoritariamente, com percentual de 68,3%, em atividades intelectuais, de direção ou criativas (artes, por exemplo)¹⁴¹.

A despeito da polarização quanto ao tipo de ocupação e inserção e o nível educacional, as proporções de participação no rendimento domiciliar total são semelhantes. Entre os sem instrução ou com fundamental incompleto, 84,5% detinham o papel de pessoa de referência em renda no domicílio enquanto os idosos com nível superior completo esse percentual alcança 93,4%, uma diferença de 8,9 pontos percentuais. A pesquisa da SMD também destaca que os idosos com menores rendimentos estão mais sujeitos a compartilhar o domicílio com filhos. Esses são 7,2% contra apenas 2,5% daqueles com maiores rendimentos.

Conclui o informe técnico da SMD que o quadro de polarização acentuada dos trabalhadores idosos na cidade, por um lado, confere aos mais pobres ou baixo nível educacional maior vulnerabilidade na inserção e permanência. Eles

“possuem a saúde mais debilitada, estão mais sujeitos ao trabalho informal e precário, desempenham atividades manuais e que, grosso modo, exigem vigor físico (...), perfazem baixos

¹⁴⁰ Estes trabalhadores estão inseridos nos grandes grupos ocupacionais 5, 7, 8 e 9 da CBO brasileira, a saber trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (Grupo 5), da produção de bens e serviços industriais, aqueles que desempenham trabalhos “artesaniais”, entendidos como os trabalhadores que conhecem e trabalham em todas as fases do processo de produção, independentemente de usar equipamentos rudimentares ou sofisticados (Grupo 7), operadores de máquinas (Grupo 8) e, finalmente, trabalhadores de manutenção e reparação (Grupo 9).

¹⁴¹ Referentes aos grandes grupos 1 e 2 da CBO brasileira, a saber, respectivamente, membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes e profissionais das ciências e das artes (MTE, 2010).

rendimentos e moram na periferia da cidade” (PREFEITURA, 2013, p. 05).

Por outro lado,

“os idosos com superior completo (...) possuem a saúde mais preservada, estão mais distantes de vínculos informais e precários, alocados em distritos do centro expandido e perfazendo altos salários” (Op.cit.)

A grande questão é que todos, inclusive dos grupos intermediários de educação, assumem a mesma responsabilidade dentro de seus domicílios, portanto

“em primeiro lugar, as políticas de desenvolvimento que afetam o perfil produtivo da cidade devem buscar não somente a manutenção do emprego do idoso, mas garantir às gerações que envelhecem inserções ocupacionais de boa qualidade (fisicamente menos degradantes, com bons salários e vínculos de segurança). (...) O tipo de inserção é a chave para o envelhecimento ativo, autônomo e saudável” (Op.cit.).

A partir do exposto neste e nos primeiro e segundo capítulos, sob o ponto de vista, respectivamente, da sociologia urbana, econômica e do trabalho, é possível, agora, expor os resultados da pesquisa empírica sobre os tipos de integração do idoso no mercado de trabalho, o que será feito a seguir.

Capítulo 4 – Batalhadores depois dos 60: os tipos de integração dos trabalhadores idosos no mercado de trabalho

“O que não pude deixar de sentir é que me tenha notado velho e de maneta, como se estivesse em minha mão deter o tempo”

Miguel de Cervantes Saavedra (1547-1616), prólogo a “O engenhoso cavaleiro D. Quixote de La Mancha – Segundo livro” (2007, p. 37)

“Quisera eu que me pagassem de lei, com descontos e reforma de velha, porque na vida que ando, envelheço mas não devia”

Personagem Maria da Graça, do romance “O apocalipse dos trabalhadores”, de Valter Hugo Mãe (2013, p.107)

Esta pesquisa tem como matriz a investigação *“Le salarié de la précarité”* desenvolvida pelo sociólogo francês Serge Paugam, entre os anos de 1995 e 1998, sobre os tipos de integração profissional na França. Seu propósito era oferecer uma “iluminação nova” à clássica categorização socioprofissional da Sociologia francesa. Paugam partiu da premissa de que as metamorfoses no mundo do trabalho no fim do século passado, como demonstrado no capítulo 2, demandavam uma nova abordagem nas análises sociológicas até então centradas no desemprego, sobretudo o de longa duração. No século XXI, segundo o autor, o acesso ao emprego já não é mais a garantia automática de afastamento dos parâmetros de pobreza ou de aflição psicológica.

O crescimento da desigualdade social empurrara, desde os anos 1970, os trabalhadores para uma pobreza maior e uma pressão psicológica em intensidade inédita no próprio ambiente de trabalho. Paugam estava interessado em mapear a precariedade profissional mesmo em condições percebidas como integradoras. Sua suspeita era de que no atual processo produtivo a “inclusão” é camaleônica assumindo diferentes tons de acordo com o ambiente de trabalho – seja este o tradicional, a empresa ou indústria, os novos ambientes criados pelas inúmeras formas de *trabalho sem emprego* ou por conta própria e mesmo nas residências dos trabalhadores (“home-office”), que retrocederam a espaços confundidos entre lugar de trabalho e lugar de viver – a separação tão marcante da modernidade.

A precariedade, nos nossos dias, é muito mais do que a palavra costumava designar na literatura da sociologia do trabalho (STANDING, 2015, CASTEL, 2012), isto é, a ausência de vínculos trabalhistas dentro da legislação vigente¹⁴². Ela pode estar mesmo dissimulada em uma relação perfeitamente legal (PAUGAM, 2000, p. 14). No entanto, a vulnerabilidade do trabalhador sofre constante ampliação no dia a dia. A obsolescência dos saberes, a 4ª revolução industrial (inteligência artificial), a lógica curtoprazista do capital, o retrocesso primarizante da estrutura produtiva dos países pobres, como o Brasil, a produtividade sempre sem limites diante da insaciabilidade da finança ou, o que interessa aqui, a idade são alguns dos principais fenômenos fomentadores dessa vulnerabilidade.

A deficiência de a sociologia detectar essa nuance, segundo Paugam, resulta do fato de os sociólogos do trabalho, durante décadas, terem se transformado em “sociólogos do desemprego” negligenciando a análise das condições do trabalho em si, isto é, dos *tipos de integração* (Op. cit., p. 02). Outra questão é que o conceito de precariedade, descobriu Paugam, depende do modelo de Estado de Bem-Estar implementado em cada país ou do grau de Seguridade Social de cada sociedade em determinado tempo. Enquanto na França ou na Alemanha, a importância maior é dada ao vínculo formal, devido a um modelo corporativista de Estado de Bem-Estar Social; na Grã-Bretanha, o peso maior recai sobre a fuga do *bad job* e a busca de salários mais altos capazes de assumir as despesas privadas de uma proteção social beveridgiana (Op. cit.; p. 60) ou liberal, motivada por testes de meios. O conceito, portanto, conclui ele, depende da realidade nacional. Assume-se aqui que a *desconstrução* em curso nos empurra cada vez mais para uma proximidade à realidade britânica, com o agravante de a rede de proteção no Brasil ter sido sempre uma obra incompleta bem distante da universalidade e herdeira de uma sociedade escravagista.

O balanço dos conceitos de *precariedade* e *risco de exclusão*, na França, também não permitiam, na visão do autor, estudar a relação entre os empregados dentro da mesma empresa ou no mesmo ramo de atividade. Seu interesse era estudar os comportamentos dos trabalhadores, as diferenças entre grupos diante do risco de perda do emprego e, a partir de uma visão sociológica, revelar uma complexidade das relações trabalhistas contemporâneas que, quase sempre, são ignoradas e reforçam aquele

¹⁴² Sobre uma análise do conceito, assim como sua evolução, ver Standing (2015, p. 17).

aspecto “fantasmagórico” ou “simples gelatina de trabalho humano” denunciados por Marx (2017, p. 116) ao categorizar o trabalho abstrato.

Em outras palavras, para Paugam, a precarização seria muito mais do que o antônimo do emprego estável e protegido pela seguridade social típica dos “30 anos gloriosos” do capitalismo. A mutação do aparelho produtivo, as qualificações e as condições de trabalho e de emprego modificaram as formas de integração. É preciso, diz ele, repetir a pergunta de Castel: “O que é estar protegido?” – uma vez que é a partir deste grau de proteção que se abrem possibilidades ou não de reprodução da força de trabalho.

Paugam estava interessado nos “sofrimentos cotidianos” que acentuam a condição de “inferioridade social” a despeito de a empresa e o trabalhador estabelecerem um vínculo formal. Os indivíduos, destaca o autor, necessitam de reconhecimento para se sentirem participantes de algo coletivo. No entanto, os novos métodos de organização de trabalho do capitalismo contemporâneo intensificam a individualização de objetivos e enfraquecimento das ações coletivas. É o “todos contra todos”. Por isso, Paugam enxerga uma “precarização do trabalho” distinta da “precarização de emprego”, conforme justifica, e deve-se reproduzir aqui, com as devidas desculpas da citação exagerada, porém considerada enriquecedora:

“A precariedade deve ser analisada a partir da relação de trabalho e da relação de emprego, pois, elas constituem duas dimensões distintas da integração profissional, tanto fundamental uma como outra. A relação de trabalho se inscreve na lógica produtiva da sociedade industrial ao fazer de cada indivíduo um produtor potencial que adquire sua identidade e o sentimento de ser útil pelo princípio, analisado por Durkheim, da complementariedade das funções. A relação de emprego se inscreve na lógica protetora do Estado-Providência que assegura os direitos sociais aos cidadãos em função de suas contribuições à atividade produtiva, mas também em função do princípio da cidadania. Numa sociedade onde os poderes públicos regulamentam e hierarquizam os status sociais, a estabilidade do emprego é o que garante ao indivíduo o bem-estar, a seguridade social, a possibilidade de prever o futuro com serenidade. De um lado, a produção que diz respeito tanto

ao assalariado, ao grupo de trabalho, à empresa e ao mercado, do outro, a proteção, que remete às negociações sociais, por sua vez, nas empresas e na esfera da intervenção do Estado. Podemos deduzir que as novas formas de integração profissionais sejam analisadas não somente em função de uma ou de outra dessas duas dimensões, mas a partir de seus cruzamentos.” (PAUGAM, 2000:17)

A definição de Paugam para a precariedade, portanto, avança sobre um conjunto de variáveis para estabelecer *tipos de integração* oferecendo, assim, um esclarecimento para o até então “caráter difuso da precariedade” (PAUGAM, 2000, p. XIV). Sua base teórica é erguida sobre dois pilares. O primeiro é a tese de Castel (2012) quando este faz referência à ausência (ou percepção de ausência) de proteção estatal diante dos riscos sociais de desemprego e pobreza. O segundo pilar é oferecido por Bourdieu quando este insiste tanto nas “condições” (*apud* PAUGAM, 2000, p. XVII) das relações de trabalho e sobre as formas de dominação que as caracterizam na atualidade. A insegurança social resulta, no primeiro caso, na perda ao menos parcial dos apoios sociais e, no segundo caso, sempre na interpretação de Paugam, de uma inferioridade causadora de sofrimento reconhecido socialmente, como as diferentes formas de perda de confiança em si e o sentimento de inutilidade.

Diante deste alicerce, Paugam constrói uma dupla abordagem para analisar a precariedade. No primeiro eixo, o autor analisa a “relação de emprego” e adota o critério de *estabilidade* (ou segurança). No segundo, valoriza o reconhecimento material simbólico da “relação de trabalho” pelo critério da *satisfação*. O primeiro implica em uma possibilidade de prevenir-se quanto ao futuro e estar protegido dos riscos da vida. O segundo implica em uma constelação de critérios a ser verificada qualitativamente por meio de comportamentos e percepções do indivíduo - nem sempre explícitas ou, muitas vezes, camufladas na versão do sujeito sobre si mesmo - como a felicidade, o reconhecimento social, as possibilidades de ascensão, mas também o esforço físico e psicológico, a estigmatização e a humilhação.

Sua metodologia para essa construção é o *tipo ideal* weberiano. Paugam encontra assim a *integração assegurada*, aquela que consiste em *satisfação no trabalho* e *estabilidade no emprego*. Deste *tipo ideal* desdobram-se, em suas palavras, três *tipos desvios*: a *integração incerta* (satisfação no trabalho e instabilidade no emprego); a

integração laboriosa (insatisfação no trabalho e estabilidade no emprego) e a *integração desqualificante* (insatisfação no trabalho e instabilidade no emprego), representados na seguinte tabela pelo autor:

	Satisfação no trabalho	Estabilidade no emprego
Tipo ideal:		
Integração assegurada	+	+
Tipos desvios:		
Integração incerta	+	-
Integração laboriosa	-	+
Integração desqualificante	-	-

Elaboração Paugam (2000, p. 98)

Essas categorias, defende Paugam, permitem analisar os efeitos sociais, em particular, nas formas de engajamento coletivo no trabalho, na vida familiar e na vida política. Com base em Durkheim (2010), o autor afirma que seus tipos de integração profissional tratam principalmente do “enfraquecimento do laço de participação orgânica”. Esse laço, formado desde a pré-escola até a fase laboral do indivíduo, confere a todos os indivíduos, por mais diferentes que sejam, uma proteção elementar e o “sentimento de serem úteis”. Esse laço guarda uma dimensão estatutária e outra afetiva ou emocional. Em resumo, diz Paugam, o fato de poder contar uns com os outros. A “integração assegurada”, portanto, seria a única forma contemporânea de funcionamento da solidariedade orgânica. Paugam chega mesmo a questionar se a divisão do trabalho que Durkheim julgou anômala não teria se tornado hoje o fundamento da organização da economia. (PAUGAM, 2000, p. 5)

Essa forma, no *capitalismo de desconstrução*, encontra inúmeros limites. Segundo Paugam, a economia contemporânea impõe toda sorte de dificuldade para o

“*homo faber* tomar iniciativas, utilizar suas competências, ser capaz de contribuir para qualquer coisa útil para o conjunto da sociedade, continuar a aprender coisas novas, ter uma palavra a dizer sobre o que se passa no trabalho ou encontrar um trabalho interessante” (PAUGAM, 2000, p. XX).

Embora o mundo viva a predominância do pensamento liberal, o *homo oeconomicus*, por sua vez, também enfrentaria resistências para realizar seu trabalho “em relação à satisfação e à remuneração equivalente, orgulho de trabalhar para uma empresa, aceitação de trabalhar mais do que o previsto”.

Esses entraves atingem, continua Paugam, o *homo sociologicus* por dificultar a construção de laços sociais por meio de “amizades desinteressadas no ambiente de trabalho, boas relações com chefes e superiores, apoio hierárquico para suas necessidades fora do ambiente de trabalho”. São todos esses “cruzamentos” que *os tipos de integração* pretendem abarcar com a pesquisa qualitativa. O *homo faber*, o *homo oeconomicus* e o *homo sociologicus* constituem três ângulos para avaliar a satisfação.

Para uma melhor compreensão das dimensões analisadas no critério de satisfação, é preciso explicitar alguns pontos considerados pelo autor. A abordagem qualitativa de sua pesquisa pretende avaliar a satisfação a partir do diagnóstico de uma relação instrumental – ou não – com o trabalho. Baseado em outras pesquisas internacionais, Paugam adotou perguntas em seu questionário (ou guia de perguntas) para verificar o quanto importava para o trabalhador o valor intrínseco de seu trabalho *vis à vis* a retribuição em forma de salário. Em outras palavras, o peso dado ao laço econômico e ao laço social pelo próprio executor do trabalho. Ele estava interessado na resignação do trabalhador em assumir “tarefas ordinárias” ou sua busca pelas funções prazerosas e engrandecedoras, isto é, qual tipo de laço foi estabelecido com o trabalho ou a empresa em termos do que ele define como “afetividade”. Essa distinção também é baseada em duas categorias analíticas a *orientação instrumental* do trabalho e/ou a *orientação burocrática* (PAUGAM, 2000, p. 11).

Quanto à relação de emprego, Paugam estabeleceu cinco situações para medir o grau de estabilidade, a saber: *i*) aqueles trabalhadores que consideram que não têm o risco de perder o emprego nos próximos dois anos (estável não ameaçado); *ii*) os que estão há mais de um ano no emprego mas vêm o risco de serem demitidos nos próximos dois anos (estável ameaçado); *iii*) aqueles que mudaram de emprego ou ficaram um tempo desempregados durante o ano anterior à pesquisa, têm um emprego precário (sem vínculo legal ou temporário) e julgam que podem perdê-lo nos dois próximos anos (instável); *iv*) os desempregados a menos de dois anos e *v*) os desempregados a mais de dois anos.

Esses “cruzamentos” de dados na pesquisa possibilitam, acredita Paugam, revelar o risco de *desqualificação social* mesmo em situação de trabalho percebida como formal, legal ou não-precária. É possível detectar a influência do trabalho na desqualificação do ser humano, na projeção de “carreira moral” (ou de futuro) e no risco de pobreza, enumera Paugam (2000, p. 20). Esse processo, sublinha o autor, inicia-se já na fase de recrutamento com técnicas cada vez mais subjetivas, humilhantes ou limitadoras adotadas pelas empresas. Essa “cultura corporativa” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009) invade o cotidiano dos trabalhadores em nome da disciplina do trabalho¹⁴³.

A pesquisa de Paugam é quantitativa e qualitativa, embora em partes independentes. Seu objetivo maior era influenciar o debate sobre as categorias socioprofissionais da França, portanto, empreendeu sobre um grande número de empresas e utilizou dados estatísticos oficiais primários (uma vez que participou como pesquisador dessa elaboração pelo INSEE). No entanto, é na parte qualitativa que o autor debruça atenção especial para enquadrar os resultados em seus tipos de integração. Sua metodologia na parte qualitativa é construída por meio de entrevistas aprofundadas, a partir de um questionário semi-estruturado ou guia, como ele define, somadas à observação direta (PAUGAM, 2000, p. 45).

Diante das limitações de nossa pesquisa, uma vez que Paugam empreendeu com apoio de uma numerosa equipe de pesquisadores, primeiro na França, e depois em outros países para obter material comparativo no aspecto quantitativo, será delimitada aqui apenas a parte qualitativa dessa matriz¹⁴⁴. Até porque deve ser considerado que, nos capítulos anteriores, foi oferecida razoável revisão de dados quantitativos disponíveis sobre o mercado de trabalho no Brasil para o trabalhador depois de 60 anos. Esses dados quantitativos são levados em conta também aqui na parte qualitativa, como será logo verificado.

Outra justificativa é o direcionamento desta pesquisa, seguindo Paugam, para um mergulho no aspecto qualitativo das “experiências vividas”, fugindo, como

¹⁴³ Paugam faz questão de incluir uma nota de rodapé em seu livro para destacar que constatou essa prática nas grandes empresas de São Paulo, embora a cidade não fizesse parte do escopo de sua pesquisa (PAUGAM, 2000, p. 33).

¹⁴⁴ *Le salaríé de la precarité*, segundo Paugam (2000, p. 13), é uma continuação de suas pesquisas anteriores realizadas para o INSEE e isso possibilitou, assim, uma reunião de dados estatísticos utilizados na primeira parte do livro.

recomenda Souza, do “fetiche dos números” ou “a quantidade de pessoas entrevistadas” (SOUZA, 2009, p. 437) como alicerce inquestionável e unicamente permitido para elaborar correlações ou análise sociológica. Assume-se que essa metodologia permite captar o engajamento coletivo, a vida familiar e o exercício da (sub) cidadania, como previu Paugam.

Defende-se que a metodologia de Paugam é oportuna e promissora para i) emprestar complexidade ao debate público sobre a protelação da idade de aposentadoria, ii) verificar a possibilidade de reinvenção profissional na velhice e iii) a necessidade de o trabalhador manter-se no mercado seja devido à longevidade (em busca de laços sociais) ou à dependência de renda. Esse debate é quase sempre amparado por argumentos alheios ao *tipo de integração* do idoso no mercado ou ao risco da “escolha pré-escolhida” de Bourdieu (*apud* SOUZA, 2018, p. 194). Os argumentos concentram a problematização nos aspectos meramente fiscalistas do sistema previdenciário. Em outras palavras, ignora-se a qualidade de integração e se, mesmo integrado, o trabalhador tem possibilidades (estabilidade) de manter-se no mercado por um tempo maior. E ainda: se se mantém, como e quais consequências, sobretudo para a sua saúde física e psicológica. Como mira Paugam, sua metodologia pode revelar o grau de *desqualificação social* que, porventura, o trabalhador idoso está submetido ao protelar a idade de aposentadoria ou mesmo ao procurar um retorno ao mercado depois da aposentadoria.

Na parte qualitativa, Paugam escolheu como amostra, aleatoriamente, oito empresas representativas da economia francesa no setor privado e público, com diferentes resultados de performance econômica (resultados financeiros e reputação) e, posteriormente, enquadrou uma dupla de empresa em cada um de seus quatro tipos de integração a partir da hipótese (PAUGAM, 2000, p. 124) de que aquelas com melhor performance apresentariam maior propensão à *integração assegurada*. Assim as duas melhores empresas, em termos de resultados financeiros e imagem na opinião pública, foram enquadradas na *integração assegurada*, enquanto as duas empresas consideradas decadentes (seja por problemas estruturais em seus setores ou por questões de gestão) foram enquadradas na *integração desqualificante*.

O guia para a entrevista, aplicado inicialmente a um grande número de empregados da empresa, pedia aos entrevistados para dizer se eles tinham satisfação em

vários aspectos: a perspectiva de promoção, o salário, as relações com os colegas, a liberdade de iniciativa, os horários de trabalho, os benefícios sociais e o trabalho propriamente dito. E ainda outras questões mais “indiretas” sobre a empresa (PAUGAM, 2000, p. 45). Como dito, essa etapa da pesquisa serviu apenas como indicativa para a etapa qualitativa de observação direta e entrevistas aprofundadas a um grupo menor.

Vale destacar que Paugam sublinha que, em suas pesquisas, o fator idade apareceu como um diferencial para o critério de satisfação. Aqueles com mais de 55 anos e menos de 25 apresentaram um grau maior de satisfação do que os de outras idades. O autor questiona, então, se a idade é um fator explicativo da satisfação do *homo faber*? (Op.cit., p. 47) Portanto, o fator satisfação poderia ser representado em uma curva em U. A satisfação cai na faixa de 35 a 44 anos. Os mesmos resultados Paugam achou nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, a partir de trabalhos de outros pesquisadores.

A explicação dada para esse efeito geracional é que os trabalhadores formais conquistariam experiência e melhores postos ao longo da carreira, mas sobretudo “pela limitação de suas aspirações ao chegarem próximo à aposentadoria” (Op.cit., 48). No entanto, Paugam destaca que aqueles que entraram no mercado de trabalho a partir de 1980 estarão mais desfavorecidos para alcançar esses fatores de satisfação que a economia, até então, proporcionava às gerações precedentes¹⁴⁵. A satisfação tenderá, continua ele, a estar relacionada ao nível educacional.

A despeito de registrarem uma satisfação geral maior, os trabalhadores com mais de 55 anos (idade adotada pelo autor) apresentaram maior grau de insatisfação nos critérios relativos ao ambiente de trabalho e a relação com os colegas, sobretudo os menos qualificados. Um dos fatores encontrados por Paugam é a não utilização da informática no dia a dia do trabalho. Os trabalhadores desconectados em suas tarefas diárias têm menos possibilidade de interação e troca com os colegas e se sentem mais isolados.

Na segunda parte do livro, “Identidades coletivas e relações sociais na empresa”, Paugam apresenta os resultados da observação direta e das entrevistas aprofundadas,

¹⁴⁵ Essa constatação é confirmada, em 2017, pela OCDE (2017). Segundo o relatório, a geração nascida a partir de 1960 experimentará menor satisfação que as anteriores no mercado de trabalho.

isto é, a parte qualitativa da pesquisa. Assume-se que, na intenção de reproduzir sua matriz, os capítulos anteriores abordaram todos os temas analisados por Paugam em relação à França e a economia global. A partir dos dados disponíveis, acredita-se, foram oferecidos dados quantitativos que permitem, neste momento, adaptar a matriz metodológica à realidade brasileira e às limitações logísticas e de infraestrutura desta pesquisa, como será exposto na seção seguinte.

Adaptações metodológicas: pontos de interseção entre Paugam e Souza

Além das limitações impostas por uma pesquisa realizada por um só pesquisador, a matriz de Paugam merece adaptações para se aproximar à realidade brasileira e, sobretudo, pela escolha do fator idade como recorte. O interesse aqui é o trabalhador com mais de 60 anos, isto é, do conceito cronológico legal de idoso, segundo a Constituição Federal. Como exposto nos capítulos anteriores, como a idade média atualmente de aposentadoria no Brasil é de 55 anos, assume-se nesta pesquisa que os trabalhadores idosos na cidade de São Paulo apresentam diversas situações empregatícias, isto é, estão nas empresas com vínculo formal, no entanto, também refletem o quadro geral do mercado de trabalho e encontram-se, mesmo aposentados, como prestadores de serviço, autônomos, trabalhadores por conta própria ou terceirizados.

Essas relações, no Brasil, são, quase sempre, percebidas fora do conceito de “precarização”, uma vez que ou o idoso já faz jus ao benefício previdenciário ou estaria segurado como contribuinte. Portanto, a pesquisa não se limitou em entrevistar apenas empregados formais como fez Paugam para a economia francesa. Desta forma, optou-se por realizar a pesquisa nem sempre dentro de empresas. Uma vez que as relações sindicais da França e do Brasil são bastante distintas, avaliou-se que escolher os entrevistados para a entrevista aprofundada a partir de indicações de departamentos de Recursos Humanos poderia provocar algum tipo de interferência nos resultados ou resistências ao conteúdo das entrevistas, como ocorreu com Paugam (2000, p. 409). A limitação às empresas também estaria distante da indicação quantitativa, pois, o setor de serviços é predominante em relação à indústria na cidade de São Paulo.

Desta forma, adotou-se a categoria analítica *batalhadores* de Souza (2012) para enquadrar a amostra. Essa escolha parte de pontos de intersecção das visões sociológicas e de pesquisas de Paugam e de Souza. Ao empreender pesquisa sobre as

condições das classes sociais no Brasil, Souza teve como alvo justamente o conceito de *precarização* e seu objetivo era revelar o grau de *desqualificação social* de uma nova classe trabalhadora. Souza também estava preocupado com “a formalidade precária” (Op. cit., p. 61), com as experiências de vida e com as orientações instrumentais ou burocráticas no trabalho.

A categoria *batalhadores* poderia estar vinculada legalmente com o mercado de trabalho, no entanto, as condições internas e externas podem mantê-la na condição de pobreza, de insegurança social, com ausência de perspectivas e entraves à formação de identidade. A intenção de Souza era “penetrar no drama humano e cotidiano” a partir de novas categorias, pois, as existentes na sociologia se mostram, em seu entender, incapazes de explicar a complexidade do século XXI.

Tanto Paugam (2000, p.85) quanto Souza (2012, p. 22) estão em busca da “renda diferencial” proporcionada por capitais distintos que os indivíduos acumulam ou não ao longo da vida e os submetem às trocas simbólicas que podem constituir ou renovar as desigualdades sociais. O espaço social, legítimo concluir, para os dois autores, é onde se estabelece a realização desta “herança imaterial” de cada um e onde aparecem ou não as possibilidades para a construção dos estilos de vida, seja no campo familiar, do trabalho ou da cidadania.

Em meio a todas as metamorfoses do mundo do trabalho provocadas pelo *capitalismo de desconstrução*, o trabalhador transformou-se no *batalhador*, segundo Souza, que busca muito mais do que sua sobrevivência diante de todas as adversidades impostas pelo processo produtivo do século XXI, mas também peleja por uma identidade nesse *teatro de operações* do capitalismo contemporâneo, ou, em suas palavras, ele é:

“(…) uma nova classe trabalhadora. Uma versão “moderna”, que passa a existir também nos países avançados – com a decadência do Estado Social e a crescente eliminação das garantias trabalhistas – mas que é mais numerosa nos países assim chamados de emergentes, os quais nunca tiveram tradição forte de organização da classe trabalhadora. Não se trata mais de classe trabalhadora fordista (...), que se punha dentro de uma fábrica e se vigiava o tempo todo.” (SOUZA, 2012, p. 363).

Outra justificativa para a adoção da categoria *batalhadores* de Souza é que ela empresta à matriz de Paugam uma atualização do ponto de vista da economia política brasileira dos últimos anos. Como essa “nova classe social”, chamada pela mídia de “emergente” ou “nova classe média”, foi a grande responsável pelo fortalecimento do mercado interno, transformações sociais e políticas, como recomenda Souza, uma melhor compreensão de seu dinamismo significa uma possibilidade maior de interpretação da própria direção do desenvolvimento econômico brasileiro nos próximos anos.

Souza, assim como Paugam, também está interessado em detectar os desdobramentos de seu objeto quanto à *vida activa*, isto é, a cidadania política ou subcidadania. Portanto, interpreta-se que a junção entre esse fenômeno social (o surgimento dos *batalhadores*) e o envelhecimento populacional precisam ser, de alguma forma, encarados pela sociologia de forma conjunta. Essa análise torna-se ainda mais promissora se a estes dois fenômenos for acrescentado a terceira característica social relevante da realidade brasileira das últimas décadas: a urbanização.

Amostra por segmentos a partir do espaço urbano

Qual a influência do espaço urbano nos tipos de integração ao mercado de trabalho? Particularmente, como ele atua no tipo de integração do *batalhador* depois dos 60 anos? Paugam estava à procura de detectar o aspecto de realização profissional (identidade) em cada tipo de integração, mas também de sofrimento imposto pelo “trabalho forçado”. Essa visão leva em conta os “constrangimentos externos” (BOURDIEU *apud* Paugam, 2000, p. 15) ao trabalho de todas as formas que esses possam se manifestar no dia a dia. Souza inclui a perspectiva urbana ao estabelecer comparações entre o *batalhador* da cidade e do campo (SOUZA, 2012, p.p. 166, 169 e 366), sobretudo quando analisa a solidariedade coletiva motivada pelo pentecostalismo dominante nas áreas urbanas e o catolicismo do sertão do Nordeste.

O autor também, legítimo concluir, leva em conta a questão urbana ao expandir sua análise sobre a classe social e o “trabalho formal precário” para além das fronteiras da fábrica e relacioná-la a “outras dimensões da vida social” (Op.cit.; p. 81). Seus entrevistados são moradores da periferia que chegam em casa, depois de um dia de trabalho, “sem forças” embora a carga horária de trabalho, em alguns casos, seja de seis horas diárias e pagam com o “sacrifício do corpo e da alma” suas exigências no

capitalismo de desconstrução. Assume-se que a mobilidade urbana e a questão da moradia estão implícitas neste sacrifício dos *batalhadores*.

A inclusão da influência urbana atende ainda ao que foi exposto no capítulo 3, sobretudo a interpretação de Sassen, sobre o papel relevante da construção das *idades globais* e sua conexão com o mundo do trabalho. Esse arcabouço teórico sustenta a escolha da seguinte amostra para esta pesquisa qualitativa na cidade de São Paulo:

Tipo ideal e tipos desvios	Matriz (Paugam)	Batalhadores depois dos 60
Integração assegurada	Indústria de Informática e empresa estatal de energia	X
Integração incerta	Siderúrgica e hospital em crise	Trabalhadores terceirizados do setor de serviços de limpeza, manutenção e logística
Integração laboriosa	Orgão de Seguridade Social e empresa de peixe em conserva (ambos em crise)	Feirantes
Integração desqualificante	Indústria de móveis e indústria leiteira (ambos em crise)	Cobreadores de ônibus

Cada uma dessas escolhas merece uma justificativa. Todas foram selecionadas a partir da configuração das áreas de trabalho mais desenvolvidas na *cidade global*, como exposto no capítulo 3, dentro da categoria *batalhadores*. Logo, estão fora deste escopo os profissionais de alta qualificação ou executivos, uma vez que este segmento, como mostrado no capítulo 2, embora também sujeito às incertezas contemporâneas do mundo do trabalho, dispõe dos mecanismos de conhecimento, relações sociais e herança imaterial para a sua manutenção em atividade, se não nos mesmos padrões de salário e posição que já esteve antes, mas de alguma forma suficientes para o sustento até a aposentadoria ou trabalho posterior a esta fase.

A metodologia, assim, permite responder à pergunta principal desta pesquisa: *Como os tipos de integração ao mercado de trabalho dos batalhadores depois dos 60 anos interferem nas possibilidades de reinvenção profissional e na emancipação na velhice?* Os objetivos secundários estão relacionados com os de Paugam e de Souza, isto é, demonstrar *i)* como a trajetória da vida influencia no tipo de integração ao mercado de trabalho depois dos 60 anos; *ii)* como o modelo econômico e as metamorfoses no mundo do trabalho determinam esse tipo de integração; *iii)* como o tipo de integração impacta na possibilidade de o indivíduo ser o sujeito de transformações futuras por meio de uma atuação cidadã; *v)* como o espaço urbano influencia no tipo de integração.

O guia para o questionário é o mesmo usado por Paugam para a pesquisa *Salarié de la Précarité* com alguns acréscimos para atender aos objetivos específicos desta pesquisa (Apêndice 1). Um deles é a inclusão de um bloco de perguntas quanto à cidade, moradia e mobilidade cotidiana em São Paulo. Outro é a definição de uma pergunta chave para testar a capacidade de atuação cidadã ou política do entrevistado ou entrevistada a partir da consciência de seus direitos como idoso ou idosa. A pergunta foi sobre o conhecimento ou nível de conhecimento do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

A seleção dos entrevistados pela metodologia da bola de neve: justificativa

A escolha dos entrevistados será feita por meio da metodologia conhecida como “bola de neve”. Esta metodologia consiste em identificar ou “encontrar” um entrevistado “semente” que atenda ao perfil previamente definido quanto a critérios de idade, profissão, por exemplo. Esse entrevistado, uma vez enquadrado na amostra após a entrevista aprofundada, indica outro potencial entrevistado para dar prosseguimento à pesquisa e esse segundo entrevistado indica um terceiro e assim sucessivamente. Se o objetivo que se pretende observar ou constatar se repetir três, quatro, cinco, seis vezes, a critério do pesquisador, a pesquisa é interrompida, pois atingiu o ponto de saturação – menos numérico ou estabelecido a priori e mais condizente com a complexidade do objeto de estudo em todas as suas conexões e interconexões (MINAYO, 2017).

A justificativa para escolha dessa metodologia é a intenção de se investigar um grupo socialmente estigmatizado ou quando o foco do estudo é uma questão sensível, possivelmente, algo privado ou de interpretação complexa dado que as informações

prestadas pelos entrevistados, quase sempre, dificilmente serão expostas publicamente por eles (BIERNACKI; WALDORF, 1981, p. 141 *apud* VINUTO, 2014, p. 204). Esta técnica é um método de amostragem de rede útil para se estudar objetos de pesquisa difíceis de serem acessados ou estudados. Assume-se que diante de sua vulnerabilidade na economia contemporânea, o trabalhador idoso é estigmatizado e vulnerável, principalmente, para expor a sua situação no ambiente de trabalho.

A amostragem da bola de neve é utilizada, quase sempre, para fins analíticos ou incomuns, o que condiz com o objetivo dessa pesquisa, uma vez que a intenção aqui é trazer à luz uma problematização ainda não explorada no contexto do debate sobre a postergação da idade de aposentadoria ou extensão da fase laboral diante do fenômeno da maior longevidade humana. Essa metodologia é útil para melhorar a compreensão sobre um tema, testar a viabilidade de realização de um estudo mais amplo e desenvolver métodos a serem empregados em fases subsequentes de um estudo (VINUTO, 2014, p. 205). Todos esses critérios, defendemos aqui, estão no escopo desta pesquisa.

Outra justificativa para a adoção da técnica da bola de neve é que ela combina sua metodologia qualitativa com a observação direta ou a observação participante. Sendo assim indicada para a aplicação de questionários semiestruturados ou entrevistas aprofundadas. Se por um lado, a bola de neve é contraindicada se o objetivo da pesquisa estiver relacionado à probabilidade, o que não é o caso aqui, por outro, é preciso problematizar seu uso e identificar suas limitações, o que será destacado na avaliação dos resultados.

Por ora, vale ressaltar que um dos problemas da metodologia, é o possível inconveniente de acessar apenas argumentações semelhantes. No entanto, o peso dessa limitação pode ser reduzido com a escolha de várias sementes oriundas de meios diversos, o que foi adotado aqui. Uma vantagem apontada por pesquisadores que já utilizaram a metodologia é o fato de possibilitar entrevistas fora do ambiente de trabalho dos entrevistados que poderiam acarretar em narrativas diversas das obtidas em outros ambientes ou com o amparo de outros tipos de relação de confiança com o pesquisador (Op. cit; p. 210).

Dessa forma, a bola de neve permite ao pesquisador acessar “segredos” guardados em esferas inacessíveis, o que no segmento idoso é um aspecto importante a

se considerar, sobretudo em situação de risco (de perda do emprego), vulnerabilidade ou aversão à exposição de sua situação precária. A bola de neve, assim, é uma forma de acessar um ambiente blindado inerente a todo o ser humano, como destacou Simmel:

“O segredo, enquanto dissimulação de certas realidades, conseguido por meios negativos ou positivos, constitui uma das maiores conquistas da humanidade. Comparado com o estado infantil em que toda representação é comunicada, em que todo empreendimento é visível a todos os olhares, o segredo significa uma enorme ampliação da vida, porque muitas das suas manifestações não se poderiam produzir na completa publicidade. O segredo oferece, por assim dizer, a possibilidade de que surja um segundo mundo junto ao mundo patente e de que este sofra a influência do outro (SIMMEL, 2009, p. 235, *apud* VINUTO, 2014, p. 213).

Integração incerta: a interiorização da fragilidade

No modelo matriz da pesquisa de Paugam, o tipo desvio *integração incerta* é encontrado no grupo de empregados de empresas com futuro ameaçado pelas dúvidas quanto ao destino financeiro da corporação. Na modulação necessária para esta pesquisa, foram selecionados trabalhadores acima de 60 anos do setor de serviços de limpeza, manutenção e logística (motoristas, manobristas, porteiros) contratados formalmente (isto é, de acordo com a CLT) por empresas terceirizadas (prestadoras de serviços). O grupo qualitativo foi composto por 8 entrevistados e entrevistadas.

As entrevistas aprofundadas foram realizadas separadamente, no local de trabalho, no entanto, sem nenhuma interferência ou vigilância dos chefes ou supervisores hierárquicos. Essa condição foi estabelecida e aceita mesmo quando, em alguns casos, foi preciso autorização de chefias para a realização da entrevista. Os locais de trabalho de entrevistados e entrevistadas foram grandes prédios comerciais em regiões estratégicas da cidade, como os bairros de Itaim, Pinheiros, Perdizes, academias de ginástica, parques, prédios residenciais de alto padrão, de acordo com a indicação das sementes.

Em quase todos os casos, foi possível observar o próprio trabalho, por exemplo, no caso de faxineiros de banheiros ou porteiros. Essa observação direta, em alguns

casos, realizada em mais de uma visita ao local de trabalho do entrevistado, permitiu confrontar o discurso com a realidade observada. Em muitas oportunidades, pode-se constatar que o tipo desvio estava próximo da *integração laboriosa*, sobretudo com os profissionais de limpeza. O *labor* em relação à força física, como carregar baldes cheios de água, despejá-los no chão, ir buscar outro, passar um rodo na sequência e conviver diariamente com um forte cheiro de produtos químicos, como desinfetantes com amoníaco, revelava o peso da tarefa para uma pessoa com mais de 60 anos.

Na entrevista, porém, esses fatores jamais foram verbalizados de maneira espontânea pelos idosos. Um dos entrevistados, depois de responder que tinha prazer com o trabalho e cumprir todo esse procedimento de limpeza, parou, enxugou o suor na testa, olhou para o pesquisador e disse “não é fácil, não” e saiu caminhando já com dificuldades de mobilidade na perna direita. A despeito dessa constatação, ele mesmo declarou que esse esforço físico era benéfico para ele.

A questão *laboriosa* também aparece em relação ao espaço urbano, como se verá mais adiante. No entanto, decidiu-se respeitar a matriz de Paugam, que leva em consideração mais as relações com os outros trabalhadores no local de trabalho e com superiores hierárquicos do que o esforço no desempenho da tarefa. A outra ordem da matriz metodológica é a perspectiva de um futuro. No caso, para todo o grupo, era a perspectiva de aposentadoria, como se verá. Portanto, devido a esses fatores, o grupo foi definido como representativo da *integração incerta*, necessário destacar, ao contrário da nossa hipótese inicial, que seria a *integração laboriosa*.

No que diz respeito aos padrões determinantes, na dinâmica da bola de neve, para possibilitar o agrupamento, não houve dificuldades. O grupo revelou uma padronização clara em critérios exacerbadores da condição de *incerteza* e da condição de *batalhadores*: baixo nível educacional (todos dentro ou abaixo da média de 5,8 anos de estudos dos idosos brasileiros); renda de, no máximo, dois salários mínimos, cerca de dois anos na empresa atual depois de um período de desemprego ou subemprego, moradores de bairros da periferia, em casas de autoconstrução, vulnerabilidade, desinformação quanto à relação trabalhista. Mesmo sem perspectivas de melhora no trabalho, consideram “um privilégio” estarem trabalhando e avaliam que estão melhores do que estavam antes. Todos já trabalharam sem seguridade social, foram enganados

pelos patrões (sobretudo no trabalho doméstico) e, em algum momento da vida, necessitaram recorrer à Justiça do Trabalho.

Uma vez que as empresas empregadoras são terceirizadas e dependem intrinsecamente do nível de atividade econômica para manter os contratos de prestação de serviços, todos os entrevistados responderam que dependiam dessa condição para garantir a empregabilidade nos próximos dois anos. Alguns menos, dependendo do vencimento do contrato da empresa empregadora com o contratante; e, quase todos, temerosos, acompanham esse calendário com apreensão, como

B, 62 anos, faxineiro:

“Diz que vence o contrato em agosto, precisa ver se vai ser licitação de novo e *eles ganha*. Se *eles ganha*, eu continuo, se *eles não ganha*, vão mandar embora, se não tiver outro posto...”

Mesmo aqueles que manifestavam ter “certeza” de que estariam empregados, logo na sequência da entrevista, revelavam-se mais céticos, com dizeres como “depende deles”, “a empresa é que sabe”, “tudo pode acontecer”. Ou com menções a Deus: “Deus é quem sabe”, “Tudo depende de Deus”. Há uma resiliência, pode-se afirmar, com o curto prazismo da existência, como revela a fala de um entrevistado:

R, 64 anos, faxineiro

“Daqui *dez mês* é mês pra caramba, pode mudar muita coisa. Cada dia que passa...você tá um dia aqui e depois...se eles continuar comigo... Diz que dá para aposentar, mas pelo salário mínimo, então decidi esperar até os 65, se morrer no serviço, morreu...[...] Quem sabe de nós é lá em cima...Quem sabe é Deus. Chegou o final...”

Essa incorporação ao estado da incerteza está relacionada com a trajetória dos entrevistados. Eles colocaram o primeiro pé neste tipo de integração com o processo de desindustrialização. Na cidade de São Paulo, principalmente, com a redução de vagas no setor de metalurgia, ou com as transformações no mundo do trabalho, por exemplo, com o fim da profissão de cobrador de ônibus, já iminente. O desaparecimento de empregos de tarefa repetitiva é um fator de submissão do grupo à incerteza, como continua o mesmo entrevistado:

“Trabalhava de cobrador, aí cortaram o cobrador, fiquei no seguro desemprego e mandei o currículo para essa empresa e me chamaram.”

Quanto à satisfação com o trabalho, esta aparece contaminada por esse histórico de incerteza. O discurso dos entrevistados mostra a tendência de “interiorizar a fragilidade” (PAUGAM, 2013) ou, como diz Beck (2011, p.130) “são gratos por serem queridos”. É comum no discurso apontar o fator idade como uma dificuldade para ser aceito no mercado de trabalho e, estando trabalhando nessa fase, os entrevistados se sentem agradecidos ao empregador e colegas de trabalho, portanto, é quase uma obrigação, para eles, servir o quanto mais e melhor, isto é, aceitando a multitarefa:

R, 64 anos, faxineiro

“Eles me deram a maior força [...] o pessoal aqui é muito bacana comigo, não tenho queixa de ninguém, o que eles *pedi* pra mim eu faço, varrer, limpar aqui, limpar ali. Meu serviço é limpar o banheiro. Mas a gente tá aqui pra fazer o que for, se pedir outra coisa, a gente faz [...], tô gostando muito.”

A interiorização da fragilidade aparece em frases de resiliência de todo o grupo, como “o importante é estar com saúde”, “tem gente muito pior” e “nessa idade, vou esperar o quê?”. Em nenhum momento é atribuída qualquer responsabilidade sobre suas condições à sociedade ou ao Estado ou qualquer consciência manifesta sobre a impossibilidade de ter domínio sobre si mesmo.

Entre o passado e o futuro

A maioria do grupo de entrevistados e entrevistadas do tipo *integração incerta* tem como perspectiva a aposentadoria. Mesmo aqueles dispostos a continuar na vida ativa depois de aposentados. É nesta perspectiva que a condição de vulnerabilidade apresenta-se como um estado em suas vidas no longo prazo. Seus relatos insinuam que a categoria *batalhadores* depois dos 60 anos traz consigo uma espécie de gene da sociedade escravagista e, mesmo em condições regulamentadas, sua integração ao mercado sempre sofreu o impacto desta herança genética. Esse DNA tem uma marca de classe, submissão, exploração, exclusão que o grupo sofrera senão desde a infância, para aqueles que começaram a trabalhar desde antes mesmo dos 10 anos de idade na área

rural, mas por um longo período que amargaram em condição de desfiliação, isto é, entregues à sorte de suas próprias batalhas.

O fato de ser impossível para eles – aos olhos deles – assumirem seus destinos os faz acreditar que este período de precarização “ficou para trás” e/ou “aqueles tempos difíceis” da infância ou do desemprego foram superados pela “carteira assinada”, com ticket refeição e vale transporte, mesmo que em cargas horárias de até 12 horas por dia (com folga de 24 horas) ou trabalho noturno (de 22h às 06h). Os “novos tempos”, porém, estão contaminados pela genética de trabalhador vulnerável que já os marca desde os seus progenitores. Essa condição se manifesta no momento em que precisam atender às regras de elegibilidade para a aposentadoria. Como dito, todos, em algum momento, precisaram recorrer à Justiça do Trabalho. No entanto, é preciso destacar o distanciamento desses indivíduos com o Estado, o longo tempo de ausência de conhecimento de seus direitos, como mostra a fala de

I, 63 anos, motorista

Pergunta: *Na roça o senhor tinha registro?*

“Não, não. Só aqui [*em São Paulo*], depois, eu acho, de 21 anos. [...] Na época a gente nem se preocupava. Não tinha essa história de registro...e tudo...era mais assim...”

O sr. tinha informação a respeito das leis trabalhistas?

“Não, não, a gente era muito desinformado, né? De 1969 para 1970 que eu cheguei aqui [*em São Paulo*]. Talvez até já *tinha* [lei trabalhista], mas a gente não se preocupava tanto, né? Trabalhei em vários serviços, feira, lava rápido, padaria como técnico...Depois que eu tirei a carteira de motorista é que comecei a trabalhar registrado, com 21 mais ou menos. Meu primeiro emprego foi de motorista de uma pessoa que arrumava geladeira. Isso porque eu não tinha carta de referência. Então para arrumar um serviço tinha que ter referência. Ele não assinou minha carteira, mas me deu a carta. Aí eu trabalhei em Higienópolis como motorista particular. Antes trabalhei de mordomo numa casa nos Jardins. A pessoa assinou a carteira, mas não pagou INPS [*sic*] nem nada. Eu confiando...só como motorista é que fui ter registro certinho.

Só não estou aposentado porque *as pessoa assinou* a carteira, mas não pagou. Então tem muitos anos meu aí que perdi, três a quatro anos...”

Pergunta: *Fora o período da roça em Minas, quando o sr. tinha 7 anos.*

“Mas em Minas era moleque...trabalhava, apartava vaca, candeeiro de boi, não sei se você já ouviu falar nesse tipo de coisa..., eu nem me preocupava com isso [*registro trabalhista*].”

Pergunta: *Mas o sr. trabalhava para alguém?*

“Sim, a fazenda era do fazendeiro vizinho.”

Pergunta: *Quando o sr. descobriu que esses antigos patrões não haviam pago?*

“Quando eu fui pedir aposentadoria. Mesmo de motorista particular, algumas patroas também registraram, mas não pagaram. Então de carteira assinada, eu tenho tipo 37 para 38 anos, mas foi verificado que não bate no INSS, então, estou trabalhando para completar os 35 anos de contribuição.”

O trabalho rural na infância, portanto, é “normalizado” na análise dos próprios batalhadores sobre suas trajetórias.

M., 60 anos, faxineira

“Na Paraíba, a gente começava a trabalhar na roça quando criança, 12 anos, lá não tinha como ter carteira assinada.”

A entrevistada, também ainda sem atender a regra para elegibilidade para aposentadoria, conta por que, uma vez, recorreu à Justiça do Trabalho:

“Quando ela [a empresa na qual trabalhou] estava para falir, eu *pus ela no pau*, mas não ganhei nada. Só o fundo de garantia, sem os 40%, só o que estava lá no banco.”

A extensão da vida *laboriosa* só é sentida depois de alguns minutos de reflexão:

R, 64 anos, faxineiro

“Esses onze anos não pude [contribuir], era bico de pedreiro, já era para eu me aposentar...fez falta...”

Além de prolongar a fase laboral, protelar a aposentadoria mesmo tendo começado a trabalhar na infância, e jogá-los na condição de fragilidade na área urbana, onde chegaram sem possibilidade de *integração assegurada*, o período de exploração na área rural traz outras consequências para o grupo do tipo *integração incerta*. Essa fase precária na infância comprometeu a educação e deixou os *batalhadores* depois dos 60 com pouca ou nenhuma chance de reciclar suas habilidades, sobretudo, no *timing* exigido pelo *capitalismo de desconstrução*. Todos os entrevistados manifestam consciência destas limitações.

O impacto do espaço urbano

Todos os entrevistados e entrevistadas do grupo classificado no tipo *integração incerta* são moradores da periferia de São Paulo. Essa característica emergiu na pesquisa sem ser colocada como condição de perfil de amostra para os entrevistados. A seleção de sementes e indicações destas foram feitas nas regiões mais nobres da cidade, onde trabalham, majoritariamente, os profissionais de empresas terceirizadas. Em média, no grupo, o trajeto casa/trabalho é de uma hora (variando de 45 minutos a 1h30). As condições do transporte coletivo, usado por todos, é relativizada, dependendo dos horários de utilização. Apenas são destacados os horários de pico em estações de trem como situação “bastante difícil” para os idosos.

O maior elogio é o fluxo por corredores de ônibus que “facilita muito” a viagem. No entanto, mesmo aqueles que normalizam as condições de transporte e tráfego urbano sem atribuir à viagem casa/trabalho um fardo na vida cotidiana, logo em seguida, revelam opiniões como “a gente sufoca no trânsito” ou “esse trânsito exagerado daqui”. Todos consideram importante a prioridade de assento para os idosos no transporte coletivo, principalmente, as mulheres, mas também os homens. O grupo acredita que poderá continuar trabalhando e enfrentando o transporte público todos os dias, embora reconheça que “cansa”.

O espaço urbano como determinante para a manutenção do *batalhador* depois dos 60 no mercado de trabalho é mais evidente quando o trabalho está diretamente relacionado com o fluxo na cidade, como no caso de

I., 63 anos, motorista

“Trabalhar de motorista em São Paulo para mim não dá mais. É muito estressante. De 1975 para cá, só trabalhei de motorista”

Pergunta: *O que o sr. sente quando está dirigindo que é diferente do tempo que o senhor começou?*

“Antigamente não tinha esse trânsito que tem hoje. Não tinha tanto movimento de moto... Isso aí vai deixando a cabeça da gente... Eu tive até um infarto quando trabalhava para uma senhora aí...não era pelo trabalho com ela...é o estresse mesmo. [...] Eu tinha 58 anos. Aí passei a ir ao médico periodicamente, tomar remédio controlado, chega uma hora que estressa a gente e isso vai provocando mais ainda, o colesterol [...] não abaixa nunca.”

Vida política e cidadania

Na condição de *integração incerta*, assim como a pesquisa matriz de Paugam, o grupo apresenta completo distanciamento da vida política em termos de atividades sindicais, reivindicatórias, participação em manifestações públicas etc. Sendo o voto obrigatório, os entrevistados votam, mas com total descrédito na classe política. A reforma da Previdência Social era a maior preocupação de todos, no momento da pesquisa, mas com a certeza de que estariam com os direitos adquiridos protegidos, devido à idade. No entanto, tinham preocupação com filhos e netos, embora essa preocupação jamais tenha se traduzido em participação em manifestações de protesto de qualquer natureza, demonstrando uma ausência do *sentido* de solidariedade intergeracional e capacidade de mobilização política.

O interesse desta pesquisa, nesta seção, era verificar o conhecimento dos entrevistados e entrevistadas sobre o Estatuto do Idoso, conforme dito acima, eleito aqui como um marco regulatório principal para testar a reivindicação, o exercício da cidadania e a consciência dos entrevistados como sujeitos de direitos. Nenhum dos entrevistados declarou conhecer a lei. “Já ouvi falar”, “Vi qualquer coisa disso aí” ou “Nunca li, nem sei” eram as falas mais comuns. Esse distanciamento e apatia coloca a Justiça do Trabalho como a via exclusiva de reivindicação de direitos e o único acesso à proteção legal dos *batalhadores* neste tipo de integração.

Integração laboriosa: o fardo cotidiano dissimulado como “distração”

No modelo matriz da pesquisa de Paugam o tipo desvio *integração laboriosa* é delimitado entre empregados de uma organização estatal de seguridade social e uma empresa de processamento de alimentos derivados da pesca. Ambos vivem um processo de crise, seja pela deterioração dos direitos sociais ou pela decadência do setor industrial específico, ocasionando um clima de disputa interna entre os empregados que, em meio à luta pela sobrevivência, são jogados “todos contra todos”. Essa situação amplia o “fardo” cotidiano com a redução do número de trabalhadores por tarefa, falta de perspectiva de carreira ou mesmo a maior rjeza do trabalho físico, embora o autor atribua mais peso aos dois primeiros aspectos.

Nesta pesquisa foram escolhidos os feirantes para representar esse tipo. A opção justifica-se por ser o grupo explorado também investigado por Souza na categorização dos *batalhadores* e ainda porque o trabalho de feirante, assume-se, equaliza-se com os critérios de Paugam para enquadrar a situação de segurança no emprego e insatisfação com o trabalho. Este critério é relacionado aqui, ampliadamente, ao *labor*, ao fardo, ao peso do cotidiano sobre os ombros do trabalhador com mais de 60 anos. A feira livre também é análoga à condição das empresas escolhidas por Paugam, pois, essa atividade atualmente sofre a concorrência de estabelecimentos e novas modalidades de varejo, como hipermercados, sacolões ou compras online ou por aplicativos digitais. Essa concorrência atrai um número cada vez menor de fregueses em comparação ao passado, provocando vários ruídos nas relações pessoais dos feirantes.

As 9 entrevistas foram realizadas nas feiras, no ambiente de trabalho, ou seja, nas próprias barracas, com a possibilidade de observação direta das situações e da convivência com os pares e clientes, montagens ou desmontagens das barracas e manuseio das mercadorias. Como todos os entrevistados são proprietários de seus negócios (as barracas), as conversas ocorreram sem nenhuma interferência de superiores hierárquicos que permitisse, de alguma forma, alterar comportamentos ou respostas.

A padronização do grupo ocorreu de forma imediata e clara para o enquadramento, de acordo com o modelo matriz, na condição *laboriosa*. O critério de estabilidade no emprego foi facilmente delineado no grupo, uma vez que deixar de trabalhar como feirante é uma decisão unilateral, uma vez que os entrevistados são os proprietários dos negócios e, em alguns casos, até são empregadores ou trabalham com

filhos e netos que continuarão o negócio – embora uma das características marcantes desses *batalhadores* seja sempre fazer questão de destacar como filhos e netos ascenderam e estão em outras profissões consideradas por eles mesmos menos chãs do que a de feirante. Muitos fizeram questão de, voluntariamente, declarar que netos ou filhos estão cursando a universidade. Esse fato, consideramos, constitui-se primordial na categoria *batalhadores* desenhada por Souza.

Desta forma a condição de incerteza na continuidade do trabalho nos próximos dois anos, exigência da matriz de Paugam, é transportada para responsabilidades externas à sociedade como “a vontade de Deus” e a manutenção de boas condições de saúde. Embora estabeleçam uma relação direta entre o trabalho e a saúde, isto é, “se parar de trabalhar, fica doente”, o desejo de parar e poder “descansar um pouco” ou “ter mais tempo com os netos” ou “viver na praia” é revelado no aprofundamento da entrevista. Assume-se aqui este dado como uma característica do tipo de *integração laboriosa*.

A despeito de, em uma primeira resposta declararem satisfação pelo trabalho, todos os entrevistados deste tipo de integração apontam a carência de renda como o principal determinante por ainda acordarem de madrugada, saírem de casa para montar barraca para vender suas mercadorias depois dos 60 anos. Mesmo os aposentados, declaram renda insuficiente para cobrir as despesas da velhice, como fica exemplificado na fala da seguinte entrevistada, cujo marido, de 88 anos, dormia dentro do carro na feira do bairro do Pacaembu (Zona Oeste), enquanto a entrevista era realizada:

D., 85 anos, feirante

“A gente ainda vive daqui. É muito remédio! O convênio [médico] leva tudo, então ajuda, ajuda. Pra guardar dinheiro, não. Não se guarda mais nada. A gente vende uma coisinha e toca pra frente. Se eu não tivesse esse modo de vida, teria que trabalhar de qualquer jeito, então eu costuraria mais para fora.”

O grupo entrevistado tem uma média de 5 anos de estudo. Sem a qualificação exigida pelo mercado de trabalho nos anos 1960, 1970 acabaram empurrados para a profissão de feirante. Todos chegaram a essa condição por acaso, por desdobramentos das circunstâncias familiares, por necessidade diante de falta de opções ou “foi a oportunidade que apareceu”. Quase todos também trazem a marca genética da

exploração trabalhista da primeira fase laboral, seja no trabalho rural na infância ou no trabalho doméstico com muitos anos sem registro trabalhista e/ou contribuição à Previdência Social. A mesma entrevistada revela o conformismo padrão com a situação passada quando trabalhou, na década de 1960, para uma família “rica” no bairro dos Jardins:

“Ninguém pagava registro para ninguém. Hoje, sim, é obrigatório.”

Pergunta: A senhora tinha conhecimento desses direitos?

“Não, não se comentava isso. Ninguém comentava nada e a gente ficava sem saber nada”

Pergunta: Quantos anos a senhora trabalhou de babá?

“Sete anos, sem registro. Já é o destino da gente.”

Os integrantes do grupo já aposentados (5 entrevistados) ascenderam a esta condição pelo critério de idade e têm renda média de aposentadoria de dois salários mínimos. A primeira reação de todos os entrevistados ao relatarem suas trajetórias de vida e justificarem porque ainda trabalham é emprestar ao *labor* cotidiano uma função social, seja de integração ou satisfação pessoal. “A gente vem para se distrair” ou “Ficar em casa é chato” são declarações recorrentes. No entanto, no decorrer da entrevista, a necessidade de renda é verificada como motivo hegemônico entre todos para a continuidade da vida laboral, como declara a entrevistada

B., 71 anos, feirante

“Eu ganho aposentadoria de mil e seiscentos reais. Não dá para sobreviver. Pedir para os meus filhos? Claro que meus filhos me dariam, mas eu não me sinto bem. Enquanto eu tiver saúde e disposição não é justo eu ficar pedindo para os meus filhos porque eles têm a vida deles”.

Ou o entrevistado

M., 77 anos, feirante

“A minha aposentadoria é pequena, então tem que *compretá*. Tem que *compretá* pra sobreviver. Não gosto de ficar parado.

Gosto de trabalhar. A gente quer parar de trabalhar porque fica com preguiça de levantar cedo, mas depois que levanta a coisa é boa pra gente.”

Ou outro entrevistado

A., 72 anos, feirante

“A gente precisa trabalhar porque as coisas estão *difícil*. É a renda. Eu já sou aposentado, mas a aposentadoria é muito devagar. A gente tem que ter um complemento. É muito pequena. Ganho dois salário e pouco de aposentadoria. Enquanto a saúde ajudar, a gente vai levando. Só Deus sabe!”

A *integração laboriosa*, no caso de **M.**, é evidente. Negro, trabalha sentado em um caixote, com um tabuleiro de cebolas à frente, “sem matrícula, nem nada”, como disse, com problemas de locomoção devido à obesidade, precisa e ajuda para se levantar ou mesmo andar e problemas fonoaudiológicos (fala e audição). Ele sonha em parar:

“Estou tentando parar. Quero parar de vez, não quero mais. Se der certo...vou morar lá na Praia Grande. Quero viver mais tranquilo. Aqui em São Paulo, tem que continuar trabalhando.”

(...)

Pergunta: O senhor acorda a que horas?

“Quatro da manhã. Tem que pegar o ônibus quatro da manhã para vir vazio. Aí vem bem.”

Pergunta: Como o senhor faz para montar a barraca, trazer as mercadorias? Quem lhe ajuda?

“Ajuda não. Eu pago. Pago ajudante para montar, ele monta. Eu vou comprar a mercadoria. Só. Aí ele monta pra mim.”

Poucos explicitam diretamente o *labor*, embora em vários momentos da observação direta seja evidente a constatação de impossibilidade de realização de várias tarefas. Aqueles que não contam com filhos ou netos na equipe da barraca, precisam pagar por braços e pernas mais fortes e mais jovens para executar a montagem e desmontagem das barracas. Nas feiras alguns trabalhadores só fazem isso. Aqueles com

barracas menores, produtos mais difíceis de serem vendidos ou em posições desvantajosas na distribuição dos pontos de venda no decorrer da feira são mais explícitos. Quando questionados, abrem mão de qualquer dissimulação de trabalho como distração ou socialização. Cai a mascarada satisfação, mesmo quando esta é usada inconscientemente. Diz a entrevistada

S., 64 anos, feirante

“É cansativo. Sem dúvida. É sofrido, viu? Pode ter certeza disso. A gente levanta muito cedo. Isso aqui não é fácil para montar e desmontar. Não é brincadeira. É puxado. Sabe que horas eu chego na minha casa? Quatro da tarde. Eu saio de casa às cinco horas da manhã. Tem dia que, em outras feiras, quando fico no meio da feira, eu tenho que chegar mais cedo ainda.”

Ou outra entrevistada

B., 71 anos, feirante

“É cansativo, é claro que é cansativo. Geralmente a mulher tem aqui e tem a casa. Meu filho fica falando, ‘mãe, no ano que vem você vai parar’. Mas se eu parar, eu vou morrer mais cedo. Ontem eu não lavei roupa, mas hoje vou lavar...”

O *labor* é ampliado pelo impacto urbano, seja em transporte público ou individual, diz **B.:**

“É um pouquinho de trânsito. Eu moro perto da Raposo [Tavares]. Quando eu fui morar para lá, a gente saía de lá cinco horas da manhã e não pegava quase trânsito. Mas agora se sair às quatro, você pega. Tem muito condomínio pra lá! Trânsito é meio complicado. Mas...isso faz parte da nossa vida.”

Opressão psicológica: concorrência desleal e perda de significado

A concorrência com outros feirantes acentua o *labor*, sobretudo quando a clientela é cada vez mais escassa devido a novas formas de comércio. A qualidade dos produtos ou serviços assume um papel coadjuvante diante do protagonismo dos preços. Os *batalhadores* ainda valorizam a qualidade, a artesanaria [*faber*], a relação de confiança, mas a clientela sensível a esses argumentos é escassa nas feiras de hoje e

aqueles que ainda guardam esses valores têm seu poder de compra reduzido pela situação de renda na velhice. Essa nova realidade causa uma opressão psicológica aos feirantes mais fiéis aos valores tradicionais do bom comércio diante da concorrência de novatos fementidos. Muitos verbalizam uma angustia com a perda de significado de seus trabalhos feitos como sempre o fizeram, como diz

T., 60 anos, feirante

“A concorrência é muito desleal. Meu ramo caiu muito de produção. Pode chegar a até 90% [de queda]. Então a gente está sobrevivendo no que a gente faz. A pessoa [concorrente] não sabe fazer, não tem condição, foi desestimulado [sic] do setor de trabalho registrado e ele [sic] parte para fazer as mesmas coisas [que a gente faz], sendo que ele não tem a condição nem a qualificação. Então ele fica agindo de acordo com o que ele precisa e não mede distância para vender mais barato, fazer errado porque ele não sabe fazer, mas ele prejudica a ele e aos outros.”

T., ex-metalúrgico, trabalha com metais, restaurando ou consertando painéis e outros instrumentos de cozinha e vendendo outros mais. Também amola facas, tesouras. Sua barraca fica vazia durante todo o tempo da entrevista e, mais tarde, quase no fim da feira, está sentado ouvindo rádio tão estático quanto seus utensílios e ferramentas. É a mesma sensação de **D.**, costureira e bordadeira. Ela fala com orgulho dos seus bordados, mas os clientes preferem levar um pano de enxugar louça totalmente soez, sem o minucioso trabalho dela. É o preço. Mesmo esses panos vulgares sofrem a concorrência cada vez maior, ela diz, de quem os vende nos sinais de trânsito por toda a cidade, sem licença da prefeitura ou qualquer outra formalidade.

O uso do verbo *envolver*: a atuação cidadã criminalizada

Quanto ao exercício da cidadania ou atuação política, o grupo representativo da *integração laboriosa* confirma o resultado da matriz de Paugam (2000, p. 323), quando este constata a “desilusão política” vinculada aos tipos de integração desvio. Nenhum entrevistado atuou ou atua em qualquer instituição representativa de classe, sindicato ou movimento organizado politicamente capaz de servir de via para reivindicação de direitos ou melhoria no trabalho ou no bem-estar da vida privada. A capacidade de

mobilização organizada é nula. Assim como o tipo desvio *integração incerta*, os entrevistados desconheciam o Estatuto do Idoso, salvo o vulgar direito de preferência em filas de banco ou assento no transporte público. “Não estou muito por dentro”, “Já ouvi falar” ou “Sei que existe, mas nunca li” são as respostas mais comuns à pergunta: “Conhece o Estatuto do Idoso?”.

Alguns demonstram vergonha pelo desconhecimento da lei, arvorando para si a responsabilidade de conhecê-la, outros manifestam indiferença por descrença como

A., 72 anos, feirante

“Não sei se aqui no Brasil tem alguma coisa para o idoso. Aqui no Brasil tem muito pouco para o idoso. É fila de banco...mas o idoso não é muito respeitado, não. Em outros países, tem muito mais, né? Precisava fazer alguma coisa a mais...”

Boa parte dos entrevistados usa o verbo *envolver* para responder à pergunta: “O senhor (ou a senhora) alguma vez participou de movimento para reivindicar melhorias aqui na feira ou integrou sindicato, militou em algum partido político?”. Todos os entrevistados recebem com repulsa esta indagação. Assume-se que uma resposta positiva, na visão deles, seria algo quase como reconhecer a atuação em uma atividade ilegal ou criminosa. As notícias sobre corrupção corroboram essa percepção e criminalização da política.

“Nunca me *envolvi* em nada” ou um “não” bem sonoro seguido de “Jamais me *envolvi* com essas coisas” ou um ar de desconversar como tentativa de não ser indelicado ou indelicada com o entrevistador são as reações repetitivas. Soltam um “Eu ouço muita coisa à noite [no telejornal], escuto as coisas à noite, mas fora isso, não”. Embora a pesquisa tenha sido feita em uma conjuntura política nervosa no país, nenhum dos pesquisados fez qualquer comentário sobre essa situação, nome de político, corrupção etc, salvo superficiais observações a respeito de uma possível nova reforma da Previdência Social.

Integração desqualificante: resiliência diante da identidade ameaçada

O tipo *integração desqualificante*, segundo Paugam, traduz uma crise de integração profissional, pois, conjuga insatisfação com o trabalho e instabilidade no emprego. Esses dois critérios podem se traduzir por problemas no interior da empresa,

na regulação trabalhista ou um sentimento por parte dos trabalhadores de pertencerem a um grupo ou empresa cuja identidade está ameaçada, seja por seu *status* ser inferior ao de outros, seja porque o próprio grupo está condenado a desaparecer (PAUGAM, 2000, p. 102). A *integração incerta* e a *integração desqualificante* podem, na visão do autor, ser consideradas como as novas formas de integração em relação ao modelo fordista dos Trinta Gloriosos, uma vez que a instabilidade ou a incerteza eram “muito raras” no contexto de crescimento econômico vigoroso e pleno emprego do pós-guerra (Op.cit., p. 365).

Paugam testou o tipo de *integração desqualificante* em empregados de uma indústria de móveis em decadência e de uma indústria de laticínios também em crise. São profissionais cuja habilidade estava restrita ao ambiente da empresa, sem nenhum valor no mercado devido às suas especificidades. De repente, se deparam com o risco de perderem a possibilidade de qualquer trabalho produtivo e útil¹⁴⁶. Os *batalhadores* escolhidos aqui para a pesquisa deste tipo foram os cobradores de ônibus de uma grande empresa de São Paulo. Foram entrevistados 9 pessoas (homens e mulheres) nos seus locais de trabalho, isto é, no terminal de ônibus da Barra Funda, mas também durante as viagens, dentro dos próprios veículos. Mais uma vez os entrevistados responderam às perguntas sem nenhuma interferência de supervisores, mesmo quando foi necessária a autorização de fiscais.

A escolha desta categoria profissional deveu-se ao processo de supressão da função de cobradores de ônibus pela prefeitura de São Paulo. A tarefa da cobrança seria delegada ao equipamento digital de leitura ótica dos cartões ou ao próprio motorista, como já ocorre nos micro-ônibus desde 2015. A incerteza em relação ao emprego é revelada por todos os entrevistados do grupo, caracterizando assim esse critério. Quanto à insatisfação, esta é manifestada pela indignação dos entrevistados diante da “traição” da empresa após “décadas” de trabalho “honesto”, do “desprezo” com os usuários ou ainda da tensão com a própria incerteza prolongada a abalar a saúde, como diz

N., cobrador, 68 anos

“A discussão é: será que vai acontecer? Eu falo para eles que vai acontecer, vai. Não sei quanto tempo. Mas

¹⁴⁶ Segundo Souza, na sociedade capitalista, o trabalho produtivo e útil tornou-se o maior valor social e perdê-lo é dar adeus às chances de autoestima, respeito e reconhecimento social. (Souza, 2018, p. 127).

vai. É só querer. É só implantar o sistema. Dá certo. Por outro lado, para pegar um deficiente tem que ter alguém, tem que ter um fiscal... Se acabar com os cobradores tem que ter alguém. Ou melhorar a tecnologia dos ônibus para dar mais acesso aos cadeirantes, às pessoas com deficiência física ou o próprio motorista pode fazer esse processamento.”

A indignação, no entanto, é anestesiada pelo conformismo. A desilusão com a política, a criminalização da ação cidadã ou a desvalorização de qualquer poder de atuação para intervir na realidade produz apatia e resiliência, como diz

C., cobradora, 65 anos

“Eu vou sentir muito, eu vou sentir muito porque tenho colegas de serviço que eu adoro, uma chefia que adoro, então, vou sentir muita falta. Mas fazer o quê? Se for a vontade deles [da empresa e da prefeitura], tem que aceitar. Eu acredito que não vai acabar de imediato, não. Mas do jeito que tudo está hoje, né? Está tudo muito rápido, né? Vamos esperar para ver.”

J, cobrador, 60 anos

“É onde [sic] eu acho que o serviço de cobrador para muitos é simples. Não faz nada, o pessoal acha que é... [sic]. Mas o cobrador no ônibus ainda é sensível [sic]. Ainda precisa. É muito bom ter o cobrador no ônibus por causa que às vezes tem pessoa que adoece no carro, passa mal, *precisam* [sic] de um auxílio do cobrador. Tem pessoal que não sabe ainda nem passar um cartão e precisa de o cobrador auxiliar para passar aquele cartão. Precisa ver alguma coisa de informação, endereço que eles *precisa* [sic] ir...”

Assim como constata Paugam na pesquisa matriz, a interiorização da identidade negativa é mais forte do que qualquer possibilidade de reivindicação de qualquer direito ou reação a arbitrariedades. O perfil do grupo, mais uma vez, é marcado pelas características de relações de trabalho com heranças escravagistas verificadas nos outros

tipos. A situação atual, em momento algum, é atribuída a essa relação desigual do passado, mesmo quando os entrevistados relatam que trabalharam por vários anos desprotegidos da legislação trabalhista. O distanciamento político absolve a sociedade de qualquer responsabilidade sobre o destino dos entrevistados. A desigualdade de classe é vista até com admiração, como nas palavras de

N., cobrador, 68 anos

“A linha que eu faço, a linha de Perdizes, é uma linha descentíssima. Perdizes ao Metrô Ana Rosa. O pessoal são [sic] qualificado. Pessoal de a gente tirar o chapéu. É uma linha que merece muito respeito.”

A fala demonstra a admiração e a cumplicidade do oprimido com o opressor impossibilitando qualquer ideia de reação política. Todos os entrevistados, inicialmente, reagem à ameaça de eliminação da função de cobrador com uma certa soberba. A razão é que, com exceção de um dos entrevistados, todos já estão aposentados. Gostam de destacar que os colegas mais jovens é que irão sofrer mais, pois, eles têm “a vida ganha”, “não vai mudar muito” ou “pode até ser bom”. No entanto, no desenrolar da conversa, a necessidade da renda do trabalho aparece latente e, logo, a insatisfação aumenta com a ameaça da perda da vaga.

J, cobrador, 60 anos

“Vai desempregar mais gente. O país já está tão ruim e ainda vão desempregar mais? Já sou aposentado, mas não consigo viver sem o meu emprego. Dependo do emprego porque minha aposentadoria é baixa, 1 mil e 300 [reais]. Me aposentei por tempo de serviço. Mas na época, a idade não batia completo [sic] aí o fator [previdenciário] comeu, comeu tudo. Eu não tô assim em condições de dizer vou viver só da aposentadoria, dependo do emprego. Ou de cobrador ou de alguma coisa, tem que trabalhar.”

O principal motivo do retorno ao mercado de trabalho após a aposentadoria é o custo de saúde privada ou plano de saúde. Essa é uma característica comum a todos os entrevistados. Neste aspecto, para os *batalhadores* pesa a trajetória de vida, a ausência

de capital social ou cultural, de relações pessoais capazes de mitigar esse custo de tratamentos de alguma maneira. Assim, eles só podem contar com o Sistema Único de Saúde ou o atendimento no setor privado, com auxílio da empresa. O risco de perder essa contraparte no tratamento médico deles e de seus familiares é, sem dúvida, a maior causa de preocupação e insatisfação. Relatos desse tipo são comuns, como o de

C, cobradora, 65 anos

“Minha aposentadoria é muito pequena. Eu tenho uma menina em casa que é quase especial e que depende de mim. Então eu não gostaria que acabasse, não. Mas fazer o quê? Os homens querem que seja assim, assim seja.”

C. está preparada para voltar a fazer faxina em casa de família. Ou melhor, intensificar as faxinas, uma vez que nunca deixou de fazê-las nos dias de folga:

“Eu vou procurar trabalhar de diarista, fazer uma faxina, qualquer coisa que não precise - como é que se diz? – *fichar* [registrar na Carteira de Trabalho]. Eu não posso mais trabalhar *fichada*. Eu trabalho *fichada* aqui porque vim de outra empresa. Mas se fosse para entrar agora, eu não podia ser *fichada*.”

Quando perguntada se conhece o Estatuto do Idoso, sua vida é assim resumida por ela:

“Não. É de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Não saio. Só saio para vir trabalhar, só. Moro em Parada de Tápias. Tomo dois ônibus para chegar até aqui. Depois tomo um reservado dentro da garagem e pego outro ônibus. Chego em casa meia-noite, nessa faixa. Tranquilo. Acostumei. São 30 anos nessa vida.”

Assim como no caso de seus colegas, “essa vida” de passar oito horas por dia dentro de um ônibus no trânsito de São Paulo faz o plano de saúde ser ainda mais fundamental para ela mesma, pois os efeitos do trabalho no espaço urbano impactam o corpo cada vez mais tal qual Paugam (2000, p. 219) constatou com seus entrevistados do tipo de *integração desqualificante*:

“O que me incomoda mais é o calor. O calor incomoda muito. Eu tenho dor de cabeça, problema de enxaqueca, mas é tranquilo. Geralmente, quase todos os dias eu tenho dor de cabeça. Mas isso é o de menos.”

C. não vê problema em tomar remédios todos os dias para o seu problema. Outros reclamam de surdez e de ardência nos olhos, como

P., cobrador, 60 anos

“Fiquei um pouco surdo, o médico já falou e a cabeça fica mais esquecida das coisas. É muito barulho, 30 anos de trânsito todo dia. Acontece uma série de coisas que esse serviço afeta uma coisa e outra. Afeta muito.”

Outros dão menos valor a essas lesões e estão mais preocupados com a poluição, como

N., cobrador, 68 anos

“O problema é a poluição. O que mata aqui é a poluição. Principalmente. Muito ar ruim. Aqui debaixo [do terminal] os motores ligados...isso faz muito mal. Se tiver um ônibus ligado, o escape, aquilo me irrita. Aquele cheiro. Irrita. Falta fiscalização.”

Como nos outros grupos, muitos *batalhadores* com mais de 60 anos do tipo de *integração desqualificante* foram trabalhadores rurais, alguns relatam trabalhar na “roça” desde os 5 anos, e a poluição da cidade é mais agressiva para eles, a despeito do tempo que estão na zona urbana, como é o caso de

J. cobrador, 73 anos

“São Paulo ficou ruim, é ruim, por causa do trânsito, do emprego, o salário caiu muito. Eu *sente* [sic], mas a gente tem que contornar a situação. Se não tivesse trânsito, claro, seria melhor, mais sossegado. Como não tem para onde fugir, como você tá na rua, tem que relaxar e do jeito que tocar, tem que ir. Senão, você se mata. O pior de tudo é a poluição, pra nós. Eu sinto

muito problema de vista. Quando ataca muito, fica o tempo muito seco, eu sofro bastante por causa da visão. As *vista* [sic] *fica* muito vermelha, queima igual fogo e não tem para onde você correr não.”

Sentado em sua cadeira de cobrador e fazendo troco, ele explica porque precisa trabalhar:

“Se não tivesse aqui, teria que fazer outra coisa, principalmente por causa do convênio médico. Se eu for [sic] pagar um convênio, a aposentadoria é só para pagar. Quando a gente está trabalhando, a gente tem o convênio. O resto você leva, mas o plano de saúde, não. Aí vai me segurando aqui. Eu pago 140 reais para a minha mulher. Ela já fez duas cirurgias na coluna. Tem muito problema. Já pensou sem isso aqui? Ia tudo de médico.”

Integração assegurada: o tipo ausente para os batalhadores depois dos 60

A *integração assegurada*, ou seja, aquele tipo ideal no qual o trabalhador tem estabilidade no emprego em uma perspectiva de, no mínimo dois anos, e satisfação com o trabalho é uma realidade desconhecida para os *batalhadores* depois dos 60 anos. Ao menos na cidade de São Paulo, outras categorias pesquisadas com o intuito de enquadrá-las nesse tipo, como empregadas domésticas ou frentistas de posto de gasolina, repetiram os tipos anteriores ou apresentaram inadequação na amostra. O fator idade, defende-se aqui, é o principal motivo da inexistência de um tipo de *integração assegurada* para os *batalhadores* depois dos 60 anos.

Os anos de estudo insuficientes para atender às novas necessidades do mercado de trabalho, com exigências de habilidades cada vez mais efêmeras, a já citada “fragilização da segunda metade da carreira”, a automação ou robotização crescente, a gestão por idade nas empresas, a dinâmica do *capitalismo de desconstrução* a exigir da economia mais do que ela pode oferecer ou simplesmente o idosismo (o preconceito) são alguns dos fatores que jogam o *batalhador* depois dos 60 anos para os tipos desvios de integração no mercado de trabalho.

Embora nascidos no fim da década de 1950 e passarem boa parte da infância e juventude no período de maior crescimento do PIB nacional (1930-1980, incluindo o chamado “milagre econômico” de 1968 a 1973), os *batalhadores* com mais de 60 anos, hoje, herdam as consequências da escravidão, da desigualdade social e da subcidadania a impactar sua vida laboral. Essa situação, combinada à desconstrução do remédio de Estado do Bem-Estar Social brasileiro, os empurra para uma integração totalmente desvantajosa no mercado de trabalho impossibilitando qualquer idealização de reinvenção profissional na velhice¹⁴⁷ e comprometendo sua vida pós-laboral, na fase de aposentadoria.

Aos *batalhadores* depois dos 60, ausentes do tipo de *integração assegurada*, a aposentadoria manifesta-se como uma nova etapa laboral, mas ainda mais desfavorável do que a que vivenciaram por décadas. Nesse retorno oferecem a condição de aposentados como um atrativo para estabelecer vínculos outros ou para eles mesmos acreditarem que podem satisfazer a necessidade financeira com alguma independência de condições adversas no ambiente de trabalho. A *integração assegurada* é ainda impedida pela carência de capital social e cultural desse segmento que cristaliza uma condição de orientação instrumental ou burocrática com o trabalho, sem perspectivas de vivenciarem expressivamente suas vidas.

¹⁴⁷ Aqui é preciso fazer uma relação também com o conceito de “capabilidades” (capacidade + habilidades) de Amartya Sen (2000), quando o autor destaca a restrição da liberdade pelas limitações das escolhas do indivíduo devido ao contexto social.

Considerações finais

Acredita-se ter constatado, nas páginas precedentes, uma série de pontos, todos eles formulados, em sua generalidade, no projeto inicial de pesquisa. É preciso agora relacionar, de forma sucinta, as considerações finais que nos parece podermos legitimamente tirar do conjunto de argumentos e informações apresentados em busca de uma sociedade capaz de estabelecer-se promissora para a *integração assegurada* dos batalhadores depois dos 60 anos e também porque os tipos de integração devem ser levados em conta, no século XXI, quando se discute empregabilidade na velhice, sistema de previdência social, regulamentação do trabalho e outros instrumentos de proteção social:

- 1) Diante da dinâmica da economia das últimas décadas, o que chamamos de *capitalismo de desconstrução*, por ter como objetivo desconstruir todo o projeto social construído no pós II GM, sobretudo as barreiras ao avanço do capital financeiro, é imprescindível estabelecer prioridade na redução da desigualdade social quanto ao objetivo de garantir bem-estar numa sociedade em processo de envelhecimento populacional acelerado, como a brasileira. A discussão sobre o país enriquecer antes de “ficar velho”, portanto, cai em um vazio por estar o crescimento econômico (ou enriquecimento) desconectado da obrigação de distribuição de renda. Essa condição, defende-se, é imprescindível para uma *integração assegurada* dos *batalhadores* depois dos 60 anos. A comparação do processo de envelhecimento do Brasil com o de países ricos, no debate público, é deslocada também de seu contexto histórico, oferecendo, assim, um distanciamento da realidade vivida e a ser vivida.
- 2) As metamorfoses do mundo do trabalho obrigam um repensar sobre a seguridade social no processo de superenvelhecimento. Na construção do remédio de Estado de Bem-Estar Social brasileiro, desde o governo Getúlio Vargas, o *batalhador* era um produtor útil para aquele estágio da estrutura produtiva. Na 4ª Revolução Industrial, o *batalhador* torna-se o mais vulnerável e descartável. O trabalho por conta própria ou *empreendedorismo improvisado* serão incapazes de dar conta do bem-estar na velhice, principalmente em meio a crescente mercantilização da saúde, como mostrado na pesquisa empírica. Essa configuração desafia o discurso de que

estender a vida laboral é uma opção do trabalhador brasileiro, “que se aposenta cedo demais”. De fato, a própria lógica do mercado no século XX e XXI, com maior flexibilização da regulamentação trabalhista, automação e redução dos benefícios previdenciários, produziu na prática uma “aposentadoria flexível”. O *batalhador* permanece no mercado de trabalho depois dos 60 seja aposentado – por necessidade de renda – ou para completar as regras de elegibilidade para a aposentadoria. Assume-se que uma idade mínima para a aposentadoria e maior tempo de contribuição agravariam essa desvantagem dos *batalhadores*, pois são regras que ignoram os *tipos de integração* que pretendemos revelar com esta pesquisa.

- 3) O avanço da automação, robotização e desregulamentação ameaçam, cada vez, mais o *emprego* no modelo fordista ou da sociedade salarial. O *trabalho*, evidentemente, existirá sempre no capitalismo. Os *batalhadores*, por desempenharem tarefas repetitivas, são os mais ameaçados pela expulsão do mercado de trabalho, dificultando assim a elegibilidade para suas aposentadorias. É necessário, portanto, na perspectiva das próximas gerações “desaparafusar” o sistema de seguridade social do emprego formal, como recomenda Beck (2011). É preciso repensar outros sistemas de proteção social, como, por exemplo, a renda mínima universal, as políticas compensatórias para a *batalhadora*. Além de políticas de requalificação e educação continuada, de reduzir o risco de eminência dos tipos *laborioso*, *incerto* e *desqualificante* ao preparar a mão-de-obra para o ambiente da chamada 4ª Revolução Industrial.
- 4) É exigida dos *batalhadores* depois dos 60 uma resposta às exigências para acesso à seguridade social, sempre aparafusada ao *emprego*, que eles não podem dar e, nos países desiguais como o Brasil, poderão ter cada vez mais dificuldade a atender a esses critérios de elegibilidade. Por que não pode dar? Porque nunca herdaram um capital cultural e social (valores imateriais) hoje extremamente necessários para garantir qualquer possibilidade de uma *integração assegurada*. Pelo contrário, os *batalhadores* trazem o DNA do escravagismo em suas trajetórias pessoais. Essa situação os empurra para a situação de “desamparo” no sentido arendtiano (ARENDDT, 2014, p. 263).
- 5) O ambiente urbano desempenha papel relevante na integração dos *batalhadores* depois dos 60 anos. A manutenção ou extensão da vida laboral

guarda interconexões diretas com a mobilidade urbana, a segurança nas cidades e a poluição. *Cidades globais*, como São Paulo, são incapazes de incorporar medidas para serem mais amigáveis a todas as idades sem uma mudança estrutural na gestão urbana que implique em restrição à ação do capital financeiro em sua fração imobiliária.

- 6) Em termos de direitos e de cidadania, a Justiça do Trabalho é o único acesso dos *batalhadores* integrados nos *tipos desvio* à proteção do Estado Democrático de Direito. Uma vez que seus direitos fundamentais foram confiscados – e ainda o são – desde a infância, a Justiça do Trabalho gratuita aparece como a única porta de fuga da condição de subcidadania. Ela ganha ainda mais importância diante da incapacidade de os *batalhadores* reivindicarem seus direitos como atores políticos ou uma vez que percebem a atividade sindical ou política como o *envolvimento* em uma atividade criminosa. A restrição ao acesso à Justiça do Trabalho reforça a legitimação de classe por meio do conformismo ou da resiliência que os confina nos tipos desvio de integração no mercado de trabalho.
- 7) Os *tipos desvio* de integração representam um alto risco de desqualificação social para os *batalhadores e batalhadoras*. Ao mesmo tempo em que o fato de estarem trabalhando os enquadraria no conceito do *envelhecimento ativo*, de forma alguma, impossível afirmar que essa situação se adequa ao que define-se como *envelhecimento digno*, uma vez que os *tipos desvio* afastam qualquer possibilidade de emancipação, expressividade pelo trabalho ou realização pessoal. Acreditar em chances de “reinvenção” dos *batalhadores* seria, sociologicamente falando, um acesso ingênuo à realidade social. O *capitalismo de desconstrução* delega a “reinvenção profissional” na velhice ao “mérito pessoal”, “às oportunidades novas”, “ao auto conhecimento”, ou seja, à “reprivatização da velhice”. É totalmente “esquecido” o contexto social que limita enormemente o raio de ação social dos *batalhadores* com mais de 60.
- 8) Pela primeira vez na história, a economia capitalista está diante do fenômeno do superenvelhecimento, talvez, sua grande vitória. O êxito do avanço da ciência aplicado ao bem-estar, um dos valores da modernidade, garantiu a longevidade. No entanto, os *tipos desvio* de integração dos *batalhadores e batalhadoras* ao mercado de trabalho no século XXI, ao ameaçarem o bem-

estar na velhice e, mais que isso, um retrocesso em saúde, com as novas patologias da “sociedade do cansaço” e ainda uma ausência de dignidade humana, empurra a reflexão para a seguinte questão: O capitalismo comporta sua grande vitória? O capitalismo admite o envelhecimento humano? Se o trabalho é central na economia capitalista, os tipos de integração, ou melhor o tipo de *integração assegurada*, deve ser o objetivo maior da sociedade. Se o capitalismo é incapaz de oferecer essa garantia na velhice, qualquer outra vitória estará distante do humano.

Bibliografia

- ACEMOGLU, D.; RESTREPO, P. (2018) *Artificial Intelligence, Automation And Work*, working paper 24196, National Bureau of Economic Research, Cambridge.
- ALVES, M.A. e TAVARES, M.A. (2006) *A dupla face da informalidade do trabalho, “autonomia ou precarização”* In ANTUNES, R. (org.) – *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, pp. 425-444, São Paulo, Boitempo Editorial.
- AMLINGER, M., BISPINCK, R. SCHULTEN, T. (2016) *The German Minimum Wage: Experiences and Perspectives After One Year*, WSI Report n° 28, Dusseldorf, Institute of Economic and Social Research.
- AMSDEN, A. H. (1989) *Asia's Next Giant*, New York, Oxford University Press.
- ANTUNES, R. e BRAGA, R. (orgs) (2009). *Infoproletários: a degradação real do trabalho virtual*, São Paulo, Boitempo.
- ANTUNES, R. (2006) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, São Paulo, Boitempo Editorial.
-(2009) *Os sentidos do trabalho, ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, 2ª ed., São Paulo, Boitempo Editorial.
-(2011) *Adeus ao trabalho?, ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*, 15ª edição, São Paulo, Editora Cortez
- (2016) 'Precariado' do Brasil, uni-vos: reforma de Temer quebra espinha dorsal da CLT, diz sociólogo, artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, em 06 de novembro Disponível em <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral/precariado-do-brasil-uni-vos-reforma-de-temer-diminuira-direitos-trabalhistas-diz-sociologo,10000086549> Acesso em 06 de novembro de 2016.
- ARENDT, H. (2005) *Entre o passado e o futuro*, 5ª edição, São Paulo, Ed. Perspectiva.
- (2012) *Origens do totalitarismo*, São Paulo, Selo Companhia de Bolso (Companhia das Letras).
- (2013) *A promessa da política*, 5ª edição, Rio de Janeiro, Difel, 2013
-(2014) *A condição humana*, 12ª edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- ARIÈS, P. (1978) *História social da infância e da família*, Tradução: D. Flaksman, Rio de Janeiro, LCT.
- ARRETCHE, M. (2015) *Trajatória das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*, São Paulo, Centro de Estudos da Metrópole/Editora Unesp.
- ARRIGHI, G. (2008) *Adam Smith em Pequim*, Boitempo, São Paulo.

- ATTALI, J. (2008) *Uma breve história do futuro*, São Paulo, Novo Século.
- BANCO MUNDIAL (2011) *Envelhecendo em um Brasil mais velho, implicações do envelhecimento populacional sobre crescimento econômico, redução da pobreza, finanças públicas, prestação de serviços*, Washington, D.C., Banco Mundial.
- BASS, S.; CARO, F.; CHEN, Y-P (1993) *Achieving a productive aging society*, West-Port, C.T., Auburn House.
- BAUM, G. (1992) *A modernidade: perspectiva sociológica* In: Vários autores, A Modernidade em discussão, São Paulo, Revista Concilium e Editora Vozes.
- BAUMAN, Z. (1998) *O mal-estar da pós-modernidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
-(2001) *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
-(2003) *Comunidade, a busca por segurança no mundo atual*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
-(2005) *Identidade, entrevista a Benedetto Vecchi*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
-(2005b) *Vidas desperdiçadas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
-(2007) *Tempos líquidos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- BECK, U. (2011) *Sociedade de risco, rumo a uma outra modernidade*, São Paulo, Editora 34.
- BECKETT, S. (2001) *Fim de partida*, São Paulo, Cosac & Naify.
- BELL, D. (1977) *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*, São Paulo, Cultrix.
- BELLUZZO, L.G., GALÍPOLLO, G. *A nova revolução industrial*, artigo publicado no em 1º de novembro, p. A13, São Paulo, jornal Valor Econômico.
- BENIOFF, M. (2016) *On the Cusp of a AI Revolution*, artigo publicado em Project Syndicate em 13 de setembro de 2016 Acesso em 22 de setembro de 2016, disponível em <https://www.project-syndicate.org/commentary/artificial-intelligence-revolution-by-marc-benioff-2016-09>
- BENJAMIN, W. (2013) *O capitalismo como religião*, Boitempo Editorial, São Paulo.
- BERMAN, M. (1986) *Tudo que é sólido desmancha no ar, a aventura da modernidade*, São Paulo, Companhia das Letras.

BERNARD, C., HALLAL, S., NICOLAÏ, J-P., (2013) *La Silver Économie, une opportunité de croissance pour la France*, Commissariat Général à la Stratégie et à la prospective, www.strategie.gouv.fr , Paris.

BERQUÓ, E. e CAVENAGHI, S. (2006) *Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número de filhos por mulher no Brasil*. Trabalho apresentado na International Conference da International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP), Tours, França, São Paulo, Revista Novos Estudos do Cebrap.

BEYNON, H. (1995) *Trabalhando para a Ford*, São Paulo, Paz e Terra.

BÓGUS, L.M.M. e PASTERNAK, S. (orgs.) (2015) *São Paulo: transformações na ordem urbana*, Rio de Janeiro, Letra Capital.

BOYER, R. (2015) *Économie politique des capitalismes, théorie de la regulation et des crises*, Paris, La Découverte.

BOLTANSKI, L. e CHIAPELLO, E. (2009) *O novo espírito do capitalismo*, São Paulo, WMF Martins Fontes.

BLOOM, D. E., BOERSCH-SUPAN, A. MCGEE, P. and SEIKE, A. (2011) *Population Aging: facts, challenges and responses*. Program on the global Demography of Aging, working paper nº 51, Boston, Harvard University.

BOSI, E. (1979) *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, São Paulo, TAQ.

BRAVERMAN, H. (1981) *Trabalho e capital monopolista, a degradação do trabalho no século XX*, Rio de Janeiro, Zahar Editores

BRESCIANI, M.S. (2013) *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*, São Paulo, Editora Brasiliense.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2015) *A construção política do Brasil – sociedade, economia e estado desde a Independência*, São Paulo, Editora 34.

BUTLER, R. (2008) *The Longevity Revolution, the benefits and challenges of living a long life*, New York, Public Affairs.

CAMARANO, A. A., KANSO, S., FERNANDES, D. (2012) *Saída do mercado de trabalho: qual é a idade? Boletim de Mercado de Trabalho – conjuntura e análise*, v. 1, pp. 19-28, Ipea, Rio de Janeiro

.....(2014) *A população brasileira e seus movimentos ao longo do século XX* , p.p. 81-116 In CAMARANO, A. A. (org) *Novo regime demográfico, uma nova relação entre população e desenvolvimento?*, Rio de Janeiro, Ipea.

..... (2014b) *Menos jovens e mais idosos no mercado de trabalho?* p.p. 377-406 In CAMARANO, A. A. (org) *Novo*

regime demográfico, uma nova relação entre população e desenvolvimento?, Rio de Janeiro, Ipea.

CAMARANO, A.A. e FERNANDES, D. (2014) *O que estão fazendo os homens maduros que não trabalham, não procuram emprego e não são aposentados?* Boletim de trabalho, n 57, Rio de Janeiro, Ipea.

CAMARANO, A.A. (2016) *Mudanças demográficas e políticas públicas*, palestra conferida na Câmara dos Deputados no Seminário Brasil 2050: debatendo previdência e envelhecimento, em 29 de junho Disponível em <http://www2.camara.leg.br/a-camara/altosestudos/pdf/apresentacao-da-sra-ana-amelia-camarano> Acesso em 29 de outubro de 2016.

CAMUS, A. (1996) *O homem revoltado*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora Record.

CARDOSO, F. H. (2006) *A arte da política, a história que vivi*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CASTEL, R. (2012) *As metamorfoses da questão social, uma crônica do trabalho*, São Paulo, Ed. Vozes.

.....(2007) *Au-delà du salariat et en deçà de l'emploi? L'institutionnalisation du précaire* In PAUGAM, S. (dir.) *Repenser la solidarité*, Paris, Puf, 2eme edition, 2015. pp. 411-429.

CASTELLS, M. (2013) *Redes de indignação e esperança*, Rio de Janeiro, Zahar.

.....(1999) *A sociedade em rede*, v. 1, A era da informação, economia, sociedade e cultura, São Paulo, Editora Paz e Terra.

..... (1999b) *Fim do Milênio*, v. 3, A era da informação, economia, sociedade e cultura, 3ª edição, São Paulo, Editora Paz e Terra.

CASTELLS, M. e BORJA, J. (1996) *As cidades como atores políticos*, Novos Estudos, nº 45, pp. 152-166, julho, São Paulo, CEBRAP.

CEPAL (2017) *Panorama Social de América Latina 2017* Disponível em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/42716-panorama-social-america-latina-2017-documento-informativo> Acesso em 20 de dezembro de 2017.

.....(2016) *Ciencia, Tecnología e Innovación en la Economía Digital, la situation de America Latina e el Caribe*, relatório para la Segunda Reunión de la Conferencia de Ciencia, Innovación y Tecnologías de la Información y las Comunicaciones de la Cepal, Santiago, Cepal.

CERVANTES SAAVEDRA, M. de (2002) *O engenhoso fidalgo D. Quixote de la Mancha*, Primeiro Livro, tradução de Sérgio Molina, edição bilíngue, São Paulo, Editora 34.

.....(2007) *O engenhoso cavalheiro D. Quixote de la Mancha*, Segundo Livro, tradução de Sérgio Molina, edição bilíngue, São Paulo, Editora 34.

CHANG, H-J. (2013) *23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo – os maiores mitos do mundo em que vivemos, como reconstruir a economia mundial*, São Paulo, edição digital, Ed Cultrix.

.....(2004) *Chutando a escada – a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, São Paulo, Editora Unesp.

CHESNAIS, F. (1996) *A mundialização do capital*, São Paulo, Xamã.

..... et. al. (2003) *Uma nova fase do capitalismo*, São Paulo, Xamã.

.....(2005) (org.) *A finança mundializada*, São Paulo, Boitempo Editorial.

.....(2011) *Les dettes illégitimes - Quand les banques font main basse sur les politiques publiques*, Paris, Éd. Raisons d'Agir.

.....(2016) *El curso actual del capitalismo y las perspectivas para la sociedad humana civilizada*, Buenos Aires, revista Herramienta, nº 58, Disponível em www.herramienta.com.ar Acesso em 21 de outubro de 2016.

.....(2016b) *Finance Capital Today - Corporations and Banks in the Lasting Global Slump*, Leuden/Boston, Brill.

CINTRA, M. A. M. (2016) *Turbulência global não tem prazo para terminar*, Distrito Federal, revista Desafios do Desenvolvimento, Ano 13, edição 87, 17 de junho, Ipea Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3262&catid=28&Itemid=39 Acesso em 15 de setembro de 2016.

CNI (2016) *Desafios para a indústria 4.0 no Brasil*, Brasília, CNI – Confederação Nacional da Indústria, Disponível em <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes-e-estatisticas/publicacoes/2016/8/18,1174/desafios-para-industria-40-no-brasil.html> Acesso em 29 de novembro de 2016.

COMIN, A. A. (2015) *Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010* In: ARRETCHE, M. Trajetórias das Desigualdades, como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos, São Paulo, Editora Unesp, pp. 367-394.

CRARY, J. (2014) *24/7 capitalismo tardio e os fins do sono*, São Paulo, Cosac & Naify.

DAKE, S. (2007) *Présentation du système japonais de pensions, problématiques actuelles*, Paris, Revue Française des Affaires Sociales, 1 (nº 1), p. 35-55.

DARDOT, P. e LAVAL, C. (2016) *A nova razão do mundo, ensaio sobre a sociedade neoliberal*, São Paulo, Boitempo.

.....(2017) *Comum, ensaio sobre a revolução no século XXI*, São Paulo, Boitempo.

DAVIS, B. e HILSENATH, J. (2016) *Revolução Tecnológica não criou os empregos prometidos nos Estados Unidos*, São Paulo, Valor Econômico, reprodução do The Wall Street Journal Americas, publicado em 13 de outubro, caderno B., p. 10.

DEATON, A.; CASE, A. (2015) *Rising morbidity and mortality in midlife among White non-Hispanic Americans in the 21st century*, Woodrow Wilson School of Public and International Affairs and Department of Economics, Princeton University, NJ 08544, vol. 112, n° 49, pp. 15078-15083.

DEBERT, G. G. (1999) *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*, São Paulo, Edusp/Fapesp.

DeLONG, J.B. (2015) *Mal sobrevivendo em meio à abundância*, artigo publicado no jornal Valor Econômico, página A11, em 28 de fevereiro Disponível em <http://www.valor.com.br/opiniao/3932342/mal-sobrevivendo-em-meio-abundancia> Acesso em 15 de setembro de 2016.

DESCHAVANNE, E. et TAVOILLOT P-H. (2007) *Philosophie des âges de la vie*, Paris, Grasset.

DIEESE/ANFIP (2017) *Previdência: reformar para excluir? Contribuição técnica ao debate sobre a reforma da Previdência Social brasileira*, Documento-síntese, Dieese/Anfip, Brasília.

DOEVENDANS, C.H. (2016) *WHO's city networks: from healthy to age-friendly*, journal of the International Society for Gerontechnology, pp. 125-126, v.14, n° 3, doi: 10.4017/gt.2016.14.3.013.00

DORLING, D. e GIETEL-BASTEM, S. (2017) *Life expectancy in Britain has fallen so much that a million years of life could disappear by 2058 – why?* Disponível em <https://theconversation.com/life-expectancy-in-britain-has-fallen-so-much-that-a-million-years-of-life-could-disappear-by-2058-why-88063> Acesso em 29 de novembro de 2017.

DOSTOIÉVSKI, F. (2004) *Os demônios*, tradução Paulo Bezerra, São Paulo, Editora 34.

..... (2000) *Memórias do subsolo*, tradução Boris Schnaiderman, São Paulo, Editora 34.

DOWBOR, L. (2016) *Economia solidária, novos paradigmas culturais* In: SERRA, N. e FARIA, H. (orgs.) *Economia solidária da cultura e cidadania cultural: desafios e horizontes*, São Bernardo do Campo, EdUFABC

DUMÉNIL, G. e LÉVY, D. (2005) *O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana* In: CHESNAIS, F. (org.) *A finança mundializada*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2005, p.p. 85-108.

DURKHEIM, E. (2010) *Da divisão do trabalho social* in Emile Durkheim, coleção Grandes Cientistas Sociais, FERNANDES, F. (coordenador) e RODRIGUES, J. A. (org.), São Paulo, Editora Ática, 9ª edição, 12ª reimpressão.

EHRENREICH, B. (2006) *Desemprego de colarinho-branco, a inútil busca do sucesso profissional*, Rio de Janeiro, Editora Record.

EICHENGREEN, B. (2000) *A globalização do capital, uma história do sistema monetário internacional*, São Paulo, Editora 34.

ENGELS, F. (2010) *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, São Paulo, Boitempo Editorial.

ESPING-ANDERSEN, G. (2007) *Les Trois Mondes de l'État-providence*, 2eme edition, Paris, Puf.

.....(2009) *The incomplete revolution, adapting to women's new roles*, Cambridge, Polity Press.

ESPING-ANDERSEN, G. avec PALIER, B. (2008) *Trois leçons sur l'État-providence*, Paris, Seuil.

FÉLIX, J. (2008) *Um sonho adiado – na comemoração dos 25 anos da CUT, sobra um travo amargo: os sindicalistas nunca estiveram tão próximos do governo, mas Lula não atendeu a maioria das bandeiras sindicais*, artigo publicado na revista Poder, São Paulo, nº 4, pp. 14-19.

..... (2009) *Economia da Longevidade: o envelhecimento da população brasileira e as políticas públicas para os idosos*, dissertação de mestrado no Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC-SP, disponível em www.dominiopublico.gov.br

.....(2010) *Desafios da previdência para um país que envelhece e o risco da aposentadoria como prêmio* In BERZINS, M.V. e BORGES, M.C. Políticas públicas para um país que envelhece, São Paulo, Editora Martinari. p.p. 136-154

.....(2010b) *Viver Muito, outras ideias sobre envelhecer bem no séc. XXI (e como isso afeta a economia e o seu futuro)*, São Paulo, Editora Leya.

.....(2013) *Poder que humilha será poder contestado – capitalismo informacional transforma, de modo irreversível, o exercício da cidadania*, resenha publicada no jornal Valor Econômico em 20 de agosto de 2013. Caderno D, p. D3. Valor Econômico, São Paulo.

.....(2014) *Economia do care e Economia da Longevidade: o envelhecimento populacional a partir de novos conceitos*, revista *Argumentum*, v. 6, nº 1, pp. 44-63, jan./jun. 2014.

.....(2016) *Silver Economy: opportunities and challenges to Brazil adopt European Union's strategy*, *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, v. 29, issue 2, pp. 115-133, 8 april 2016. <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13511610.2016.1166937>

.....(2016b) *Previdência e o exagero do neoliberalismo*, artigo na revista *Brasileiros*, São Paulo, Disponível em <http://brasileiros.com.br/2016/06/previdencia-chile-e-o-exagero-neoliberalismo/> Acesso em 29 de outubro de 2016.

.....(2016c) *O idoso e o mercado de trabalho* In ALCANTARA, A. O.; CAMARANO, A.A.; GIACOMIN, K. C.; *Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões*, pp. 241-263, Rio de Janeiro, Ipea.

.....(2018) *Por que Theresa May criou o Ministério da Solidão*, São Paulo, Portal do Envelhecimento Disponível em <http://www.portaldoenvelhecimento.com.br/por-que-theresa-may-criou-o-ministerio-da-solidao/> Acesso em 22 de janeiro de 2018.

FRASER, N. (2016) *Capitalism's crisis of care*, interview to *Dissent Magazine*, fall issue, Disponível em <https://www.dissentmagazine.org/article/nancy-fraser-interview-capitalism-crisis-of-care> , Acesso em 09 de fevereiro de 2017.

FREY, C. B. e OSBORNE, M. A. (2013) *The Future of Employment: How Susceptible Are Jobs to Computerisation?*, University of Oxford, Oxford Available http://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/academic/The_Future_of_Employment.pdf Acesso em 25 de outubro de 2016.

GHEHENNO, J.M. (2002) *O futuro da liberdade, a democracia no mundo globalizado*, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil.

GIDDENS, A. (1991) *As consequências da modernidade*, São Paulo, Editora Unesp.

GORDON, R. (2016) *The Rise and Fall of American Groth: The U.S. Standart of Living since the Civil War*, Princeton University Press.

GORZ, A. (1982) *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

GUEDES, C.E.F. (2014) *Alteridade e cidadania: os idosos usuários do Metrô de São Paulo*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GUÉRIN, S. (2011) *La nouvelle société des seniors*, Paris, Michalon.

.....(2010) *De l'État providence à l'état accompagnant*, Paris, Michalon.

GUILLEMARD, A-M. (2008) *Un cours de vie plus flexible, de nouveaux profils de risques, enjeux pour la protection sociale* In: GUILLEMARD, A-M (ed.) *Où va la protection sociale?*, pp. 25-48, Paris, Puf

.....(2010) *Le défis du vieillissement, âge, emploi, retraite, perspectives internationales*, Paris, Armand Colin.

.....(2013) *Le vieillissement actif: enjeux, obstacles, limites – une perspective internationale*, artigo publicado na Revue Retraite et Société, n° 65, pp. 17-38, reproduzido em brochura pela CNAV Île de France.

.....(2015) *Sécurité sociale et transformation des rapports entre les générations*, Informations sociales, n° 189, pp. 116-124.

GREESTEIN, S. e NAGLE, F. (2013) *Digital Dark Matter and the Economic Contribution of Apache*, National Bureau of Economic Research, JEL No. O3,O31,O47 (Working Paper 19507), Cambridge.

HAN, B-C (2015) *Sociedade do cansaço*, Petrópolis, Editora Vozes.

.....(2017) *Agonia do Eros*, Petrópolis, Editora Vozes.

HARDT, M. e NEGRI, A. (2016) *Bem-Estar Comum*, Rio de Janeiro, Editora Record.

HARVEY, D. (2016) *17 contradições e o fim do capitalismo*, São Paulo, Boitempo Editorial.

.....(2014) *Cidades rebeldes, do direito à cidade à revolução urbana*, São Paulo, Martins Fontes/Selo Martins.

.....(2013) *Condição pós-moderna*, São Paulo, Edições Loyola.

.....(1982) *O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas*, Revista Espaço e Debates, n° 2, São Paulo, Ed. Cortez.

HAWKING, S. *This is the most dangerous time for our planet - We can't go on ignoring inequality, because we have the means to destroy our world but not to escape it*, artigo publicado no jornal *The Guardian* em 1° de dezembro de 2016 Disponível em <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/dec/01/stephen-hawking-dangerous-time-planet-inequality> Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

HEYNDRIX, C.; FREDERIX, R.; PURWANTO, J. (2015) *Biking to Work? Transport Policy, Sustainability and Employment* In BEBLAVÝ, M.; MASELLI, I.; VESELKOVÁ, M. *Green, Pink & Silver?*, Brussels, Centre for European Policy Studies pp. 45-65

HIRATA, H. (1991) *O outro lado do modelo japonês, entrevista com Satoshi Kamata*, revista *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, pp. 148-155.

.....(2002) *Nova divisão sexual do trabalho? um olhar voltado para a empresa e para a sociedade*, São Paulo, Boitempo Editorial

HM GOVERNMENT (2017) *Industrial Strategy – building a Britain fit for the future*, White paper, HM Government, London, Disponível em https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/662508/industrial-strategy-white-paper.pdf Acesso em 29 de novembro de 2017.

HOBBSAWM, E. (1995) *Era dos Extremos, o breve século XX 1914-1991*, São Paulo, Companhia das letras.

.....(1982) *Era do capital, 1848-1945*, São Paulo, Editora Paz e Terra.

IANNI, O. (1994) *A cidade global*, Vozes Cultura, volume 88, LXXXVIII, nº 2, março/abril, pp. 25-39, São Paulo, Editora Vozes.

IBGE (2014) *Síntese dos Indicadores Sociais, Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013*, Rio de Janeiro, IBGE.

.....(2016) *Estatísticas de empreendedorismo : 2014*, Rio de Janeiro, IBGE.

.....(2016b) *Síntese dos Indicadores Sociais, Uma análise das condições de vida da população brasileira 2015*, Rio de Janeiro, IBGE.

IPEA (2014) *Indicadores da mobilidade urbana da Pnad 2012*, Comunicado nº 161, Rio de Janeiro, Ipea.

.....(2012) *Pnad 2011: primeiras análises sobre o mercado de trabalho brasileiro*, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, comunicado nº 156.

IBSEN, H. (2001) *Um inimigo do povo*, Porto Alegre, LP&M.

JOHNSON, C. (1982) *MITI and the Japanese Miracle, the growth of industrial policy 1925-1975*, Stanford University Press, Stanford.

JUDT, T. (2008) *Pós-guerra, uma história da Europa desde 1945*, Rio de Janeiro, Ed. Objetiva.

KALACHE, A.; COSTA, S.; LOUISE, P. e VOELCKER, I. (2016) *Habitação e urbanismo* In CAMARANO, A.A.; ALCÂNTARA, A. O. e GIACOMIN, K.C. Política Nacional do Idoso, velhas e novas questões, Rio de Janeiro, Ipea. pp. 295-322.

KELLAWAY, L. (2016) *A cultura discriminatória do Vale do Silício pode se espalhar*, artigo publicado no jornal Financial Times e traduzido pelo jornal Valor Econômico na edição de 7 de novembro de 2016 Disponível em <http://www.valor.com.br/carreira/4766955/cultura-discriminatoria-do-vale-do-silicio-pode-se-espalhar> Acesso em 7 de novembro de 2016.

KON, A. (2015) *Nova economia política dos serviços*, São Paulo, Editora Perspectiva.

.....(2004) *O debate teórico sobre a indústria de serviços no século XX* In Kon, A. e OLIVEIRA, L.G. (orgs.) *Pesquisas em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia*, São Paulo, Fapesp/EITT/PUCSSP pp. 76-116.

KOWARICK, L. (1993) *A espoliação urbana*, prefácio de Fernando Henrique Cardoso, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.

KÜNEMUND, H., HAHMANN, J. (2016) *Social inequality and falls, correlation and consequences for gerontechnology* In The One-page paper collection of 10th World Conference of Gerontechnology, Nice, France, September, 28-30, Gerontechnology Supplement, page 42.

KUZNETS, S. (1966) *O crescimento econômico do pós-guerra*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

LABIT, A. (2013) *Habiter et vieillir em citoyens actifs: regards croisés France-Suède*, Paris, Retraite et Société, n° 65, pp. 101-120

LACERDA, A.C. (1998) *O impacto da globalização na economia brasileira*, São Paulo, Editora Contexto.

LEBRÃO, M.L.; DUARTE, Y.A. de O.; SANTOS, J.L.F.; LAURENTI, R. (2008) *Evolução nas condições de vida e saúde da população idosa do município de São Paulo*, São Paulo em Perspectiva, v. 22, n° 2, pp. 30-45, jul./dez. Disponível em www.seade.gov.br Acesso em 13 de fevereiro de 2017.

LEBRÃO, M.L. et al (2007) *A influência das doenças crônicas na capacidade funcional dos idosos do Município de São Paulo*, Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(8):1924-1930, agosto.

LEBRÃO, M.L.; LAURENTI, R. (2005) *Saúde, bem-estar e envelhecimento: o estudo SABE no Município de São Paulo* Rev. bras. epidemiol. vol.8 no.2 São Paulo, Junho.

LEHMAN, J.P. (2016) *Panamá, anunciada colisão do capitalismo – sistema tem tendência à autodestruição por abusos, trapaças e mentiras*, São Paulo, jornal Valor Econômico em 12 de abril, caderno A, p. 11.

LIPOVETSKY, G. (2016) *Da leveza, rumo a uma civilização sem peso*, São Paulo, Editora Amarelis.

LOJKINE, J. (1979) *O papel do Estado na urbanização capitalista, da política estatal à política urbana* In LOJKINE, J. et al, *Marxismo e urbanismo capitalista*, São Paulo, Ed. Liv. Ciências Humanas.

LUNA, S. V. de (1996) *Planejamento de Pesquisa, uma introdução*, São Paulo, Editora PUCSP-Educ.

MÃE, V.H. (2013) *O apocalipse dos trabalhadores*, São Paulo, Cosac & Naify.

MARICATO, E. (2002) *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias* In ARANTES, O. VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, Petrópolis, RJ, Vozes.

.....(1979) *Autoconstrução, a arquitetura possível* In: Maricato, E. (org) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*, São Paulo, Alfa Omega.

MARQUES, R.M. e FERREIRA, M.R.J. (2010) *O Brasil sob a nova ordem*, Editora Saraiva, São Paulo

MARX, K. (2017) *O Capital, crítica da Economia Política*, Livro 1, trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo.

MAZZUCATO, M. (2014) *O Estado empreendedor, desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*, trad. Elvira Serapicos, Portfolio-Peguin, São Paulo.

MELVILLE, H. (2005) *Bartleby, o escrivão, uma história de Wall Street*, trad. Irene Hirsch, São Paulo, Cosac & Naify.

MENDES, F. R. (2013) *Active ageing: a right or a duty?*, *Healthy Sociology Review*, 22:2, pp. 174-185, DOI: 10.5172/hesr.2013.22.2.174

MÉSZÁROS, I. (2015) *A montanha que devemos conquistar*, São Paulo, Boitempo Editorial.

MIHNOVITS, A.; NISOS, C.E. (2016) *Measuring healthy and suitable housing for older people: a review of international indicators and data sets*, *Journal of International Society of Gerontechnology*, v.15, nº 1, pp. 17-24.

MILLER, A. (1949) *Death of a salesman*, New York, The Viking Press

MILLS, C.W. (1969) *A imaginação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

.....(1979) *White Collar, a nova classe média*, Rio de Janeiro, Ed. Zahar.

MINAYO, M.C.S. (2017) *Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias*, revista *Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v. 5, nº 7, p.p. 1-12, abril.

MITERHOF, M. T. et ali (2015) *BNDES: preenchendo lacunas, corrigindo falhas e induzindo externalidades*, p.p. 467-483 In BARBOSA, N. et alli (2015), *Indústria e desenvolvimento produtivo no Brasil*, São Paulo, FGV/EESP/IBRE.

NEILSON, B. (2017) *Globalização e as Bipolíticas do Envelhecimento* In: DEBERT, G. G. e PULHEZ, M. M. (2017) *Textos Didáticos – Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência*, nº 66, jun 2017, Campinas, IFCH/Unicamp.

OCDE (2017) *Preventing Ageing Unequally* Disponível em http://www.oecd-ilibrary.org/employment/preventing-ageing-unequally_9789264279087-en Acesso em 25 de setembro de 2017.

.....(2016) *Future of Works in Figures* Disponível em <http://www.oecd.org/employment/ministerial/future-of-work-in-figures.htm> Acesso em 25 de outubro de 2016.

.....(2016b) *Society at a glance, OCDE social indicators*, Doi:10.1787/9789264261488-en, Disponível em http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/social-issues-migration-health/society-at-a-glance-2016_9789264261488-en#page121 Acesso em 5 de novembro de 2016.

.....(2014) *Ageing and Employment Policies: Netherlands 2014*, Doi:10.1787/9789264208155-en Disponível em http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/social-issues-migration-health/ageing-and-employment-policies-netherlands-2014_9789264208155-en#page34 Acesso em 13 de fevereiro de 2017.

OLIVEIRA, F. (2004) *Por que política?*, palestra no Fórum da Sociedade Civil na Unctad, São Paulo, site do Ibase, acesso em 05 de maio de 2014, disponível em http://www.ibase.br/userimages/francisco_de_oliveira_port.pdf

..... (2013) *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*, São Paulo, Boitempo Editorial.

OMS (2017) *Depression and Other Common Mental Disorders - Global Health Estimates* Disponível em <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/254610/1/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf> Acesso em 21 de maio de 2017.

.....(2015) *Envelhecimento e Saúde*, relatório divulgado em 1º de Outubro Disponível em <http://www.who.int/ageing/publications/world-report-2015/en/> Acesso em 1º de novembro de 2016.

.....(2008) *Guia global: cidade amiga do idoso*, Genebra, Organização Mundial da Saúde Disponível em <http://www.who.int/ageing/GuiaAFCPortuguese.pdf> Acesso em 07 de fevereiro de 2017.

.....(2002) *Envelhecimento Ativo: uma política de saúde*, Organização Mundial da Saúde, tradução Suzana Gontijo, 1ª edição traduzida para o português pelo Ministério da Saúde em 2005, Brasília, Organização Pan-Americana da Saúde.

O'NEILL, J. (2012) *O mapa do crescimento, oportunidades econômicas nos BRICs e além deles*, São Paulo, Editora Globo.

OSELLO, M.A. (1987) *Planejamento urbano em São Paulo (1899-1961) introdução ao estudo dos planos e realizações*, dissertação de mestrado, São Paulo, FGV-CMA-APU.

PALIER, B. (2003) *La reforme des retraites, travailler plus?*, Paris, Puf.

.....(2002) *Gouverner la sécurité sociale*, Paris, Puf.

PAUGAM, S. (2015) *A pesquisa sociológica*, São Paulo, Editora Vozes.

.....(2000) *Le salaríe de la précarité, les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*, Paris, Quadrige/Puf

PAULANI, L. (2009) *A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil*, revista Estudos Avançados, USP, nº 23, v. 66, p.p. 25-39.

PASTORE, A.C. e PINOTTI, M.C. (2014) *Demografia, reformas e bonança externa* In: Sob a luz do sol, uma agenda para o Brasil, São Paulo, relatório anual do CDPP.

PEINE, A.; van COOTEN, V.J.C.; NEVEN, L.B.M. (2016) *Rejuvenating E-bike Designs* In In The One-page paper collection of 10th World Conference of Gerontechnology, Nice, France, September, 28-30, Gerontechnology Supplement, page 104.

PFEIFFER, E. (1974) *Successful aging: a conference report*, Durham, D.C., Duke University.

PHILLIPSON, C. e BUFFEL, T. (2016) *Can global cities be 'age-friendly cities'?* *Urban development and ageing populations*, Cities The International Journal of Urban Policy and Planning, nº 55, pp. 94-100, Manchester, Elsevier.

PHILLIPSON, C. (2015) *The Political Economy of Longevity: Developing New Forms of Solidarity for Later Life*, nº 56, pp. 80-100, The Sociological Quarterly, Manchester (UK), Wiley Periodicals, Inc.

.....(2002) *Globalization and the Future of Ageing: Economic, Social and Policy Implications*. Valencia Forum Keynote Paper, Disponível em <http://www.valenciaforum.com/keynotes/cp.htm> Acesso em 4 de novembro de 2017.

PIKETTY, T. (2015) *O capital no século XXI*, Rio de Janeiro, Ed. Intrínseca.

..... (2015b) *É possível salvar a Europa?*, Rio de Janeiro, Ed. Intrínseca.

PIKETTY, T. e SAEZ, E. (2003) *Income inequality in the United States, 1913-1998*, quarterly Journal of Economics 118, nº 1, Harvard University and MIT, N.Y.

POCHMANN, M. (2006) *Desempregados do Brasil* In: ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, São Paulo, Boitempo Editorial.

POLANYI, K. (2000) *A grande transformação, as origens da nossa época*, 2ª edição, 14ª reimpressão, Rio de Janeiro, Campus/Elsevier.

PRADO, A. (2015) *Conferência de abertura no Colóquio Unasul-Instituto Lula - sobre Integração das Cadeias Produtivas na América do Sul*, em 13 de maio de 2015 em São Paulo-Brasil. Disponível em http://www.cepal.org/sites/default/files/speech/files/conferencia_de_abertura_no_coloquio_unasul.pdf Acesso em 15 de setembro de 2016.

- RACIÈRE, J. (2014) *O ódio à democracia*, São Paulo, Boitempo Editorial.
- RAY, T. (2016) *A próxima revolução no mundo dos chips, mais inteligentes e rápidos, eles já estão transformando áreas como medicina e transmissão de energia*, artigo publicado pelo The Wall Street Journal e traduzido pelo Valor Econômico, edição de 31 de outubro, São Paulo. Disponível em <http://www.valor.com.br/impreso/wall-street-journal-americas/proxima-revolucao-no-mundo-dos-chips> Acesso em 31 de outubro de 2016.
- REGO, J.M. et ali. (2010) *Economia Brasileira*, 4ª edição, São Paulo, Editora Saraiva.
- REINERT, E.S. (2016) *Como os países ricos ficaram ricos...e por que os países pobres continuam pobres*, Rio de Janeiro, Editora Contraponto.
- RESENDE, A. L. (2013) *Os limites do possível, a economia além da conjuntura*, São Paulo, Portfolio-Penguin.
- ROCHA, R. (2012) *Envelhecimento e Produtividade In Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, Rio de Janeiro, Ipea.
- ROLNIK, R. (2015) *Guerra dos lugares, a colonização da terra e da moradia na era das finanças*, São Paulo, Boitempo.
- ROLNIK, R. e KLINTOWITZ, D. (2011) (In) *Mobilidade na cidade de São Paulo*, Revista Estudos Avançados, vol. 25, nº 71, São Paulo, Jan./Apr 2011, <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142011000100007>
- ROLNIK, R.. e KLINK, J. (2011) *Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que as cidades continuam tão precárias?*, Revista Novos Estudos, nº89, São Paulo, Cebrap.
- SACHS, I. (2009) *A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SAFFO, P. (2016) *Sensors: Accelerating The Pace Of Scientific Discovery*, Disponível em <https://www.edge.org/response-detail/26618>, Acesso em 07 de novembro de 2016.
- SANTANA, C.S. (2016) *Brazilian Gerontechnology*, International Journal on Gerontechnology; 15(2):63-64 doi: <http://dx.doi.org/10.4017/gt.2016.15.2.002.00>
- SANTOS, C.F.; BARBOSA, E.D. (2014) *O idoso brasileiro no mercado de trabalho e na previdência social: uma análise de 1992 a 2012*, Boletim de Informações Fipe, nº 405, pp. 22-37, jun. 2014, São Paulo.
- SASSEN, S. (2016) *Expulsões, brutalidade e complexidade na economia global*, Rio de Janeiro, Editora Paz & Terra.
-(2016b) *How Jane Jacobs changed the way we look at cities*, artigo publicado no jornal The Guardian em 4 de maio, Disponível em

<https://www.theguardian.com/cities/2016/may/04/jane-jacobs-100th-birthday-saskia-sassen> Acesso em 23 de novembro de 2016.

.....(2010) *Sociologia da globalização*, Porto Alegre, Artmed.

.....(2001) *The global city, New York, London, Tokyo*, Second Edition, Princeton and Oxford, Princeton University Press.

.....(1998) *As cidades na economia mundial*, Studio Nobel, São Paulo.

SCHWARCZ, L. e STARLING, H. M. (2015) *Brasil: uma biografia*, São Paulo, Companhia das Letras.

SCHUMPETER, J.A. (1985) *A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico*, Coleção Os Economistas, São Paulo, Nova Cultural.

SEN, A. (2000) *Desenvolvimento como liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras

SENNETT, R.....(2014) *Carne e pedra, o corpo e a cidade na civilização ocidental*, Rio de Janeiro, Bestbolso.

.....(2012) *O artífice*, Rio de Janeiro, Ed. Record.

.....(2010) *Juntos, os rituais, os prazeres e a política da cooperação*, Rio de Janeiro, Ed. Record.

.....(2008) *A cultura do novo capitalismo*, Rio de Janeiro, Ed. Record.

.....(2008b) *A corrosão do caráter, consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Rio de Janeiro, Ed. Record

.....(2004) *Respeito, a formação do caráter em um mundo desigual*, Rio de Janeiro, Ed. Record.

SHAKESPEARE, W. (2001) *Julio César*, trad. Barbara Heliodora, Rio de Janeiro, Lacerda Editores.

SHILLER, R.J. (2016) *Donald Trump e a sensação de poder*, artigo publicado no jornal Valor Econômico, em 22 de novembro, p. A13. Disponível em <http://www.valor.com.br/opiniao/4783183/donald-trump-e-sensacao-de-poder> Acesso em 22 de novembro de 2016.

SINGER, P. (2014) *Introdução à economia solidária*, São Paulo, Ed. Expressão Popular.

.....(1989) *As dimensões sócio-políticas do envelhecimento* In: PEREIRA, D. M. (org) *Idoso, encargo ou patrimônio? O envelhecer em São Paulo*, São Paulo, edição do Grupo Municipal de Voluntários – CMV.

SIMMEL, G. (1979) *A metrópole e a vida mental* In VELHO, O.G. (org) O fenômeno urbano, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

SOLIMANO, A. (2017) *Pensiones a la chilena, la experiência internacional y el caminho a la desprivatización*, Santiago, Ed. Catalonia.

SOUZA JUNIOR, J.R.C.; LEVY, P.M. (2014) *Impactos do novo regime demográfico brasileiro sobre o crescimento econômico (2010-2050)* In: CAMARANO, A.A. (org.) *Novo regime demográfico, uma nova relação entre população e desenvolvimento?*, Rio de Janeiro, Ipea, pp. 213-240.

SOUZA, J. (2018) *A ralé brasileira, quem é e como vive*, 3ª edição ampliada com nova introdução, Editora Contracorrente, São Paulo.

.....(2015) *A tolice da inteligência brasileira, ou como o país se deixa manipular pela elite*, São Paulo, Editora Leya.

.....(2012) *Os batalhadores brasileiros, nova classe média ou nova classe trabalhadora?*, 2ª ed. Revista e ampliada, Belo Horizonte, Editora UFMG/Humanitas.

.....(2009) *A ralé brasileira, quem é e como vive*, Editora UFMG/Humanitas, Belo Horizonte.

SOUZA MARTINS, J. (2000) *A sociabilidade do homem simples, cotidiano e história na modernidade anômala*, São Paulo, Editora Hucitec.

SOUZA SANTOS, B. (2000) *Da Ciência Moderna ao Senso Comum* In: A crítica da razão indolente Contra o desperdício da experiência, São Paulo, Cortez Editora.

.....(2016) *A difícil democracia, reinventar as esquerdas*, São Paulo, Boitempo Editorial.

STANDING, G. (2015) *O precariado, a nova classe perigosa*, Belo Horizonte, Autêntica Editora.

STENDHAL, (2002) *O vermelho e o negro*, trad. Maria Cristina F. da Silva, Editora Nova Cultural, São Paulo.

STIGLITZ, J.E. (2012) *The Price of Inequality, How today's divided society endangers our future*, New York, W.W. Norton & Company.

.....(2010) *O mundo em queda livre: os Estados Unidos, o Mercado livre e o naufrágio da economia mundial*, São Paulo, Companhia das Letras.

.....(2007) *Globalização: como dar certo*, São Paulo, Companhia das Letras.

SZLAJFER, H. (2012) *Economic Nationalism and Globalization – Lessons from Latin America and Central Europe*, Leiden-Boston, Brill.

TEIXEIRA, S. M. (2008) *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital*, São Paulo, Editora Cortez.

TINKER, A. M. (2011) *Technology and Aging* In *An Introduction to Gerontology*, edited by I. S. Hamilton, 363-388. New York: Cambridge University Press.

.....(2016) *Age-friendly cities: lessons from London* (keynote), conferência magna na 10th World Conference of Gerontechnology, Nice, France, 28-30 September, publicado em Gerontechnology, supplement, vol. 15, p. 96

TINKER, A. M. & GINN, J. (2015) *An age-friendly city — How far has London come?* London: King's College.

TOLEDO, R. P. (2003) *A capital da solidão, uma história de São Paulo das origens a 1900*, Rio de Janeiro, Editora Objetiva.

.....(2015) *A capital da vertigem, uma história de São Paulo de 1900 a 1954*, Rio de Janeiro, Editora Objetiva.

TONELLI, M. J. e ARANHA, F. (2013) *Envelhecimento da força de trabalho no Brasil, como as empresas estão preparando para conviver com equipes que, em 2040, serão compostas principalmente por profissionais com mais de 45 anos?*, São Paulo, FGV/PwC.

TRONTO, J. (2009) *Un monde vulnérable, pour une politique du care*, Paris, La Découverte.

VAINER, C.B. (2002) *Pátria, empresa e mercadoria, notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano* In ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, Petrópolis, RJ, Vozes.

VAN BRONSWIJK, J.E.M.H. (2010) *Robotics and the changing work force: Examples from the housing domain*. Gerontechnology (ISG Journal) v. 9 (2):72; doi:10.4017/gt.2010.09.02.125.00

.....(2016) *Home biology: Healthy Housing is Active Aging* In The One-page paper collection of 10th World Conference of Gerontechnology, Nice, France, September, 28-30, Gerontechnology Supplement, page 73

VENCO, S. *Novos contornos da divisão internacional do trabalho: um jogo de xadrez no planeta?* In ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*, São Paulo, Boitempo Editorial, pp. 165-184.

VÉRAS, M. P.B. (2001) *Tempo e espaço na metrópole*, Revista São Paulo em Perspectiva, v. 15, nº1, São Paulo, Fundação Seade.

.....(2000) *Trocando olhares, uma introdução à construção sociológica da cidade*, São Paulo, Studio Nobel/Educ.

.....(1999) *Enigmas da gestão da cidade mundial de São Paulo: políticas urbanas entre o local e o global* In SOUZA, M.A.A. et al (orgs) *Metrópole e globalização, conhecendo a cidade de São Paulo*, São Paulo, Editora Cedesp.

.....(1995) *A nov (a) (c) idade do gelo: notas perplexas sobre os novos nômades urbanos*, Revista São Paulo em Perspectiva, v. 9, nº 2, pp. 10-18, São Paulo, Fundação Seade.

VÉRAS, M.P.B. e FÉLIX, J. (2016) *Questão urbana e envelhecimento populacional: breves conexões entre o direito à cidade e o idoso no mercado de trabalho*, Cadernos MetrÓpole, v. 18, nº 36, pp. 441-459, julho, PUC <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3607>

VILLAÇA, F. (2000) *Perspectivas do planejamento urbano no Brasil de hoje*, Campo Grande, junho, mimeo.

.....(2011) *São Paulo: segregação urbana e desigualdade*, Revista de Estudos Avançados, nº 25, São Paulo, Edusp.

VINUTO, J. (2014) *A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto*, revista Temáticas, Campinas, nº 22 (44), pp. 203-220, ago/dez.

WADE, R. (1990) *Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization*, Princeton University Press, Princeton.

WEBER, M. (2004) *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, São Paulo, Companhia das Letras.

.....(1979) *Conceitos e categoria da cidade* In VELHO, O. G. (org.) *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

WHITE HOUSE (2016) *Preparing For The Future Of Artificial Intelligence*, Executive Office of the President National Science and Technology Council (NSTC), Washington, D.C., Committee on Technology, volume 1 (October).

..... (2016a) *Artificial Intelligence, Automation and the Economy*, Executive Office of the President National Science and Technology Council (NSTC), Washington, D.C., Committee on Technology, volume 2 (December).

WIJBURG, G. and AALBERS, M.B. (2017) *The alternative financialization of the German housing market*. Housing Studies 22, Heverlee, Bélgica, mimeo.

WSJ (2015) *Graying Japan Tries to Embrace the Golden Years - Entrepreneurs are exploring robotics and other innovations to unleash the potential of the elderly*, matéria publicada em 19 de novembro, Disponível em <http://www.wsj.com/articles/graying-japan-tries-to-embrace-the-golden-years-1448808028> Acesso em 20 de dezembro de 2016.

Sites

AP (2016) *On opioid epidemic: Clinton offers more specifics than Trump* Disponível no site da agência Associated Press: <http://www.usnews.com/news/news/articles/2016-10-10/on-opioid-epidemic-clinton-offers-more-specifics-than-trump> Acesso em 05 de novembro de 2016.

FIOCRUZ (2016), *Precisamos falar sobre o suicídio*, Disponível em <https://agencia.fiocruz.br/suicidio> Acesso em 5 de novembro de 2016.

FOLHA (2010) *Moradores de Higienópolis se mobilizam contra estação do metrô* Acesso em 16 de janeiro de 2017 Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1308201011.htm>

FUTURATECH (2016) *Otto, un camion autonome de la filiale d'Uber, a effectué sa première livraison* Disponível em <http://www.futura-sciences.com/tech/actualites/voiture-otto-camion-autonome-filiale-uber-effectue-premiere-livraison-64991/> Acesso em 28 de outubro de 2016.

IFR (2016) *Sales up 25% - 2019 boom predicted* - International Federation of Robotics Disponível em <http://www.ifr.org/news/ifr-press-release/service-robotics-835/> Acesso em 01 de novembro de 2016.

ISG (2016) International Society of Gerontechnology – International Journal on *Fundamental Aspects of Technology to Serve the Ageing Society* <http://gerontechnology.info/index.php/journal/index> Acesso em 20 de dezembro.

LIBÉRATION (2017) *Brésil, le nouveau labo néolibéral* Disponível em http://www.liberation.fr/debats/2017/11/20/bresil-le-nouveau-labo-neoliberal_1611339 Acesso em 20 de novembro de 2017.

METRÔSP (2017) Companhia do Metropolitano de São Paulo Acesso em 16 de janeiro de 2017. Estatísticas <http://www.metro.sp.gov.br/>

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (2010) *Classificação Brasileira de Ocupações*, 3ª edição, Brasília, MTE, SPPE www.mte.gov.br

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2017) *Taxa de suicídio é maior em idosos com mais de 70 anos*, Boletim Epidemiológico de Tentativas e Óbitos por Suicídio no Brasil. Disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/29691-taxa-de-suicidio-e-maior-em-idosos-com-mais-de-70-anos> Acesso em 22/09/2017.

PREFEITURA (2010) Plano Municipal de Saneamento Básico Acesso em 17 de janeiro de 2017 Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/habitacao/arquivos/PMSB_Volume_I.pdf

.....(2013) *Na cidade de São Paulo quase um terço dos idosos trabalha*, Informes Urbanos, nº 18, dezembro Disponível em

http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/informes_urbanos/pdf/30.pdf Acesso em 13 de fevereiro de 2017.

SABE (2016) Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento - site do Estudo Longitudinal de Múltiplas coortes sobre as condições de vida e saúde da população idosa do Município de São Paulo <http://www.fsp.usp.br/sabe/arti.php>

SEADE (2017) Fundação Seade – São Paulo www.seade.gov.br

SPTRANS (2017) São Paulo Transportes Indicadores Acesso em 16 de janeiro de 2017 <http://www.sptrans.com.br/indicadores/>

WID (2018) *World Inequality Report*, Disponível em <http://wir2018.wid.world/> Acesso em 14 de dezembro de 2017.

Filmes

Um senhor estagiário (2015), roteiro e direção de Nancy Meyers.

Eu, Daniel Blake (2016), roteiro de Paul Laverty, direção de Ken Loach

Apêndice 1

Guia para entrevistas

Quanto à relação de trabalho

Descrição da atividade do trabalhador propriamente dita.

Descrição da carreira ou trajetória, evolução, estagnação ou regressão.

Satisfação ou insatisfação no trabalho quanto à:

- 1) Promoção (perspectiva de futuro)
- 2) Relação com os colegas
- 3) Relação com os superiores
- 4) Remuneração
- 5) Condições de trabalho
- 6) Mobilidade urbana (acrescentado pela pesquisa Batalhadores depois dos 60)

Implicação pessoal no trabalho ou não e por quê?

Desejo de ter sucesso na vida por meio do trabalho ou simplesmente um meio de ganhar dinheiro para viver.

Prazer e felicidade no trabalho

- 1) Você é apaixonado por seu trabalho?
- 2) Você tem o sentimento de que o seu trabalho o envelhece prematuramente?
- 3) Você tem o sentimento de que o seu trabalho permite que você esteja atualizado em conhecimento?
- 4) Você tem o sentimento de estar desatualizado, de não ter as habilidades futuras para cumprir suas tarefas?
- 5) Existe uma competição forte entre os seus colegas e você?
- 6) Você precisa batalhar para ter reconhecimento no seu trabalho ou sente que o tem por parte dos outros?

Quanto à relação à empresa (ou meio em que trabalha)

Descrição da empresa ou segmento (próspero economicamente, estagnado ou em declínio)

Descrição da empresa ou segmento em termos de transformações levando em conta o avanço da tecnologia (acrescentado pela pesquisa Batalhadores depois dos 60)

Descrição do “espírito da empresa” (espírito “familiar” ou não).

Você poderia afirmar que sua empresa ou segmento é um grupo unido ou existe, ao contrário, grupos de colegas ou empregados que têm interesses divergentes? Explique as causas e os efeitos.

Existe uma hierarquia muito pesada na sua empresa ou atividade? Se sim, de qual natureza? Você se sente frequentemente em alta ou em baixa nessa hierarquia?

Existe injustiça em sua empresa? Quais?

Você aprova as escolhas de gestão de seus superiores hierárquicos?

Sentimento de pertencimento à empresa, de participar de um projeto coletivo ou, ao contrário, de um projeto pessoal implicando em um distanciamento em relação à empresa?

Você tem orgulho ou vergonha de trabalhar nessa empresa ou nessa atividade.

- 1) Quando você diz a outra pessoa que trabalha com o que você trabalha, você diz com orgulho ou com desconforto?
- 2) Se alguém falar mal de sua empresa ou de sua atividade, você a defenderá?
- 3) É possível com suas mesmas qualificações trabalhar em uma empresa ou atividade muito mais interessante?
- 4) O que é preciso para melhorar a empresa e entusiasmar aqueles que trabalham nela?
- 5) Quais são os pontos fortes de sua empresa/atividade e os pontos fracos?

Quanto à relação ao emprego

Orgulho ou não no emprego ocupado

- 1) Você gosta de falar do seu emprego com os seus amigos?

Sentimento de insegurança em relação ao emprego ou, ao contrário, segurança na estabilidade para os próximos anos

Projeto de carreira para uma promoção rápida

Previsão de uma mudança de emprego, de empresa no futuro. Por quê?

Medo de desemprego. Você chega a perder a confiança em você e em seu futuro?
Estresse, insônia, irritabilidade...

Se você perdesse seu emprego, você encontraria outro ao menos equivalente com facilidade?

Nos próximos dois anos, você diria que tem qual chance de ser demitido:

- a) Sim, sem dúvida
- b) Talvez sim
- c) Provavelmente não
- d) Com certeza, não.

Quanto à relação sindical

Filiação ao sindicato?

Quais deveriam ser as reivindicações prioritárias dos sindicatos?

Os sindicatos e o poder na empresa. Você aprova as ações propostas pelo sindicato de sua empresa?

Participação nas eleições profissionais.

Utilização do comitê da empresa.

Existem razões na sua empresa para batalhar coletivamente por uma melhoria nas condições de trabalho?

No seu caso, é mais importante, ou mais rentável, de lutar sozinho fora do mundo sindical para obter o que você deseja ou é preferível de se apoiar sobre um movimento coletivo?

Se uma greve for proposta pelo sindicato, você participaria? Se sim, em quais condições?

Quanto à relação com a aposentadoria

Sentimento em relação à aposentadoria e à reforma da previdência.

Quando acredita que poderá se aposentar?

Sentimento de solidariedade com as gerações futuras.

Quanto à influência do espaço urbano

Descrever a situação de moradia (local, própria ou alugada, próxima ou distante do local de trabalho)

Descrever como faz o trajeto casa-trabalho-casa. Em quanto tempo?

Você diria que devido à mobilidade urbana aumenta seu esforço físico ao chegar ao trabalho ou no fim do dia?

A mobilidade urbana pode ser um fator que impeça o prolongamento da vida laboral?